



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

GUSTHAVO RIBEIRO BACELLAR

**CACHORRO DOIDO: LÓGICAS, SENTIDOS E COMPREENSÕES DA PRÁTICA DO
TRÁFICO DE DROGAS E CRIMES PATRIMONIAIS NO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO**

Vitória

2020

Gusthavo Ribeiro Bacellar

**CACHORRO DOIDO: LÓGICAS, SENTIDOS E COMPREENSÕES DA PRÁTICA DO
TRÁFICO DE DROGAS E CRIMES PATRIMONIAIS NO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues

Vitória

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

Bacellar, Gustavo Ribeiro, 1980-
B116c Cachorro Doido : lógicas, sentidos e compreensões da prática do tráfico de drogas e crimes patrimoniais no Estado do Espírito Santo / Gustavo Ribeiro Bacellar. - 2020.
243 f. : il.

Orientadora: Márcia Barros Ferreira Rodrigues.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Crime - Aspectos sociológicos. I. Rodrigues, Márcia Barros Ferreira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

Gusthavo Ribeiro Bacellar

**“CACHORRO DOIDO: LÓGICAS, SENTIDOS E COMPREENSÕES DA
PRÁTICA DO TRÁFICO DE DROGAS E CRIMES PATRIMONIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 07 de abril de 2020.

Comissão Examinadora:



Profa. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)
Orientadora e Presidente da Comissão Examinadora

Prof. Dr. Marcelo Fetz de Almeida (UFES)
Examinador Titular Interno

Prof. Dr. Michel Misse (UFRJ)
Examinador Titular Externo

Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV)
Examinador Titular Externo

Gusthavo Ribeiro Bacellar

**CACHORRO DOIDO: LÓGICAS, SENTIDOS E COMPREENSÕES DA PRÁTICA DO
TRÁFICO DE DROGAS E CRIMES PATRIMONIAIS NO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. MÁRCIA BARROS FERREIRA
RODRIGUES

Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. MICHEL MISSE
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. PABLO ROSA
Universidade Vila Velha

Prof. Dr. MARCELO FETZ DE ALMEIDA
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. IGOR SUZANO MACHADO
Membro suplente interno

Prof. Dr. HUMBERTO RIBEIRO JÚNIOR
Membro suplente externo

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita.

Karl Marx

RESUMO

Por meio da realização de entrevistas semiestruturadas a egressos condenados por tráfico de drogas e crimes patrimoniais residentes em Piúma/ES, buscou-se analisar os elementos que se apresentaram comuns nas trajetórias narradas e que, de alguma forma, podem se relacionar com o envolvimento dos entrevistados em práticas ilícitas ou se mostraram interessantes como categorias de análise. Discutiu-se questões ligadas ao nível de supervisão familiar recebido pelos entrevistados e contextos de tensão no ambiente doméstico, bem como a interação desses aspectos com o aprendizado social voltado para a prática de ilícitos, utilizando-se como referenciais teóricos Polakowski (1994), Matsueda (1982 e 2010) e Silva (1999). Analisou-se os achados ligados ao controle social e aos fatores que levam à desistência da prática de atividades criminais, a partir de Shapland & Bottoms (2017) e Junger-Tas (1992). Os relatos a respeito da dinâmica do uso de maconha por parte dos entrevistados e como eles articularam o uso desta substância em suas histórias de vida e na época das entrevistas se mostraram questões interessantes que também mereceram análise em capítulo próprio, tendo como base Alves (2015), Becker (2008), Rosa (2014) e Zinberg (1984). Foi debatido sobre os diversos sentidos atribuídos pelos entrevistados ao tráfico de drogas e as diversas razões que os levaram a enveredar nessas práticas, assim como a lógica por trás do enquadramento legal e tratamento jurídico desta conduta pelo Estado, a partir de Boiteux et al (2009), Lyra (2013) e Misse (2010). Discutiu-se, também, a respeito do nível de racionalidade e reflexividade apresentado pelos entrevistados para as práticas ilícitas em que se envolveram, utilizando-se como referenciais Becker (1968), Elster (2015) e Wikström (2017). Realizado um grupo de controle com o objetivo de validar os achados obtidos junto ao primeiro grupo de entrevistados (residentes em Piúma/ES e conhecedores da condição profissional do entrevistador), debateu-se a respeito das diferenças nos achados entre os dois grupos sobre o tema prisão, utilizando-se como base Goffman (2014), Foucault (2014) e Christie (2018). Analisou-se, também, os elementos ligados ao tema estigma, que apenas surgiram no primeiro grupo de entrevistados, a partir de Goffman (2017) e Bissoli (1997). Por fim, discorreu-se sobre as questões obtidas nas entrevistas sobre a polícia militar, especialmente os elementos trazidos pelos entrevistados no grupo de controle, tendo como base Lima (2019), Misse et al (2013), Westley (1970) e Zaccone (2015).

Palavras chave: ASPECTOS FAMILIARES. DROGAS. RACIONALIDADE. PRISÃO. POLÍCIA MILITAR

ABSTRACT

Through semi-structured interviews with graduates convicted of drug trafficking and property crimes resident in Piúma/ES, we sought to analyze the elements that were common in the narrated trajectories and that, in some way, may be related to the involvement of interviewed in illegal practices or proved interesting as categories of analysis. Issues related to the level of family supervision received by the interviewees and contexts of tension in the domestic environment were discussed, as well as the interaction of these aspects with social learning aimed at the practice of illicit activities, using Polakowski (1994), Matsueda (1982 and 2010) and Silva (1999) as theoretical references. The findings related to social control and the factors that lead to giving up criminal activities were analyzed based on Shapland & Bottoms (2017) and Junger-Tas (1992). The reports about the dynamics of marijuana use by the interviewees and how they articulated the use of this substance in their life stories and at the time of the interviews were interesting questions that also deserved analysis in a specific chapter, based on Alves (2015), Becker (2008), Rosa (2014) and Zinberg (1984). It was debated about the different meanings attributed by the interviewees to drug trafficking and the different reasons that led them to engage in these practices, as well as the logic behind the legal framework and the treatment of this conduct by the State, starting with Boiteux et al (2009), Lyra (2013) and Misse (2010). It was also discussed about the level of rationality and reflexivity presented by the interviewees for the illicit practices in which they were involved, using Becker (1968), Elster (2015) and Wikström (2017) as references. As a control group was carried out with the objective of validating the findings obtained from the first group of interviewees (residents in Piúma/ES who knew the professional condition of the interviewer), it was discussed the differences in the findings between the two groups on the topic of prison, based on Goffman (2014), Foucault (2014) and Christie (2018). The elements related to the theme of stigma were also analyzed, which only appeared in the first group of respondents, starting with Goffman (2017) and Bissoli (1997). Finally, the questions obtained in the interviews about the military police were discussed, especially the elements brought by the interviewees in the control group, based on Lima (2019), Misse et al (2013), Westley (1970) and Zaccone (2015).

Keywords: FAMILY ASPECTS. DRUGS. RATIONALITY. PRISON. MILITARY POLICE

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por ter tornado essa trajetória possível, pavimentando a estrada para que o percurso fosse viável e mais leve.

À minha esposa Anna Luíza, pelo incentivo e apoio e por ter me dado toda a estrutura, inclusive emocional, que permitiu que o mestrado, e essa pesquisa, deixassem de ser apenas objetivos distantes.

À nossa pequena Maria Luíza, luz de nossas vidas, pelos momentos em que teve que abdicar de meu convívio, sendo sempre compreensiva com minhas ausências.

À minha mãe Rosa, pela criação e educação que me deu, proporcionando um ambiente de harmonia e tranquilidade onde pude me desenvolver para alcançar todas as conquistas que tenho obtido.

À minha orientadora Prof^ª. Márcia Rodrigues, por ter me recebido durante esta caminhada, sendo sempre presente e disponível para minhas demandas, contribuindo não somente com importantes orientações ao longo deste percurso, mas também permitindo que o meu lado emocional se mantivesse equilibrado e saudável durante esta trajetória.

Ao Prof. Marcelo Fetz, por todas as importantes contribuições à minha formação desde a graduação até esta fase de conclusão do mestrado.

Ao Prof. Michel Misse, pelo interesse e disponibilidade em ter se deslocado ao Espírito Santo para a minha qualificação, dando valiosas contribuições para o atual formato deste trabalho.

Ao Prof. Pablo Rosa, pelas importantes sugestões para o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa, contribuindo em diversos aspectos para a correção do rumo tomado.

Ao Prof. Igor Suzano, por ter aceito minha proposta de pesquisa, abrindo as portas para o ingresso no mestrado e estando sempre acessível para consultas e sugestões. Ao Prof. Chico Albernaz pela esclarecedora conversa num agradável almoço na Cantina Fiorentina do Mário.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais que, com dedicação dentro e fora da sala de aula, têm fortalecido e feito este programa crescer.

À colega Grayce, que foi extremamente solícita ao me franquear acesso aos egressos residentes na Grande Vitória/ES para continuidade da pesquisa, bem como aos servidores da Secretaria de

Estado da Justiça, especialmente Olenir Cezário e Josélio Chaves Tiradentes, que abriram as portas do Escritório Social para que pudesse utilizar sua estrutura para a realização das entrevistas. Agradeço também aos agentes que realizavam o atendimento aos egressos na época da pesquisa pela receptividade e cortesia na intermediação para a realização das entrevistas.

À Wilson, Genilson, Leandro, Sander, João Cláudio, Anderson, Tião, Edvaldo, Sílvio, Kennedy, Roberto, José Antônio, Teotônio, Fabiano, Aldo, Vítor, Alberto, Eder, João, Júlio, Guilherme, Galdino, Caio, Cristóvão, Josué, Luís e Renato (*nomes fictícios*) por terem compartilhado comigo suas histórias de vida, dramas, angústias e expectativas de futuro.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Entrevistados e seus locais de residência em período de infância/juventude.....	23
Tabela 2 – Histórico criminal dos entrevistados.....	25
Tabela 3 – Relação entre entrevistados e as respectivas escolaridades.....	29
Tabela 4 – Relação entre entrevistados e suas figuras paternas e autoridade parental.....	31
Tabela 5 – Relação entre entrevistados e respectivas associações diferenciais e técnicas criminais.....	45
Tabela 6 – Relação entre entrevistados e controle social.....	55
Tabela 7 – Relação entre entrevistados e o uso e tráfico de drogas.....	66
Tabela 8 – Relação entre entrevistados e o tráfico como fonte de renda.....	77
Tabela 9 – Relação entre entrevistados e o sofrimento vivido na cadeia como fator de desistência do crime.....	160
Tabela 10 – Relação entre entrevistados e a ocorrência do efeito do estigma.....	180

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico dos locais de residência na infância e juventude.....	24
Figura 2 – Gráfico da natureza da condenação.....	27
Figura 3 – Gráfico de crimes autorreportados.....	28
Figura 4 – Gráfico da classificação quanto ao grau de envolvimento em crimes.....	29
Figura 5 – Gráfico das causas do abandono da escola.....	31
Figura 6 – Gráfico das descrições da figura paterna.....	33
Figura 7 – Gráfico comparativo de aprendizado social dos entrevistados.....	47
Figura 8 – Gráfico comparativo da família como fator para deixar as práticas criminais.....	56
Figura 9 – Gráfico comparativo das perdas familiares como fator de retorno para a vida de crimes.....	57
Figura 10 – Gráfico comparativo do tráfico de drogas como fonte de renda.....	78
Figura 11 – Gráfico comparativo do fator sofrimento vivido na prisão como fator para a desistência do crime.....	161
Figura 12 – Gráfico comparativo da ocorrência do estigma pelo uso de drogas.....	181
Figura 13 – Gráfico comparativo do estigma por ser egresso do sistema prisional.....	181
Figura 14 – Resposta da PMES ao OF/PGPU/Nº 546/2018.....	229

LISTA DE SIGLAS

- A – Anderson (entrevistado em Piúma/ES, 17/01/19)
- Alb - Alberto (entrevistado em Vitória/ES, 09/08/19)
- C - Caio (entrevistado em Vitória/ES, 23/08/19)
- Cr - Cristóvão (entrevistado em Vitória/ES, 30/08/19)
- E – Edvaldo (entrevistado em Piúma/ES, 24/01/19)
- Ed - Eder (entrevistado em Vitória/ES, 09/08/19)
- F – Fabiano (entrevistado em Piúma/ES, 21/02/19)
- G – Gusthavo Ribeiro Bacellar (autor/entrevistador)
- g – Genilson (entrevistado em Piúma/ES, 13/12/18)
- Ga - Galdino (entrevistado em Vitória/ES, 30/08/19)
- Gui - Guilherme (entrevistado em Vitória/ES, 23/08/19)
- J - João (entrevistado em Vitória/ES, 16/08/19)
- JA - José Antônio (entrevistado em Piúma/ES, 13/02/19)
- JC - João Cláudio (entrevistado em Piúma/ES, 16.01.19)
- Jo - Josué (entrevistado em Vitória/ES, 13/09/19)
- Ju - Júlio (entrevistado em Vitória/ES, 16/08/19)
- K – Kennedy (entrevistado em Piúma/ES, 31/01/19)
- L – Leandro (entrevistado em Piúma/ES, 18/12/18)
- Lu - Luís (entrevistado em Vitória/ES, 13/09/19)
- R – Roberto (entrevistado em Piúma/ES, 06/12/19)
- Re - Renato (entrevistado em Vitória/ES, 13/09/19)
- S – Sander (entrevistado em Piúma/ES, 19/12/18)
- Si – Sílvio (entrevistado em Piúma/ES, 30/01/19)
- T – Teotônio (entrevistado em Piúma/ES, 20/02/19)
- Ti - Tião (entrevistado em Piúma/ES, 23/01/19)
- V - Vítor (entrevistado em Vitória/ES, 09/08/19)
- W – Wilson (entrevistado em Piúma/ES, 12/12/18)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
2 A PESQUISA DE CAMPO.....	25
2.1 CONDENAÇÃO E HISTÓRICO CRIMINAL.....	27
2.2 ABANDONO DA ESCOLA	31
2.3 ASPECTOS FAMILIARES	33
2.4 APRENDIZADO SOCIAL	47
2.5 CONTROLE SOCIAL	57
2.6 SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO USO DE DROGAS	68
2.7 SENTIDOS ATRIBUÍDOS À PRÁTICA DO TRÁFICO DE DROGAS	79
2.8 A RACIONALIDADE NA PRÁTICA DELITIVA.....	87
3 ANÁLISE DOS ACHADOS	96
3.1 QUESTÕES LIGADAS A ASPECTOS FAMILIARES, APRENDIZADO E CONTROLE SOCIAL.....	96
3.2 O USO DE MACONHA.....	109
3.3 SENTIDOS ATRIBUÍDOS À PRÁTICA DO TRÁFICO DE DROGAS E LÓGICA DO TRATAMENTO, PELO ESTADO, DE SUA OCORRÊNCIA.....	125
3.4 ESCOLHA RACIONAL?.....	136
4 GRUPO DE CONTROLE.....	151
4.1 PRISÃO.....	162
4.2 ESTIGMA.....	181
4.3 POLÍCIA.....	194
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	233
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	240

INTRODUÇÃO

A violência gera medo. As constantes notícias de mortes, assaltos, latrocínios, guerras de tráfico mobilizam formas de agir, preventivas e defensivas, e levam à articulação de discursos de fortalecimento da repressão às práticas criminais, o que contribui para a aprovação de leis penais mais severas; torna o funcionamento do sistema de justiça criminal mais rigoroso, com o aumento do número e o tempo de prisões e condenações; faz a atuação de agentes policiais mais repressiva com os indivíduos que se imagina potencialmente envolvidos com ilícitos.

A experiência na qualidade de vítimas de crimes, assim como a notícia de sua ocorrência em locais e com pessoas próximas, e mais recentemente a visualização direta de suas ocorrências por meio do compartilhamento da gravação de flagrante de ilícitos por meio de redes sociais gera mobilização, mudanças de comportamentos, posturas defensivas e preventivas, como a evitação de circular em locais públicos em determinados horários e de posse de certos bens e, atualmente, o acesso a meios de defesa pessoal, como armas de fogo.

Toda essa mobilização, que se dá alimentada pelo medo, serve de combustível para o incremento das práticas policiais e para um mais rigoroso funcionamento do sistema de justiça criminal.

Setores da sociedade se articulam para exigir e pressionar os órgãos de segurança pública e do sistema de justiça para uma maior eficiência na investigação, resolução e responsabilização pela prática de crimes e para sua prevenção, por meio de uma ampliação do policiamento urbano.

Inserido nesse contexto, atuando como promotor de Justiça há cerca de 13 (treze) anos em diversas comarcas do Estado do Espírito Santo e imbuído do propósito de buscar uma atuação mais eficiente para a prevenção da ocorrência da violência e a redução de índices de criminalidade, certo de que o direito penal não é suficiente por si só para alcançar tal propósito e dar conta da compreensão de tão complexo fenômeno como a violência, iniciei uma trajetória dentro do campo das ciências sociais para obtenção de um arcabouço teórico que me permitisse compreender minimamente estas práticas, o que ocorreu com o início da graduação nos idos de 2010 e a conclusão do mestrado neste momento.

Neste percurso, entretanto, e especialmente nos últimos anos e durante a realização da pesquisa de campo para este trabalho, as perspectivas, objetivos e vieses se alteraram e se reformularam.

Passamos a nos dar conta de que aquele medo resultado da experiência com algum tipo de delito, a notícia de sua ocorrência ou a sua visualização por meio de redes sociais não gerava, nem minimamente, um interesse de conhecer esse outro largamente denominado *bandido*, tomar conhecimento de sua história de vida, de seu modo de existência e de como isso se relacionou com seu ingresso em uma realidade de práticas criminais.

Tomando de empréstimo a reflexão de Todorov (2010) e aplicando-a ao nosso contexto de análise, podemos constatar o risco de que o *medo* experimentado em reação ao *apetite* e o *ressentimento*¹ deste grupo potencialmente envolvido em práticas criminais pode não somente impedir o conhecimento de suas angústias e privações, a fim de melhor compreender suas histórias de vida, como contribuir para o aprofundamento e agravamento da atual situação de conflito social:

O medo torna-se um perigo para aqueles que o experimentam [...] O medo dos bárbaros é o que ameaça converter-nos em bárbaros. E o sofrimento que vamos nos infligir irá superar aquele que havia provocado nosso receio. A história nos ensina: o remédio pode ser pior que a enfermidade. (2010, p. 15)

Ao realizar meu trabalho de campo, que se deu por meio de entrevistas com egressos do sistema penitenciário capixaba, aquele simples propósito de buscar uma maior qualificação que me permitisse compreender o fenômeno da criminalidade e, assim, agir de forma a contribuir para a redução de índices de violência, objetivos almejados como decorrência da sensação de medo resultado da vivência do ilícito ou seu conhecimento, gradativamente passou a ceder espaço para a rica experiência de contato com este público envolvido com práticas ilícitas, de conhecimento de suas histórias de vida, do sofrimento e dificuldades experimentadas em suas trajetórias.

Este estudo se aproxima de outros que vêm sendo realizados recentemente, com o enfoque da pesquisa recaindo sobre os envolvidos em ilícitos, a exemplo do trabalho desenvolvido por Reyes sobre *drug trafficking violence* (DTV):

Claramente, para entender como essas práticas violentas são possíveis, é importante obter uma visão do entendimento dos DTVs pelos autores. No entanto, embora os narcóticos desempenhem um papel fundamental na produção e reprodução de DTV,

¹ Todorov (2010) divide as sociedades em sociedade do *apetite* do *ressentimento* e do *medo*. A primeira seria aquela que se espelha em outra, mais desenvolvida economicamente por exemplo, e pretende seguir seus passos e alcançar sua condição econômica; a segunda aquela que, em razão de algum tipo de exploração ou violência historicamente sofridos e de seus efeitos, guarda ressentimento quanto às suas consequências; a terceira aquela que, prevenindo-se do *apetite* e do *ressentimento* de outras sociedades, age de forma agressiva supostamente para defender sua posição e manter uma situação anterior de desigualdade e exploração.

poucos estudos acadêmicos são responsáveis por suas opiniões. [...] Esses estudos, apesar de fazerem contribuições relevantes em suas respectivas áreas, deixam uma pergunta-chave sem resposta: como os próprios narcos entendem seu envolvimento nas práticas de TV digital? Se queremos entender a complexidade da DTV, precisamos abordar essa questão, não prevendo ou assumindo como eles pensam, mas incluindo suas narrativas como parte de nossa compreensão desse fenômeno. Portanto, esta tese analisa as narrativas dos narcos na DTV não apenas como resposta a uma lacuna na literatura. Mais significativamente, minha pesquisa responde à necessidade urgente de investigar a DTV de uma perspectiva diferente, que permita entender esse fenômeno de uma maneira mais abrangente. (2019. p. 04, tradução nossa)²

A metodologia empregada no presente trabalho se constituiu, então, na realização de entrevistas semiestruturadas com egressos do sistema prisional capixaba e residentes no município de Piúma.

Durante os meses de dezembro de 2018 e janeiro e fevereiro de 2019 realizei 14 entrevistas com egressos do sistema prisional e residentes no município de Piúma, não sendo estabelecido um bairro específico, apesar de haver no município uma região com maior índice de violência (bairros Céu Azul, Lago Azul e Niterói).

O município de Piúma/ES possui área territorial de 74,046 km²; população estimada de 21.363 habitantes; densidade demográfica de 242,18 hab/km²; escolarização de 98,4% para crianças/adolescentes de 6 a 14 anos; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0.727; mortalidade infantil de 6,13 óbitos por mil nascidos vivos; e PIB per capita de R\$ 16.584,72.³

Todos os entrevistados tiveram condenação pela prática de tráfico de drogas; roubo; furto ou porte de arma e se encontravam em cumprimento de pena em regime aberto no município de Piúma, bem como concordaram com a gravação das entrevistas.

O cumprimento de pena neste regime se dá, em Piúma/ES, por meio do cumprimento de algumas condições estabelecidas pelo juiz da execução penal, que em Piúma é o juiz da 2ª Vara, tais como comparecimento mensal no cartório criminal do Fórum para assinatura de ficha de

² Clearly, in order to understand how these violent practices are made possible, it is important to gain an insight into the perpetrators' understanding of DTV. However, even though narcos play a key role in the production and reproduction of DTV, few academic studies account for their views. [...] These studies, although making relevant contributions in their respective areas, leave one key question unanswered: how do narcos themselves understand their engagement in practices of DTV? If we are to understand the complexity of DTV, we need to address this question, not by predicting or assuming how they think, but rather by including their narratives as part of our understanding of this phenomenon. Therefore, this thesis analyses narcos' narratives on DTV not only as response to a gap in the literature. More significantly, my research responds to the urgent need to investigate DTV from a different perspective that allows understanding this phenomenon in a more comprehensive way.

³ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/piuma.html>?, acesso em 15 jan. 2020.

frequência; permanecer em sua residência durante o horário noturno, finais de semana e dias de folga; comunicar ao Juiz mudança de endereço; não se ausentar na Comarca sem autorização do juiz por mais de 08 dias; e comprovar exercício de trabalho lícito.

Na prática apenas a obrigação de comparecer mensalmente ao Fórum é fiscalizada. O não cumprimento da obrigação de comunicar mudança de endereço pode gerar regressão de regime caso o egresso/reeducando não seja localizado pelo oficial de justiça ao ensejo de alguma intimação.

Esta é basicamente a forma de cumprimento de pena do regime aberto na maioria das comarcas do Estado do Espírito Santo, permanecendo o egresso sem nenhum tipo de fiscalização efetiva, acompanhamento, apoio ou amparo.

Com o objetivo de ampliar a fiscalização e acompanhamento dos reeducandos, dialoguei com o juiz para que iniciássemos um projeto específico para a execução penal em Piúma, o que foi acolhido por ele e que também vem tendo a participação da Secretaria de Estado da Justiça, fatos inéditos para um município de pequeno porte do interior do Estado.

No ensejo deste projeto, que teve como uma das medidas a concentração do comparecimento mensal dos reeducandos sempre na primeira quinta-feira do mês, tive oportunidade de ter contato mais próximo com este grupo, o que viabilizou o convite para participação nas entrevistas realizadas.

Assim, nestas datas de comparecimento ao Fórum para a assinatura, procurei, seja previamente através de consulta ao banco de dados do Tribunal de Justiça, ou diretamente junto ao egresso, identificar aqueles que tiveram condenação pela prática dos crimes de tráfico de drogas; roubo; furto ou porte de arma, além de, durante as conversas com eles, procurar saber se eles de fato tiveram envolvimento nesses crimes. Para mim não seria interessante entrevistar aqueles que, apesar de condenados, negassem o envolvimento, pois pensei que não conseguiria obter os dados pretendidos com esse público. Era necessário, portanto, o reconhecimento no envolvimento em alguns desses delitos, pois, assim, pensei, eles tenderiam a ser mais transparentes nas entrevistas e me trazer elementos mais fiéis.

O diálogo e o convite para participar das entrevistas, sendo explicado que se tratava de um trabalho realizado no âmbito do programa de pós-graduação na Universidade Federal do

Espírito Santo, teve uma boa aceitação, valendo registrar, no entanto, que alguns declinaram do convite por motivos de trabalho.

Iniciamos as entrevistas em 12 de dezembro de 2018, sendo agendado com os reeducandos por volta de 08h30-09h na sede da Promotoria de Justiça de Piúma. A mudança do horário de expediente do Ministério Público ocorrida recentemente, iniciando-se às 12h, permitiu total privacidade para a realização das entrevistas, que ocorreram na recepção ou auditório da Promotoria de Justiça e seguiu o seguinte roteiro:

1 – Relate, por favor, como era a sua vida durante a sua infância, local onde nasceu, onde cresceu, cidade e bairro, por quem foi criado na infância, responsáveis, irmãos etc. Como era sua relação com pais ou responsáveis? Como era o ambiente doméstico? Atentar para as seguintes categorias: figura de autoridade; imposição de limites; status econômico da família; desemprego; mobilidade residencial; mais de um morador por cômodo; salários; renda familiar per capita; desigualdade de renda; sofrimento cotidiano; relacionamento negativo com adultos; brigas familiares;

2 – Até que ano escolar estudou? se reprovou, em que ano escolar e quantas vezes? Completou os estudos? Caso negativo, em que ano escolar interrompeu? Por que? Com quantos anos? Qual matéria mais gostava? Professores que mais gostava?

3 – Com que idade começou a trabalhar? Qual atividade? Caso o início tenha sido na infância/adolescência, por quais motivos e circunstâncias?

4 – Na sua juventude você teve objetivos de futuro que não pôde concretizar por algum tipo de limitação ou dificuldade vivenciada?

5 – Possui religião? Qual? Qual sua relação com a religião durante sua vida? Frequentou ou frequenta igreja ou templo religioso?

6 – Usa ou usou drogas lícitas e ilícitas? Quais? Quando e em que circunstâncias começou a usar? Qual foi a porta de entrada para as drogas? Significados e funções atribuídos a cada uma das diferentes drogas de que fazia uso, opinião sobre legalização; Houve mudança de comportamento das pessoas de seu convívio em relação ao entrevistado após o início do uso de drogas?

7 – Descreva e relate sua rede de amizades no final da infância e início da adolescência; Atentar para as seguintes categorias: punição dos pais e castigos; grau de supervisão familiar; intensidade de coesão nos grupos de amizade; existência de amigos com problemas com a polícia; percepção dos jovens sobre outros envolvidos em problemas de delinquência; jovens morando com os pais; contato com técnicas criminais

8 – Qual foi sua primeira experiência com delitos? Qual tipo de crime? Quais fatores o levaram a esta prática criminal? Lógica, razões, condições e circunstâncias de sua ocorrência? Se fez parte de algum grupo criminal, qual atividade exercia no grupo? Regras e normas dentro do contexto das práticas criminais? Nível de coesão entre os parceiros das práticas ilícitas e grupos de amizade?

9 - Experiência prisional? Como foi a retomada de sua vida após receber liberdade? Família, emprego etc. Enfrentou alguma dificuldade de obter emprego em razão da condenação e período na prisão? Atentar para as seguintes categorias e sua relação com a decisão de mudança de vida: eficiência da polícia; magnitude das punições; inércia criminal.

10 -Quais fatores o levaram a decidir mudar de vida e não voltar a delinquir? Quais planos e projetos de vida possui? Possui filho? É casado ou possui companheira? Atentar para as seguintes categorias: envolvimento do cidadão no sistema social; concordância com os valores e normas vigentes; ligação filial; crenças desviantes.

11 - Quantas vezes já foi abordado por policiais militares? Em que circunstâncias? Como foi a abordagem? Qual opinião possui em relação à polícia militar? Caso tenha sofrido alguma abordagem que considerou inadequada, qual sua opinião sobre isso e quais efeitos gerou no entrevistado?

13 - Comunidade onde vive – Quais características predominam no bairro, atividades ofertadas pelo Estado, estrutura, serviços? Há muitas pessoas envolvidas em ilícitos? Há facção? Como é o relacionamento entre o ‘trabalhador’ e as pessoas envolvidas em crimes? Observar categorias de pessoas que podem ser indicadas, como ‘cria’, ‘morador’, ‘trabalhador’, ‘playboy’, ‘caidinho’, ‘sujeito-homem’, ‘vacilão’ etc. Atentar para as seguintes categorias: Urbanização; participação institucional; acesso a programas de bem-estar social; adensamento populacional; desavenças com vizinhos; tensão no trabalho; status social.

No início senti apreensão tanto quanto à viabilidade desta metodologia, receando que minha posição de promotor de Justiça atrapalhasse o desenvolvimento das entrevistas, como também algum receio por ter esse contato mais próximo com os reeducandos em um ambiente privado e sem nenhum tipo de segurança. Este último sentimento gradativamente foi cedendo com o estreitamento do contato com esse público e a descoberta de suas trajetórias, sofrimentos e expectativas de futuro.

Foi possível estabelecer uma relação positiva e cordial, deixando-os confortáveis para relatarem suas trajetórias de vida. Em alguns momentos, entretanto, a posição de entrevistador inevitavelmente se misturava com a de promotor de Justiça da Comarca, quando fatos relatados por eles geravam uma expectativa de um posicionamento moral e normativo a respeito de certas afirmações, de que fossem respaldadas certas posições assumidas neste momento de mudança de vida experimentado pela maioria deles.

Admito que algumas situações foram bem difíceis e encontrar a exata medida entre essas duas posições nem sempre foi fácil. Procurei sempre ser um ouvinte e expectador, mas em algumas situações mostrou-se impossível não assumir a posição de promotor de Justiça, concordando e estimulando novas posições assumidas, colocando-me à disposição para auxiliá-los em alguns problemas pessoais por que passavam, como continuidade do uso constante de crack. Em alguns momentos era bastante perceptível a expectativa deles em ouvir uma fala normativa e moral a respeito de determinado comportamento e uma preocupação excessiva de demonstrar que eles estavam naquele momento em uma conduta de ‘vida certa’, ou mesmo que, apesar da prática de certos crimes, eles possuem valores e consciência do que era o ‘certo’.

Em razão da possível influência que minha posição de promotor de Justiça gerou em algumas respostas dadas e a fim de melhor aferir a validade da pesquisa realizada e o grau de veracidade e franqueza das respostas fornecidas, realizei um grupo de controle, com 13 (treze) entrevistas

com jovens residentes na grande Vitória/ES sem que estes tivessem a informação de minha condição de promotor de Justiça.

Tais entrevistas ocorreram no prédio onde funciona o Escritório Social do Governo do Estado, onde são atendidos todos aqueles que cumprem pena em regime aberto e residem na grande Vitória/ES, tendo as entrevistas sido viabilizadas a partir de contato com a servidora do Poder Judiciário que atua no Escritório Social e demais servidores deste setor.

Os convites para participação nas entrevistas eram realizados tão logo os egressos encerravam seu atendimento nos balcões do setor do judiciário que funciona no 1º andar do edifício onde funciona o Escritório Social e outros setores da Secretária de Justiça, localizado na Rua Getúlio Vargas, Centro, Vitória/ES, ocorrendo as entrevistas na sala da servidora do judiciário, logo atrás dos balcões de atendimento, ou em uma sala no segundo andar, onde funciona o Escritório Social.

Esta segunda etapa da pesquisa de campo enriqueceu de forma bastante significativa a pesquisa realizada, permitindo a validação de parte dos achados obtidos na primeira etapa da pesquisa, que se repetiram no grupo de controle, mas também indicando contaminação de parte dos achados, ou sua não obtenção, em razão do conhecimento de minha posição de promotor de Justiça, o que será exposto nos capítulos seguintes.

A realização do trabalho de campo teve como efeito uma gradativa ampliação do valor do conhecimento das histórias de vida relatadas, do contato com variados modos de existência repletos de dor, sofrimento e privação, circunstâncias essas cujo conhecimento permitiu uma maior compreensão acerca das formas de vida adotadas pelos entrevistados e suas entradas em atividades criminais.

A realização de nossa pesquisa nos permitiu perceber que parte significativa dos habitantes de localidades periféricas passou a construir suas formas de socialização, especialmente jovens, por meio de práticas ilícitas, agindo individualmente e envolvendo-se, integrando e formando grupos para a prática de delitos contra o patrimônio e tráfico de drogas. Tais contingências têm levado os cidadãos a desenvolver uma cultura atrelada a esta circunstância, seja por parte dos autores de práticas criminais, que passaram a difundir hábitos de socialização ligados ao mundo do crime, seja por parte de potenciais vítimas, que passaram a moldar suas formas de vida adaptadas a esta circunstância.

Neste ensejo, então, me propus conhecer a trajetória de vida de egressos do sistema prisional capixaba e analisar alguns de seus relatos mais significativos, a exemplo de aspectos relacionados aos arranjos familiares dos entrevistados e as trocas sociais favoráveis ao envolvimento do indivíduo em ilícitos, assim como a medida em que a existência de vínculos familiares se constituíram em fatores decisivos para a desistência da prática de crimes; os diversos sentidos atribuídos pelos entrevistados ao uso e ao tráfico de drogas; o nível de racionalidade e reflexividade na prática criminal; o estigma sofrido pela condição de egresso e usuário de drogas e seus efeitos; a perspectiva do entrevistado em relação à atuação da polícia militar; como os entrevistados relacionaram o período de encarceramento e a decisão de mudança de vida e o sentido que eles atribuem ao cárcere, dentre outras análises.

De acordo com Weber:

Toda interpretação pretende alcançar evidência. Mas nenhuma interpretação, por mais evidente que seja quanto ao sentido, pode pretender, como tal e em virtude desse caráter de evidência, ser também a interpretação causal válida. Em si, nada mais é do que uma hipótese causal de evidência particular. Em muitos casos, supostos 'motivos' e 'repressões' (isto é, desde logo, motivos não reconhecidos) ocultam ao próprio agente o nexos real da orientação de sua ação, de modo que também seus próprios testemunhos subjetivamente sinceros têm valor apenas relativo. (WEBER, 2000, p. 07).

Assim, conforme Weber (2000), não se pretende aqui indicar uma relação causal específica que venha por si só explicar os fenômenos da violência e da criminalidade, seja porque tais fenômenos são complexos e multicausais, seja porque uma possibilidade explicativa não pode ser considerada 'a interpretação causal válida', mas apenas 'uma hipótese causal de evidência particular', referente a uma situação específica e que não pode ser generalizada.

Isso não significa que uma relação constatada não está presente em outros contextos, mas apenas as inerentes limitações a uma explicação direta e simplificada e a necessidade de se evitar uma indevida generalização. Relações encontradas podem e de fato se repetem em outros contextos. O que pretendemos, entretanto, não é encontrar respostas fechadas e definitivas, mas buscar hipóteses e possibilidades de relações nos achados obtidos nas entrevistas realizadas, analisando-os e indicando as possíveis linhas de contato que, naquele contexto, foi possível estabelecer com os ilícitos praticados pelos entrevistados.

Ultrapassando este capítulo introdutório, composto pela delimitação do tema/problema pesquisado e sua justificativa, além dos objetivos da pesquisa e metodologia empregada, o segundo capítulo se constitui dos principais achados obtidos nas entrevistas, tendo sido

realizado um inventário dos achados, divididos por tópicos agrupados nos seguintes temas: 2.1– condenação e histórico criminal dos entrevistados; 2.2– histórico de abandono da escola; 2.3– relatos sobre os contextos familiares dos entrevistados; 2.4– achados ligados ao aprendizado para a prática de ilícitos; 2.5– questões relacionadas à desistência da prática de crimes; 2.6– elementos sobre o uso de drogas na história de vida dos entrevistados e no momento que viviam quando entrevistados; 2.7– achados sobre os sentidos e lógicas do cometimento do tráfico de drogas; 2.8– elementos sobre o grau de racionalidade e reflexividade para a prática criminal;

No terceiro capítulo foram analisados os principais achados obtidos na primeira etapa da pesquisa e que foram validados pelo grupo de controle, ou seja, os elementos obtidos nas entrevistas realizadas com os egressos residentes em Piúma/ES e que de fato podem se prestar a uma análise válida, constituindo-se este momento menos de um estabelecimento fechado e definitivo de relações causais explicativas e mais uma espécie de matriz de hipóteses para futuras pesquisas e estudos mais aprofundados.

Este capítulo foi dividido da seguinte maneira: no item 3.1 analisamos os achados descritos nos itens 2.1 a 2.5, em especial quanto à aspectos familiares dos entrevistados; ao aprendizado social e o controle social; na seção 3.2 foram discutidos os elementos relacionados ao uso de maconha por parte dos entrevistados; no item 3.3 analisamos os sentidos atribuídos pelos entrevistados à prática do tráfico de drogas e discutimos a lógica utilizada pelo Estado para tratar destas práticas; e no tópico 3.4 discutimos o nível de escolha racional dos entrevistados em suas práticas ilícitas, analisando o nível de racionalidade e reflexividade articulado pelos entrevistados para o cometimento de crimes.

O quarto capítulo se constitui da análise dos principais achados do grupo de controle, em que foram realizadas treze entrevistas com egressos residentes na Grande Vitória e que não possuíam a informação de minha qualidade de promotor de Justiça. Neste capítulo explicamos a metodologia utilizada no grupo de controle e expomos os principais achados que surgiram de forma conflitante com a primeira etapa da pesquisa e que merecem análise, apresentando, assim, os elementos que contrariaram os achados obtidos inicialmente e debatendo analiticamente estas divergências.

Este capítulo foi dividido em 03 (três) tópicos. Após uma introdução sobre a metodologia e a dinâmica do grupo de controle, analisamos, no item 4.1, os sentidos atribuídos pelos entrevistados à prisão, elementos que surgiram de forma distinta em relação aos entrevistados

residentes em Piúma/ES. Optamos, então, por transcrever neste tópico os achados de ambos os grupos e analisá-los comparativamente.

Na seção 4.2 analisamos os elementos ligados ao estigma sofrido em razão do uso de drogas e do fato de serem egressos do sistema prisional, o que foi relatado por alguns entrevistados do primeiro grupo (Piúma/ES). Tais achados praticamente não surgiram no grupo de controle, distinção esta que justificou nossa opção por analisá-lo neste momento do texto, pois o capítulo 3 se restringiu aos achados que foram **confirmados** no grupo de controle, ou seja, que surgiram de forma semelhante em ambos os grupos.

O item 4.3 versa sobre questões ligadas à atuação da polícia, especialmente da polícia militar, elementos estes que também surgiram de forma significativamente distinta entre os dois grupos.

O capítulo seguinte se constitui nas considerações finais, concluindo-se o trabalho com as referências bibliográficas.

2 A PESQUISA DE CAMPO

Neste capítulo tentaremos sistematizar os principais achados da pesquisa realizada, ou seja, os principais elementos obtidos nas 14 (catorze) entrevistas realizadas em Piúma/ES e que foram validados no grupo de controle, apresentando os elementos que não foram validados no grupo de controle no quarto capítulo, oportunidade em que as divergências foram analisadas.

Neste momento iremos apresentar qualitativamente os principais trechos das entrevistas realizadas por tema e quantificar os achados com o objetivo de proporcionar uma maior facilidade na visualização e acesso aos dados da pesquisa. O número de entrevistados, qual seja catorze, não se constitui em uma amostragem representativa do universo pesquisado, no caso a população residente em Piúma envolvida em crimes, de forma tal que as análises realizadas no material coletado não permitem a realização de qualquer generalização.

Como já indicado, foram realizadas 14 (catorze) entrevistas a egressos residentes no município de Piúma, utilizando como critério a condenação dos mesmos por crimes contra o patrimônio (roubo ou furto), porte de arma ou tráfico de drogas. Os nomes utilizados neste trabalho são fictícios, a fim de que a identidade dos entrevistados seja preservada.

Os trechos das entrevistas realizadas no grupo de controle que surgiram de forma assemelhada ao que havia sido obtido no grupo inicial também se encontram transcritos nos tópicos respectivos. Os dados constantes dos gráficos e das tabelas, no entanto, se referem apenas aos entrevistados de Piúma/ES, que se constituem no grupo originário e inicial de análise.

O primeiro aspecto a ser apresentado se refere ao local onde nasceram e cresceram, ou seja, o bairro onde passaram toda ou o final da infância e início da juventude, apresentando-se tal característica da seguinte forma:

Tabela 1 – Entrevistados e seus locais de residência em período de infância/juventude (continua)

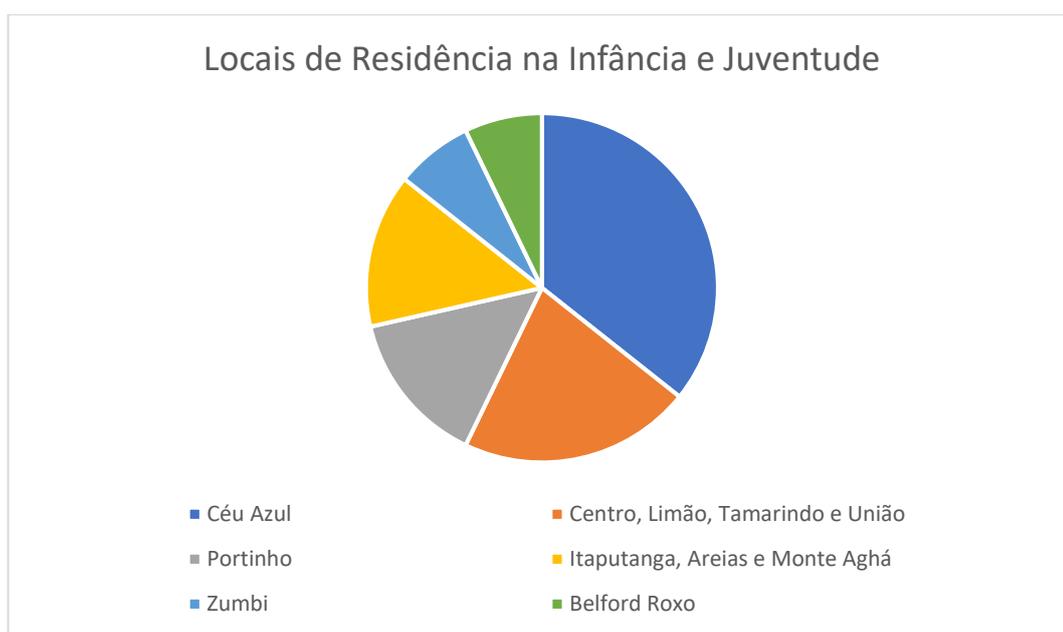
Entrevistados	Local de residência
José Antônio	Kelson, Belford Roxo, Rio de Janeiro/RJ
Roberto	Zumbi, Cachoeiro de Itapemirim/ES
Genilson	Céu Azul, Piúma/ES
Leandro	Céu Azul, Piúma/ES

Tabela 1 – Entrevistados e seus locais de residência em período de infância/juventude (conclusão)

Anderson	Céu Azul, Piúma/ES
Edvaldo	Céu Azul, Piúma/ES
Sander	Céu Azul, Piúma/ES
Teotônio	União, Piúma/ES
Fabiano	Limão, Piúma/ES
Wilson	Tamarindo, Piúma/ES
Sílvio	Monte Aghá, Piúma/ES
Tião	Portinho, Piúma/ES
João Cláudio	Portinho, Piúma/ES
Kennedy	Itaputanga e Areias, Piúma/ES

Fonte: autor.

Figura 1 – Gráfico dos locais de residência na infância e juventude



Fonte: autor.

Dentre os egressos entrevistados, 7 deles residiram na infância (completa ou tardia) e adolescência em bairros com alto grau de criminalidade (Céu Azul, Piúma/ES; Zumbi, Cachoeiro de Itapemirim/ES e Kelson, Belford Roxo/RJ), enquanto os demais residiram em locais considerados bairros de baixo grau de violência e práticas criminais.

Dos entrevistados que residiam em locais considerados violentos (José Antônio, Roberto, Genilson, Leandro, Anderson, Edvaldo e Sander), 5 deles apresentaram um forte envolvimento em práticas criminais, enquanto dois deles (Edvaldo e Sander) relataram uma trajetória de vida de desvios, abandono escolar e uso de drogas, mas de baixa incidência em prática de crimes propriamente ditos.

Dentre os entrevistados que residiram em locais de baixos índices de violência no município de Piúma, apenas dois deles apresentaram relatos de profundo envolvimento em crimes (Fabiano e Teotônio), sendo relevante mencionar que ambos mudaram de local de residência. No caso de Fabiano, este mudou com frequência, inclusive residindo em cidades do Rio de Janeiro e Minas Gerais na infância e adolescência. Quanto a Teotônio, este saiu de casa após a separação dos pais indo morar na rua da capital Vitória/ES. Os demais (Wilson, Sílvio, Tião, João Cláudio e Kennedy), apesar de efetivamente terem praticado tráfico de drogas (com exceção de Kennedy, que negou envolvimento no crime pelo qual foi preso e condenado), a prática de ilícitos se constituiu em atos isolados em suas trajetórias de vida, pelo menos a partir dos relatos apresentados, o que pode indicar que o local de residência dos entrevistados se constitui em um relevante fator para seu ingresso em uma circunstância de práticas criminais.

Mesmo levando em consideração a possibilidade de que alguns entrevistados tenham deixado de apresentar algumas informações que indiquem envolvimento em atividades criminais, as entrevistas permitiram entrever trajetórias de vida bem distintas a depender do local onde cada um dos entrevistados residiu, o que poderá ser percebido na apresentação dos demais achados abaixo.

2.1 CONDENAÇÃO E HISTÓRICO CRIMINAL

Neste tópico discriminamos o histórico criminal dos entrevistados, conforme tabela a seguir:

Tabela 2 – Histórico criminal dos entrevistados (continua)

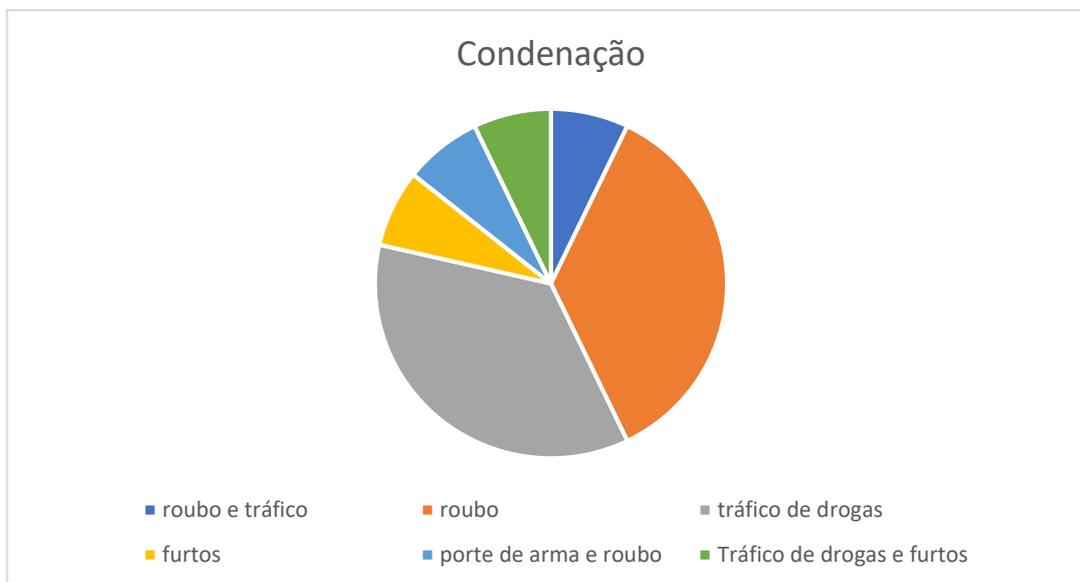
Entrevistados	Condenação	Crimes autorreportados	Classificação quanto ao grau de envolvimento em crimes
José Antônio	Roubo e tráfico	Roubo e tráfico	Alto envolvimento e reiteração no tráfico e roubo

Tabela 2 – Histórico criminal dos entrevistados (conclusão)

Roberto	Roubo	Roubo e tráfico	Alto envolvimento e reiteração no tráfico e roubo
Genilson	Tráfico	Tráfico	Tráfico prolongado na juventude
Leandro	Tráfico	Tráfico	Tráfico prolongado na juventude
Anderson	Furtos	Furtos e tráfico.	Furtos reiterados ao longo de anos
Edvaldo	Porte de arma e roubo	Porte de arma	Fato isolado
Sander	Roubo	roubo	Fato isolado
Teotônio	Tráfico e furtos	Tráfico e furtos	Alto envolvimento e reiteração no tráfico e furtos
Fabiano	Roubo	Roubo	Furtos atrelados à dependência de crack
Wilson	Roubo	Tráfico para financiar uso	Tráfico para financiar uso
Sílvio	Tráfico	Tráfico para financiar o uso	Tráfico para financiar uso
Tião	Tráfico	Tráfico	Tráfico por período breve
João Cláudio	Tráfico	Tráfico para financiar o uso	Tráfico para financiar uso
Kennedy	Roubo	Nega práticas ilícitas	Evasão da escola e uso de drogas

Fonte: autor.

Figura 2 – Gráfico da natureza da condenação



Fonte: autor.

É importante ter em consideração que esses dados são objetivos, ou seja, referem-se à condenação efetivamente recebida por cada um dos entrevistados, independentemente de outros crimes que porventura tenham praticado ou o fato de se reconhecerem inocentes desses crimes pelos quais foram condenados.

Os dados também não refletem o número de crimes praticados nem o período que permaneceram cometendo tais atos. Podem ter recebido apenas uma condenação ou mais de uma condenação pelo crime indicado.

O gráfico abaixo se refere aos crimes autorreportados pelos entrevistados e, também, não incluem o tempo de cometimento de cada crime ou o número de vezes que o delito foi praticado. Em relação à frequência ou intensidade do envolvimento em ilícitos, procurei fazer uma classificação que segue no último gráfico deste tópico.

Figura 3 – Gráfico de crimes autorreportados



Fonte: autor.

O gráfico a seguir, como mencionado acima, se refere a uma classificação que tenta dar uma ideia do tipo e grau de envolvimento dos entrevistados em crimes durante suas trajetórias de vida a partir de seus relatos.

Figura 4 – Gráfico da classificação quanto ao grau de envolvimento em crimes



Fonte: autor.

2.2 ABANDONO DA ESCOLA

O abandono da escola se constituiu, na trajetória de vida dos entrevistados, como um fator concomitante ao início de uma vida de desvios, delinquência e crimes, conforme tabela a seguir.

Tabela 3 – Relação entre entrevistados e as respectivas escolaridades (continua)

Entrevistados	Parou estudo (quando e porque)
José Antônio	Interrompeu os estudos aos 16 anos, quando se mudou para Belford Roxo, após separação dos pais.
Roberto	Com 13 anos, com morte dos pais, começou a trabalhar e gradativamente deixou a escola.
Genilson	Relatou que nunca foi bem na escola, faltava muito e tinha má relação com professores. Estudou até 5 ^a série.

Tabela 3 – Relação entre entrevistados e as respectivas escolaridades (conclusão)

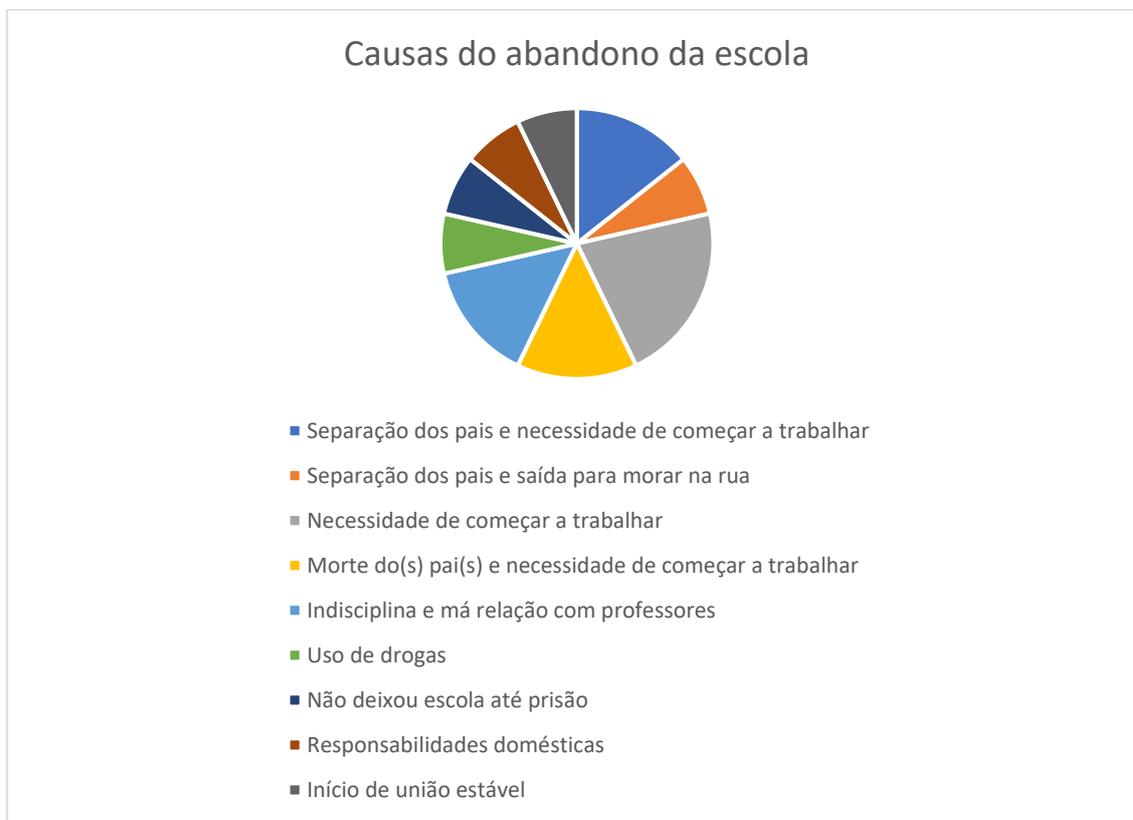
Leandro	Estudou até ser preso, com 18 anos, quando estava na 8 série.
Anderson	Com 13 anos deixou estudo, após separação dos pais. Mas mesmo antes tinha muitas faltas porque precisava sair para pedir dinheiro e comida na rua.
Edvaldo	Estudou até 4ª série. Segundo relatou, era ‘bagunceiro’, fugia da escola e não queria estudar. Pequenos desvios com grupo de amigos.
Sander	Reprovou três vezes na 5ª série, a partir do alcoolismo da mãe. Teve que começar a assumir os afazeres da casa.
Teotônio	Interrompeu os estudos quando saiu casa para morar na rua, após a separação dos pais. Parou na 5ª serie.
Fabiano	Interrompeu os estudos antes dos 12 anos, quando começou a trabalhar.
Wilson	Interrompeu os estudos com 15 anos, na 5ªserie, após ir morar com mãe e padrasto e este passar a exigir que trabalhasse. Começou a reprovar e abandonou os estudos.
Sílvio	Após morte do pai, aos 12 anos, necessitou começar a trabalhar, interrompendo os estudos na 5ª série.
Tião	Interrompeu estudos na 8ª série, quando possuía 16 anos, porque começou a trabalhar para ajudar nas despesas domésticas.
João Cláudio	Relatou que iniciou uso de maconha aos 16 anos e passou a reprovar. Reprovou três vezes na 7ª série e resolveu parar e só pescar.
Kennedy	Estudou até 8ª série, quando possuía 14 anos. Ao começar relacionamento, deixou escola.

Fonte: autor.

Dos 13 entrevistados que relataram envolvimento com ilícitos, apenas um deles, Leandro, relatou que conciliou a frequência escolar, mesmo que com algumas reprovações, com a rotina do tráfico de drogas. O relato deste entrevistado é interessante porque ele indica que conseguiu conciliar de forma bastante prolongada aspectos da ‘vida errada’, qual seja a prática do tráfico de drogas, com aspectos da ‘vida certa’, qual seja a frequência à escola e à igreja.

As distintas situações podem ser categorizadas conforme gráfico a seguir.

Figura 5 – Gráfico das causas do abandono da escola



Fonte: autor.

2.3 ASPECTOS FAMILIARES

Diversas questões relacionadas a aspectos familiares foram obtidas na pesquisa, tais como relatos sobre a figura do pai e acerca da existência ou não de uma figura de autoridade durante a infância e adolescência dos entrevistados.

Tabela 4 – Relação entre entrevistados e suas figuras paternas e autoridade parental (continua)

Entrevistados	Figura paterna/autoridade
José Antônio	Péssima referência paterna. Não indica figura de autoridade.
Roberto	Não conheceu pai, que morreu quando era bebê. Padrasto foi referência de pai. Índícios de baixo rigor materno.
Genilson	Relata que pais eram rígidos e que ambos castigavam fisicamente. Pais se separaram quando tinha 12 anos. Relatos negativos em relação ao pai, de que bebia e não provia o necessário.

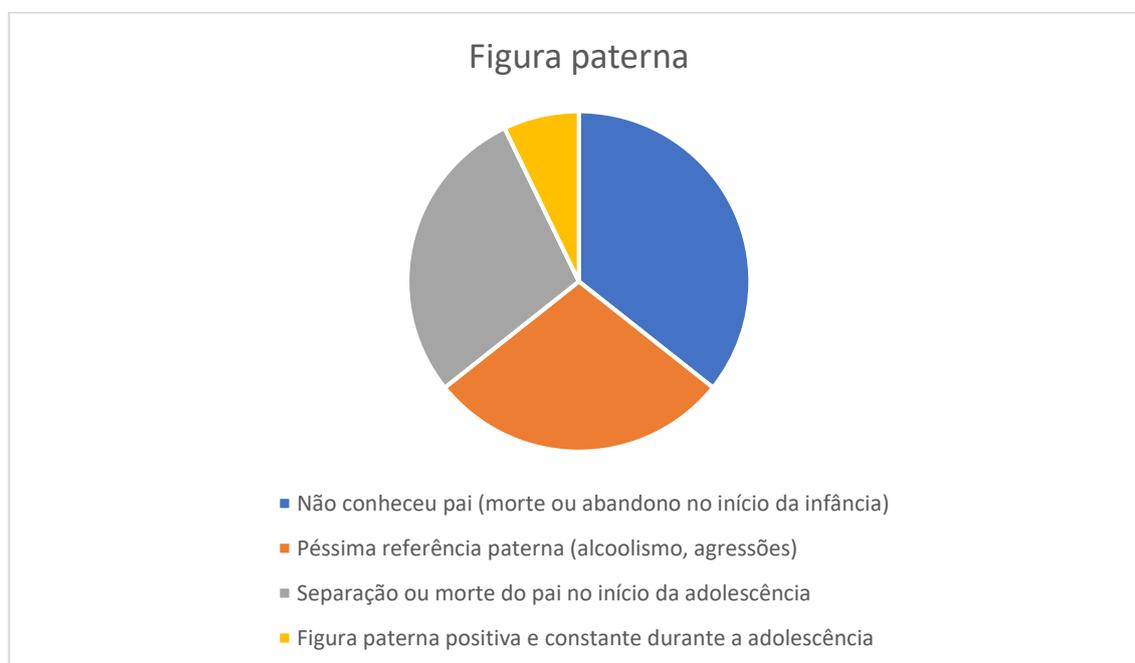
Tabela 4 – Relação entre entrevistados e suas figuras paternas e autoridade parental (conclusão)

Leandro	Não conheceu pai. Viveu pouco com mãe. Criado pelos avós, que não eram rígidos.
Anderson	Pai castigava fisicamente, mas não exercia controle e fiscalização. Castigos físicos excessivos. Relata que apanhava se voltasse para casa sem comida.
Edvaldo	Presente figura de autoridade. Como não queria estudar, pai colocou para trabalhar na roça, até os 16 anos, perdendo contato com os amigos envolvidos em desvios e crimes.
Sander	Pai abandonou a família quando era criança, perdendo contato. A partir daí sua mãe passou a ter outros companheiros, tornando-se alcoólatra e atribuindo a ele a função de cuidar da casa.
Teotônio	Boa presença paterna. Pai rigoroso. Com separação, foi morar na rua.
Fabiano	Pais separaram quando tinha 3 anos. Pai alcoólatra. Péssima referência paterna. Relata que não teve figura de autoridade.
Wilson	Não conheceu pai; mãe ausente; sempre morou com a tia. Relata que tia exercia autoridade.
Sílvio	Pai morreu quando tinha 12 anos. Relata que pai era presente e rigoroso. Não batia. Morava com mãe.
Tião	Pais se separaram quando tinha 14 anos. Passou a viver com mãe, padrasto e irmãos. Pai bebia, ameaçava mãe. Relata que pai era rigoroso. Faleceu pouco depois da separação e próximo à sua prisão.
João Cláudio	Não conheceu pai. Quando tinha 6 anos, mãe mudou para Vitória/ES e o deixou com avó, que o criou. Relata que avó era rígida.
Kennedy	Pais separaram quando tinha sete anos. A partir daí passou a viver com mãe e padrasto. Relata que mãe fiscalizava escola.

Fonte: autor.

Dentre os entrevistados, a quase totalidade deles não conviveu com ambos os pais no período correspondente ao início da adolescência, conforme é possível verificar no gráfico a seguir:

Figura 6 - Gráfico das descrições da figura paterna



Fonte: autor.

Fabiano, que se envolveu em roubos e se tornou dependente químico de crack, relatou sobre seu pai:

Fabiano (F): meu pai era... bebia muito, era alcoólatra. (...) Meu pai era alcoólatra, irresponsável, né, Deus o tenha, que agora se foi. (...)

Gusthavo (G): Vem cá, o seu pai. A sua relação com seu pai. Você falou que você chegou a morar um pouco com ele, como era?

F: ah, meu pai... não tinha juízo. Meu pai não tinha juízo, bebia muito. Todo dia meu pai tava bêbado. (...) Ele não tinha paciência pra falar comigo. (...) Ele só falava comigo gritando e xingando e eu... também xingava ele também. Nós não tinha uma relação muito boa não. Embora ser uma excelente pessoa quando tá bom...

G: o problema dele foi o álcool?

F: era o álcool. Sentava com ele... nem conseguia adquirir nada na vida por causa da cachaça. Ele separou da minha mãe, ficou lá na miséria dependendo da minha tia. (...)

G: ele tinha, assim, exercia autoridade em relação a você?

F: exercia, mas não tinha influencia nenhuma. Exercia, mas não dava nada pra mim, não. (...) ele não tinha moral porque a vida toda a gente sabia que ele separou da minha mãe, porque batia na minha mãe, entendeu? Então... acho que filho nenhum, não tem moral com filho nenhum. Sentia era pena dele. Ele não tinha moral de exercer...

G: quem que era pra você, quem foi a figura de autoridade aí na sua vida? Ou não teve?

F: não teve. (trecho de entrevista a mim concedida por Fabiano, Piúma/ES, 21/02/19)

Teotônio, que após a separação dos pais e presenciar padrastos agredindo a genitora, resolveu morar na rua de Vitória/ES, envolvendo-se em furtos e tráfico de drogas, informou sobre seu pai:

Teotônio (T): (...) com doze anos meu pai saiu de casa, quando eu tinha doze anos. Aí eu não suportava ver os homens, minha mãe arrumando namorado, batendo nela. Aí eu fui, preferi sair de casa pra não ficar vendo aquelas cenas. Vendo minha mãe apanhando, vendo aquela situação toda né. Aí só tava criando mais ódio dentro de mim, que meu pai se separou de mim.

G: você tinha falado do seu pai. Relação com seu pai era boa, né, seu pai, como era? Ele era muito rigoroso com vocês?

T: no caso, assim, tinha vez que se errasse, ele colocava de castigo errou, botou de castigo. Aí pegava, botava milho, feijão e botava nós pra ficar ajoelhado ali, tantas horas ali ajoelhado no milho. Mas nunca chegou de bater, de dar esculacho não. De bater nos filhos não. (trecho de entrevista a mim concedida por Teotônio, Piúma/ES, 20/02/19)

José Antônio também traz relatos interessantes sobre seu pai e como passou a ser sua vida após a separação dos pais:

G: sua mãe e seu pai. Seu pai e sua mãe são casados?

José Antônio (JA): não, se separaram. (...)

G: você pequeno?

JA: meus quinze anos... aí dali pra cá só tristeza. (...)

G: vem cá, você falou lá da sua relação ruim com seu pai, agora, aí quando sua mãe separou, né, você falou que vocês foram com sua mãe lá pra Belford Roxo, sua mãe era rigorosa com vocês, assim de não deixar sair de casa, de ter hora pra voltar, não ficar andando com amizade ruim, ou sua mãe era mais tranqüila?

JA: não, minha mãe, ela falava tudo isso. (...) falava tudo isso. Já meu pai, não, meu pai vinha do serviço, às vezes chegava do serviço ia beber. (...) não ligava muito. (...) minha mãe não, minha mãe ligava. “óh, vigia, meu filho, essas amizades que você tá, cara”, vendo muitas pessoas morrendo, ela falava, falava de tudo. (trecho de entrevista a mim concedida por José Antônio, Piúma/ES, 13/02/19)

Anderson também trouxe uma ideia bastante negativa em relação ao seu genitor:

Anderson (A): Mas também meu pai também era assim, tipo bruxo, não tem? Acendia vela, esses negócios, fazia coisas ruins, né

G: dentro de casa?

A: fazia, botava atrás da porta assim. Minha mãe brigava com ele, ele saía na briga com a minha mãe. Demonstrava que tinha coisa ruim nele. Ele tinha livros ruins dentro de casa, a gente lia. Uma vez ele pegou eu lendo, ele falou “meu filho não lê não, se você ler, depois tem que ler de frente pra trás, de trás pra frente, não sei o quê”, aí eu falei “você tá doido!?”,”não, você não lê isso não. Nunca mais coloca a mão nesse livro...” (...) apesar de eu ser muito bagunceiro, eu obedecia ele.(...) Minha mãe tem muitas amizades, ela conhece muita gente, e... faltava tempo dela pra tá no meio da gente. Tá junto da gente ali, ensinando a gente, nós “ficava” mais só do que junto deles, entendeu? Porque meu pai era na cachaça. Apesar de dar comida à gente e vigiar a gente, mas não tive aquela coisa de conversa de pai e filho, de mãe e filha, essas coisas assim de ficar mostrando a vida certa, entendeu? “Óh meu filho, é assim, assim e assim...”, como se diz, “hoje nós vamos pra tal lugar fazer um piquenique, vamos ter uma festinha em família, vamos ter aquela...”, não, era sempre alvoroçado dentro de casa. Era comida... comida, comida, brincadeira... entendeu? Longe dos pais, não sabia nem o que estavam brincando, com quem tava se envolvendo, né... rolava abusos, né. Rolava abusos, entendeu? As vezes por certas pessoas que brincavam, tinha aquelas brincadeiras de passar a mão na bunda dos outros, brincadeiras de... e assim os pais não estavam presentes pra olhar isso, entendeu? Rolava esses tipos de abuso. E eu já... brigava, saía na porrada, que eu não gostei de brincadeira de alguém passar a mão na minha bunda, de uma pessoa... nunca gostei! Aí brigava, saía na porrada. Às vezes rolava, de crianças mesmo, tá cometendo ali óh... né, atos de sexo e pai e mãe não tava vendo, entendeu? Então, assim, muitas coisas que “passava” na gente que a gente presenciava, além de drogas e crimes, entendeu? Já presenciei muitas coisas erradas. Talvez se a gente tivesse ali um foco: escola, casa... “vou olhar uma prova, vou ver se tem alguma coisa se não tá, se tem algum estudo aí que o professor seu passou... vou botar você nos jogos... de escola aí, né, que...”, tipo assim, né, botar a gente pra interagir com as coisas, mas não tinha essa oportunidade. Nós não “teve”. A gente era muito “largado”. (trecho de entrevista a mim concedida por Anderson, Piúma/ES, 17/01/19)

Tião também relatou problemas relacionados a bebida e agressões por parte de seu genitor:

Tião (Ti): não, meu pai é tranquilo, só que ele bebia de vez em quando, aí ficava meio chapado...

G: é? Batia em sua mãe?

Ti: rapaz, acho que chegou... não foi bater, não, mas ele bateu, né, cara. Umas vezes. Não foi bater não, tapas, empurrão, mas é agressão, né.

G: e com vocês? Ah, fala aí, você ia falar alguma coisa.

Ti: com a gente era tranquilo. Teve um dia que eu acordei com ele dando facãozada na porta, ele ia matar ela. (...) Foi, porque eles estavam separados, só que ele não aceitava não. (trecho de entrevista a mim concedida por Tião, Piúma/ES, 23/01/19)

Sander informa que seu pai abandonou a família na sua infância:

Sander (S): Na minha infância mesmo? Era eu, minha mãe e meu pai. (...) Aí, só que meu pai sumiu. Eu era novo e meu pai abandonou a minha mãe. Aí minha mãe começou a conviver com os padrastos, né? (...) não lembro dele desde quando eu tinha sete anos já. Daí para cá nunca mais vi ele. (trecho de entrevista a mim concedida por Sander, Piúma/ES, 19/12/18)

Relata também problemas relacionados aos cuidados originados de sua genitora:

S: Olha, minha mãe é uma ótima pessoa, até ela se entregar totalmente. Mas, quando eu era novo, ela ainda matriculava eu, era assim, cuidadosa, botava eu para estudar. Mas, aí, quando eu fui pegando para a quarta, quinta série em diante, ela já foi, já se entregou no álcool. Aí, ela começou a beber muito. Ela chegou no bairro ela não bebia, ela foi e meteu um bar lá, aí, desse bar foi o fim. (trecho de entrevista a mim concedida por Sander, Piúma/ES, 19/12/18)

Roberto indica baixo grau de autoridade de sua genitora:

Roberto (R): Meu irmão eu acho que sempre foi mais rebelde. Porque ele não ficava muito dentro de casa. Só vivia nas ruas, dormia fora direto.

G: E sua mãe, o que ela fazia em relação a isso?

R: Ela não se importava muito porque ela já tinha um probleminha de saúde negócio de pressão alta, diabetes... (trecho de entrevista a mim concedida por Roberto, Piúma/ES, 06/02/19)

O entrevistado Leandro demonstra a ausência dessa figura de autoridade em sua história de vida quando compara a sua criação com a de alguns amigos:

G: O que você acha que aconteceu na vida deles que ajudou eles a serem fortes e não seguirem. Entendeu? Qual é a diferença entre aqueles amigos que entraram no movimento e aqueles que não entraram? O que eu posso perceber de diferença na vida dos dois que fez com que alguns não entrassem?

Leandro (L): Que eles não entrassem? É que o pai e mãe dele. O pai deles é caminhoneiro. Agora ele já não frequenta mais estrada porque deu catarata nos dois olhos dele, aí é o irmão dele que dirige pra ele. Eles eram rígidos. Era de casa pra escola, pra igreja e cabô. Pra mais lugar nenhum. Isso que fez diferença pra ele, eu tenho certeza. (...)

G: Sua avó sabia que você estava vendendo droga?

L: Ela veio a saber algum tempo depois. Ela viu um policial me abordando, aí quando eu cheguei dentro de casa ela falou: Rapaz, você já tá mexendo com droga? Daí, eu falei: 'É vó tô vendendo mesmo'. Ai, ela falou assim: 'é, meu filho, não sei não'. Cabô. Ao invés de ter dado um conselho. Ela e meu avô, ao invés, de ter dado um conselho. Não deram conselho. (...)

G: Você acha que faltou pra você referências positiva? Boas referências, referências positivas, que pudessem te puxar pra um outro lado, entendeu? Mais do trabalho, do estudo. Você acha isso faltou também?

L: Faltou. Bastante! Igual lá o Deivid (Deivinho), eu via a rotina dele. Olhava assim, o pai dele sempre ensinando ele a dirigir o caminhão. Hoje em dia ele é um dos caminhoneiros bons que tem lá cima, no Céu Azul lá, entendeu? Eu olhava, assim, ele passava com a carreta, buzinaava, assim, eu olhava, assim, e [pensava]: "É, esse aí cresceu na vida"... Agora, eu. (...) O pai e a mãe ali perto sempre corrigindo ele...

G: Você acha que se você tivesse isso, seria uma coisa que teria te impedido?

L: Se eu tivesse isso aí, não estaria no tráfico... (trecho de entrevista a mim concedida por Leandro, Piúma/ES, 18/12/18)

Leandro indica, ao comparar sua realidade com a de alguns amigos, como a existência de ‘pais rígidos’, ‘o pai e a mãe ali perto sempre corrigindo ele’, podem ter contribuído para que alguns amigos não se envolvessem em crimes, diferentemente de sua história de vida.

De forma distinta, Wilson relata a presença da tia em sua criação e o rigor apresentado por ela:

G: Aí como que era, fala aí um pouco da sua vida...

Wilson (W): eu estudava, brincava mesmo, até tarde da noite, que minha tia autorizava até as dez horas assim, tarde pra criança é as dez horas. Até as dez horas nós ia de volta. Entrava pra dentro de casa, ela trancava o portão. Saída de manhã cedo pra estudar. Mas quando tinha verão, ela vendia cerveja e nós ia com ela catando latinha pra ajudar no material de escola, essas coisas assim.

G: E me fala aí, sua tia então que era a chefe da casa? Ou era o tio?

W: não, ela era a chefe da casa.

G: ela era a chefe da casa. E como ela era? Era uma pessoa legal com você?

W: é, conversava... explicava as coisas à gente, tudo certinho...

G: e ela era durona, assim, também?

W: no horário que tinha que ser chegava junto. (...) até mesmo a gente. Às vezes minha tia, a gente ficava conversando, passava a horário de ir embora

G: aí sua tia ia atrás de você?

W: aí ia atrás e no outro dia eu não saía pra brincar. (...)

G: aquele cara ali que você sabe que sua tia não gosta que ande com ele...

W: é. a gente procurava não se misturar com ele, mas acabando, às vezes, na brincadeira aí todo mundo no meio, chegava e, por ser muito criança, né, aí acabava se juntando, aí minha tia ia lá e buscava nós pra ir embora pra casa. (trecho de entrevista a mim concedida por Wilson, Piúma/ES, 12/12/18)

Uma trajetória bem peculiar quanto a este tema é do entrevistado Genilson, que, apesar de relatar ter tido pais relativamente rigorosos, sempre se mostrou arredo e com comportamento desafiador:

G: por exemplo? Dá um exemplo aí, quando você era garoto que ele... pegava pesado com vocês...

Genilson (g): na época, (risos) eu era garoto, juntei com mais uns menozinhos lá, fomos roubar cana, no quintal do vizinho lá, ele deu uma surra. (...) minha mãe descobriu primeiro, meu pai ficou enchendo o saco. (sobre o tráfico); ficou falando, “você vai preso”, “preso o quê?! To mexendo com nada não”.

G: tá, mas, mas... você era adolescente, né, cara? Na verdade eles podiam ter um rigor maior, né?

g: é, podiam.

G: você acha que podiam ter tido?

g: adiantava nada não. Falava comigo, eu não dava atenção não. (...) se me batesse era pior. (...) meu pai, quando nós “era” mais novo, ele não ajudava nós em nada não. Só comprava um tenisinho, um chinelo, lá uma vez ou outra... no ano. Minha mãe ficava sempre trabalhando, pra sustentar nós. Nós “era” em sete irmãos, seis irmãos dentro de casa, era em cinco. Era nós cinco. Aí às vezes faltava as coisas. (...) dava, dava raiva! Meu pai gastava dinheiro bebendo. (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18)

É possível perceber, no entanto, apesar desta característica desafiadora de Genilson, seu ressentimento em relação ao fato de seu pai privar os filhos do básico para gastar com bebida:

g: aí eu comecei ficar com ela, minha mãe foi contra, não deixou não. (...) Peguei e saí de casa. (*relacionamento com mulher*).

G: por que você não obedeceu sua mãe, cara?

g: achava que minha mãe tava errada. (...) é, queria mandar demais na minha vida.

G: hoje, quando você olha pra trás, acha que ela tava certa ou errada?

g: ela tava certa, que arrependimento. (...)

G: e sua mãe nessa volta, como é que foi? Ela...

g: ela mandava tomar juízo. (...). dava conselho.

G: e você não ouvia?

g: ouvia não.

G: ela dava conselho, mas fala aí... ela era muito rigorosa ou não? Dava conselho, mas...

g: ela dava conselho, mas... ela pegava no pé, ela só pegava no pé só.

G: ela bateu em você?

g: batia não. Só uma vez que ela me deu uma vassourada no ouvido, tomei a vassoura da mão dela e joguei fora. (...) era menor ainda, tinha, foi logo depois que eu saí. (do IASES). (...) eu tava lá dentro lá, discutindo no telefone, ela pegou, achou que eu tava brigando com a mulher, a Silvina, ela pegou, entrou e me deu uma vassourada.

G: então ela entrou pra defender a Silvina?

g: é.

G: nunca te deu vassourada porque você tava traficando?

g: não, não. (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18).

Os relatos do entrevistado João Cláudio, por sua vez, são interessantes porque demonstram não uma perspectiva negativa em relação ao pai, mas os sentimentos em relação à ausência deste:

João Cláudio (JC): fui ter uma bicicleta com uns quatorze anos, que eu pescava, na internada... nessa temporada de férias. Aí eu fui e comprei uma bicicleta pra mim, mas... sempre tive aquela revolta do meu pai sobre isso. E os meninos sempre falavam, “ah, meu pai comprou isso aqui, meu pai comprou isso ali”. Eu nunca tive pai, aí eu tive que recorrer a minha vó, aí via o sofrimento e não pedia.

G: entendi. E isso em você, o que isso causava em você?

JC: ah, dava... revolta toda! Aí depois ia passando. Quando eu comecei a trabalhar mesmo, eu vi que isso daí, aí passou isso daí, sabe, essa revolta, essa parada. (trecho de entrevista a mim concedida por João Cláudio, Piúma/ES, 16/01/19)

João Cláudio relata, em relação à sua avó, que a mesma era rigorosa, fiscalizando seus horários de permanência fora de casa e as companhias com quem andava:

G: como era, fala aí que você falou um pouco agora, fala um pouco da sua vó. Como ela era com você em termo de... se ela era rigorosa...

JC: ela era muito. (...) muito rígida.

G: rígida como? Dá um exemplo aí. O que ela fazia?

JC: não deixava eu sair, dependendo do horário, quando eu era menino, brincava na rua. Fui sair mesmo quando tava com dezoito. Com quatorze que ela deixava eu brincar mais, jogar bola na rua. Mas sempre foi rígida, desde quando eu conheci esse menino, esse Josenildo aí, ela nunca gostou, sempre ficava no meu pé. (trecho de entrevista a mim concedida por João Cláudio, Piúma/ES, 16/01/19)

Fabiano relata a separação dos pais quando tinha 03 (três) anos, a partir de quando passou a morar com diversos parentes e na rua:

G: quando separou, sua mãe voltou pra Piúma?

F: voltou pra Piúma. (...) fomos morar no Limão com minha mãe. (...) aí a situação ficou difícil, minha mãe tem cinco filhos, tenho mais quatro irmãos. Aí minha mãe foi deixando... minha irmã ficou com a minha tia, eu fui pra casa do meu tio, meu irmão mais velho ficou com minha vó e... virou uma bagunça, vamos dizer, praticamente. E eu fui aquele filho rejeitado, me levava pra casa de um, aí minha tia não me queria, que era muito levado quando era pequeno. Aí me levava pra outra tia, não queria... eu cheguei até viver um período na rua, por incrível que pareça.

G: então você, a sua infância ali, você morou... mudou muito de casa?

F: mudei, alternadamente, um pro outro. (...) ninguém queria. (...) na casa da minha tia, por exemplo, a minha tia Maria de Lourdes, veio lá do sul de Belo Horizonte, eu morei com ela, já tinha cinco filhos, então ela não tinha condição de tomar conta de cinco filhos e, a gente ficava na rua largado, o dia inteiro, entendeu? Eu me lembro que quando eu tinha meus onze, dez pra onze anos, eu ficava em Belo Horizonte, tinha um bairro chamado Belo Horizonte, ficava apertando a campainha e ficava pedindo comida, essas coisas, quando era pequeno. Minha tia passava muita dificuldade, entendeu? Aí a gente ficava pedindo. E daí foi juntando, pra envolver com coisa errada (...) ninguém queria ficar comigo e, fiquei pulando de lado pra lado. Meu pai era alcoólatra, irresponsável, né, Deus o tenha, que agora se foi. Faleceu. E minha mãe falava “não to aguentando mais o Fabiano, fica com ele que você é pai também”, ia

pra lá, meu pai trabalhava o dia inteiro, entendeu? Não tinha condição de cuidar de mim e eu ficava comendo na casa da minha tia que era perto do irmão dela. Aí ficava com meus primos também, largado o dia inteiro. Aí ficava andando...(...) Eu cheguei, pelo incrível que pareça, cheguei catar papelão, na rua, no centro de Belo Horizonte, eu ficava, com doze pra treze anos, onze, dez pra onze anos, onze pra doze anos, eu me envolvi com a molecada que catava papel na rua, passei aquela temporada de ficar cheirando tiner na rua. (trecho de entrevista a mim concedida por Fabiano, Piúma/ES, 21/02/19)

José Antônio traz em seus relatos forte presença de *tensão no ambiente familiar*:

G: como era antes? (*da separação dos pais*)

JA: como era antes? Briga, bebedeira, só misericórdia mesmo dentro daquela casa. Nós “cansava” de ver, quando nós “era” pequeno, meu pai agredindo minha mãe, aquilo ali focalizou nossa memória, porque... nossa memória que eu falo assim, é a minha. Aí dali eu comecei a tentar caçar uma trajetória. A trajetória que eu cacei foi o erro. O erro “foi” as drogas. Aí eu comecei a roubar, comecei cometer delitos. Aí dali pra frente, comecei a me envolver também com pessoas de má índole, só misericórdia de Deus! (...)

G: batia em vocês também?

JA: acho que devida às vezes que a gente ia defender minha mãe, ele empurrava, mas aquele empurrão forte que machucava. (*o pai*) (...)

JA: união! Não tinha união! Não tinha muita união. A única união era quando se juntava pra beber e, mesmo assim, no final de tudo dava briga, dava confusões. (...)

G: Não tinha amigo envolvido com coisa errada, com crime? (*Em Amapá, Duque de Caxias*).

JA: não. Só vivia naquela convivência, vendo agressões. Tanto é que meu pai também, ele chegou, ele chegou bêbado, ele bateu na panela lá, queimou oitenta por cento do corpo da minha mãe. Essa foi a pior cena que eu vi na minha vida. Minha mãe correndo na casa, gritando. (...)

G: Você ficava querendo ficar fora de casa, na época?

JA: todas as vezes! (...) eu só vivia na rua por causa disso. Eu não tinha aquele gosto de olhar pra cara da minha mãe assim e ver aquele sofrimento que ela tava passando. (...)

G: mas você acha que as amizades, as amizades foram determinantes pra suas entradas no crime? Os amigos, ou não, foram outras coisas, que levaram você, nesses momentos que você entrou no crime? Roubo e tráfico. Foram os amigos que... sua mente fraca...

JA: foi turbacão, foi turbacão de tudo que eu vi também, na minha vida também.

G: isso foi mais forte?

JA: foi mais forte. Dos amigos, eles chamavam.

G: os amigos foram oportunidade, né?

JA: a oportunidade de entrar no erro. (...)

G: então não foi por isso também que você se envolveu no crime, né, de falta de fiscalização da família, de rigor da família?(...)

JA: foi a mente, que vinha aqueles passado ali todinho ali, passado da família. (...)

JA: ali eu entrei mesmo foi por causa da mente mesmo que eles passaram ali, da minha vida que eu passei. (trecho de entrevista a mim concedida por José Antônio, Piúma/ES, 13/02/19)

Segundo José Antônio, o que o levou a entrar no crime foi ‘turbação’, termo que ele utiliza para se referir aos efeitos psicológicos causados por toda aquela situação de sofrimento e tensão no ambiente familiar.

É interessante perceber que, apesar de vivenciar essa situação, enquanto vivia em ‘Amapá’, local do Rio de Janeiro que considera ‘canto de roça’, não se envolveu em crimes, o que somente ocorreu quando mudou para ‘Kelson’, Belford Roxo, local onde passou a se relacionar com pessoas, segundo ele, de ‘má índole’, o que demonstra que, para ele, a situação de tensão familiar relatada não o levaria ao crime se não vivesse em um contexto propício a este envolvimento, convivendo com pessoas implicadas em práticas ilícitas.

O entrevistado Anderson traz, também, em seus relatos, informações significativas ligadas à tensão no ambiente familiar:

A: andava com um garoto lá, chamado Alciel. Nós “saía” pra poder... pedir, né, nas portas dos outros, porque nós “passava” necessidade. Meu pai não ganhava muito dinheiro, meu pai tinha problema de saúde. Brigava muito, ele mais a minha mãe. Aí... andando com ele, limpava tábua de barco, né, nós “trabalhava” na tábua de barco, nós “ajudava” a descarregar os peixes, né. Pegava peixe, vendia. Chegou um determinado momento que eu faltava muito a escola, né, deu problema com Conselho Tutelar, com a Justiça, que faltava muita aula. Mas era porque eu... passava necessidade, faltava muita aula pra ajudar minha mãe em casa. Minha mãe tava abusando de mim, às vezes eu... chegava na hora errada né, e... por brincar também, às vezes, eu queria ser criança, aí eu não chegava no horário certo em casa. É... meu pai me batia, né. Na época, meu pai me batia...(..)

A: em casa... às vezes era bom, às vezes era ruim, porque meu pai bebia, brigava muito com minha mãe, batia muito na gente. A gente... às vezes eu saía pra pedir, não tem? Aí eu não conseguia nada. Aí meu pai falava que eu tava brincando, que não podia era nada. Às vezes apanhava. (...)

A: . Eu saía com minha mãe pra girar, só que meu pai sempre falava que minha mãe tava traindo ele, batia na minha mãe, entendeu? Ele bebia cachaça, bebia muito, tinha muito ciúme. (...)

A: Às vezes eu saía pra pedir as coisas na rua, aí me entretia em brincadeiras mesmo, né, chegava em casa sem nada, às vezes, falava que não consegui nada, mentindo, né, porque eu não pedi, né. Aí apanhava de novo, entendeu? Aí chegou um momento que eu passei a... cometer pequenos furtos, né, pra poder não apanhar em casa. Aí chegava em casa, mostrava, falava que eu pedia, eles não procurava saber de onde era. Aí eu... pegava e... e mentia, né, não falava de onde. Aí não apanhava. Aí eu vi uma maneira que eu não apanhava. Aí quando eu pedia as coisas e ganhava, às vezes pouco, ou às vezes não ganhava nada, às vezes eu cometia algumas coisas, entendeu? Aí ia pro porto, vendia os peixes, dava o dinheiro todo pra minha mãe, minha mãe comprava as coisas pra gente comer. (...)

A: aí... já falou em matar minha mãe. Já imprensou o braço da minha mãe, já, uma vez eu peguei pela janela, aí eu e meu irmão queria matar ele, pegamos uma foice, né, a gente ia matar ele porque a gente viu ele matando a minha mãe. Aí assim, tá doido, a mãe da gente é tudo pra gente, e naquele momento ali, a gente quase que fazendo coisa com ele. Aí nós falamos com nossa mãe, “olha, a senhora desiste dele, não volta pra ele mais não, porque a senhora vai fazer a gente cometer uma coisa muito ruim, que é uma coisa que a gente vai sentir muito depois, por ele ser nosso pai, né”. Porque com todas as coisas que ele fez com a gente, a gente nunca “perdemos” o amor por ele. Se fizesse alguma coisa, era com o momento ali, de raiva, assim, entendeu? Porque tá vendo acontecer algo ruim com sua mãe, entendeu? Aí ela pegou e largou ele. Largou ele, pediu proteção na Justiça, deu varias queixas dele. (...)

A: faltava comida. Faltava muita comida. Nós “dormia” no chão... quando chovia, a nossa cama assim, óh, entrava água pelos buracos das... das tábuas, molhava tudo, nossa cama. Nós tínhamos que levantar todo mundo, com as cobertas na mão. (...)

A: é, era apertado. Era barraquinho pequeno, mas fazia as divisórias, lá no barraco. Aí tinha um barranco atrás, assim. Descia água. Nós “ia” lá no barranco, pra descer a água. Aí quando era muita, aí entrava dentro de casa mesmo. (...)

G: faltava por quê? (*aula*)

A: faltava porque eu ia pedir nas casas dos outros. Eu ia pedir, aí às vezes chegava na hora certa. Às vezes tava lavando tábua, eu só podia ganhar o peixe depois que terminasse de terminar... meu serviço, né. Porque eu tinha que eu tinha que lavar tábua, ainda tinha que ajudar tirar o peixe, quando acabasse toda descarga, eu ganhava o meu peixe. Aí a minha intenção era de vir pra casa comer, ou vender. Aí às vezes eu vendia, pra comprar uma comida, né, e às vezes eu vendia. Aí às vezes ganhava uma quantidade, eu vendia e um pouco pra comer. Aí eu ia nos açougues aqui em Piúma, pedia pelanca, pedia verdura nos verdurões. Às vezes pegava no latão mesmo, né. Entrava, pegava assim aquelas verdurinhas que tá só machucadinho, né?! (...) cortava tudinho, lavava tudinho, nós “comia” em casa, né. Levava pra porco, levava pra galinha, que nós “criava”. É... ia na padaria ali, Belmiro, aqui, pedia pão, me dava sacos de pão, às vezes pra gente, né. Dava pão dormido pra gente comer muito com café. E ficava pedindo, né. Às vezes quando não conseguia serviço, eu ficava pedia. Comecei trabalhando também. Comecei trabalhando também, batia laje...(...)

G: você relatou que sua relação com seu pai não era boa...

A: não, não era muito boa porque a gente sofria, assim, pancada, né, a gente apanhava, né. Às vezes... não precisava bater pra pessoa... (...) eu acho assim, bater não resolve nada. Bater só vai criar mais ódio dentro do coração da gente. A gente vai ficar com medo de apanhar e vai cometer atos pra poder tentar melhorar e vai piorar as coisas! Vai piorar, porque a gente vai tentar melhorar, né, por medo de apanhar, aí vai “não, vou fazer isso pra melhorar”, aí acaba piorando, a gente faz daquilo ali pior do que... porque a gente tá com medo de apanhar. Talvez se a gente não tivesse medo de apanhar, chegasse em casa e tivesse uma boa conversa, as coisas seriam diferentes. Entendeu? (...)

A: é. Aí eu falava “mãe, eu quero pão”, aí via as coisas, e ela falava “ah meu filho, tem dinheiro não!”, aí eu falava “ah, então vou ali pedir um!”, aí ela... ficava com o coração dóido, né, falava “vai, meu filho, vai lá então, pede. Eu não tenho dinheiro pra dar, se ele te der...”. E às vezes a gente fazia até algazarra no pé dela, né. Aí eu pedia, eu via que algumas pessoas eram boas e davam. Algumas pessoas negavam, né, “não posso dar, não posso coisar”, algumas pessoas “não, toma aí”. Aí dava, comia e saía. Aí foi onde que eu via uma facilidade de eu poder comer e beber. Eu falei assim “basta eu pedir!”. Só que por medo de apanhar porque eu não conseguia, eu praticava erro. Eu roubava, entendeu? Biscoito pra comer. Às vezes eu olhava pra casa, as coisas, comida, esses negócios, eu roubava. Aí fazia a sacolinha, levava. Falava que tinha pedido, mas não tinha pedido nada, eu tava praticando furtos! Com medo de apanhar em casa, porque quando eu não chegava com nada... aí meu pai pegava e

falava assim “você tava brincando, rapaz! Você tava por aí na malandragem! Você não tava fazendo nada...” (...)

G: vem cá, deixa eu te perguntar, você falou já, né, que seu pai batia demais, né?

A: não, espancava! Ele batia minha cabeça assim no meio das pernas dele assim, agarrava a minha blusa, não tinha como eu sair. Ele batia. Batia mesmo, se minha mãe, minha mãe, tinha hora que se ela não entrasse, parecia que ele ia me matar, porque ela também, até ela já tomou correada dele... (trecho de entrevista a mim concedida por Anderson, Piúma/ES, 17/01/19)

A trajetória de Anderson sem dúvida nenhuma é uma das mais fortes em relação à tensão no ambiente familiar, tendo sido obrigado a pedir comida na rua sob pena de sofrer agressões, o que o levou a praticar furtos para evitar sofrer castigos físicos do pai.

Teotônio também possui uma trajetória de vida repleta deste aspecto:

T: ... com doze anos meu pai saiu de casa, quando eu tinha doze anos. Aí eu não suportava ver os homens, minha mãe arrumando namorado, batendo nela. Aí eu fui, preferi sair de casa pra não ficar vendo aquelas cenas. Vendo minha mãe apanhando, vendo aquela situação toda né. Aí só tava criando mais ódio dentro de mim, que meu pai se separou de mim. (...)

G: mas até os doze você não entrou em coisa errada não?

T: não. Eu comecei com uns treze anos, depois, um ano depois que minha mãe... meu pai e minha mãe se separou, aí... porque eu não ficava suportando ver aquela cena, né, minha mãe apanhando na cara, de homem, aí eu fui e comecei a fazer as coisas erradas. (...)

G: O quê que eles faziam?

T: ah, tinha uns que batiam, queria bater, né. Aí aquela cena pra mim não era não, pra mim não porque, meu pai não me batia, nunca me bateu, levantou a mão pra mim, porque outro homem vai vir e me bater? (...)

T: aí eu saí de casa, fui morar na rua uns tempos, morei na rua. Aí fiquei trabalhando de flanelinha, morando na rua, trabalhando de flanelinha. Aí fui pra Vitória, tava morando na rua em Vitória, aí foi onde que eu conheci o... a vida errada, ganhar dinheiro fácil. Aí eu engrenei... comecei traficar. Fiquei lá, morando lá, traficando. Aí conheci uma mulher lá, me deu casa lá, e comecei namorar com ela. Até minha fase de dezoito, pra dezenove anos eu fiquei morando lá em Vitória. (...)

T: rapaz, o sofrimento de sair de casa foi na hora que eu vi a cena que eu vi o cara batendo na minha mãe, né. Aí aquilo pra mim foi... cheguei dar madeirada no namorado dela, porque eu não... se... eu desde pequeno não... não me conformo homem bater em mulher não. (...) Aí ele vivia batendo na minha mãe, batendo na minha mãe. Minha mãe se separava, arrumava outro. Aí eu via aquela cena de novo. Foi um ano desse jeito, eu vendo essa cena e, foi o fim, falei “ah, vou pra rua. Vou morar na rua”. Aí saí de casa com uma trouxinha de roupa só. Fui embora morar na rua. Fui lá pra Vitória, fiquei morando em Vitória. (...) fui pra encontrar a casa de um parente meu que mora lá em Vitória, lá na Serra, aí como não achei a casa dos parentes meu, que não sabia, não entendia onde que era o bairro, aí fiquei morando na rua. Fiquei uns... uns quatro pra cinco meses morando na rua. Aí foi onde que eu encontrei a menina lá, começamos se conhecer, comecei ir pra vida do crime. (...)

G: aí lá começou trabalhando de flanelinha, dormindo na rua? Dormia onde? Dormia em casa abandonada, onde era?

T: não, jogava um papelão em qualquer lugar, de baixo de marquise, dormia. (...) tomava banho, chegava no posto de gasolina, pedia um pouquinho d'água, tomava banho na torneira, abaixado. Aí tinha vez que pegava um pouco da água, arrumei um baldinho, pedaço de pano, pegava e ia lá, limpava os vidros, pra ganhar um real, cinquenta centavos no sinal. Ganhava, pra tirar um almoço ou se não uma janta, um pão. Minha vida foi assim. Esses cinco meses eu vi o que é o sofrimento de um rapaz quando vai morar na rua... aí depois que eu conheci essa menina lá, aí conheci, aí "se" envolvi com ela...(..)

T: aí eu conheci ela e fui pra lá, morar lá. Os parentes dela era tudo envolvido no tráfico. Mexia com tráfico. Saía pra meter assalto. Aí foi onde que eu comecei a... a ficar na boca de fumo. Traficando pra eles. Pegando carguinha de droga pra mim vender. Aí tinha vez que virava noite traficando lá pra eles. Pra ganhar aquela merrequinha pra tá se alimentando, né. Aí foi onde que eu comecei se envolver com essa Jéssica. (...)

G: Qual era a sua função? Fazia o quê?

T: vapor. Ficava na biqueirinha lá vendendo pra eles. Era vapor.

G: vendia que droga?

T: vendia crack, maconha, cocaína, haxixe. (...)

T: Eu entrei pra vida assim do crime por causa que eu ficava vendo aquela situação dentro, minha mãe arrumando homem e mais homem e batendo nela. Aí aquilo pra mim... não me comovia não. (trecho de entrevista a mim concedida por Teotônio, Piúma/ES, 20/02/19)

Sander também relata forte presença de tensão em seu ambiente familiar:

S: Ah, minha juventude.. minha mãe era de galho em galho. (...)

G: Sua mãe teve várias convivências?

S: Várias convivências. (...) Até mesmo, uma convivência que ela teve foi com um cara que matou o outro na frente dela, na frente da nossa casa. O marido que morava com ela, foi, brigaram e ele viajou para onde ele morava e ela se envolveu com o outro, aí, o outro voltou, aí ela voltou para o outro. Aí, o outro veio procurar e ela. Teve desavença, o cara matou o outro na porta de casa. (...) Minha mãe nunca teve um homem só. (...) tem uns padrastos que era bom, uns padrastos que ajudavam ela, que corria atrás, que cuidava de mim, que cuidava dela. Mas tinha outros que já batia nela, bebia com ela. Entendeu? Igual o Maurinho, finado Maurinho, o cara não valia o que comia. Batia na minha mãe todo o dia. Só bebia, bebia. (...) Eu era garoto, não podia fazer nada com o cara. O cara era maior, mais velho e eu ficava amedrontado também de fazer alguma coisa e ele. Uma vez eu fui falar com ele e ele enfiou a facinha de serra aqui, olha? Saiu sangue e tudo. Aqui, olha? Isso aqui foi a facada que ele me deu. Faquinha de serra. Eu era pequeno.” (...)

G: Aí, que empacou na quinta, perdeu uns três anos. Porquê? O que aconteceu?

S: Porque, a minha mãe, entendeu? Ai, em casa, eu já não tinha quem fazia a comida, quem lavava a roupa, já era eu que tinha que lavar roupa, cuidar da casa, fazer comida. Eu não tinha irmã. Se eu tivesse ao menos uma irmã, a irmã fazia a comida, eu lavava a roupa. Mas, aí, era só os maridos dela que só bebia também. Aí, ao invés dela fazer as coisas para mim, eu tinha que fazer para ela. Entendeu?

G: Desorganizou tudo?

S: Entendeu? Aí, desandou. Porque, em casa, se Deus desse ao menos uma irmã para mim ou um irmão, eu acho que eu teria até mais oportunidade. Mas, agora, uma pessoa sozinha. Só ele e a mãe. Igual, se a mãe endoidar, ele tem que cuidar da mãe. Porque é mãe, aí eu tive que cuidar dela. (trecho de entrevista a mim concedida por Sander, Piúma/ES, 19/12/18)

Roberto relata que perdeu a mãe aos 12 anos e passou a viver com os irmãos:

R: Aos 12, como eu acabei de falar pro senhor, ela morreu (*mãe*). E eu fiquei morando com os meus irmãos. Meu irmão mais velho tinha sido preso, e eu fiquei morando com as minhas duas irmãs. Aí, com o passar do tempo, eu continuei estudando certinho. Mas aí as condições foram ficando apertadas pra nós, né? Nós éramos novos ainda. Eu era o mais novo. Aí tive que já começar a trabalhar, desde pequeno. Aí, a situação foi piorando.(...)

R: É. Aí, eu peguei e sai da escola, minhas irmãs mais velhas começaram a usar droga e tal. Aí, eu comecei também. Aí eu peguei e sai de casa, fui morar na rua. Aos 14 anos eu já tava morando na rua já. Aí eu conheci a droga mesmo, crack, esses negócios. Bebida.(...)

R: Nós morava todo mundo junto. Aí quando a minha mãe morreu eu fui morar com as minhas irmãs, só que todo mundo começou a usar droga aí... começava aquela discussão, aquela briga toda.. E como eu era o mais novo, né? Não tava vendo futuro naquilo ali, peguei e sai de casa. (trecho de entrevista a mim concedida por Roberto, Piúma/ES, 06/02/19)

Assim, nas trajetórias de vida mencionadas constatou-se na quase totalidade dos entrevistados a falta da figura do pai e/ou a ausência do exercício da autoridade pela mãe, avós ou outros responsáveis. Além disso, foi frequente a constatação de tensão no ambiente familiar, o que acabava afastando os filhos do ambiente doméstico.

2.4 APRENDIZADO SOCIAL

Os achados que serão descritos neste tópico se referem à possível influência recebida de grupos de amigos para a prática ilícita, seja pelo aspecto da associação diferencial, isto é, o convívio com amigos com opiniões favoráveis ao cometimento de crimes e a consequente prevalência dessas opiniões, seja pelo contato com técnicas criminais e o processo de socialização violenta.

Tabela 5 – Relação entre entrevistados e respectivas associações diferenciais e técnicas criminais (continua)

Entrevistados	Associação Diferencial (A.D.) e Técnicas Criminais (T.C.)
José Antônio	Presente A.D. e T.C. para o cometimento de crimes

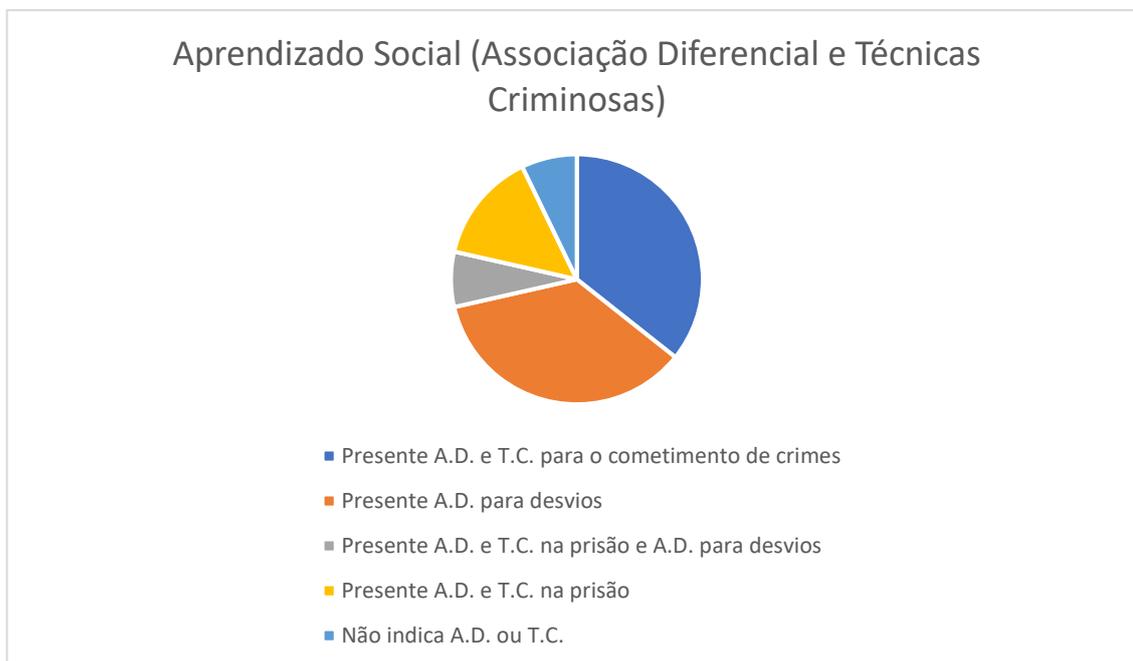
Tabela 5 – Relação entre entrevistados e respectivas associações diferenciais e técnicas criminais

(continua)

Roberto	Presente A.D. e T.C. na prisão
Genilson	Presente A.D. e T.C. para o cometimento de crimes
Leandro	Presente A.D. e T.C. para o cometimento de crimes
Anderson	Presente A.D. para desvios (uso de drogas, abandono da escola, etc.)
Edvaldo	Presente A.D. para desvios (uso de drogas, abandono da escola, etc.) Presente A.D. e T.C. na prisão
Sander	Presente A.D. para desvios (uso de drogas, abandono da escola, etc.)
Teotônio	Não relata
Fabiano	Presente A.D. para desvios (uso de drogas, abandono da escola, etc.)
Wilson	Presente A.D. para desvios (uso de drogas, abandono da escola, etc.)
Sílvio	Presente A.D. e T.C. para o cometimento de crimes
Tião	Presente A.D. e T.C. na prisão
João Cláudio	Presente A.D. e T.C. para o cometimento de crimes
Kennedy	Presente A.D. para desvios (uso de drogas, abandono da escola, etc.)

Fonte: autor.

Figura 7 – Gráfico comparativo de aprendizado social dos entrevistados



Fonte: autor.

Na análise dos achados referentes a este tema percebe-se que o aprendizado social se mostrou existente em relação a quase totalidade dos entrevistados, variando em grau de incidência, bem como a fase da vida em que o aprendizado social se mostrou mais forte.

Alguns entrevistados relataram forte aprendizado social dentro do ambiente prisional, sendo que um entrevistado relata que apenas começou a traficar após sua prisão, pela revolta de uma condenação que considerava injusta e pelos contatos e aprendizados que teve no período em que permaneceu no Centro de Detenção Provisória e Penitenciária. Foram comuns, também, relatos de como há a associação diferencial no ambiente prisional, ou seja, muitos companheiros de cela compartilhando opiniões favoráveis ao crime.

Fabiano, que passou o final da infância e início da adolescência vivendo em residências de parentes distintos, em razão da separação dos pais, trouxe valiosas informações a respeito do funcionamento do aprendizado social para o início de uma vida de desvios:

F: Uma vez, eu me lembro, tinha dez anos eu entrei nas lojas Brasileiras em Belo Horizonte que... e com dinheiro no bolso, aí meus colegas tudo tava pegando chocolate e colocando debaixo da blusa assim, pegando chocolate. “Vai Fabiano, vai!”. Eu falei “Você tá doido?!”, eu com medo. “Vai, ninguém vai ver não”. Aí peguei uma barra de chocolate, coloquei na calça e saí. No que eu to saindo o

segurança me pegou. Segurança me pegou. Eu tinha uns dez anos. Aí ele falou que ia chamar a polícia, ameaçar e eu comecei chorar, né, aí ele foi e me liberou, ficou com pena de mim, me soltou.(...)

F: comecei a me envolver numa turma aí. Trabalhava de segunda a sexta, sexta-feira pegava um dinheiro todinho, saía pra rua, bebia. Aí comecei fumar maconha...aqui em Piúma é um prato feito, ficar parado, andando a toa, chama, parece que tem um ímã que puxa. (...) Aí comecei juntar com o pessoal, a gente ia na ilha fumar, e aquela coisa toda. Ficava na praia o dia inteiro. Quando não trabalhava, tava na praia. Comecei envolver com essa... essa turma. (...)

F: Eu nunca fui de praticar, igual falei com você, não fazia parte da minha índole, só que eu comecei andar com pessoas que muitas vezes faziam. (...)

F: a bicicleta dando mole ali, “vamos ali, dá pra comprar, vender, cinquenta conto, pegar maconha e pó”, essas coisas. (...)

F: quando não tava trabalhando, eu juntava com a turma e cometia esse tipo de coisa. (...)

G: Geralmente, nesses pequenos furtos, era você que tomava a iniciativa?

F: não tomei. Diante de Deus, nunca tomei iniciativa, sempre fui, assim, tipo Maria vai com as outras, cabeça meio fraca. (...) sempre por influência. (trecho de entrevista a mim concedida por Fabiano, Piúma/ES, 21/02/19)

Wilson, que viveu desde o início da infância com sua tia, também relata a importância do aprendizado social no início de sua vida de desvios:

W: Num vô mentir, depois, aos dezesseis... através de... aí os amigos meus de escola veio, com mente fraca, aí comecei a fumar maconha. (...) aí foi com dezoito que eu fui preso.

G: entendi. Aí com a amizade ali começou a maconha, né?

W: é. Dali foi se envolvendo mais pessoas. Acabando que eu me... caí nessa...

G: E aí, fala aí... essa questão do início da maconha, quem... foi amigo da turma ou amigo do bairro?

W: foi amigo lá do bairro que era desde pequeno a gente ali junto. (...)

G: e a questão da venda da droga? Como é que começou isso?

W: Se eu falar que eu nunca vendi eu tô mentindo. (...) eu comprava pra uso.(...) Aí vinha um e “ah, eu tô sem, pô, se puder me ajudar, vende aí”, aí falei, “não, eu não sou traficante, mas eu vou te ajudar”. (...) é mais troca, assim.

G: nunca fez pra poder tirar um extra?

W: é, não. (...)

W: falei que eu não tinha nada a ver... mas mesmo assim... jogaram... os processos em mim, falei “vou fazer nada não”. E por eu ter me envolvido com as pessoas que não eram certas, acabou pegando pro meu lado também. (...)

G: certo, então era uma turma muito unida?

W: é.

G: ficava... você via todo mundo? Todo mundo, todo dia?

W: todo dia a gente via todo mundo, a não ser quando as mães botavam alguns de castigo, né. (trecho de entrevista a mim concedida por Roberto, Piúma/ES, 06/02/19)

Leandro, que sempre viveu com os avós, também traz informações interessantes a respeito do aprendizado social:

G: Até a sua primeira prisão, como foi o contato com os seus amigos, seu círculo de amizades? A maioria também vendia droga, não vendia...?

L: Vendia droga...(...) Amigos de infância, do bairro...(...) A nossa convivência era tranquila. Um sempre ajudava o outro a vender droga, entendeu? Mas ninguém ficava armado. (...)

G.: Quantos amigos da sua infância também participaram desse movimento? Fala o nome de alguns?

L: Finado Wendel, finado Thiaguinho, o finado Cana, Daniel Ceguinho, o finado Maguinho, o finado Giovani. Era nós seis. (...) Falava... Vamos ficar com nós aqui vendendo droga. Dinheiro fácil. Ai eu acabei indo. (...)

G: E você falou que achava que não eram seus amigos. Por que você falou isso? Fala um pouco.

L: Por que, ao invés deles te dar conselho pra você não vender droga, eles acabavam te chamando pra você vender droga. Isso pra mim não é amigo. Hoje eu botei a minha cabeça no lugar, pra mim não é amigo, entendeu? (...)

G: Então, os amigos influenciaram muito?

L: Influenciaram muito. (...)

G: Quem foi o cara que te ensinou o dia a dia do comercio da droga? Teve algum cara que você aprendeu como fazia, o dia a dia da venda? De como abordar? Tinha?

L: Tinha o Marquinho (da cadeira de rodas) e tinha o filho dele, quer era o Mamaco. Eles que ensinavam tudo ali. (...)

G: Esse seu tempo preso, qual foi o efeito que surtiu em você? Em relação a venda da droga, você saiu com que cabeça?

L: Eu sai com cabeça de vender droga, entendeu?

G: Por quê?

L: Porque eu vi lá... Assim, também, igual os caras que estavam presos também, o Maycon, o Maycon de Oliveira Ferreira, o Giovani, que era o irmão dele, de Oliveira Ferreira também, o Luiz Paulo de Oliveira (Portela?) Junior, me chamaram, também, para vender drogas com eles e eu acabei indo também. Eu e o Giovani estávamos no mesmo presídio ali em Guarapari. Ai nós conversávamos lá, ía pro banho de sol e conversava...(...)

G: Fala um pouco dessas amizades que você fez lá dentro, nas passagens que você teve?

L: ... Umás amizades que hoje eu parei pra pensar e não convém não, cara. É só conversa de vender droga, muitos lá de querer roubar. Era só conversa assim.. Você nunca via uma conversa boa, sadia... Podia ver assim se fosse pra cela dos irmão, dos

crente, os que era crente, entendeu? Ai, era só conversa de igreja. Aí sim! Mas, fora isso ai ... (trecho de entrevista a mim concedida por Leandro/ES, 18/12/18)

Outro dado relevante na fala de Leandro é o forte aprendizado social durante seu período de prisão.

A entrevista de Genilson é, assim como a de Leandro, que inclusive é seu irmão (não cresceram juntos na mesma casa), também útil para demonstrar o aprendizado social para o cometimento de crimes, demonstrando uma forte coesão e união entre os grupos de amigos voltados para a prática de crimes:

G: Então com treze anos começou a vender, como é que foi esse início lá da venda com Renato Narigudo? Como é que foi? Conta aí essa relação com eles.

g: eu fiquei lá “se” envolvendo com eles, depois eu comecei fumar maconha, andando com eles lá. (...) Comecei fumar maconha, ficava andando com eles, comecei vender também. (...) nós “ficava” andando tudo junto. (...)

G: as amizades, fala aí a importância das suas amizades também nesse caminho que você seguiu.

g: as amizades tudo a mesma coisa que eu, tudo bandido na época. (...)

G: com seus amigos, com a sua turma lá, como era, assim, a união de vocês? (...) Todo mundo entrou no movimento mais ou menos junto, não foi isso?

g: mais ou menos junto.

G: e como era a união de vocês? Era um grupo assim, muito, muita parceria?

g: era parceria. (...) andava tudo junto mesmo, desde pequenininho.

G: era uma união muito forte?

g: era. Nós “falava” que dava pra um, dava pra todos, nós “falava” na época.

G: é? Vocês tinham tipo uma fidelidade?

g: isso. (...) falava, dá pra um, dá pra todos. Arrumava problema, arrumava com um, arrumava com todo mundo. (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18)

João Cláudio, que foi criado pela avó, traz também relatos interessantes sobre a influência que recebeu para as práticas ilícitas, relatando que começou a traficar ao ver como um amigo fazia e como a forma de agir do colega gerava maior economia no gerenciamento do consumo de drogas, assim como indica como se opera a associação diferencial no interior do estabelecimento prisional:

JC: a venda foi mais quando eu conheci ele...

G: por quê? Ele mostrou pra você o quê? Assim, contato, foi mais...

JC: não, foi contato, porque tipo, ele também fumava, fazia essa mesma rotina, não tem? (...) aí eu vi ele fazendo aquela mesma rotina, pra não ficar gastando muito dinheiro...(..)

G: lá no CDP, o que você percebeu, assim, qual era o... geralmente... a opinião que eles tinham sobre a vida deles, entendeu? Por exemplo, sobre a prática de crime, tráfico de drogas, roubo, a maioria via isso como coisa errada e realmente achava que precisava mudar de vida mesmo, ou os caras...

JC: não.

G: não? Fala aí.

JC: lá é vinte e quatro horas eles falando só de crime, senhor. (...) eles acordam falando que vai matar alguém que tá na rua, daqui a pouco vai, chega uma pessoa, já tem o nome no crime, no barraco, aí já passa um contato, já fala que vai pegar droga quando sair. A rotina deles lá dentro é isso aí, ó. Porque não tem um projeto, não tem nada. Fica... acorda, de manhã cedo, vai no banho de sol, fica uma hora no banho de sol, depois tranca de novo, fica... (..)

G: porque você acha que você acabou sendo influenciado mais do que os outros?

JC: eu acho, particularmente, que eu não fui influenciado, a única coisa que eu peguei, eu vi mesmo o jeito que ele fazia. Aí eu vi que o jeito que ele fazia não tava, tava perdendo, tava perdendo muito dinheiro. Aí eu fui tentar fazer o que ele fazia. Mas em momento nenhum ele chegou e falou isso “faz isso aqui que vai dar certo”. (trecho de entrevista a mim concedida por João Cláudio, Piúma/ES, 16/01/19)

Mais um exemplo do aprendizado social voltado para o início da vida de desvios pode ser percebido na entrevista de Anderson, que cresceu com seus pais e irmãos e viveu forte tensão no ambiente familiar, indicando a influência recebida para o uso de drogas:

G: como que foi esse início do uso da droga? Quem te botou no... como é que foi? Foi os companheiros ali, os amigos do bairro...

A: ... eu andava junto com eles, né, como alguns deles já usavam droga, aí às vezes eu tava perto deles, eles estavam usando. Aí às vezes oferecia, “não, não”, mas teve um momento que tinha curiosidade, porque tava no meio deles, tava usando, eram as amizades que eu tinha. Aí, “vai, me dá aí, deixa eu dar uma bolinha”. Aí fumava. Daqui a pouco sentia a reação. Aí ficava rindo, aí daqui a pouco... mais uma bolinha. Aí... ia fumando. Gostava. E quando o amigo tinha dinheiro pra comprar, comprava, nós “fumava” junto, às vezes quando tinha dinheiro, comprava e fumava com amigo, às vezes outro amigo chegava e comprava pra gente, às vezes não tinha dinheiro, ficava sem fumar... (trecho de entrevista a mim concedida por Roberto, Piúma/ES, 17/01/19)

O relato de José Antônio, que cresceu residindo com os pais e irmãos e passou pelo processo de separação dos pais aos 15 (quinze) anos, vivenciando forte tensão no ambiente familiar, é bastante rico em relação à influência de amigos para o início de seu envolvimento em práticas ilícitas, relatando fatos de sua juventude no bairro de ‘Kelson’, Belford Roxo/RJ.

G: Você se mudou por causa da separação dos seus pais?

JA: não. Eles já se mudaram e já começou a vida muito triste. Aí eu comecei a “se” juntar com alguns amigos que eram falsos amigos e, ali, ofereceram drogas. Comecei a usar droga. Aí daquilo ali eu já comecei a curtir baile do Rio de Janeiro. Aí, só misericórdia. (...) o que tinha era eu e... assim, crime assim, não é ser da boca, virar morador de rua, traficante não, tinha envolvimento assim, com pessoas que eram ligadas. Aí por causa dessas pessoas que nós “ficava” perto deles, aí às vezes eles queriam pra nós “fazer” um bonde pra eles, assim, um bonde, é, levar alguma coisa pra eles pra poder receber outro. (...)

G: mas mesmo vivendo nesse ambiente familiar bem ruim, né, você tá me contando, isso não fez com que você, lá em Amapá, entrasse pro crime?

JA: não...“foi” as amizades. A melhor coisa é se afastar das amizades. As amizades que... querendo ou não, tu tem que ter em mente que, se estiver ali com aquela amizade ali, der algum problema, você vai pagar o pato, igual aconteceu aqui. Devido só de conversar... quase fui... (...)

G: e, seguinte, dinheiro de casa, condição financeira, era muito difícil ou não, pagavam suas contas?

JA: era muito difícil. (...) passamos já necessidade de fome mesmo.

G: certo. Isso também quando vivia lá em Vila Kennedy, Amapá?

JA: é.

G: passava... mas mesmo assim nunca optou por...fazer coisa errada.

JA: fazer coisa errada, não. Porque a gente ali ainda era focalizado nas coisas boas. (...) não tava num ambiente... num ambiente que era de pessoas de má índole. (...)

G: mas tem também, o cara entra no roubo pela adrenalina também, aquela coisa de parceiro chamando...

JA: empolgação! (...) tipo, o cara vem “po, cara, nós vamos ganhar, cara, dinheiro cara! Tá na luta pra ficar nessa mendigaria aí!?” Tem pessoas, já vi pessoas, “não, não, tá bom, vou formar com você”, aí forma, pra daí... tá maluco, Deus me livre!

G: e, me fala aí, das importâncias das amizades aí. (...) únicas amizades que eu tinha era de boa índole não. (...)

JA: as amizades de Amapá era como que eu falei pro senhor, era canto de roça, né, é canto de roça. Lá tu não vê muito essas atitudes que você vai pra baile, que você faz isso, você faz aquilo, lá não tinha isso, no Amapá. Lá em Belford Roxo já começou. Lá... lá é só Deus mesmo na causa. Lá tu vê de tudo. Lá tu vê de tudo, em Belford Roxo. (...)

G: muito convite pra entrar no crime, lá em Belford Roxo?

JA: convite. Lá na Kelson mais ainda. (...) direto. Pra roubo, eu que conseguia sair. Conseguia sair, “não, cara, tenho que fazer um negócio aqui pra minha mãe aqui. Não, não pode não, tenho que fazer um negócio pra minha mãe aqui. Ta tranquilo. To mudando de vida”. Ali já paravam de ficar me sufocando, depois voltava de novo, com mais outras oportunidades, me davam droga. (...)

G: entendi. Se você não queria entrar por convite, eles iam lá te oferecer a droga, meio pra você ficar devendo pra ele um favor?

JA: isso! Já fiz dívida também, com traficante também. Mas graças a Deus, isso aí... (trecho de entrevista a mim concedida por José Antônio, Piúma/ES, 13/02/19)

Teotônio, que decidiu sair de casa após passar a vivenciar forte tensão no ambiente familiar, vendo padrastos agredindo sua mãe após a separação dos pais, quando tinha 12 anos, também traz relatos a respeito do envolvimento em crimes a partir do convívio e influência de amigos:

G: depois que veio de Itaipava, ficou fora do tráfico?

T: fiquei fora do tráfico, mas só que aí... um colega meu, tinha envolvimento com um colega meu, que é esse tal de Rodrigo, que mataram ele na descida do Monte Aghá. Eu tive esse envolvimento, que nós desde, crescemos junto ali no mesmo bairro. Nós sempre saindo de Piúma, sempre voltando, mas sempre aquela mesma amizade. Aí... aí mataram ele... nisso que mataram ele, ele... que um dia antes, ele tinha pedido pra mim tá guardando uma balança pra ele e um revolver. Aí pegaram e mataram ele, eu tava com a balança e o revolver dele dentro de casa, e eu gostava de fumar uma maconha, eu usava, hoje em dia eu parei, aí... teve que um dia que Paulo civil, os policial civil invadiram minha casa e pegou a balança, pegaram o revolver e pegaram a droga. Aí eu fiquei onze “mês” preso. Aí eu saí, quando eu saí, mataram ele, meu ex sogro. (trecho de entrevista a mim concedida por Teotônio, Piúma/ES, 20/02/19)

Sílvio traz um relato interessante, de que, após se separar e perder a genitora, quando tinha vinte e sete anos, passou a usar drogas e conviver com traficantes, iniciando em seguida seu envolvimento no tráfico de drogas:

G: quando você começou a usar.

Sílvio (Si): foi depois... depois que eu perdi minha mãe. (...)

Si: Aí depois a gente se separou (*da companheira*), foi pro canto dela, eu fui pro meu. Eu voltei pra casa da minha mãe... ah, nesse período minha mãe faleceu. Eu morando lá ainda, minha mãe faleceu. Aí desandou um pouco, né...(..)

Si: uns ficavam lá, os caras vendendo o negócio, a gente no meio. Era vizinho, era vizinho assim. Acordava, ia na casa do outro, quando não tava trabalhando, mais final de semana. Aí nós “ia” pra casa do outro. Aí juntava assim, em frente a minha casa assim, tem um, uma areazinha, tem um pé de acerola, tem um pé de... de goiaba, que dão uma sombra boa, aí ali um leva um pedaço de carne, um leva uma cervejinha e fica ali, junta todo mundo ali, e fica ali, entendeu? Então a convivência era... assim, quando chegava do serviço à tarde. Conversava. Aí, por eu ficar no meio, eu não precisava de comprar. Eu já ganhava, entendeu? Já tava ali, não precisava de comprar, no caso. Já tava ali... indicava as pessoas pra comprar ali, aí pegava: “aí, toma aí pra você, tal”...(..)

G: o que você acha que aconteceu na sua vida que levou você a isso? Fala aí.

Si: ah, foi mais amizade, né. Mais negócio de amizade (trecho de entrevista a mim concedida por Sílvio, Piúma/ES, 30/01/19)

Roberto nos indica o aprendizado social no interior do ambiente prisional:

R: Eu aprendi mesmo porque eu fui preso. Igual a primeira vez que eu fui preso, que eu falei com senhor, na irmã lá, que nós não tinha nada a ver. Foi lá que os caras

falaram como é que era, entendeu? Comentavam e tal. E, aí, naquela, querendo ou não você aprende. (...)

R: Qualquer cadeia, o cara tanto tempo ali que só fala sobre isso... Lá pra Vitória, Xuri, você vê cada coisa, escuta cada coisa... (trecho de entrevista a mim concedida por Roberto, Piúma/ES, 06/02/19)

Tião também traz fortemente essa perspectiva, relatando que quando foi preso em flagrante e condenado não tinha envolvimento no crime, passando a se envolver posteriormente em razão de revolta por uma condenação que considerava injusta e pelo aprendizado social experimentado na cadeia:

G: E essa... venda da droga aí foi com quem? Você... quem...

Ti: não, essa aí foi eu, foi eu mesmo. (...) sozinho.

G: mas foi ideia sua? Ou alguém que falou, “rapaz...” entendeu? Como é que foi? Conta pra mim.

Ti: não, fui incentivado.

G: por quem?

Ti: pelos caras que estavam lá dentro.

G: por quê que eles, o que eles falavam?

Ti: não, ficavam me oferecendo droga lá dentro. “Não, pô, pega” isso e aquilo...

G: pra usar?

Ti: não, pra vender.

G: lá dentro?

Ti: é, “pega, isso e aquilo”...

G: ah, pra vender lá dentro?

Ti: é. Não, lá dentro não, aqui fora.

G: ah, os caras lá de dentro...

Ti: de dentro, quando eu saí, “não, pegar a droga” isso e aquilo.

G: certo.

Ti: aí eu, é, “crime é bom...”, crime é bom...

G: entendi. Então, então essa convivência lá que acabou dando essa ideia em você, né?

Ti: é. Dentro da cadeia. E você sabe, né, que na cadeia... é sinistro, você aprende um monte de coisa ruim. (...)

G: Então, vem cá, foi lá que você teve essa... os caras então, na conversa lá, influenciou, né?

Ti: foi.

G: de você vender droga. Você tava lá já revoltado, né?

Ti: não pensei duas vezes.

G: não pensou duas vezes?

Ti: pensei não, pensei não. Na época, não. Tava revoltado, tava pensando em nada, tava comendo merda. (trecho de entrevista a mim concedida por Tião, Piúma/ES, 23/01/19)

2.5 CONTROLE SOCIAL

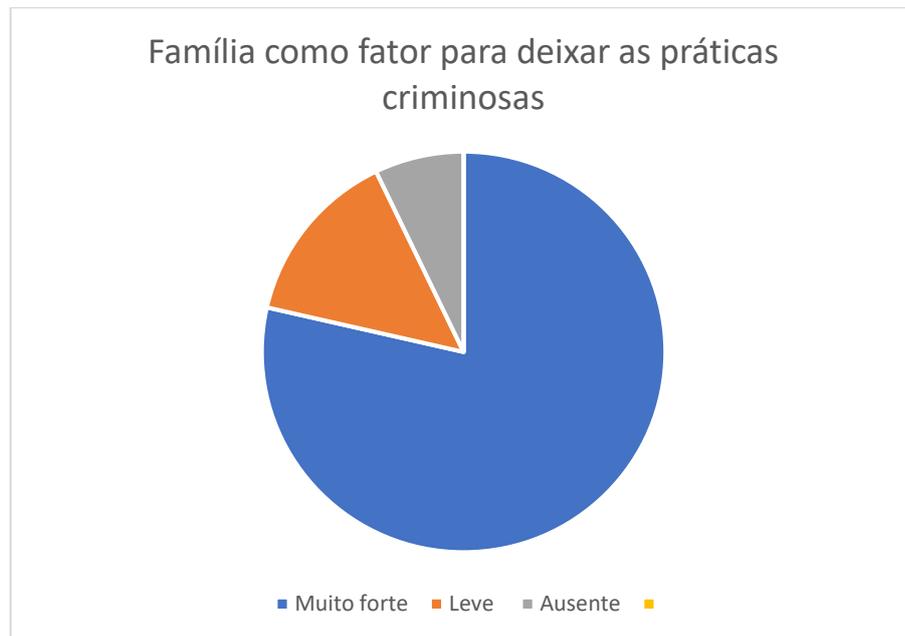
Neste tópico serão expostos os achados que se relacionam à desistência do envolvimento em ilícitos, ou seja, os relatos que indicam fatores que contribuíram para que os entrevistados optassem por abandonar as práticas criminais, começando pela família.

Tabela 6 – Relação entre entrevistados e controle social (continua)

Entrevistados	Família como fator de controle social	Perdas familiares como fator de retorno para o crime
José Antônio	Sim	Sim
Roberto	Sim	Sim
Genilson	Sim	Ausente
Leandro	Surgiu de forma fraca	Ausente
Anderson	Sim	Ausente
Edvaldo	Sim	Ausente
Sander	Ausente	Ausente
Teotônio	Sim	Sim
Fabiano	Sim	Sim
Wilson	Surgiu de forma fraca	Ausente
Sílvio	Sim	Sim
Tião	Sim	Ausente
João Cláudio	Sim	Ausente
Kennedy	Sim	Sim

Fonte: autor.

Figura 8 – Gráfico comparativo da família como fator para deixar as práticas criminais

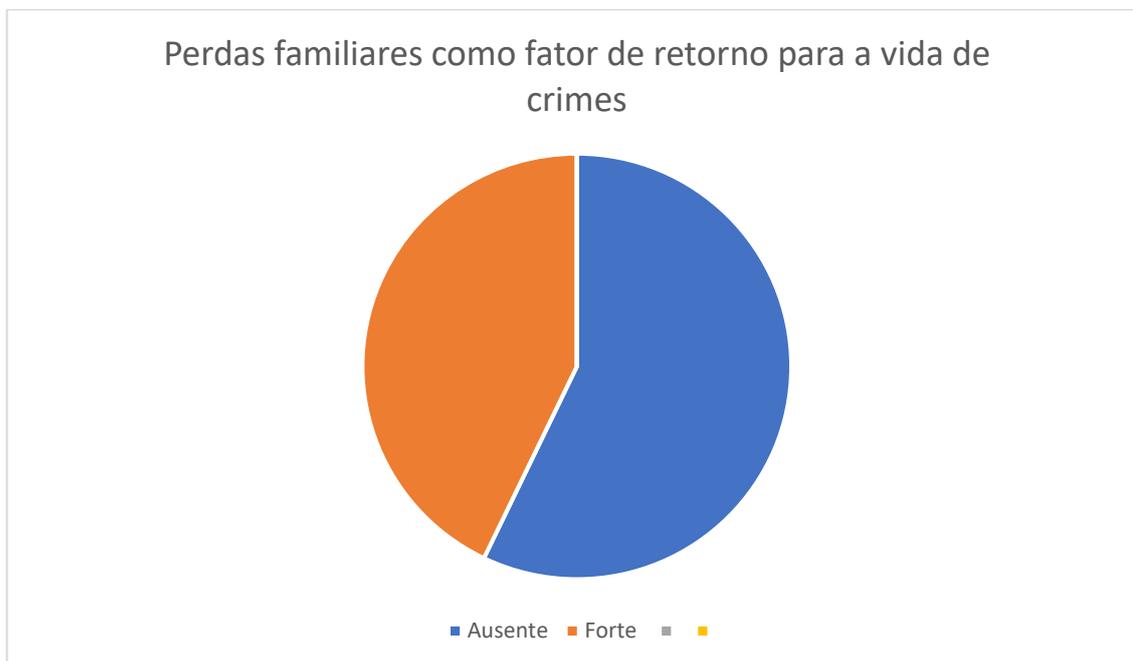


Fonte: autor.

De maneira muito forte na pesquisa surgiu a questão da família, como casamento, nascimento de filhos, presença do pai e mãe, etc., como fatores a levar o entrevistado a optar por mudar de vida, deixando a vida de ilícitos e buscando uma maior integração ao sistema social regular e lícito.

De igual forma, para muitos a perda de vínculos familiares, especialmente o divórcio, foi determinante para o retorno à realidade de atividades ilícitas. Importante registrar que neste item nos referimos ao retorno às atividades criminais após ter se envolvido em crimes, ter sido preso e interrompido as práticas ilícitas, fato que se deveu, nos casos pesquisados, quase que exclusivamente ao divórcio e consequente afastamento dos filhos. O início das práticas ilícitas em razão de ausências familiares e situações de tensão no ambiente familiar já foram expostos nos itens acima.

Figura 9 – Gráfico comparativo das perdas familiares como fator de retorno para a vida de crimes



Fonte: autor.

Na trajetória de Teotônio surge de maneira bastante significativa a questão da família como fator a levá-lo a mudar de vida e desistir da vida de crime:

T: os caras que eu pegava a droga pra mim vender, no passado, eles me ofereceram, eu falei “não, to querendo voltar pra minha esposa de novo. Quero ter minha filha, meus filhos perto de mim, quero ter minha família do meu lado. Quero mexer com nada.” Aí, pode até ver, martelada no dedo, eu to dando... viver naquela vida do passado eu não vou querer não. (...)

T: eu comprei a YBR pra ficar andando, que eu... comprei pra eu... eu tava traficando a noite, aí eu arrumei um serviço num condomínio, num condomínio lá em Vila Velha, na terceira etapa, 5ª etapa, lá em Vila Velha. Aí eu comecei trabalhar. Aí como tava trabalhando, precisava de um veículo, que chegava no serviço mais rápido e, ia pra casa mais rápido. Aí comprei uma motinha.

G: você tava dizendo que começou a trabalhar de quê?

T: fazia de tudo lá dentro da 5ª Etapa. Fazia... fazia limpeza no pátio.(...) varria, rastelava. Se tinha mato alto, roçava. (...)

G: me fala aí dessa decisão de buscar esse emprego. Por que você tava só vendendo droga até então. O dinheiro, até aí, era só da droga, né?

T: foi intenção da Jéssica, pediu pra mim ficar trabalhando.

G: começar sair do movimento?

T: sair do movimento. (...)

G: Aí quando você arrumou esse emprego, você parou de vender droga ou fazia os dois?

T: não, eu parei de vender droga. (trecho de entrevista a mim concedida por Teotônio, Piúma/ES, 20/02/19)

Na trajetória de José Antônio o fator família também se apresenta relevante para sua decisão de mudar de vida:

G: você me relatou em vários momentos que você pensou “não quero essa vida pra mim”, né, em vários momentos. Em todos esses momentos, o que é que fez com que você decidisse sair do crime? Quais foram os principais motivos “não, cara, não quero essa vida não, não quero... isso tá errado”...

JA: de não morrer! De não morrer e não ver minha filha crescer. E minha mãe também, né. Tem que dar também um sossego pra ela. (...)

G: família, qual a importância da família pro cara mudar de vida, o cara querer sair do crime?

JA: porque assim, não é só o cara que sofre. Mas sim também a família também sofre. E você vê que eles estão demonstrando que eles estão sofrendo mesmo de verdade, quando é falsidade você também reconhece, mas quando é de verdade... tem que falar “não, chega. Basta!” Que nem minha mãe, minha mãe, por, devida das vezes ali, ligava pra lá, chorando “meu filho, vem pra cá, meu filho. Eu preciso te ver, que eles vão te matar nesse lugar aí. A honra de Deus é os pais morrer primeiro que os filhos, por favor, meu filho!” Aí ali, aquelas palavras “foi” tocando, né, focalizando dentro da minha memória. Falei “chega!”, botei o pé no chão, falei “chega. Chega. Basta.” (trecho de entrevista a mim concedida por José Antônio, Piúma/ES, 13/02/19)

Genilson também traz relatos relacionando o momento em que conheceu a filha e a decisão de deixar o crime:

G: você foi solto quando? Recebeu sua liberdade quando?

g: dois mil e dezesseis. (...) aí eu decidi parar mesmo. Que aí eu conheci minha filha. Eu tenho uma filha de quatro anos, fui preso a mãe dela tava grávida na época. (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18)

João Cláudio:

G: não muda? (*se o tempo de prisão não muda a pessoa*)

JC: não muda. Se não for a família aqui fora, um serviço... (trecho de entrevista a mim concedida por João Cláudio, Piúma/ES, 16/01/19)

Na história de vida de Anderson, uma das mais difíceis dentre os entrevistados, as figuras da família e da filha surgem de maneira decisiva em um momento em que pensou em vingar a morte do irmão por traficantes do bairro Céu Azul:

A: no mesmo dia. De madrugada, isso umas... de quatro horas, três da madrugada aconteceu isso. E eu falei com ele ainda e ele não me escutou. Eles chegaram a prender várias pessoas lá em cima, bater, né. Quase quebrando as pernas das pessoas, né. Machucando as pessoas mesmo. Tem várias pessoas que coisa com eles, fala deles, né. Aí dali eu botei ódio, falei “tenho que vingar meu irmão, né”, não vou mentir pro senhor, to falando a verdade. Aí “tenho que vingar meu irmão, vou matar eles”, aí no momento ali, vendo meu irmão ali com vários tiros, né, na cara. Os dois olhos dele com bala, né, na boca, na cara. Olhava pra ele assim, não saía lágrima. Às vezes vinha uma pessoa falar comigo, eu ignorava, não queria conversa. Fiquei com aquele ódio de Camargo e aquele monte de polícia no Céu Azul procurando eles;

A: aí depois da morte do meu irmão... eu peguei e falei assim “eu vou mudar minha vida, eu vou ajudar minha mãe, eu vou... viver uma vida melhor, eu... não sei o que eu vou fazer” e comecei a pensar coisas erradas, né, de vingança, de entrar no crime e fazer pior, né, e cobrar deles. E às vezes eu pensava assim, “não, eu vou cuidar da minha filha, vou cuidar da minha família”, e foi onde eu botei na minha cabeça “não, vou cuidar da minha filha, vou cuidar da minha família. Minha filha precisa de mim, se eu matar esses caras, eu vou piorar mais a minha vida, porque eu vou prejudicar a minha vida na Justiça, eles vão morrer, mas eu não vou viver a minha vida. Eu vou me matar na cadeia, eu vou viver minha vida na cadeia. Não vou ver minha filha crescer, não vou tá junto com a minha esposa, né. E vou repetir tudo aquilo que ele... que tipo assim, ele tava querendo pra ele, vou pegar pra mim aquilo que ele queria pra ele. Porque ele não me escutou, eu como não escutava conselhos também, eu vou acabar morrendo também”. (...) (trecho de entrevista a mim concedida por Anderson, Piúma/ES, 17/01/19)

Anderson relata também que, em um momento em que havia retornado ao uso constante de drogas, a presença e atitude de sua então companheira foi fundamental para ter forças e não voltar a cometer crimes:

A: Aí ela... eu achava que eu ia chegar em casa, o dinheiro da pescaria que eu pesquei, né, o dinheiro, aí eu gastei tudo, entendeu? Cheguei em casa com nada. Cheio de conta pra pagar, e eu não... gastei meu dinheiro todo na rua. Dormi fora. Ela achava que eu tava com mulher, mas não era mulher, né. Aí eu pensei, às vezes, tirar as coisas de dentro de casa. (...) né, às vezes era roupa minha, né. Aí eu peguei e... pensei, falei assim, “não, minha mulher não tá brigando comigo, né, ela me tratou com carinho, ela veio. Viu ali sentado, quando chegava em casa não batia na porta não, eu tinha vergonha, porque eu fiz errado, né, eu pegava, sentava lá e ficava assim, pensando na vida, e coçando a cabeça. “O quê que eu fiz, o quê que eu fiz”, porque ali já tinha já saído as coisas da droga, né, já não tinha mais nada pra usar. Aí eu ficava “o quê que eu fiz”, aí aquele sono, aquela coisa ruim. Uma coisa assim, pedindo pra “mim” fazer uma coisa errada e eu “não, não vou fazer isso”. Aí ficava aquela coisa assim. Aí ela me viu, ela abriu a porta, olhou pra minha cara com uma cara de triste, né, “ei, psiu! Entra pra dentro”. Aí eu entrei pra dentro. Mandou eu tomar banho, eu tava todo sujo, né. Igual um porco mesmo, fedido. Entrei pra dentro, botou pra tomar banho, me deu toalha, perguntou se eu queria comer alguma coisa, eu tava com bastante fome. Comi. Aí dali fui dormir. Dormi, ela... antes de eu dormir ainda ela conversando comigo, comecei a chorar com ela, falei que eu ia mudar, que eu não ia mais praticar, que eu precisava de força, eu tava sem força e eu tava me deixando levar por falar “não, é unzinho só e acabou”, aí fumava unzinho e daqui a seguir era mais. Aí ela... me tratou com carinho. Não brigou, me abraçou. Pediu pra “mim” mudar, que ela tava sofrendo. Começou a chorar. Aí eu comecei a sentir aquilo. Eu vi, assim, uma coisa que eu não tava vendo antes, que era amor... uma compreensão, uma conversa, um carinho, que eu não tava tendo. Aí eu falei assim “não, eu vou mudar a minha vida”, aí comecei a pensar mais nela e, toda vez que eu pesava nela eu não praticava esses atos, né. (...)

A: Eu não me enturmo mais, não fico em porta de bar. Eu não fico em festa igual eu ficava, que eu brigava muito em festa. Eu ficava muito nas esquinhas de noite com certos camaradas, entendeu? Hoje eu não fico mais assim. Fumando um, conversando fiado, arrumando brigas. Hoje não, hoje depois que eu conheci essa mulher aí, minha vida mudou completamente. Eu vivo pra mim e pra ela, entendeu? (trecho de entrevista a mim concedida por Anderson, Piúma/ES, 17/01/19)

Roberto também nos traz relatos que indicam a importância de vínculos familiares para a desistência da vida de delitos:

R: Igual, eu fui preso, fiquei esses 4 anos preso, saí sem ninguém, né? Ai, fui morar no Rio de Janeiro. Não deu certo porque eu tinha que assinar aqui. Voltei pra cá de novo. Aí conversei com ela, falei que não tinha ninguém, senão eu ia morar na rua de novo, iria voltar para aquela vida. Negócio de droga, trafico, esses negócios. Aí, ela me deu essa oportunidade de novo. Aí, graças à Deus, hoje eu já consegui o meu carrinho de milho, que é meu, né?(...)

R: Ah, teve que acostumar, né? Lugar diferente, só ficar num lugar só. Mas, aí, fiquei esses oito meses, saí. Logo que eu saí, casei. Ai, nessa época de casamento, foi boa, fui mexer com trem errado só aos vinte e dois anos.(...)

G: Ficou quatro anos casado. E como foi esse período, essa convivência com ela?

R: Nossa, foi ótimo! Ela me ajudou em muita raça de coisas. Por ela eu parei de usar drogas, só estava estudando mesmo. Tranquilo. Fomos morar. A mãe dela deu uma casa, nós fomos morar lá, saímos do aluguel. Esses quatro anos foi só trabalho, lazer com os filhos dela. (...)

G: Então esses três, quatro anos foram tranquilos, sem envolvimento com coisa errada?

R: Sem envolvimento com coisa errada. Nenhum tipo de coisa errada. (...)

G: Você saiu agora e não teve mais envolvimento com coisa errada. O que fez com você decidisse não se envolver mais em tráfico, roubo?

R: É questão de vivencia, né? Eu não vivi quase nada. Era só perturbação na cabeça. Agora não. Agora eu procuro tranquilidade, procuro fazer coisas que eu não tive tempo de fazer. Uma curtidão totalmente diferente, entendeu? Uma curtidão naquela época lá era drogaiada, piranhada. Hoje não, a curtidão minha é ir num cinema com a família. Igual, em frente de casa tem uma lagoa lá, eu pego uma caixinha de som, uma churrasqueira, às vezes, minha mãe bebe uma cervejinha. Junta a minha mãe, a vizinha lá, vai todo mundo lá para a beira da lagoa beber uma cervejinha. Isso, para mim, já é uma curtidão. É o meu lazer com a minha família. Então, hoje eu penso mais nisso em ficar quietinho e viver assim. Essa é a vida que eu quero para mim: ter um servicinho. Acabou o meu expediente: “- Ô mãe, vamos beber uma cervejinha em casa. Porque nós bebemos em casa lá, entendeu? Então para mim não tem melhor que isso não. Não sou casado, até hoje eu não procurei casar mais. Para evitar problema com negócio de mulher, perturbação. É eu e minha mãe mesmo, quietinho.

G: Então, isso acaba sendo determinante para o cara?

R: Não, isso é o cara ter chão. Agora, o cara sem chão faz merda mesmo. Sem o apoio de ninguém o cara...Igual, agora, ela começou a fazer umas quentinhas lá. Eu falei: “- Eu vou ajudar a senhora, eu não estou no milho porque está fraco. Eu pego a bicicleta. [Ela]: “-Ah, tem que entregar quentinha em tal lugar. ” Eu vou lá entrego para ela. (trecho de entrevista a mim concedida por Roberto, Piúma/ES, 06/02/19)

Tião traz o relato de que não teve envolvimento no crime pelo qual foi condenado e, por revolta e devido ao aprendizado social da prisão, passou a traficar, somente parando ao conhecer sua companheira

Ti: logo eu conheci minha mulher, aí parei com isso (*tráfico*), ela não aceitava. (...)

G: o que fez com que você decidisse parar?

Ti: a minha esposa, ela não aceitava.

G: então você começou, você conheceu sua esposa nesse período?

Ti: foi.

G: certo. Aí vocês começaram a namorar? Mas ela foi morar junto com você?

Ti: foi.

G: certo. E aí, como foi? Como é que ela... falava?

Ti: ah, ela falava que não aceitava. Falou assim, que assim a gente não ia ficar junto não.

G: entendi, ela não aceitava então.

Ti: aceitava não. Falou que se não saísse disso a gente não ia ficar junto, não sei o quê, pra mudar de vida. Entendeu?

G: e aí?

Ti: aí eu peguei e saí fora. (trecho de entrevista a mim concedida por Tião, Piúma/ES, 23/01/19)

Sílvio também traz relatos nesse sentido:

G: fala o que você acha que fez com que você decidisse realmente mudar, e ficar longe desses problemas...

Si: família, né! Família, família pra mim é tudo. Meus filhos, que tá vindo agora nenenzinho aí, já tenho uma filha, né, igual falei pro senhor, e agora tá vindo um menino. Até o dia seis ele tá aí, em nome de Jesus. Por que... eu não quero perder, assim, esse... essa parte, né, bom de criança assim mesmo, afastar, né. (trecho de entrevista a mim concedida por Sílvio, Piúma/ES, 30/01/19)

Assim como a família se mostrou, em várias entrevistas, como um fator extremamente relevante para a desistência da prática de crimes, perdas familiares também surgiram como uma situação que favoreceu o retorno para as práticas criminais, conforme relato de Fabiano:

F: Macaé. Eu saí em dois mil e treze. Fiquei aqui até pagar um advogado. Trabalhando pra pagar um advogado. Aí depois voltei pra Macaé, pra mulher. Foi onde teve a separação definitiva. Porque ela tinha se envolvido, quando eu vim primeiro, ela tinha se envolvido com um rapaz, eu também tinha se envolvido com uma mulher aqui logo que eu cheguei... (...) depois separei de vez. (...) depois fui pra Juiz de Fora. Com meu

irmão que mora em Juiz de Fora. Aí em Juiz de Fora já comecei já, praticamente, a desandar.

G: Fala aí, o que você puder falar hoje, o que levou você a tudo isso? Acontecer tudo isso na sua vida. Entendeu? Quais foram os principais fatores?

F: principal fator, pra mim, foi ter perdido a minha família. O direito de encontrar meus filhos na escola. De levar. Que eu ia em reunião de pais. Eu via meus filhos dormirem. Eu perdi minha família e aconteceu um fato comigo quando... logo que eu separei da minha esposa, fui pra Juiz de Fora que eu cheguei em sistema de rua, minha esposa me ligou uma época, falou “Fabiano, você não vai vir ver seus filhos não?” “Tinha três meses sem ver eles. Falei “não, por quê? não quero nem ver sua cara, por quê?”, “não, quero conversar com você”, falei “sobre o quê?”, “não, telefone... quero conversar pessoalmente”. Eu tinha três, quatro meses em Juiz de Fora lá, naquela vida. Aí juntei um dinheiro lá e tal, e fui em Macaé ver meus filhos. Falei “a mulher quer voltar, se ela me dar essa oportunidade agora eu vou mudar. Eu vou largar essa droga, eu vou pra igreja, eu vou caretar”, como diz o outro, “agora eu vou, tomei uma atitude na minha vida, tomei uma lição. Já que ela quer conversar comigo, eu vou lá, vou voltar”. Quando eu cheguei aqui, em Macaé, aí meus filhos vinham, “fala Betinha”, Elisabete o nome dela, chamo ela de Betinha, “fala, Betinha, o que você quer falar”, aí ela “ah, Fabiano, vê as crianças primeiro, depois a gente conversa”. Aí vi os meus filhos lá, brinquei com eles, tal. Depois de um tempinho eu cheguei, “pode falar”, ela “senta aí, Fabiano. Você sabe que nós separou, você se envolveu com mulher em Piúma, lá, eu também me envolvi com um rapaz aqui, então...”, eu falei “o quê que foi? Fala logo, fala logo! Vamos logo!”, “eu queria dizer que eu to grávida de outro homem”. Quatro meses separado. Aí pra mim, entendeu... aí os irmãos dela chegou assim na porta, no portão, a irmã, todo mundo da família chegou. Achou que eu ia quebrar tudo, que eu ia... a minha reação foi inesperada. “que bom, graças a Deus. Filho é presente de Deus na sua vida, né. O pai sabe?”, “ah, sabe não”, “você pretende ficar com ele?”, “ah, acho que pretendo sim”, falei “então beleza então”. Aí peguei, não fiquei nem mais dez minutos lá, com meus filhos. Fiquei nem mais dez minutos, peguei “ah, você vai ver seus filhos”, falei “quero saber de nada não!” Peguei na moto e vim embora. Aí de lá pra cá... começava a me xingar no telefone. Uma revolta, aquele ódio, aquela coisa... aí tomou conta de mim aquela coisa negativa. Entendeu? Até hoje... eu vejo meus filhos lá... às vezes minha filha vem pra praia aqui, aí chegou “Nino, ah não, pai!”, me chama e às vezes erram o nome, chamam o padrasto. A mãe fala que eu fui preso, droga. Meus filhos tem uma visão de pai muito errada de mim. E eu não sou esse tipo de pessoa. (...) Aí isso pra mim foi a gota d’água. Aí passou uns negócios na minha cabeça, se eu morrer, amanhã faz um dia, dois dias. Se for preso, to nem aí! (...) Comecei a desgostar um pouco da vida. Aí isso me levou a... a piorar mais ainda o meu estado. (trecho de entrevista a mim concedida por Fabiano, Piúma/ES, 21/02/19)

A entrevista de Teotônio, cujos trechos seguem a seguir, foi repleta de demonstrações de que ele se encontrava em um momento de muita instabilidade em razão da recente separação da mulher e conseqüente afastamento dos filhos. Ele ainda se mostrava sem entender a decisão da companheira e bastante abalado com aquela situação, demonstrando risco em retornar ao crime, fato que havia ocorrido em outros momentos semelhantes de sua vida. Primeiro ele relata sobre um relacionamento antigo:

G: e mesmo no fim do relacionamento com a Jéssica, manteve essa cabeça (*de mudar de vida*), ou bagunçou de novo?

T: bagunçou, eu vim embora pra Piúma e eu me envolvi de novo no tráfico. (trecho de entrevista a mim concedida por Teotônio, Piúma/ES, 20/02/19)

Em seguida relata sobre a situação que estava vivendo no momento da entrevista:

T: aí de lá pra cá, só trabalhando, trabalhando e “tamos” aí trabalhando aí ainda. To pegando obra, fiquei esses dias, semana parado, mas correndo atrás aí, conseguir outro emprego. Mas só que aí agora, nesse caso, tem cinco “mês” que nós “tão” separado, hoje tá fazendo cinco “mês” que nós “tão” separado. Esses cinco “mês” pra mim, eu trabalho um dia na semana, dois dias, três dias, porque eu não to tendo muita cabeça pra “mim” trabalhar, perco noite de sono. Já várias gente me dando oportunidade, assim, tá oferecendo droga pra voltar vender de novo, mas eu to querendo ter a minha vida com a minha família, tá trabalhando. Arrumar um serviço de carteira assinada. porque minha família pra mim é tudo do meu lado. Eles que estão me segurando pra “mim” não cair na vida do tráfico de novo. Na vida errada. De tanto ela tá me segurando, tá falando pra “mim” não... pra mim sair do tráfico, viver a vida melhor pra nós trabalhar, pra mim trabalhar, aí agora do nada separar de mim. (trecho de entrevista a mim concedida por Teotônio, Piúma/ES, 20/02/19)

José Antônio também traz relatos a respeito da relação entre separação e retorno para o crime:

JA: que nem eu, esse um ano e um mês que eu tava lá, que eu caí lá dentro, eu falei “não, Senhor, eu sei que eu to aqui forjado”, comecei a entrar na presença de Deus, peguei a Palavra lá, lá dentro... desse presídio aqui de Marataízes. Levei a Palavra de Deus lá dentro. Saí, mas, chegou aqui a minha mente, ela... quando eu vi aquela foto lá eu falei “meu Deus!”, a foto da Carol, com um cara, com a minha filha do lado, eu falei “Meu Deus!” Aí dali nebrizou minha mente. Falei “vou fazer isso! Não sei o que lá, não sei o quê!” dali mesmo... já fui pro outro lado. Foi nessa que aconteceu isso tudo. Mas tudo é obra de Deus. (trecho de entrevista a mim concedida por José Antônio, Piúma/ES, 13/02/19)

Roberto também nos indica a relação entre desfazimento de vínculos familiares e retorno a uma vida de ilícitos:

G: Quando começou o envolvimento em tráfico

R: Começou aos vinte e dois anos, vinte e três anos...

G: Porquê?

R: Nós separamos, nós separamos e aí eu comecei a usar droga de novo. (...) Fui morar com um amigo meu, perto ali também. Aí, depois, logo em seguida eu já aluguei minha casa, uma casinha lá no Zumbi e, depois, eu comecei a mexer com trem errado. (...) Comecei a mexer com droga. Comecei a vender maconha, aí comecei a cheirar muito e aí foi nessa época que eu comecei a roubar e acabei sendo preso, com vinte e três anos eu fui preso.(...)

R: Minha rotina era levantar de manhã, vender maconha, fumar bastante, comer eu comia num restaurante lá qualquer. Aí, logo na sequência, eu comecei a cheirar muito, que foi o que eu acabei de falar, aí comecei a roubar. (...) Separou e desandou tudo... (trecho de entrevista a mim concedida por Roberto, Piúma/ES, 06/02/19)

Ainda no tema do controle social, outros fatores surgiram no sentido de desestimular o retorno às atividades ilícitas, tais como a igreja na fala de João Cláudio:

G: você acha que a igreja faz bem, ali... qual o bem que a igreja faz pro cidadão, na sua opinião? Pensa aí na época, isso era bom pra você em quê? Você acha que se você estivesse na igreja, de repente, você poderia não ter entrado tão fundo assim? Entendeu?

JC: eu acho que sim.

G: por quê?

JC: por causa das amizades, né, porque meus amigos, quando fizeram a primeira eucaristia, primeira comunhão, crisma, negocia da igreja ali, hoje em dia uns tudo casado, não vou falar que tá bem de vida... não vou falar que tá bem de vida, mas tá casado, tudo tem sua família, único que não tem família, que não tem nada, por enquanto sou eu, por causa dessa vida mesmo. (trecho de entrevista a mim concedida por João Cláudio, Piúma/ES, 16/01/19)

Também a oportunidade de trabalho aparece de forma significativa como um fator importante para a mudança de vida, como na fala do mesmo entrevistado João Cláudio e outros entrevistados na sequência.

G: porque você acha que eles agem dessa maneira? Fala aí. Porque o normal é o cara dizer “pô, vou mudar de vida, né, ta louco! Quero entrar aqui mais não, quero...”, né? Que a gente pensa né, que o cara vai mudar, por que você acha que os caras tem esse comportamento aí? *(de continuar dizendo que vai sair e seguir na vida de crime)*

JC: não sei, acho que é a falta de oportunidade, senhor. Porque... se tivesse, lá dentro lá, o tempo que a pessoa ficasse presa, alguma coisa pra ocupar a mente dele, do preso, acho que não ficava assim, não ficava nisso. Porque sai lá, a pessoa sai de lá de dentro sem nada, sem um emprego, sem nada. Tem vez que sai até sem a família. Aí a única coisa que eles vão pensar lá dentro é essa maldade mesmo, de vender droga de fazer essas paradas mesmo, matar, roubar. Se tivesse uma oportunidade deles fazerem um curso, chegasse algum curso, chegasse... “não, vou sair daqui já vou ter um emprego. Já vou ter um curso, já vou ter um emprego”. Eu acho que mudaria bastante o pensamento dele lá dentro. (trecho de entrevista a mim concedida por João Cláudio, Piúma/ES, 16/01/19)

Leandro:

G: Pelo o que você viu e vê lá da sua vivência, qual é o ponto principal para o cara, quando é preso, não voltar pro tráfico?

L: O ponto principal pra ele? É a oportunidade. (...) É a oportunidade de trabalho, de tudo. (trecho de entrevista a mim concedida por Leandro, Piúma/ES, 18/12/18)

Anderson:

A: Mas eu digo que a oportunidade seria bom, ter essa oportunidade seria bom. Seria completamente diferente hoje pra mim, se, não precisava estar indo pro mar, não precisava trabalhar de pedreiro, não precisaria... o quê?! Um estudo, né, de tipo assim

de computação, de atendimento... (...) faltou isso. Se chegar isso pra... se chegar isso aí que eu falei pro senhor, pro bairro, uma oportunidade pros menores, eu acho que na fase adulta eles vão estar melhor. (...)

G: se você fosse prefeito, o que você faria no seu bairro? O que você acha?

A: primeiro eu olhava o lado das crianças, né. Melhorava o lado das crianças. Saúde, estudo, oportunidades pra jovens, né, que não tem emprego, mas tem intenção de trabalhar, quer ajudar em casa a família, porque pai e mãe não tem também, né, curso. Então ter essa oportunidade pra eles, pra eles chegarem em uma fase e poder também ter o deles e poder ajudar dentro de casa e como ajudar eles mesmos. Acho que é isso que... acho que é isso que um bairro precisa, entendeu? De desenvolvimento nas crianças, pra elas não procurar outros... não procurar caminhos errados. Porque se não tiver algo pra eles ocupar a mente, pra distrair seu dia, né, eles vão pensar na mente deles coisas... (...)

G: vem cá, o bairro ali, Céu Azul, o quê que você acha do bairro? É um bairro bom, um bairro ruim?

A: óh, o bairro é bom. O bairro é bom. O que faz as pessoas serem daquela forma que eles são, é a falta de emprego. A falta de oportunidade, foi o que o senhor disse na hora que nós começamos a conversar. Falta de oportunidade, de emprego, de interagir com as pessoas, de se envolver mais com a sociedade. Entendeu? As pessoas são muito boas, só falta mudança nessas partes aí que eles não têm muita oportunidade e acaba se envolvendo com outras... (trecho de entrevista a mim concedida por Anderson, Piúma/ES, 17/01/19)

Roberto:

G: Você falou que sempre teve objetivos, mas as condições não ajudaram, né? Por isso, eu perguntei. Na verdade, o objetivo que você tinha era ter o seu emprego.

R: Era ter um emprego. O estudo, graças à Deus, eu terminei. Agora, falta só esse emprego, né? Porque eu penso assim: para eu ter alguma coisa, tenho que ter um emprego. Porque sem o emprego, eu não vou ter nada... como é que eu vou fazer. Entendeu? Então, primeiro, eu tenho que ter um emprego. Tiver um emprego, com carteirinha assinada, aí, sim. Ai, já muda muita coisa. Eu já saio da casa da minha mãe. Que eu vou querer alugar, eu vou querer ter o meu espaço. Aí muda muita coisa.(...)

R: Hoje não, a curtidão minha é ir num cinema com a família. Igual, em frente de casa tem uma lagoa lá, eu pego uma caixinha de som, uma churrasqueira, às vezes, minha mãe bebe uma cervejinha. Junta a minha mãe, a vizinha lá, vai todo mundo lá para a beira da lagoa beber uma cervejinha. Isso, para mim, já é uma curtidão. É o meu lazer com a minha família. Então, hoje eu penso mais nisso em ficar quietinho e viver assim. Essa é a vida que eu quero para mim: ter um servicinho. Acabou o meu expediente: “- Ô mãe, vamos beber uma cervejinha em casa. (trecho de entrevista a mim concedida por Roberto, Piúma/ES, 06/02/19)

Tião sobre seu irmão:

Ti: ele (*irmão*) não tava conseguindo emprego não, por isso ele começou a traficar. Não tava conseguindo emprego, tava conseguindo emprego porque ele tinha sido preso e não achou a conta dele. Ele não tava arrumando emprego. Aí ele foi lá naquele... como chama aquele negócio lá de Anchieta? Lá o negócio de emprego... o SENAI... (trecho de entrevista a mim concedida por Tião, Piúma/ES, 23/01/19)

Na fala de Teotônio surge também de forma significativa a questão do desemprego como um fator que o levou para a ‘vida errada’:

T: Por que sem o emprego... preciso de um emprego, assim, pra gerar aquele dinheiro pra tá sustentando a família, né. (...)

G: então na verdade você, a sua prioridade sempre foi pelo trabalho certo, né?

T: isso. (...)

G: os momentos que você se envolveu ali foi porque você não teve oportunidade, é isso?

T: isso. Mas mesmo assim eu não desisto não. Trabalho na praia, faço um currículo, entrego no supermercado. Qualquer mercadinho. Esses dias eu fiz, foi cinquenta currículo, eu fui em Anchieta, fui em Iriri, passei aqui em Piúma, fui em Itaipava, fui em Maratázes, fui em Iconha, fui em Rio Novo, mas até hoje... ninguém chamou. (...)

G: espera aí, quero só... só entender uma coisa, quando você veio, você veio e morou com sua mãe, mas você já veio e já voltou pro movimento da droga ou primeiro procurou trabalho...

T: procurei um emprego, procurei um emprego, aí eu não achei. Aí eu fiquei trabalhando de aviãozinho pros caras que traficavam lá nas Areias. (trecho de entrevista a mim concedida por Teotônio, Piúma/ES, 20/02/19)

2.6 SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO USO DE DROGAS

Tabela 7 – Relação entre entrevistados e o uso de drogas (continua)

Entrevistados	Uso de drogas ilícitas	Início do uso de drogas	Drogas e sentidos dados a elas
José Antônio	Maconha, cocaína e crack	Influência de amigos	Maconha causa depressão, sono e fraqueza. Tinha medo do crack pelo efeito que via em terceiros.
Roberto	Maconha e cocaína	Com irmãs após morte da mãe.	Maconha fazia rir. Tinha medo do crack pelo efeito que via em terceiros.
Genilson	Maconha	Influência de amigos	Tinha medo do crack pelo efeito que via em terceiros.
Leandro	Relata nunca ter usado drogas.	Relata nunca ter usado drogas.	Relata nunca ter usado drogas.
Anderson	Maconha, crack, cola, tiner	Influência de amigos após separação dos pais.	Não vê efeitos físicos negativos da maconha. Pesca e usa maconha. Problema é o estigma por ser usuário.

Tabela 7 – Relação entre entrevistados e o uso e tráfico de drogas (conclusão)

Edvaldo	Maconha.	Pesca.	Não mencionou.
Sander	Maconha e cocaína	Pesca.	Tinha medo do crack pelo efeito que via em terceiros.
Teotônio	Maconha e cocaína.	Influência de amigos do tráfico.	Usava cocaína para ficar alerta e maconha para dormir.
Fabiano	Maconha, cocaína e crack.	Uso em ambiente familiar.	Conseguiu conciliar uso de maconha e cocaína com família. Dependente químico de crack.
Wilson	Maconha.	Influência de amigos	Maconha tira disposição para realizar atividades rotineiras, ficava 'mole'.
Sílvio	Cocaína	Influência de amigos após morte da mãe.	Cocaína dava animação e não prejudicava trabalho.
Tião	Maconha. Pouco uso e por pouco tempo.	Não mencionou.	Não mencionou.
João Cláudio	Maconha.	Influência de amigos	Não vê efeitos físicos negativos, acha que deveria ser legalizada.
Kennedy	Maconha. Pouco uso e por pouco tempo.	Não mencionou.	Usou maconha por apenas 1 mês. Não gosta, além de ser despesa.

Fonte: autor.

Neste tema interessante registrar o uso de maconha por quase todos os entrevistados, sendo que diversos deles ainda continuam com esta rotina mesmo após a experiência prisional e início do cumprimento de pena em regime aberto.

É interessante como a maconha está também presente de forma frequente dentre os entrevistados que se dedicaram à pesca, havendo inclusive relatos de que o início do uso de maconha ocorreu concomitantemente com o começo da atividade de pescador.

De acordo com os relatos obtidos, a quase totalidade dos entrevistados foi iniciado no uso de drogas por influência de amigos.

Outro dado interessante foi que quase nenhum dos entrevistados relatou haver utilizado crack, surgindo na fala de diversos o medo dos efeitos do crack e a informação de que nunca usaram esta substância porque haviam visto os graves efeitos em terceiros que utilizavam. O único que

relatou uso contínuo de crack passava, no momento da entrevista, por severos problemas relacionados à dependência química, gastando boa parte de sua boa renda como pedreiro com o consumo desta droga.

Surgiu, entretanto, de maneira bastante significativa relatos de terem sido estigmatizados por serem usuários de drogas, cujos trechos se encontram descritos na seção 4.2. Seguem a seguir alguns relatos a respeito do tema deste tópico.

Teotônio:

G: Usava droga também? Usava o que, qual droga?

T: cocaína e maconha.

G: crack não?

T: não.

G: por que nunca usou crack?

T: por que eu via a cena dos amigos que usavam, via o jeito que eles ficavam. Aquela cena, pra mim não... não me comovia não, porque... a pessoa fica muito estranha quando usa. Fica desesperado, fica falando que tá vindo gente pra pegar eles. Fica forçando no pé do outro. Fica fora de si. (...)

G: Me explica melhor, maconha e cocaína... como era sua relação com a maconha?

T: a cocaína, igual... a cocaína, se dava uns tempos, ficava a noite toda acordado em movimento, pra traficar eu ficava alerta. (...) pra ficar alerta, na hora que a polícia chegasse, correr. Avisar os amigos e correr. Agora maconha eu gostava de usar pra "mim" dormir. (trecho de entrevista a mim concedida por Teotônio, Piúma/ES, 20/02/19)

Fabiano:

G: Aí então, essa foi a época que você tava nos dez, onze anos lá em Belo Horizonte, né?

F: isso.

G: certo. Aí você começou usar droga, né? Qual droga?

F: a maconha. Experimentei maconha... (...)

G: Dez anos começou maconha. Cheirando o quê que você falou?

F: tiner. (...) então tinha uma vida, praticamente, uma vida, né, quase perfeita, devido a droga que eu usava escondido da minha esposa. Ela não sabia. Saber sabia, que ela fazia vista grossa, fingia que não sabia.

G: usava o quê? Maconha?

F: não, lá era cocaína. (...) maconha e cocaína. Maconha, diariamente, cocaína mais final de semana. (...) Aí chegava sexta-feira, recebia, o dinheiro que eu pegava quase mil reais por semana trabalhando de pedreiro. Aí dava à mulher um dinheiro, parte pra fazer compra e pagar as contas, aí o pouco que sobrava pra mim, eu ia lá e buscava

uns dois, três pacotes de pó. Aí tinha dia que eu pegava e ir pra casa, eu gostava de TV a cabo, eu ficava vendo luta de MMA e cheirando. Esse era o meu hobbie lá em Macaé. A mulher... assim, eu considero porque quando eu chegava com a droga no bolso, por exemplo, to com a cocaína aqui, dava atenção a mulher, aos filhos, brincava com os filhos. Aí quando os filhos já estavam dormindo, a mulher já tava pronta pra dormir e tal. “Vou dormir, ah, to cansada, vou deitar”, “vai dormir”, tal, aí quando todo mundo tava dormindo ligava a televisãozinha, ficava na sala a noite toda, até amanhecer o dia, que não ia trabalhar no outro dia. Até o dia amanhecer, vendo luta de MMA, às vezes. (...) nesse eu tava fumando crack. Eu tava vendendo tudo que eu tinha, entendeu? É com isso que muitas vezes a pessoa que usa o crack, em cima da cocaína, a cocaína não que não vicia o cara de o cara querer usar todo dia. A dependência química, o crack ele... atinge pior no organismo da pessoa. O crack não tem como a pessoa... só quem foi viciado pra saber como que é. Quando vem a vontade você quer fumar, você bate na mãe, você pega o que for, mas você vai fumar. Ele tira a consciência todinha da pessoa. A pessoa passa a viver igual um animal. Eu tava assim, nesse último de dois mil e dezesseis. Entendeu? Aí o que acontece? Quando eu cometi esse último delito de dois mil e dezesseis, o que... porque eu roubei. Falei assim, eu tava trabalhando... (trecho de entrevista a mim concedida por Fabiano, Piúma/ES, 21/02/19)

João Cláudio:

G: Você acha que isso não atrapalha o seu... sua rotina, seu trabalho... (*o uso de maconha*)

JC: não. (...)

G: você não acha que ela deveria ser proibida?

JC: não. Por mim, eu mesmo, particularmente não acho não.

G: porque você acha que ela não faz, não traz muito efeito ruim pra pessoa? Não atrapalha a vida, no trabalho, a família...

JC: não. (...) é, família... depois também que eu comecei a usar droga mesmo e comecei a me entregar a maconha, aí fui me afastando deles. (...) não porque eles se afastaram de mim, eu mesmo fui me afastando, tipo, ah, não tinha mesma idéia, mesmo papo. Aí eu comecei a andar mais com Josenildo. (trecho de entrevista a mim concedida por João Cláudio, Piúma/ES, 16/01/19)

Wilson:

G: como é que você ficava, a maconha, como é que ela causava em você?

W: ficava... normal não, né, ficava mais... podia falar o que falar que eu ficava na minha, nem esquentava a cabeça.

G: então me fala aí, na sua visão, a pior coisa de ter começado a usar maconha foi os efeitos que ela causava, físicos em você, ou as amizades que você passou a ter quando começou a usar?

W: as amizades e também, e também os efeitos no corpo... que dá mais... a pessoa mais mole assim.

G: entendi, atrapalhava o estudo, por exemplo?

W: é. (...)

G: trabalho também?

W: tem pessoas que se acostuma. Tem pessoa que não se acostuma.

G: então você vai ficando meio mole mesmo?

W: é.

G: um pouco indisposto, né?

W: é.

G: meio assim, sem disposição pra trabalhar, com a atitude pra estudar... então tem esse efeito físico ruim também?

W: tem. (trecho de entrevista a mim concedida por Wilson, Piúma/ES, 12/12/18)

Anderson:

A: Só a maconha, porque a maconha, ela... tipo que ela me adormece. Eu... sinto sono. Me dá fome. Eu fico calmo. Faço meus serviços de casa, tudo, meus afazeres direitinho. Eu faço minha massa, mexo com a colher, eu prumo, alinho, entendeu? Eu construo tranquilo, entendeu? No mar a mesma coisa. Trabalho, converso com todo mundo, sorrio, entendeu? (trecho de entrevista a mim concedida por Anderson, Piúma/ES, 17/01/19)

José Antônio:

JA: vi amigos também morrer por causa de droga. Vi amigo também morrer por causa de droga do meu lado. Bater de cabeça, usando loló, bater de cabeça, dar morte cerebral. E ali só foi focando pra “mim” poder parar. Aí comecei a parar... com a loló, continuei cheirando ainda, depois eu parei de cheirar. Aí tava só na maconha, maconha, maconha. Aí também a maconha tava me causando uma depressão. A maconha causa depressão, ela, a maconha. A maconha causa depressão...

G: como assim?

JA: qualquer droga! Causa depressão tipo que tu fuma, tu fica feliz ali naquele momento ali, quando vai acabando a onda dela, da maconha, vai batendo aquela depressão, sei lá, tipo que assim, não tem mais panela pra ninguém, tipo bate aquela morgação. Então se o cara continuar fumando, fumando, fumando ele fica meio mongolóide da mente. Ele fica lento. Não sabe responder as coisas. (...)

JA: de vez em quando dá vontade de fumar uma maconha, mas eu vou lá, fumo um cigarro. Vou lá, fumo um cigarro e passa a vontade.

G: é menos mal o cigarro?

JA: é menos mal. Menos mal não! Dá câncer, mas também é legalizado.

G: sim. Ser legalizado, você acha... qual a diferença? (...) por que você falou que o cigarro faz mal também, dá câncer, né, mas você falou “é legalizado”, isso significa que é menos mal porquê?

JA: por que tu não tá se envolvendo em coisa errada. (...) tu não vai cair... na tentação do inimigo. Não vai cair na tentação do inimigo. Quanto to fumando um cigarro, sabe que vai fazer algum mal pra tua saúde, mas não vai fazer um mal aos outros, ao próximo. Porque tu comprando a droga ali, tu tá fortalecendo o traficante. Tu tá fortalecendo ele pra quê? Pra ele comprar arma. (trecho de entrevista a mim concedida por José Antônio, Piúma/ES, 13/02/19)

Roberto:

G: A maconha atrapalhava o dia a dia, a rotina, o serviço, a escola?

R: Não

G: Não, não é?

R: Vou falar para você que até me ativava.

G: Então, você não sentia um efeito físico negativo?

R: Não. Era um efeito até bom, porque eu lia muito. Quando eu fumava eu queria saber o que acontecia nas histórias. Ai, eu lia muito. Mas, hoje em dia eu não fumo mais não. (trecho de entrevista a mim concedida por Roberto, Piúma/ES, 06/02/19)

Edvaldo:

Edvaldo (E): Me deixava quieto, só fazia eu dormir (*a maconha*). (trecho de entrevista a mim concedida por Edvaldo, Piúma/ES, 24/01/19)

Sander:

S: A pesca foi boa. Só que aí, a pesca, trouxe já problema também, que aí, na pesca eu já comecei a beber, fumar, entendeu? Já comecei a conhecer coisa de pescador. (...) Aí, eu já comecei a ir para os portos. Aí, chegava lá era rock, gastava o dinheiro todo. Que eu estava longe, né? Eu tava lá no Nordeste, pescando, aí chegava lá era rock, era mulher, droga, entendeu? Tudo que fazia parte da rota do pescador.

G: Entendi, você foi para a pescaria por necessidades financeiras? (...) Aí, na profissão da pesca você se deparou com um monte de ...

S: Com drogas, com mulher. Entendeu? (trecho de entrevista a mim concedida por Sander, Piúma/ES, 19/12/18)

Sílvio:

G: e a cocaína, qual era o efeito que causava em você, físico, psicológico? O que é que gerava em você, a cocaína?

Si: eu ficava mais alegre, mais animado.

G: mais alegre e animado, né? Prejudicava o trabalho?

Si: não. (trecho de entrevista a mim concedida por Sílvio, Piúma/ES, 30/01/19)

Em relação ao crack surgiram muitos relatos de sua evitação, conforme trecho da entrevista de Sander:

S: Mas no crack nunca fui chegado, porque eu já vi vários irmãos vender bermuda, vender roupa dentro de casa. Aí, aquilo ali eu já sei que não tem futuro. Uma droga dessa eu não quero nem para o meu pior inimigo. Eu já vi, lá no Céu Azul você sabe porque é bairro, eu já vi gente pegar roupa dentro de casa para vender, celular bom que a mãe dá. Aí, eu já tenho isso aí na minha mente que isso não presta. Porque se faz isso com ele faz comigo. (trecho de entrevista a mim concedida por Sander, Piúma/ES, 19/12/18)

No grupo de controle surgiram achados que confirmaram os elementos acima, além de outros também interessantes, mas que não contrariaram os anteriormente obtidos, conforme se pode perceber abaixo:

Vítor:

G: e você acha que a maconha faz mal pra você? Te atrapalha em alguma coisa?

Vítor (V): rapaz, vou falar que a maconha melhorou. Óh, eu tinha parado de fumar maconha, tinha quase três anos já, só que eu tava tomando remédio por causa do acidente que eu tive, eles ficaram passando aí até hoje um monte de remédio pra eu tomar, controlado. Aí falaram que corre o risco de morrer, aí, só que eu parei de tomar os remédios e... comecei a fumar maconha e parei com o remédio.

G: e te ajudou mesmo? A maconha assim...

V: não, rapaz, ajudou não, eu parei por causa disso, porque se você estiver sem, estiver sem maconha, primeira coisa que vem é o remédio pra você tomar. Agora, agora não, graças a Deus eu parei. (...)

G: então a maconha faz até bem pra você?

V: faz, isso que eu tô falando, por que... não se eu estivesse sem nada igual eu fiquei um tempo atrás, igual eu fiquei sem nada, aí tem remédio, eu comecei a tomar remédio, mas aí viciiei, por que eu tava tomando treze remédios no dia, pouco ainda, ninguém aguenta. (...)

V: meu pai, isso aí todo mundo sabe, em casa (...) eu nunca gostei de usar com ninguém não, o negócio é só meu (...) é por que eu nunca gostei de... muito. Ficar usando com os outros é... o negócio é família, os outros começam ver que o cara usa. Eu não, vou lá pro meu quarto, pronto, todo mundo sabe mesmo. (trecho de entrevista a mim concedida por Vítor, Vitória/ES, 09/08/19)

Renato:

Renato (Re): olha, vou falar uma verdade, maconha não faz... não sei se faz mal, eu vou falar a verdade, eu gosto de maconha. Eu não uso porque hoje eu sou casado, tenho filhos, entendeu? E eu tenho essa responsabilidade dos meus filhos. Eu gosto! Se fosse usar, eu usava mesmo, mas eu não uso por causa disso, entendeu? Tenho minhas responsabilidades, tenho o meu trabalho. Então eu primeiro enxergo isso, entendeu? Vejo isso. Por que antes eu não tinha essa mentalidade, entendeu, de hoje. Então é isso aí. Mas maconha atrapalha sim. Atrapalha sim. Qualquer droga atrapalha, qualquer droga, até cigarro. (...) droga é droga. Já é o nome, droga. (...)

Re: sim, eu... os caras usavam na minha frente, entendeu? Pegava... às vezes nós "comprava" pedra de crack, entendeu, pra experimentar, pra ver se era bom mesmo e, botava nos caras, os caras ficavam "doidão". Nós "via" como é que os caras "ficava". Entendeu? (...) ficava ruim. Eu acho que foi por causa disso também, por causa da consciência, que eu pensei "pô, minha mãe ver eu desse jeito... zuado de crack, chegar nessa situação, dá certo não". (trecho de entrevista a mim concedida por Renato, Vitória/ES, 13/09/19)

Caio:

Caio (C): eu falo pra você que... quando eu fumo (*maconha*) eu como melhor. Eu trato melhor os outros. Geminiano, eles falam que geminiano é estressado pra carai. Então, tipo assim, eu acho que eu fico até mais tranquilo, *mas* é aquilo, né, eu acho, entendeu, tem o ponto de vista dos outros né, mas também nunca...

G: já teve problema usando maconha? Já deu algum problema?

C: não. Tanto é que meus pais, minha mãe sabe. Tipo assim, tipo assim, meu pai não gosta, mas também não é contra. (...) igual minha mãe já falou comigo, “oh”, na época que eu tava fumando aí de... dezesseis, dezessete, dezoito anos, “não fuma na rua, se for pra você fumar, você fuma dentro de casa”. (...) então, tipo assim, creio eu que... igual eu hoje, vou falar pra você, hoje, não fumo todo dia, de vez em quando eu fumo quando eu vou pra algum lugar com a mulher e tal, mas a maioria das pessoas que eu vejo hoje, cara, usa droga. (...)

C: rapaz, eu não tenho nada contra a maconha, eu acho que pra mim podia ser liberada, que vários aí, pessoas que... que estão no meio social, que discrimina, vai ter gente muito próximo a ela, irmão, primo, filho, tio, pai, mãe que vai tá fumando e a pessoa não vai nem saber. Agora, tipo assim, eu acho palho, ruim em questão das crianças, né. Querendo ou não, a criança vê você fumando, ou vê os outros falando, já... quer experimentar, igual, tipo assim, meu sobrinho já pegou guimba de cigarro, eu tenho um sobrinho de cinco anos, já pegou guimba de cigarro e botou na boca. Por quê que ele fez isso? Por que ele vê os outros fazendo. Entendeu? É mais, eu acho que não liberaram até hoje por questão disso aí. Da família, do bem social. Mas em questão de fazer mal, não fui... até então...

G: no físico, pra sua mente, tipo assim, “ah, atrapalha minha memória, minha concentração”, nada disso?

C: não, até porque, eu me amarrava a ler quando eu fumava. Ler livro. (...) gostava de ler quando... porque eu viajava na história, então entrava dentro da história. (...) Eu já gostava de fazer prova, na época que eu estudava, gostava de fumar um pra fazer a prova. Eu pensava que ajudava. Tipo assim, a pessoa não pensa uma, duas vezes?

G: sim.

C: eu pensava umas dez antes de responder. tipo, ficava mais calmo, pensava melhor. (...) me acalmava... (trecho de entrevista a mim concedida por Caio, Vitória/ES, 23/08/19)

João:

G: e, fala pra mim, a maconha, você passou muito tempo usando maconha, durante todo esse tempo do tráfico você usava maconha. Em você, qual efeito dava a maconha? O que você sentia? Era um efeito ruim? Era bom? Fala um pouco aí.

João (J): o efeito que, tipo, quando você tá nervoso, aí já se acalma. Você tá estressado com alguma coisa.

G: atrapalhava o serviço?

J: Não.

G: não? Hoje você ainda usa?

J: uso.

G: e assim, é uma coisa que você sente que não atrapalha a sua vida não?

J: rapaz, ultimamente eu to sentindo que tá atrapalhando.

G: é? Fala aí, por quê?

J: eu to esquecendo muita coisa. (...)

G: uma coisa aqui que você já... e você pensa em tentar em parar a maconha ou é difícil?

J: rapaz, pensar, penso... mas é difícil.

G: é difícil, né?

J: demais.

G: você acha que é vício já pra você?

J: é.

G: é? Consegue ficar um dia sem fumar?

J: não.

G: não consegue? Se tentar ficar, falar: “hoje eu vou ficar hoje sem fumar”

J: ihh, já falei isso várias vezes!

G: e aí, sente o quê? Fica inquieto?

J: abstinência. Fico nervoso. (trecho de entrevista a mim concedida por João, Vitória/ES, 16/08/19)

Guilherme:

Guilherme (Gui): maconha sempre pra mim foi de boa. Eu sou assim, sou um cara assim. Se eu tiver, eu fumo, se eu não tiver, eu fico de boa. Tranquilo.

G: a maconha não deixa o cara... entendeu? Tipo o cara com o crack, fica um cara doidão, de roubar, de querer furtar?!

Gui: não.

G: não?

Gui: igual eu, antes de eu vir pra cá, eu fumei um.

G: você fumou um baseado antes de vir?

Gui: e não é...

G: deixa você relaxado?

Gui: de boa.

G: o quê que sente? Como que você fica?

Gui: fico de boa. Cara... se você... se você fuma um baseado, você fica viajando numa coisa que você já fez no passado. (...)

G: você acha que a maconha devia ser proibida?

Gui: não.

G: acha que não, por quê?

Gui: podia ser liberada.

G: você acha?

Gui: por que tomo mundo usa. Tem até senhor de idade aí que usa maconha.

G: você acha que a maconha... entre o álcool e a maconha, qual que é pior?

Gui: o álcool.

G: é? Por quê?

Gui: por que o álcool, tem pessoa que embebeda e pode... cair e bater a cabeça. (...) e fora da cirrose, né. E a maconha não, a maconha você fuma e fica de boa. (...)

G: você usou crack?

Gui: não.

G: por quê?

Gui: por que, você tá doido?! (Risos)

G: fala aí, por quê que a galera geralmente não usa crack?

Gui: por que crack. Se você usar crack... eu nunca... o pessoal falou assim que se usar crack, vicia, né, o crack, né. E eu já vi muitos caras assim que... que teve altos carros, altos... altas casas e, acaba desabando por causa do crack. Por que vende tudo. (trecho de entrevista a mim concedida por Guilherme, Vitória/ES, 23/08/19)

Cristóvão:

Cristóvão (Cr): dá muita fome, deixa animado. (...)

G: a maconha te ajuda?

Cr: ajuda. (...) a maconha dá fome, dá sono.

G: ajuda a ficar calmo.

Cr: calmo.

G: então a maconha te faz bem hoje?

Cr: faz bem, eu não penso em fazer nada de errado. (...)

Cr: Muito lugar que eu tô fumando, até na frente de policial eu fumo. (...)

Cr: aí muitas pessoas perdem a cabeça, sabe nem o que vai fazer depois. (*de usar crack*). Por que quer usar aquilo de novo?

G: por isso que você não usa mais o crack? Você acha perigoso? Perder a consciência e...

Cr: eu acho que se tivesse sido o crack, eu não tava nem aqui pra contar história pra você.

G: então crack você tem medo, né?

Cr: tenho. (trecho de entrevista a mim concedida por Vítor, Vitória/ES, 30/08/19)

Luís:

G: então qual a sua percepção sobre o uso da maconha, sobre a droga, quais os efeitos que ela causa em você, são efeitos negativos, positivos? Fala um pouco disso aí.

Luís (Lu): nessa época eu acreditava que o efeito era positivo a todo custo! Eu lembro como se fosse assim, um super remédio, né. E foi isso aí que foi, que fez criar... essa ideia foi fortalecendo, fortalecendo na minha cabeça. E aí eu vinha, achava que todo

mundo tinha que aceitar, porque num país era legalizado e outro não era. Eu sempre fui muito contra essa parada assim, “você não pode porque aqui é proibido”. Entendeu? É aí, esse era o argumento mais forte que me traziam, e eu falava, “mas isso eu não concordo em nada”! Então não tem argumento contra. Hoje, graças a Deus, a minha visão já é diferente. Eu vejo o ponto positivo, mas eu sei que, em si não é *positivo* assim, entendeu? Do jeito que eu uso, que eu faço uso hoje... Eu acredito que seja positivo pra mim. Eu chego em casa, depois de, trabalho de dez às dez, eu chego em casa, fumo e durmo. Durmo ali. Agora, naquela época, acordava, fuma. Bagunçar, fuma. Vai trabalhar, fuma. Vai fazer não sei o quê, fuma. Se não tem fumar, não faz. Por que não tinha. Graças a Deus, eu meio que... essa vislumbração assim acabou na minha cabeça. Que tem que fumar pra fazer, hoje eu já não vejo isso como uma coisa positiva. De forma alguma. Apesar de ver um pouco positivo a forma que eu uso.

G: o seu uso hoje, que é um uso mais controlado, então você não vê nenhum problema?

Lu: não vejo nenhum problema.

G: causa algum mal em você? Você vê que algum efeito negativo de concentração, raciocínio, afeta alguma coisa ou não? Os efeitos pra você, físicos, são... positivos?

Lu: pra mim o efeito... porque eu faço uso agora, tenho isso na minha cabeça, quando eu chego, já terminei tudo que eu tenho pra fazer. Então não faz... mas as vezes, quando eu tô fazendo alguma coisa que não é, atividade enjoada, no meu dia, eu fico assim, “pô, podia ir pra casa fumar um agora”, e às vezes isso fica tomando um pouco da minha atenção. Por que é o escape que você tem, porque eu sei que a hora que eu fumo é a hora que acabou. Depois que eu fumo, acabou, faço mais nada. Até porque não consigo mais, né. Então meio que tem esse efeito... o efeito negativo é um pouco o vício que ainda existe, né, fica te chamando, né, querendo te distrair. Por que você tem uma... você não para de pensar no seu problema, né, então é assim. Pô, aquele negócio tá te tomando a cabeça, porque o que mais afeta, né, o estresse, cara. Então você tem ao alcance da mão, uma coisa que você fala assim, “pronto, acabou o problema, esquece”, tranquilo, fica vendo televisão. É a saída de emergência. Se você tem isso ao alcance da sua mão, toda hora vai querer ficar saindo. (...)

G: Mas, por exemplo, a sua opinião sobre a questão da... porque há essa discussão sobre a legalização da maconha, não é? Esse é um debate, né, bastante presente. Qual é a sua opinião sobre isso?

Lu: que tinha que ter legalizado isso... há muito tempo. Por que eu acho que essa... porque você trazer a maconha, que é algo que a pessoa consegue tranquilamente, não é nenhum absurdo a pessoa ter o uso... não prejudicial pra ela. Você trazer isso pra uma esfera criminal. É misturar e tudo. E embolar o cara que simplesmente faz uso, o cara que mata, o cara que rouba aí e tal, tal, tal. Você traz isso pra uma esfera negativa. E às vezes você tem um jovem que, pô, gosta, porque eu acho que isso é questão de gosto. Igual você, “ah, eu amo manga”, é lógico que vai ter o cara que também vai ter... ter um gosto, mas não é aquela coisa, e você acaba forçando esse cara que tem esse gosto, gosta muito daquilo, você acaba forçando ele a ir pra... pro lado que é do crime, né. Que é o meio ali de...

G: que acabou acontecendo com você, de certa forma, né?

Lu: acabou acontecendo comigo, de certa forma. (...)

G: falam muito, “ah, a maconha deve ser mantida proibida porque ela é a porta de entrada pra outras drogas”, isso na verdade é um grande argumento, né? As pessoas falam isso. ‘Porque a pessoa começa com a maconha, e daí vai pra outras drogas, e toda a dependência do crack’...enfim. O quê que você acha sobre isso?

Lu: eu acho o seguinte, sendo a maconha proibida, e você, por gostar de maconha, você acaba entrando no meio criminoso, dentro desse meio criminoso você tem a cocaína, você tem o crack. Você tem armas. Eu acho que essa questão de que leva a pessoa pra perto dessas drogas, isso é verdade, mas que na questão do uso, eu não concordo com isso. Eu posso falar pelo meu. Por que eu fumo maconha a vida inteira, me levou a experimentar cocaína, não foi pelo uso da maconha, foi porque tava ali naquele convívio, mas foi um negócio que eu, po, não gostei. É isso. (...)

Lu: então eu acho que o que me cativou é mais esse negócio de gosto pela coisa errada, entendeu? Mas depois que você vai aprendendo a usar, aí você vai criando gosto pela onda mesmo. (...)

G: Crack, chegou a usar o crack?

Lu: não.

G: Por que?

Lu: ah, eu acho que é outra classificação. Eu acho que tá em outra categoria, que...

G: entendi. Tinha medo? Do crack.

Lu: tinha medo. Só senti o cheiro uma vez. (trecho de entrevista a mim concedida por Vítor, Vitória/ES, 13/09/19)

2.7 SENTIDOS ATRIBUÍDOS À PRÁTICA DO TRÁFICO DE DROGAS

Um achado também relevante foi, dentre aqueles residentes em Piúma/ES que se envolveram no tráfico de drogas (dez entrevistados), quatro deles relataram que o tráfico de drogas possuía uma função laborativa, de fonte de renda. Quanto aos demais que se envolveram neste crime, a maioria trouxe o tráfico como prática para financiar o uso enquanto possuíam outras fontes de renda.

Tabela 8 – Relação entre entrevistados e o tráfico como fonte de renda (continua)

Entrevistados	Tráfico como fonte de renda
José Antônio	Não
Roberto	Sim
Genilson	Sim
Leandro	Sim
Anderson	Não
Edvaldo	Não
Sander	Não
Teotônio	Sim

Tabela 8 – Relação entre entrevistados e o tráfico como fonte de renda (conclusão)

Fabiano	Não
Wilson	Não
Sílvio	Não
Tião	Não
João Cláudio	Não
Kennedy	Não

Fonte: autor.

Figura 10 – Gráfico comparativo do tráfico de drogas como fonte de renda



Fonte: autor.

A seguir alguns trechos sobre a lógica da prática do tráfico de drogas.

Leandro:

L: Não tinha efeito nenhum... *(os conselhos que as professoras davam para deixar o tráfico)*.

G: Por causa da grana que você estava ganhando?

L: Por causa de dinheiro. (...) Sr. Gustavo, por mês, pra ele, entrava na base de uns cinco a seis mil. (...) De comissão eu tirava uns mil e poucos, quase dois mil reais. (...)

L: Minha opinião sobre essa atividade, era dinheiro, cara. Vendia, pegava o dinheiro, comprava roupa, gastava... Minha vó uma vez chegou pra mim e falou cadê seu dinheiro? Eu falei: Ah, vó, gastei tudo... (...)

L: Ali, tá vendendo ali, você não pensa em mais nada. Só pensa no dinheiro. Enquanto você tá vendo o dinheiro entrando, você não pensa em nada, cara. É só para aquilo... (trecho de entrevista a mim concedida por Leandro/ES, 18/12/18)

Genilson:

G: Você chegou a procurar uma atividade legal lícita? Eu digo assim, antes de, você teve aquela oportunidade de vender a droga, você “po, to precisando de dinheiro, espera aí, mas não quero entrar nisso não, deixa eu ver se eu consigo aí um ajudante de pedreiro”, entendeu? Primeiro você chegou...

g: era mais difícil pra nós que era menor. (...) era menor, não tinha oportunidade não. (...) nem cheguei a procurar.

G: porque você achava que não ia conseguir porque era menor?

g: até hoje né, que a Justiça não tá... do lado do menor. Se pudesse trabalhar mesmo, nem todos de menor tava envolvido no crime. (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18)

João Cláudio:

G: entendi. Então isso (de não poder comprar as coisa que queria)... isso deixou de ser um problema porque você teve uma oportunidade de trabalho...

JC: de trabalho

G: ... se você não tivesse, talvez...

JC: aí eu já tava no tráfico, já

G: talvez tava no tráfico mais pesado?

JC: tava, pesado. (...)

G: o que você acha, você acha que se por acaso você não estivesse ali no seu trabalho, de repente você poderia ter usado como realmente uma fonte de renda pra você?

JC: eu acho que sim. (trecho de entrevista a mim concedida por João Cláudio, Piúma/ES, 16/01/19)

Teotônio:

G: E conseguia tirar quanto ali?

T: ah, por noite tinha vez que tirava mil e quinhentos. (...)

G: Aí, então conseguiu tirar um dinheiro bom, né, pra você?

T: tirava, mas não tirava porque tinha vez que eu usava. Tinha vez que eu pegava pra gastar com puta, gastava com outras coisas, bebida.

G: então fala aí, o dinheiro entrava, gastava com o que esse dinheiro? Fala um pouco dessa vida, nessa época aí que você tava envolvido lá no tráfico, trabalhando com os caras. Como era sua vida?

T: eu gastava dinheiro com puta, gastava dinheiro em puteiro. Tinha vez que eu pegava as drogas, tinha vez que eu usava. Tinha vez que eu pegava o dinheiro, dava pra... pros outros. Gastava com, com ostentação. Gastava com bebida cara. Cheguei comprar um carro, mas o carro deu problema, aí eu não tinha habilitação, eu abandonei o carro. Já cheguei ter moto.

G: então não conseguiu guardar dinheiro?

T: não. (...)

T: aí quando comecei construir, aí reboquei por dentro, fiz um telhadinho lá, uma meia água, aí caí pra dentro. Aí coloquei contra-piso e fui reformando de vagarinho. (...) aí conforme o dinheiro ia entrando, ia comprando os negocinhos e reformando a casa. (...) igual o que eu sempre falei o sol, o sol nasce pra todos, se eu tô ali no crime ali, eu tava querendo ganhar o meu trocado, não queria mexer com ter guerra, ter briga com ninguém não.

G: então o crime pra você foi sempre uma forma de ganhar dinheiro, né?

T: sim. (trecho de entrevista a mim concedida por Teotônio, Piúma/ES, 20/02/19)

Genilson também relata uma situação de privação econômica e falta de acesso a bens de primeira necessidade para justificar seu ingresso no tráfico de drogas:

g: meu pai, quando nós “era” mais novo, ele não ajudava nós em nada não. Só comprava um tenisinho, um chinelo, lá uma vez ou outra... no ano. Minha mãe ficava sempre trabalhando, pra sustentar nós. Nós “era” em sete irmãos, seis irmãos dentro de casa, era em cinco. Era nós cinco. Aí às vezes faltava as coisas. (...) aí via os amigos andando mais arrumado. Aí peguei, “ah, vou andar igualzinho eles também”, comecei traficar.

G: certo. Entendi, então você acha que começou a entrar nisso aí da... do tráfico, mais por conta das coisas que você queria ter e não tinha? É isso?

g: é, não tinha, não tinha condições de comprar nada... ..

G: e dava revolta em você isso aí? Como é?

g: dava, dava raiva! Meu pai gastava dinheiro bebendo. (...)

G: Genilson, você falou aí que você quando começou a se envolver, que seus pais falavam, mas que você não dava muito ouvido não, aí você falou uma coisa que você sofreu muito, né, foi muito sofrido, né. Fala um pouco aí então, faltava muita coisa na sua infância, né?

g: faltava.

G: na sua adolescência. Fala um pouco aí o que você sentia, lembra aí, dá um exemplo de umas coisas, “nossa, eu queria ter isso...” não conseguia.

g: brinquedo... brinquedo em vitrine de loja, não tinha nada.

G: isso gerava o que em você? Qual o sentimento que você tinha em relação a isso?

g: eu ficava meio triste pelos cantos. Eu via que minha mãe, na época minha mãe tinha separado do meu pai, eu via que não tinha condição de dar as coisas.

G: você falou também que você ficava revoltado que seu pai gastava com bebida.

g: ah, dava raiva que ele gastava dinheiro com os outros na rua... (...)

G: você acha que isso também contribuiu pra esse caminho que você seguiu?

g: ah, contribuiu. Dava mais raiva ainda. (...)

G.: E a maioria dos seus amigos, o que você hoje olhando pra trás fala “po, o quê que eu acho que foi o fator que contribuiu pra que a maioria dessa turma aí também escolhesse isso”, o quê?

g: ah, alguns foi (...) também o mesmo estilo de vida que eu. Não tinha nada na vida, morava numa casa simples. (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18)

Wilson traz o convívio por certo tempo com o padrasto e limitações alimentares na residência para explicar o início de sua vida de desvios, o que culminou com o ingresso posterior no tráfico:

G: certo. Fala aí o motivo que fez você parar o estudo. Porquê que parou?

W: minha mãe não tava com condições, minha tia também... não tava com condições também... assim, questão de roupa...aí, eu comecei a trabalhar, na verdade, lá na casa da minha mãe.

G: foi lá que você começou a trabalhar?

W: é. Foi lá. aí meu padrasto, como... ele já tinha cinco filhos, aí a condição era mais pros filhos dele. Aí, no caso... aí jogava... negócio de comida assim, na nossa cara assim... “eu cuido de você, você não faz...” ele que tem que fazer isso, já que ele quis casar com a minha mãe. Aí eu peguei, “não, eu vou estudar meio período e trabalho.”

G: tá, aí lá que você começou a trabalhar por essa situação?

W: uhun. Aí comecei a trabalhar meio período, aí depois eu... aí por ser muito cansativo o serviço, chegar e... as vezes eu nem me concentrava na aula, aí acabei reprovando e depois a diretora falou, “óh, você não pode mais estudar aqui, você já tem quinze anos”, “mas porquê?”, “não, porque você já passou da idade, sua série”, “não, tá bom”. Aí foi onde que eu desisti de estudar, porque eu tinha que trabalhar meio período... (trecho de entrevista a mim concedida por Wilson, Piúma/ES, 12/12/18)

Conforme Genilson relata abaixo, o tráfico de drogas tem, além de uma lógica laboral, um aspecto relacionado à própria transição da adolescência para a fase adulta, servindo a prática do tráfico de drogas como fator de aproximação de garotas e facilitação do início da vida sexual:

G: Fala aí, tem essa atração mesmo? (*das garotas em relação aos traficantes*)

g: lá em cima tem até hoje. Todo lugar, né. (...) elas ficam mais a vontade, né, sei lá, sair com bandido é mais seguro. (...) quando era mais novinho não pegava ninguém na escola. As meninas ficavam me dando gelo. Comecei traficar... começou fluir. (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18)

Também João Cláudio indica essa lógica em sua fala:

G: seguinte, esse início aí... uso, inicialmente e depois a venda, você acha que isso também teve relação com a sua passagem ali, essa entrada na adolescência...

JC: eu acho que foi aquela explosão mesmo de... sei lá, acho que foi uma explosão mesmo da adolescência pra... você entendeu? Aquela parada, aquele impulso. (...) aquela adrenalina. Acho que foi por isso que... tem hora que eu fico pensando, “meu Deus, o que eu fiz da minha vida?!” Não por causa de eu usar e sim de eu cortar aqueles negócios e vender, entendeu? (trecho de entrevista a mim concedida por João Cláudio, Piúma/ES, 16/01/19)

O tema da ostentação também surgiu na pesquisa no sentido de se constituir em uma motivação para o envolvimento em delitos. Ostentar bens de consumo, gastar o valor arrecadado com pequenos prazeres efêmeros, surgiu como fator que levava ao cometimento de ilícitos, conforme trechos a seguir.

Teotônio:

T: eu gastava dinheiro com puta, gastava dinheiro em puteiro. Tinha vez que eu pegava as drogas, tinha vez que eu usava. Tinha vez que eu pegava o dinheiro, dava pra... pros outros. Gastava com, com ostentação. Gastava com bebida cara. Cheguei comprar um carro, mas o carro deu problema, aí eu não tinha habilitação, eu abandonei o carro. Já cheguei ter moto. (trecho de entrevista a mim concedida por Teotônio, Piúma/ES, 20/02/19)

José Antônio:

G: vem cá, o que levou você, nesses vários anos (...) a praticar esses fatos aí? Qual foi o principal motivo pra você roubar?

JA: orgia. Orgia, é... e coisas erradas. É, foi mais orgia mesmo, pra poder ostentar coisa que não tinha! Tentar ostentar coisas do outros. Tudo erro da vida.

G: entendi. Você falou orgia, orgia como? Ostentar o que, por exemplo?

JA: orgia! Ter alguma coisa pra poder esquecer, tipo assim, “ah, que eu vou curtir hoje, hoje eu vou fazer isso, hoje eu vou cometer esse roubo. (trecho de entrevista a mim concedida por José Antonio, Piúma/ES, 13/02/19)

Genilson:

G: e quando começou traficar, aí começou entrar dinheiro, né?

g: começou.

G: e aí, como é que foi? Mudou sua vida, né?

g: mudou um pouco, minha mãe não sabia. Comprava os negócios no morro, deixava na casa dos amigos... celular, é. Só com celular às vezes eu chegava em casa. Às vezes tava com cinco celulares, perdia. Às vezes perdia correndo dos homens, depois comprava outro.

G: acabou que o dinheiro que você ganhava ia todo, né, Genilson?

g: ia todo, era bagunceiro, gostava de beber, na época. gastava com... aquela época lá eu gastava com roupa, às vezes, com bebida e com mulher, gastava. Na época, novinho, pagando pras meninas, ficava todo bobado.

G: pagava as coisas pras meninas?

g: é, ficava bancando as meninas. (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/19)

Leandro:

L: Agora, se o senhor chegar pra mim e me perguntar assim: Leandro, e o dinheiro da droga, o que você fez? Eu gastava tudo.(...) Gastava com roupa (...)Ajudava um pouco em casa. Mas, fora isso aí, era em roupa, era com besteira...(...) Comprava roupa porque sempre via os pessoal andando bem arrumado. Entendeu? Aí, eu pegava, aí e comprava. (...) Era bermuda, camisa, um chinelinho.... (trecho de entrevista a mim concedida por Leandro, Piúma/ES, 18/12/18)

Roberto:

R: Eu não traficava pra isso. Eu não tinha ciência das coisas. O meu negócio era zuar, beber muito.”

G: E conseguia tirar um dinheiro bom?

R: Nada. Só pra pagar mesmo e zuar um pouco mesmo. Só pra pagar os outros, dava pra viver.

G: Tirava quanto?

R: Eu não tinha noção. Eu gastava muito. (...) Com mulher e bebida. (trecho de entrevista a mim concedida por Roberto, Piúma/ES, 06/02/19)

Kennedy indica que teve oportunidade de entrar no tráfico de drogas, convidado por amigos envolvidos, mas não quis entrar, relatando em paralelo que nunca lhe faltou nada e que inclusive sua mãe pagava suas contas básicas quando passou a morar sozinho:

G: nas Areias que tinha mais envolvido (*amigos*)?

Kennedy (K): é, ahan.

G: certo. Seus amigos da infância lá em Itaputanga não teve muito preso não?

K: não, nenhum teve preso não.

G: te fazer uma pergunta, então nas Areias você teve, se quisesse, você teria oportunidade de entrar no crime lá?

K: sim.

G: e você, né... nunca entrou, né. Nunca quis entrar. Agora, você tinha... a sua condição financeira, ali, em casa, como era? Você tinha ali o seu... em casa, a situação econômica em casa, como era?

K: não, sempre tive as coisas, sempre tive um dinheiro, entendeu? Igual, minha mãe lá me dá tudo. No caso, não preciso pagar nem água, nem luz, entendeu? Ela já... no caso, eu moro na minha casa, mas ela paga a minha casa, paga a minha luz, tudinho certinho, entendeu? Só quando ela fala assim: “oh, vou precisar de uma ajuda esse mês, tem como você dar tanto?”, aí eu ia e dava a ela, entendeu? Por que... ela falava: “não quero dinheiro seu não. Dinheiro seu, que você fizer, é pra você, pra comprar suas coisas”. (...) dinheiro que eu faço é pra mim mesmo, não... pra mim comprar minhas coisas... (trecho de entrevista a mim concedida por Kennedy, Piúma/ES, 31/01/19)

No grupo de controle tais achados surgiram de forma semelhante, o que nos levou a concluir que os elementos obtidos na primeira etapa da pesquisa quanto a este tema foram em grande

medida verídicos e confiáveis. Seguem abaixo algumas transcrições do grupo de controle, que seguem em sentido semelhante àqueles achados obtidos no primeiro grupo (Piúma/ES):

Renato:

G: me fala aí, por que você resolveu entrar no tráfico? Qual foi o motivo?

Re: dinheiro fácil, né, cara. (...) Acho que uma mera ilusão de uma criança, tipo, de conquistar alguma coisa, ser dono de alguma coisa. Entendeu? Ou ter muito dinheiro, ou ter carro, ou... via um patrão chegando na favela. Com arma. Cheio de mulher, então é isso, entendeu? É uma mera ilusão de um jovem, adolescente, uma criança. (...) Foi já acontecendo, conseqüentemente, e também por causa de querer ganhar dinheiro, entendeu? Usar droga, gostava muito de usar droga. De curtir um rock, não favela, esses rocks... mas um rock mais socialzinha entre meus caras mesmo, entendeu? Mais isso. Colocar uma cocaína, colocar uma maconha ali. Umas “mulher” também, entendeu? Colocar umas maconhas pra elas, dar um dinheiro, comer e era isso.

G: sim. Então tinha tudo isso aí, de querer curtir, né?

Re: curtir.

G: droga, mulher, festa, né?

Re: a finalidade era essa, curtir, curtir! Curtir sem... vamos assim, sem pensar na consequência. (trecho de entrevista a mim concedida por Renato, Vitória/ES, 13/09/19)

João:

G: você tinha o seu dinheiro, né, não precisava tá traficando, né? Fala aí por quê que você resolveu?

J: por que às vezes eu queria fumar maconha, fumava muito, aí gostava de roupa de marca. Entendeu? Aí o dinheiro não dava. Dinheiro não dava. (...) Eu com dezesseis anos, eu já comecei ter aquela ambição por roupa, essas coisas, entendeu? Dezesseis anos. Aí meu pai e minha mãe não tinha condição de me dar também, entendeu? (trecho de entrevista a mim concedida por João, Vitória/ES, 16/08/19)

Eder:

G: certo. E o tráfico, quando é que ele entrou aí? Como é que foi esse envolvimento aí com o tráfico?

Eder (Ed): foi quando eu comecei a conhecer essa menina aí, entendeu? que, na verdade, eu tava morando com minha mãe, eu queria ter dinheiro, queria comprar algumas coisas pra mim, que eu via com os outros tendo, entendeu? Queria andar arrumado. Comer alguma coisa melhor, aí eu comecei a mexer com essas coisas erradas. Mas eu não mexia assim diariamente, era de vez em quando. Aí quando eu conheci essa menina, comecei a morar com ela, entendeu? Aí eu já tive que, já comecei a sair do interesse da escola, já saí da casa da minha mãe. (...)

G: aí, mulher também, nesse contexto aí de tráfico, era um fator também, era uma motivação pra entrar no tráfico? As meninas?

Ed: rapaz, às vezes sim, às vezes não, mas, mais a vontade de querer ter as coisas mais rápido, entendeu? Tipo crescer na vida, entendeu?

G: dinheiro mesmo né?

Ed: é, ter dinheiro, comprar uma moto, que você sabe que de menor não pode ter. Ter um carro, dinheiro no bolso. Sair com as meninas, e as mulher já vem em torno disso aí tudo, entendeu? (trecho de entrevista a mim concedida por Eder, Vitória/ES, 09/08/19)

Luís:

G: E aí, o dinheiro, gastava com o quê, Luís?

Lu: porra, com droga e com festa. (...) Dava droga pros outros, assim. Os amigos, os amigos enche, os amigos né. (...) Padaria. Almoçava em padaria. Jantava em restaurante. (...) Tudo superficial, assim. (trecho de entrevista a mim concedida por Luís, Vitória/ES, 13/09/19)

2.8 A RACIONALIDADE NA PRÁTICA DELITIVA

Foi possível perceber que a maioria dos entrevistados não demonstrava que a prática delitiva foi fruto de uma ação profundamente refletida, ponderada, em que os prós e contras foram avaliados e se optou conscientemente pela prática do crime. Constatou-se uma atuação intuitiva, pouco ponderada e irrefletida, conforme trechos destacados a seguir:

Roberto:

G: Roubava celulares, né?

R: “Era só pra viver mesmo. (...) Eu vendia barato, as vezes para comprar maconha e cigarro. Às vezes, para beber, às vezes para comer alguma coisa....(...)

G: Certo. E pra começar a praticar esses pequenos assaltos que você falou, tinha outros caras, outras pessoas que estavam nessa mesma condição de vida que acabava trazendo você pra...

R: Não, não. Eu acho que depois que eu comecei a beber um pouco a mais, aí eu via. Já não trabalhava, né, menor, aí pegava e fazia. Eu acho que era coisa de menor mesmo. Entendeu? Aquela alucinação, aquela adrenalina. Não sei o que que dava, mas que eu fazia, eu fazia.... (...)

G: Você que teve a ideia, como foi a sua entrada no tráfico?

R: Foi a dificuldade que me fez procurar algumas pessoas, né? (...) Era a questão financeira. (...) Era aluguel, era comida, tinha que se manter, ué.. Eu não trabalhava nessa época aí. (...) Aí, foi apertando, né? Foi apertando as coisas e eu comecei a mexer com droga. (...)

G: Nunca teve arma?

R: Nunca tive arma. Eu não traficava pra isso. Eu não tinha ciência das coisas. O meu negócio era zuar, beber muito. (trecho de entrevista a mim concedida por Roberto, Piúma/ES, 06/02/19)

Sander:

G: Aí, você chegou, procurou e não achou o dinheiro?

S: Não achei o dinheiro.

G: Aí, você foi beber?

S: Aí, eu comecei a beber a tarde toda. Aí anoiteceu, eu desci, entendeu? E abordei um jovem ali em frente a rodoviária, com a mão na cintura, falei que estava armado, peguei o telefone. Não peguei, ele me deu a carteira. E eu só queria o celular. Ele me deu a carteira e o celular, eu só peguei o celular. Aí, eu falei: - “Não quero nada de você não, só o celular.” E ele pegou a carteira. E falei: - “Não, pode ir embora.” Ele foi embora com a carteira e eu fui embora com o celular. (...)

S: Foi ira. Foi ira, entendeu? Por que eu guardei dinheiro...

G: Quando você cometeu o roubo, você estava alcoolizado?

S: Estava.

G: Tinha usado cocaína, maconha?

S: Tinha usado cocaína no dia. Eu fiquei revoltado porque oitocentos reais trabalhado, entendeu? (*teve esse valor furtado*) (trecho de entrevista a mim concedida por Sander, Piúma/ES, 19/12/18)

Anderson:

G: o que você pensava do seu comportamento?

A: no começo eu não media as consequências não. Não media as consequências não, eu fazia por... por querer droga. “não, eu quero fumar, não sei o que fazer”, aí falava que não ia cometer, mas, às vezes encontrava algo fácil, e aquilo ali... em vez de trabalhar pra usar, eu... tomava uma atitude de, às vezes, tá com, como diz, tá no meu erro mesmo, de cabeça fraca ir lá e cometer aquele ato ali, pegar coisa que não é minha e vender pra comprar droga. Entendeu? ... (trecho de entrevista a mim concedida por Anderson, Piúma/ES, 17/01/19)

Leandro:

L: Não pensava em mais nada, era só (*traficar*)...

G: Pra você estava bom?

L: Tava bom.

G: (...) Não pensava no futuro, não é cara.

L: Não. (...) Só no hoje. (...) Ali, tá vendendo ali, você não pensa em mais nada. Só pensa no dinheiro. (...) Enquanto você tá vendo o dinheiro entrando, você não pensa em nada, cara. É só para aquilo... (trecho de entrevista a mim concedida por Leandro, Piúma/ES, 18/12/18)

José Antônio:

JA: o que eu pensei? Eu... pó, cara... (risos) eu pensei assim “caraca, mano! O que eu fiz?! O que eu fiz, mano, caraca! Eu peguei o dinheiro que era devido de responsabilidade, peguei e gastei aqui! A não, agora vou ter que dar um jeito. (...)

G: quando você meteu aqueles roubos lá, na hora pensou assim “po, tá errado, cara... eu fazer isso aqui, pegar o”...

JA: na hora ali eu pensei...

G: ou não, nem pensou?

JA: ali... ali... naquela hora ali, o cara fica cego! (...) Bate uma adrenalina maldita, Deus me livre e guarde. Deus me livre e guarde, tá repreendido!

G: na hora, o cara rouba, você falou ali, orgia, né, questão de...

JA: dinheiro mais rápido!

G: mas tem também, o cara entra no roubo pela adrenalina também, aquela coisa de parceiro chamando...

JA: empolgação!

G: rola também?

JA: rola também, empolgação. (...) tipo, o cara vem “po, cara, nós vamos ganhar, cara, dinheiro cara! Tá na luta pra ficar nessa mendigaria aí!?” Tem pessoas, já vi pessoas, “não, não, tá bom, vou formar com você”, aí forma, pra daí... tá maluco, Deus me livre! ... (trecho de entrevista a mim concedida por José Antônio, Piúma/ES, 13/02/19)

Fabiano:

F: é. Aí cheguei no trabalho... aí pensei “poxa”... aí chegou Bruno com outro ajudante, “aí, Cabeção, esse aqui é lá de Cachoeiro, ajudante, tal” ele também mexia com umas paradinhas erradas também. Aí deixou o ajudante me ajudando lá e saiu. Aí eu falei “faz duas massas... bota meia lata de cimento e aí, pra gente chumbar a massa”, naquela época. Eu falei “caramba, cara, Bruno me deu um telefone ontem, fiz a maior merda, cara! Fumei o telefone”, contei pro ajudante. “rapaz, vamos fazer um seguinte. Eu também tô sem telefone. Vou arrumar um telefone aí”, falei “como?”, “vamos montar na moto, aí a gente passa, você puxa o telefone e sai fora! Pega um telefone pra você e um pra mim”, falei “vão’, ‘vão’, vão’!” Viradão, viradão. Montei na moto, passei em Iriri, não vimos ninguém. Aí fomos em Anchieta, aí em Anchieta tinha uma menina assim que tinha a metade do telefone dentro do short, a outra metade pra fora. Aí eu falei “eu vou passar pertinho, você puxa”. Aí passei pertinho pra ele pegar assim, quando ele passou, passou perto dela assim, puxou o celular, não saiu. Aí começou gritar “ah, ah!” Peguei, “vamo embora, não vai dar certo não!” Fiquei com medo, vim embora. Voltei pro serviço. Voltei pro serviço. Aí já tinha botado... a sementinha do mal já... do mal tava armada. Aí deixei o ajudante e falei “oh, é o seguinte, termina de bater essa massa aí que eu vou ali e já to voltando. Peguei a moto. Sozinho. Falei “vou pegar sozinho pra mim. Sozinho é mais fácil”. Aí peguei a moto, vim pra Piúma e fiquei rodando em Itaputanga. Falei “se tem uma mulher dando mole com celular, vou puxar um, se Bruno perguntar, vou falar que troquei o celular”, eu já tava com tudo armado. Eu vou pegar o celular, vou falar com Bruno que eu troquei o celular por outro, pra ele não perceber que... já tava na minha mente. Já tava já, cego. Aí comecei rodar, rodar, rodar ali. Tinha uma gordinha com um telefone, parecia até um tablet. Grandona. Aí eu vi mais duas pessoas ali perto, “não dá não. Dá não”. Aí de repente entrei numa rua, vi uma mulher vindo da academia. Com o celular. Sozinha. Olhei pro lado, não vi ninguém, aí passei a moto rapidinho, “solta, solta, solta o celular!!!” Aí tomei dela o celular. Aí tomei o celular. Botei. Aí quando cheguei no serviço assim... “pó, fez o negócio sem mim, cara!”, o cara me deu até um esporro, que não tinha levado ele pra fazer isso. (trecho de entrevista a mim concedida por Fabiano, Piúma/ES, 21/02/19)

Teotônio:

T: (...) tava encostando carro, que eu ajudei encostar, o irmão dela (*Jéssica*). Aí eu ajudei encostar o carro deles, aí perguntaram da onde que eu era, eu falei que eu era de Piúma. Aí perguntou “você tá morando onde?”, falei “to morando aí, em qualquer lugar. Moro na rua”. Aí foi, falou “eu vou só ali e já to voltando, supermercado”. Aí foi no supermercado, na hora que voltou, aí pegou, me colocou dentro do carro e me levou lá pra... pro bairro deles. (...)

G: ficava pelo centro, terceira ponte, né (*vivendo na rua, no centro de Vitória/ES*)...

T: é... andava ali, onde tinha sinal eu ia pra mim... ganhar o pão de cada dia, né, que... ficava com fome, direto, né. Ia no restaurante, pizzaria, pedia. Porque, roubar... pedir não é vergonha. Se você tá com fome, você tá com aquela necessidade, tá com fome ali, pedir não é vergonha não. (...)

G: Aí você conheceu a Jéssica, conta aí.

T: aí eu conheci ela e fui pra lá, morar lá. Os parentes dela era tudo envolvido no tráfico. Mexia com tráfico. Saía pra meter assalto. Aí foi onde que eu comecei a... a ficar na boca de fumo. Traficando pra eles. Pegando carguinha de droga pra mim vender. Aí tinha vez que virava noite traficando lá pra eles. Pra ganhar aquela merrequinha pra tá se alimentando, né. Aí foi onde que eu comecei se envolver com essa Jéssica. (trecho de entrevista a mim concedida por Teotônio, Piúma/ES, 20/02/19)

Genilson:

G: Fala aí, cara, nessa época que saiu, você tava com dezesseis anos, você não chegou a pensar “po, cara, já me deu problema já, vou mudar de vida”, não?

g: não, não pensei não.

G: não, nessa época não. Por que você acha?

g: por que não, tava achando legal.

G: tava dando dinheiro, né?

g: tava dando. (...)

G: E os seus parceiros ali, seus amigos ali quando voce começou a entrar lá no tráfico, né, qual era a idéia que o pessoal tinha sobre isso? O quê que eles pensavam sobre a venda da droga?

g: normal.

G: como?

g: via normal, vontade de traficar e ter as coisas também. (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18)

Tião:

G: os caras falavam que o crime era bom? Fala aí, o quê que os caras dentro da cadeia falavam da vida no crime? Os caras eram, geralmente, arrependidos, “pô, não vale a pena não, vou sair...”

Ti: não, os caras falavam isso dentro da cadeia. Tinha uns que falavam, muitos falavam isso. Só que chegava na rua, esquecia também. Esquecia que... tinha sido preso, o que passou dentro da cadeia... aí voltava a traficar. Muitos faziam isso, muitos não. (...)

G: geralmente os caras, por que os caras, mesmo lá naquela desgraça não se arrependia e dizia que ia mudar de vida. Por que os caras falavam: “não, tô no crime mesmo, vou continuar... no crime”, por quê?

Ti: rapaz, é por que os caras, sei lá! Não pensa em nada, não tem ninguém pra pensar, mesmo tendo filho, isso e aquilo, mas não pensa em ninguém não. Os caras só pensam em traficar, e doiderada mesmo. Os caras não pensam em ninguém. Pode ter um filho, o que for, mas não pensa não. Entendeu? Os caras não têm motivação pra nada não. Entendeu? Os caras gostam daquilo que faz, entendeu? Não se arrepende não. Ah, mas quando tiver com sessenta anos que não tiver nada... vê o tempo que perdeu, aí vai... aí vai pensar, entendeu? Vai pensar. (trecho de entrevista a mim concedida por Tião, Piúma/ES, 23/01/19)

No Grupo Controle os achados de forma geral confirmaram o que foi obtido na primeira parte da pesquisa, com os entrevistados residentes em Piúma/ES, conforme se pode verificar dos trechos abaixo:

Renato:

G: você acha que essa entrada no crime aí, foi uma coisa assim que você parou, pensou, refletiu bem, se valia a pena, por que achava que ia ganhar dinheiro, que era difícil ser preso, ou foi uma coisa mais... foi acontecendo sem você pensar muito?

Re: rapaz, os dois. Entendeu? Foi já acontecendo, conseqüentemente, e também por causa de querer ganhar dinheiro, entendeu? Usar droga, gostava muito de usar droga. De curtir um rock, não favela, esses rocks... mas um rock mais socialzinha entre meus caras mesmo, entendeu? Mais isso. Colocar uma cocaína, colocar uma maconha ali. Um “mulher” também, entendeu? Colocar umas maconhas pra elas, dar um dinheiro, comer e era isso. (...) a finalidade era essa, curtir, curtir! Curtir sem... vamos assim, sem pensar na consequência. (trecho de entrevista a mim concedida por Renato, Vitória/ES, 13/09/19)

João:

G: fala aí, quando você começou ali, começou a traficar... foi uma coisa, assim, que você parou, refletiu, pensou, ou foi uma coisa meio sem pensar?

J: foi meio sem pensar.

G: tenta lembrar aí as épocas que você parou pra, tanto o tráfico, assim como o roubo... você parou e pensou assim “vem cá, deixa eu botar no papel aqui, vai valer a pena isso que eu vou fazer? Vai ser um risco? Vou ganhar dinheiro”, ou foi meio assim no automático?

J: é, pensava muito nisso aí não. (...) Pensava mesmo no dinheiro. Fumar...

G: você ganhava bem nessa época?

J: ganhava. (...) Dois mil reais.

G: precisava mesmo traficar?

J: precisava nada! Pra você ver, eu só fui ver meu dinheiro depois que eu fui mandado embora.

G: entendi. Fora isso, o dinheiro que recebia gastava todo?

J: nem sei aonde meu dinheiro ia. (...) fui preso... nossa! Tinha nem uma roupa!

G: e gastava com o quê? Você ajudava em casa?

J: ajudava nada! Gastava mesmo com... coisa de comer, fumava muito. Dava aquela fome, gastava dinheiro, de comer. Ih, nem via o dinheiro! (...) comprava só roupa.

G: em casa não ajudava não? Assim, uma compra de mercado...

J: não. Não queriam (*os pais*), entendeu? Não pediam. Os dois sempre trabalhou, sempre ganhou bem.

G: e o assalto lá também, como é que foi? Foi uma coisa planejada? Ou foi uma coisa meio assim... sem pensar também?

J: sem pensar, né. Um amigo chamou, do nada nós “tava” fumando, chamou pra nós ir. ... (trecho de entrevista a mim concedida por João, Vitória/ES, 16/08/19)

Eder:

G: e esse roubo, como é que foi esse roubo aí, como é que foi, você que procurou, alguém te chamou, parceiro ali junto, “po, vamo ali”...

Ed: rapaz, esse roubo foi... foi questão de necessidade. Por que eu trabalhei, trabalhei. Trabalhei dois meses, em dois serviços, aí quando chegou no final do mês, quando chegou que os caras “veio” pagar, aí eles não me “pagou”, entendeu? Aí eu fiquei sem saber o que eu ia fazer porque o meu dinheiro, era o que eu ia trabalhar e no final do mês pra mim ganhar. Aí foi que induziu, que eu acabei fazendo, entendeu, aí eu acabei indo preso, aí fui lá e parei também com isso.

G: entendi, então você roubou porque tava precisando de dinheiro?

Ed: tava precisando.

G: trabalhou e não recebeu.

Ed: trabalhei dois meses. Duas firmas. O cara me aceitou como de menor na firma, trabalhei, trabalhei, quando tava dando mês, aí falou que não tinha mais serviço, aí toda vez que eu ia pegar meu dinheiro, ele falava que não tinha, falava que não tinha, falava que não tinha. Até que sumiu, até hoje.

G: então foi meio raiva assim, que você trabalhou e não recebeu o que você deveria ganhar?

Ed: não foi necessidade mesmo.

G: entendi. Foi sozinho?

Ed: foi eu e um rapaz.

G: foi ideia sua ou ideia dele?

Ed: foi de nós dois. (trecho de entrevista a mim concedida por Eder, Vitória/ES, 09/08/19)

Guilherme:

Gui: por que sempre quem roubava, roubava só eu e meu primo. (...) Aí, nós, tava eu e meu primo e mais dois amigos nosso... foi mais dois amigos nosso, aí esse amigo meu que tá no Rio de Janeiro falou “vamos roubar?!”, aí eu peguei e falei “vamos... vamos”. Aí chegou lá, eu peguei o primeiro celular, né. Aí dali eu já fui pra casa. Aí depois eu fui gostando, né, velho. (...)

Gui: rapaz, eu nunca parei pra pensar nesses negócios assim. Nunca parei assim pra pensar em nada não, assim não.

G: como é que era?

Gui: dava a doideira na minha cabeça, “vamos roubar”, nós “saía”. (...) Desse jeito. (...) Aí chegava lá, chegava aqui com os aparelhos, vendia, aí... gastava o dinheiro. E sempre desse jeito. (Risos)

G: já chegava e já gastava logo?

Gui: é, já gastava logo.

G: assim, o celular, já vendia na boca? Como é que fazia pra render o dinheiro? Como é que fazia?

Gui: tem... eu tinha sempre os “comprador”, né. Eu já tinha comprador certo. Se eu pegasse trinta aparelhos, eu podia levar os trinta pra ele lá que o comprador comprava.

G: ah, entendi, já tinha o lugar certo pra deixar. Então você roubava o celular e já levava e trocava no dinheiro lá.

Gui: direto pra lá.

G: então não tinha muito isso de parar e pensar, né, direitinho ali se valia a pena ou não, não tinha. Era na doideira mesmo?

Gui: era na doideira mesmo. Cachorro doido! (Risos) (trecho de entrevista a mim concedida por Guilherme, Vitória/ES, 23/08/19)

Cristóvão:

G: Cristóvão, vem cá, você falou lá, né, na época desse crime que você cometeu. Me responde uma coisa, o cara ali, por exemplo, você ali, quando se envolveu, você, quando os caras te “convidou”, você parou, pensou direitinho, refletiu assim “pô, espera aí, vale a pena o risco que eu vou correr? O que eu posso ganhar”, entendeu? Foi uma coisa muito pensada, ou ia mais assim, ia mesmo...

Cr: eu não pensei. (...) Por que se eu tivesse parado e pensado antes, eu não tinha cometido. Foi uma coisa muito rápida.

G: mas você falou que não era uma coisa por precisão do dinheiro ali, né? A necessidade do dinheiro, não era?

Cr: era não. (...) Às vezes eu passo dificuldade de dinheiro, mas sempre tem um serviço pra fazer, alguma coisa pra fazer. Igual, sou vendedor ambulante também, não tenho vergonha de trabalhar com nada.

G: Então você então, cara, não pensava, você não pensou? Planejada, pensada, bem pensada, não né? Era, ia mesmo na... sem pensar?

Cr: isso.

G: influência dos amigos, né, e...

Cr: uma coisa que eu paro e penso, “poxa, se for pra mim tá com má companhia e eles praticarem coisa errada, e ver que ele vai cair no buraco, eu falo: cara, não faz isso não, se você quiser, você vai sozinho”. Eu não quero. Não quero isso pra mim mais. (trecho de entrevista a mim concedida por Cristóvão, Vitória/ES, 30/08/19)

Luís:

G: sim. Vem cá, essa... você me explicou, né, a razão pela qual, né, você começou a... a traficar, não é. Mas vem cá, foi uma coisa assim, bem refletida? Você falou, né, que a repressão do seu pai, não é, e você entrou no uso, você precisava ali de um recurso, né. A coisa foi acontecendo, né. Mas eu quero saber o seguinte, foi uma coisa muito bem pensada, você ponderando os prós e os contras, ou foi uma coisa pouco refletida, pouco pensada? Como é que isso passava na cabeça, entendeu?

Lu: foi pouco pensada. Foi pouco pensada. Era o dia de hoje e mal, mal o dia de amanhã. Não foi assim, “ah”, premeditado, “vou fazer, esse é meu plano” e, era um dia atrás do outro e a coisa crescendo e, foi assim.

G: a coisa foi acontecendo.

Lu: foi acontecendo, é. Foi acontecendo. (trecho de entrevista a mim concedida por Luís, Vitória/ES, 13/09/19)

Galdino:

G: Galdino, vem cá, essa aí que você contou, nessa vez que você foi lá e praticou roubo. Você chegou a parar e refletir assim, “pô, cara, espera ae, acho que vale a pena, porque eu posso tirar essa grana, a chance de me pegarem é pequena”, você fez uma reflexão ou foi uma coisa mais assim na doiderada na hora ali? Sem pensar?

Galdino (Ga): tive um pouco dos dois. A gente vai ciente que a gente tá fazendo mal pra uma pessoa, e... tipo, ao decorrer também, porque minha mãe, ela sempre foi trabalhadora e ela sempre ia pro ponto de ônibus cedo, aí como os outros, ela já foi roubada umas quinhentas vezes já! Aí só alimentava o ódio no coração. Aí “já que eles fizeram com a minha mãe, vou fazer com a mãe deles também!”.

G: mas geralmente é uma coisa na hora ali?

Ga: isso.

G: na hora, não tem muito pensamento de refletir demais?

Ga: chamou vai. (...) É porque às vezes você vê os seus amigos fazendo e dando certo, aí às vezes você pensa “ah, vou fazer também que eu vou me dar bem também”. Aí isso aí que... às vezes não dá certo. Às vezes dá certo para os caras, mas não dá certo pra tu. (...)

Ga: maturidade conta, conta. Por que se o cara for cabeça mesmo, ele não faz uns negócios desses não.

G: e a idade também, altera, muda também? Você mais velho vê que “pô velho, hoje eu tenho uma cabeça, já não vou me meter nessas coisas...”

Ga: se a pessoa for, tipo, igual eu assim... tipo, mais novo, já sofreu o reflexo e hoje em dia tá vivo e tá vendo os negócios hoje em dia, a pessoa tem o pensamento melhor. (...) “não vou fazer, porque já passei e não quero passar de novo.” Mas agora a pessoa já nunca passou, aí pega e tá fazendo, tá fazendo e quando cai, aí tem o pensamento melhor, “pô, se eu for de novo, eu posso ir preso, ou posso até morrer”, e... tudo isso pensa na hora, né. (trecho de entrevista a mim concedida por Galdino, Vitória/ES, 30/08/19)

3 ANÁLISE DOS ACHADOS

Neste capítulo analisaremos os achados descritos no capítulo 2, divididos por temas relacionados aos itens constantes do capítulo precedente. Os achados referidos neste capítulo estão transcritos nos respectivos itens do capítulo anterior.

3.1 QUESTÕES LIGADAS A ASPECTOS FAMILIARES, APRENDIZADO E CONTROLE SOCIAL

De acordo com Polakowski (1994):

[...] a resposta, para Hirschi, foi que os processos de socialização iniciados na família e estendidos a outras instituições sociais fomentam o vínculo do indivíduo com a sociedade, constituído pelos elementos de apego, compromisso, envolvimento e crença na ordem moral convencional. (POLAKOWSKI, 1994, p. 43, tradução nossa).⁴

Muitos achados relacionados a questões familiares surgiram durante a pesquisa, demonstrando ausência da figura paterna e possíveis problemas relacionados ao exercício da autoridade, além do engajamento em práticas ilícitas a partir de uma lógica de aprendizado social, por meio da associação diferencial, ou seja, a prevalência, dentro daquele contexto habitado pelo indivíduo, de opiniões favoráveis ao delito, bem como o aprendizado de técnicas criminais.

Em relação aos supostos problemas relacionados ao exercício da autoridade na trajetória de vários entrevistados, o que fragilizaria o *autocontrole*, conforme teoria de mesmo nome⁵, sua verificação apresentou algumas dificuldades, pois, ao serem questionados sobre o nível de rigor apresentado pela genitora após, por exemplo, a ausência do genitor, o que era fato comum nas histórias relatadas, estes tendiam a afirmar negativamente quando entendiam a categoria *rigor* como algo depreciativo, afirmando que a mãe era ‘boa’ e que criava ‘bem’ os filhos. Por outro

⁴ The answer, for Hirschi, was that socializing processes begun in the family, and extended to other societal institutions, foster an individual's bond to society comprised by the elements of attachment, commitment, involvement, and belief in the conventional moral order.

⁵ Segundo Gottfredson e Hirschi (apud CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p. 242), para a teoria do autocontrole, “[...] o que diferenciaria os indivíduos que têm comportamentos desviantes [...] de outros é o fato de os primeiros não terem desenvolvido mecanismos psicológicos de autocontrole na fase entre os 2 ou 3 anos até a fase pré-adolescente. Tal ‘anormalidade’ decorreria de deformações no processo de socialização da criança, desencadeadas pela ineficácia na conduta educacional ministrada pelos pais, que falharam em não impor limites à criança, seja em consequência da falta de uma supervisão mais próxima, seja por negligenciarem eventual mal comportamento da criança, não impondo punições relativas à mesma, endossando assim seu comportamento egoísta.” Gottfredson e Hirschi ainda definem *autocontrole* “[...] como a propensão a evitar atos cujos custos a longo prazo excedam os benefícios imediatos ou a curto prazo.” (1990, p. 06).

lado, quando o entrevistado entendia *rigor* de uma forma positiva, como cuidado, a resposta era afirmativa, de que a mãe fiscalizava a vida do filho e zelava por ele.

O viés positivo em relação à genitora foi algo constante, diferentemente das opiniões em relação ao pai, que via de regra eram repletas de ressentimento e mágoa.

Levando em consideração sua base psicológica, a categoria do *autocontrole* demandaria metodologias específicas para ser aferida dado o seu alto grau de subjetividade, o que escapou ao objeto do presente trabalho.

De igual forma, encontramos dificuldades para trabalhar com a categoria *supervisão familiar* nos casos de falta da figura paterna, não sendo possível inferir uma fragilidade no exercício desta meramente em razão da ausência do pai, que inclusive se mostrou problemática na vida da maioria dos entrevistados.

A categoria *supervisão familiar* engloba questões relacionadas ao nível de fiscalização, imposição de limites, atenção e cuidado destinados pelos pais aos filhos durante as fases da infância e adolescência. Assim, a pesquisa não permitiu verificar o nível de supervisão familiar exercido pelos pais/responsáveis na vida dos entrevistados.

Na entrevista realizada junto aos egressos residentes em Piúma/ES, verificou-se na quase totalidade dos relatos a ausência da figura paterna. Com a exceção de um entrevistado, todos os demais relataram não terem conhecido seu genitor; apresentaram uma péssima referência paterna; ou separação ou morte do pai no início da adolescência.

A verificação a respeito do nível de supervisão familiar recebida pelos entrevistados demandaria metodologias específicas, que não se mostraram viáveis no trabalho realizado. Seria necessário pesquisar eventual efeito causado pela perda ou afastamento do pai no exercício desta prerrogativa parental, se de fato essa espécie de desfalque na parentalidade afetou o exercício da supervisão familiar a partir de uma verificação comparativa em distintos momentos da vida dos entrevistados.

Nos relatos obtidos pudemos perceber a possibilidade de uma fragilidade, após o afastamento da figura do pai, no exercício da supervisão familiar na história de vida de alguns entrevistados, a exemplo de Fabiano, que afirma que após a separação dos pais a mãe passou a criar sozinha cinco filhos e, em razão das dificuldades enfrentadas, passou a morar de forma alternada com

diferentes tios, assim como seus irmãos, demonstrando essa lógica. Segundo ele a vida da família ‘virou uma bagunça’ e ele foi ‘aquele filho rejeitado’, passando a viver na rua depois de algum período.

Percebeu-se, também, que, após o afastamento do pai, muitos entrevistados passaram a abandonar a escola.

É bem verdade que esse abandono para alguns se deveu à necessidade de começar a trabalhar para ajudar a mãe com as despesas da casa, mas outros simplesmente passaram a ter pouca frequência escolar para se divertir com os amigos na rua e na praia, o que pode indicar um abalo da supervisão familiar com o afastamento do genitor, não sendo possível, entretanto, afirmar tal relação de forma peremptória, permanecendo no âmbito da hipótese a subsidiar futuras pesquisas.

Faltas familiares, então, marcaram a vida de quase todos os entrevistados, ressaltando-se nesse aspecto a falta paterna, seja pela morte ou separação, além de possíveis problemas relacionados à existência de uma figura de autoridade na vida dos entrevistados.

Foi possível constatar, também, que boa parte dos contextos domésticos habitados pelos entrevistados em sua infância/adolescência eram permeados por atos de violência, havendo forte *tensão no ambiente familiar*.

Além dos relatos da falta da figura paterna, com a sua morte ou abandono da família ainda na infância de vários entrevistados, vários egressos relataram terem vivenciado uma contingência de forte *tensão no ambiente familiar* na entrada de sua adolescência, como José Antônio, Genilson, Anderson, Sander e Teotônio, que relataram terem vivenciado um contexto de uso abusivo de álcool e agressões no início de sua juventude, circunstâncias que podem tê-los afastado do convívio familiar, havendo alguns que inclusive passaram a morar na rua em razão desse contexto.

Quando referimos à categoria *tensão no ambiente família*, pretendemos incluir nesta noção um contexto de sofrimento e angústia vivenciados no ambiente doméstico, comumente causados pelo uso abusivo de álcool e outras drogas, com agressões sofridas pela genitora por parte do pai ou padrastos, brigas e discussões constantes entre os membros da família, aliados a uma situação de privação econômica.

Vários entrevistados, então, relataram elevada tensão no ambiente familiar, com alto consumo de álcool especialmente pelos pais/padrasto, agressões contra a mãe e reduzido convívio familiar, com pouco afeto e falta de ocasiões de convívio e lazer familiar etc.

Tais contingências familiares levaram alguns dos entrevistados a decidir fugir da residência onde moravam a iniciar uma trajetória de vida nas ruas, com uso de drogas, abandono da escola e início de uma vida de desvios, à semelhança da história de vida de *Stanley*, relatada por Shaw (2013).

Importante registrar que os achados obtidos junto aos entrevistados de Piúma/ES foram confirmados no grupo controle realizado, momento em que surgiram elementos bastante semelhantes àqueles obtidos na primeira parte da pesquisa e que se encontram transcritos no capítulo anterior.

Diferentemente da relação *ausência da figura paterna x enfraquecimento da supervisão familiar*, que não foi possível observar de forma significativa na pesquisa realizada, permanecendo no âmbito da hipótese a subsidiar futuras pesquisas, a relação *tensão no ambiente familiar x enfraquecimento da supervisão familiar* se apresentou de forma mais abundante, conforme entrevistados acima indicados.

Assim, a forte tensão no ambiente familiar destes entrevistados pode ter afetado a capacidade de exercício da supervisão familiar ao enfraquecer os laços de afetividade entre os membros da família e levar os entrevistados a se afastar do ambiente doméstico.

Um segundo passo seria discutir se este enfraquecimento na *supervisão familiar* constatado nas histórias de vida permeadas por tensão no ambiente familiar se relacionou com o envolvimento dos entrevistados em ilícitos.

Dentro dessa discussão importante trazer o conceito de *aprendizado social*, que pode ocorrer por meio da associação diferencial, ou seja, a predominância, dentro daquele contexto vivenciado pelo indivíduo, de opiniões favoráveis ao delito, bem como através do aprendizado de técnicas criminais.

Dentre os entrevistados, José Antônio, Genilson, Leandro, Sílvio e João Cláudio relataram associação diferencial para a prática de crimes; Anderson, Edvaldo, Sander, Fabiano, Wilson e Kennedy relataram associação diferencial para a prática de outros desvios, como abandono da

escola, uso de drogas e bebidas etc; enquanto Roberto, Edvaldo e Tião indicaram associação diferencial no interior do ambiente prisional.

Para Matsueda:

Definições favoráveis e desfavoráveis (padrões de comportamento) são ponderadas por frequência, duração, prioridade e intensidade. Assim, os padrões de comportamento apresentados com maior frequência, apresentados por mais tempo, apresentados mais precocemente na vida, e apresentados por uma fonte de maior prestígio, terão mais peso no processo produzindo comportamento delinqüente ou não-delinquente (associação diferencial).⁶ (1982, p. 489, tradução nossa)

Para este autor outros fatores que podem vir a afetar as taxas de criminalidade são mediados pelo processo de aprendizado de definições favoráveis ou desfavoráveis à delinqüência.

Indicando que a associação diferencial tem lugar diante de ausências familiares, Matsueda coloca:

No modelo substantivo [...], assume-se que cada variável de fundo afeta a supervisão familiar. A partir da perspectiva da teoria das associações diferenciais, a supervisão reduz a delinqüência aumentando a exposição a definições antidelinqüentes e diminuindo a exposição às definições de delinqüentes (Sutherland e Cressey, 1978: 222). Em contraste, Hirschi e Jensen tratam a supervisão parental como um indicador de apego aos pais, e descobrem que, como prevê a teoria do controle, a supervisão afeta diretamente o comportamento delinqüente [...].⁷ (MATSUEDA, 1982, p. 493, tradução nossa)

Os achados obtidos na pesquisa indicam possível relação, conforme teorização de Matsueda, entre aspectos familiares e o envolvimento em ilícitos, necessitando, entretanto, de pesquisas mais aprofundadas para que tal relação possa ser estabelecida de forma mais precisa. Não foi possível constatar que a capacidade de supervisão familiar foi efetivamente reduzida, apesar da possibilidade de que tal tenha ocorrido, com o afastamento da figura do pai. Entretanto, foi possível perceber na história de vida de alguns entrevistados o afastamento do convívio doméstico em decorrência de contextos de tensão e violência vividos, o que, ao colocar o

⁶ Both favorable and unfavorable definitions (behavior patterns) are weighted by frequency, duration, priority, and intensity. Thus, behavior patterns presented with greater frequency, presented for a longer time, presented earlier in life, and presented from a more prestigious source will have more weight in the process producing delinquent or nondelinquent behavior (differential association).

⁷ In the substantive model [...], each background variable is assumed to affect parental supervision. From the perspective of differential association theory, supervision reduces delinquency by increasing exposure to antidelinquent definitions and decreasing exposure to delinquent definitions (Sutherland and Cressey, 1978:222). In contrast, both Hirschi and Jensen treat parental supervision as an indicator of attachment to parents, and find that, as control theory predicts, supervision affects delinquent behavior directly [...].

indivíduo para fora do ambiente doméstico, aumentou a sua exposição à opiniões favoráveis às práticas criminais.

Neste sentido, o autor afirma que o “[...] modelo substantivo também permite que a supervisão dos pais, bem como as variáveis de fundo, afetem as relações entre pares. Presumivelmente, os tipos de amizades que um garoto faz e a proximidade dessas amizades são afetadas pela medida que seus pais o supervisionam.” (MATSUEDA, 1982, p. 493, tradução nossa).⁸

Não estamos aqui afirmando que a supervisão familiar não afete o envolvimento do indivíduo com ilícitos, sendo possivelmente, ao lado de diversas outros, um fator que pode se relacionar com esta opção. O que afirmamos é que na pesquisa realizada não foi possível concluir que o nível de supervisão familiar foi necessariamente enfraquecido com o afastamento da figura do pai, sendo possível que tal tenha ocorrido, o que demandaria pesquisas mais aprofundadas para ser afirmado. Em razão disso, como não foi possível verificar em que medida a capacidade de supervisão familiar foi afetada em razão do afastamento da figura do pai da vida do entrevistado na infância/adolescência, não se pode estabelecer um liame, nos casos pesquisados, entre uma suposta redução da supervisão familiar e um posterior envolvimento em ilícitos nesses casos.

Dentre os entrevistados que relataram situações de violência e tensão no ambiente familiar, alguns deles afirmaram terem reduzido o convívio familiar por conta desta situação, o que nos permite concluir que houve, nestes casos e em razão destas situações vividas, redução da supervisão familiar, abrindo espaço para a o mecanismo da associação diferencial, conforme afirmado por Matsueda.

De toda forma, com o objetivo de aferir se o enfraquecimento da *supervisão familiar* nos casos de tensão no ambiente doméstico se relacionou com o envolvimento dos entrevistados em ilícitos, o que, apesar de indicada tal possibilidade por nossa pesquisa, não temos meios de afirmar tal relação com um razoável nível de segurança, seria interessante analisar, por exemplo, a trajetória perseguida pelos possíveis irmãos dos entrevistados, além da obtenção de maiores dados sobre o perfil das famílias, o que não foi possível obter.

⁸ The substantive model also allows parental supervision, as well as the background variables, to affect peer relationships. Presumably, the kinds of friendships a boy makes, and the closeness of those friendships, are affected by the extent that his parents supervise him.

De acordo com a associação diferencial, então, o comportamento delinquente é aprendido primeiramente em grupos íntimos e de aprendizado entre pares. E, para Matsueda:

Garotos de lares desfeitos aprendem um pouco mais de padrões delinquentes porque seus pais os supervisionam menos. Além disso, por serem menos supervisionados, meninos mais velhos e de bairros problemáticos estão expostos a definições um pouco mais delinquentes do que não delinquentes. (p. 498, 1982, tradução nossa).⁹

Neste outro trabalho, o mesmo autor explica as duas vertentes do aprendizado social:

Assim, o comportamento criminoso é aprendido em um processo de comunicação em grupos íntimos. O conteúdo da aprendizagem inclui dois elementos importantes. Primeiro, são as habilidades e técnicas necessárias para cometer o crime, que podem variar de habilidades complicadas e especializadas de fraude de computador, informações privilegiadas e jogos de confiança, até as habilidades simples e prontamente disponíveis de assalto, arrebatar a bolsa e dirigir embriagado. Tais técnicas são necessárias, mas insuficientes para produzir crime. Segundo, são definições favoráveis e desfavoráveis ao crime, que consistem em motivos, verbalizações ou racionalizações que tornam o crime justificado ou injustificado, e incluem as técnicas de neutralização de Gresham Sykes e David Matza.¹⁰(MATSUEDA, 2010, p. 02, tradução nossa)

O relato de José Antônio é interessante na medida em que ele informa uma forte tensão no ambiente familiar, que pode ter enfraquecido a supervisão familiar, eis que o próprio entrevistado afirmou que ‘só vivia na rua por causa disso’. A partir de quando a família se mudou de local que considerava ‘canto de roça’ para a favela do ‘Kelson’, Belford Roxo/RJ, local onde predominava o tráfico de drogas, passou a frequentar bailes funk e conviver com pessoas envolvidas em crimes, incidindo a associação diferencial para a prática delituosa em um contexto de forte tensão no ambiente doméstico e possível baixa supervisão.

Segundo ele, ao se mudar:

comecei a se juntar com alguns amigos que eram falsos amigos e, ali, ofereceram drogas. Comecei a usar droga. Aí daquilo ali eu já comecei a curtir baile do Rio de Janeiro. Aí só misericórdia...Aí por causa dessas pessoas que nós ficava perto deles, aí às vezes eles queriam pra nós fazer um bonde pra eles, assim, um bonde, é levar

⁹ Thus, boys from broken homes learn slightly more delinquent patterns because their parents supervise them less. In addition, because they are less supervised, older boys and boys from trouble-ridden neighborhoods are exposed to slightly more delinquent than antidelinquent definitions.

¹⁰ Accordingly, criminal behavior is learned in a process of communication in intimate groups. The content of learning includes two important elements. First are the requisite skills and techniques for committing crime, which can range from complicated, specialized skills of computer fraud, insider trading, and confidence games, to the simple, readily available skills of assault, purse snatching, and drunk driving. Such techniques are necessary but insufficient to produce crime. Second are definitions favorable and unfavorable to crime, which consist of motives, verbalizations, or rationalizations that make crime justified or unjustified, and include Gresham Sykes and David Matza's *techniques of neutralization*.

alguma coisa pra eles pra poder receber outro. (trecho de entrevista a mim concedida por José Antônio, Piúma/ES, 13/02/19)

Apesar da dificuldade de se trabalhar o tema *autoridade*, vale mencionar a trajetória de Leandro, em que este relata o forte aprendizado social paralelo a uma situação de ausências familiares, em que avós pouco rígidos e condescendentes com seus desvios abriram espaço para a apreensão de percepções favoráveis ao cometimento de crimes e o contato com técnicas criminais. Este caso indica a possibilidade de problemas relacionados ao exercício da supervisão familiar pelos seus responsáveis e como isso, aliado a outros fatores, pode ter contribuído para seu ingresso na prática de ilícitos.

É interessante quando Leandro, ao nomear seus parceiros de crime na época do tráfico, indica que, de seis amigos, cinco estão mortos, e isso em se tratando de um jovem de 26 (vinte e seis) anos na data da entrevista.

Sobre a ocorrência do aprendizado social, Genilson relatou, a respeito de seus amigos, que “as amizades tudo a mesma coisa que eu, tudo bandido na época”, que todos entraram no tráfico “mais ou menos junto” e que, quanto à coesão do grupo, “era parceria (...) andava tudo junto mesmo, desde pequenininho”, “dava pra um, dava pra todos” (trechos de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18), indicando forte presença do aprendizado social.

A entrevista de José Antônio permite perceber uma significativa diferença entre as realidades de práticas criminais de uma localidade como Piúma/ES e um bairro violento da região metropolitana do Rio de Janeiro. Seus relatos são sempre muito mais complexos, mais ricos de detalhes e experiências criminais, seja por parte dele diretamente ou de terceiros em seu entorno.

Em nenhum outro relato há notícia de terceiros ‘sufocando’ o entrevistado para entrar no crime, como relatado por José Antônio, o que indica que o próprio aprendizado social se dá de forma bem distinta a depender da localidade pesquisada, ultrapassando em certas localidades do Rio de Janeiro a mera influência, sugestão ou estímulo.

Interessante, também, que José Antônio constantemente faz referências religiosas durante seu relato, como “Lá é só Deus mesmo na causa”, “aí só misericórdia” (trechos de entrevista a mim concedida por José Antônio, Piúma/ES, 13/02/19), sugerindo uma realidade muito mais

complexa cuja fuga ou alteração dependeria quase que de uma intervenção divina, de acordo com sua crença.

Tal situação de enfraquecimento da supervisão familiar se agrava, então, quando o jovem se encontra inserido em um contexto de amigos envolvidos com delitos e imersos em uma cultura de violência e crime.

De acordo com Silva, constatou-se no Brasil “[...] a transformação da violência, de meio socialmente regulado e minimizado de obtenção de interesses, no centro de um padrão de sociabilidade em formação.” (1999, p. 117)

Assim, em razão do advento deste novo referencial cultural violento, o próprio sujeito criminoso não mais veria sua conduta como desviante, mas como algo normal dentro de seus referenciais e parâmetros pessoais. Para o autor “[...] a criminalidade violenta organizada pode ser vista como a ponta de um iceberg. Ela indicaria transformações culturais imensamente profundas e a formação de uma sociabilidade radicalmente nova que a teoria social tem muita dificuldade de apreender [...]” (1999, p. 120), afirmando, ainda, que a “[...] organização contemporânea da criminalidade corresponde à implantação da violência generalizada como base de um novo ordenamento social [...]” e que mesmo “[...] no cenário mais positivo de aprimoramento do quadro político-econômico seremos obrigados a presenciar a institucionalização da criminalidade violenta [...]” (1999, p. 123).

Constata-se, assim, em alguns contextos como o relatado por José Antônio, o advento de um novo referencial cultural violento, em que jovens passam a se socializar por meio de práticas criminais, circunstância que torna o enfraquecimento da supervisão familiar resultado da tensão no ambiente doméstico ainda mais grave, pois leva o jovem a uma maior aproximação e intensificação do relacionamento com outros jovens socializados por meio da violência e do crime, favorecendo a associação diferencial para a prática de crimes.

As faltas familiares e o conseqüente aprendizado social ocorrido no espaço aberto por aquela se torna mais grave em um contexto de *sociabilidade violenta* dentre grupos de jovens habitantes de localidades periféricas.

É importante perceber que o conceito de *sociabilidade violenta* foi cunhado levando em consideração contextos como o do Estado do Rio de Janeiro, com índices de violência bastante elevados. Tal conceito, apesar de útil para nos auxiliar na compreensão da realidade estudada

nessa pesquisa, demanda a percepção de que cada local apresenta um contexto de crime e violência distintos, assim como a cultura atrelada a tais práticas é diferente.

Na realidade de Piúma/ES, por exemplo, o uso deste conceito é bastante limitado, tanto que a maioria dos entrevistados que relatou ter praticado o tráfico de drogas o fez sem armas ou sem se envolver em conflitos abertos por disputas de território. Quase todos eram pequenos comerciantes que vendiam drogas de forma não violenta. Apesar de no contexto desta cidade do interior eventualmente haver conflitos entre traficantes e eventualmente homicídios consumados ou tentados, esta não é a regra, o que nos leva a perceber que, apesar de haver uma cultura atrelada a essas práticas criminais, esta não é a mesma daquela presente em realidades mais violentas de cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo.

A entrevista de José Antônio é bastante elucidativa para expressar essa diferença. Este entrevistado, carioca, relatou que foi julgado duas vezes pelo ‘tribunal do crime’ no Rio de Janeiro, recebendo a pena de espancamento no primeiro e de morte no segundo, posteriormente substituída pelo banimento após choro, grito e desespero de parentes. Nada semelhante foi ouvido dos demais entrevistados de Piúma/ES.

Ao analisar as entrevistas do grupo de controle, igualmente percebemos diferenças. Dentre estes entrevistados surgiram relatos de uso de armas para o comércio de drogas e inclusive o cometimento de homicídios de usuários para vingar o não pagamento de dívidas de drogas. O entrevistado Guilherme disse que foi rendido por traficantes para ser morto, conseguindo escapar no último instante. Tais relatos indicam que, no contexto da Grande Vitória/ES, a forma de socialização dos envolvidos em delitos é distinta daquela de Piúma/ES no sentido de ser muito mais comum o uso de armas e violência para resolver suas divergências.

O conceito de *sociabilidade violenta*, então, é útil para ser usado dentro da discussão do aprendizado social, mas com essas ressalvas relacionadas a importantes diferenças culturais. Não se pode simplesmente dizer que nos locais pesquisados constatou-se a “[...] implantação da violência generalizada como base de um novo ordenamento social [...]” e que presenciamos a “[...] institucionalização da criminalidade violenta [...]” (SILVA, 1999, p. 123). Tais afirmações são verdadeiras para determinados contextos, mas merecem ressalvas quanto a outros, onde, apesar de haver práticas violentas entre envolvidos em crimes, esta pode não ser generalizada ou afirmada como regra.

A partir da possível relação *enfraquecimento da supervisão familiar x aprendizado social*, a pesquisa nos mostrou a ênfase do segundo aspecto no ingresso em práticas criminais. José Antônio nos relatou que vivia uma situação de forte tensão no ambiente familiar, o que o leva a ficar constantemente fora de casa, apenas passando a se envolver em delitos quando se mudou de um local considerado ‘canto de roça’ para a favela de Kelson, Berford Roxo/RJ, onde passou a conhecer diversas pessoas envolvidas em crimes. João, por sua vez, tinha trabalho e pais presentes, além de um ambiente familiar sem tensão frequente, passando a traficar pois havia uma ‘boca-de-fumo’ em frente à sua casa, o que é um achado que pode servir para questionar o peso da supervisão familiar em comparação com outros fatores para o ingresso em atividades criminais.

A questão do aprendizado das técnicas criminais não surgiu de forma significativa na pesquisa realizada, sendo abundante, no entanto, a associação diferencial no sentido da participação do indivíduo em crimes a partir do envolvimento em contextos de práticas ilícitas e da apreensão de posições favoráveis ao delito.

Interessante, também, os relatos de João Cláudio sobre a associação diferencial no estabelecimento prisional, dizendo que “lá é vinte e quatro horas falando de crime”(trecho de entrevista a mim concedida por José Antônio, Piúma/ES, 16/01/19), assim como Leandro, que afirmou que na prisão é “só conversa de vender droga, muitos lá de querer roubar. Era só conversa assim. Você nunca via uma conversa boa, sadia.” (trecho de entrevista a mim concedida por Leandro, Piúma/ES, 18/12/18).

Roberto também trouxe essas informações ao dizer que “qualquer cadeia, o cara tanto tempo ali que só fala sobre isso...Lá pra Vitória, Xuri, você vê casa coisa, escuta cada coisa” (trecho de entrevista a mim concedida por Roberto, Piúma/ES, 06/02/19), enquanto Tião afirmou que “você sabe, né, que na cadeia é sinistro, você aprende um monte de coisa ruim”. (trecho de entrevista a mim concedida por Tião, Piúma/ES, 23/01/19)

Tais relatos indicam uma perspectiva dramática do sistema prisional brasileiro, confirmando o que o senso comum já largamente afirma de que a pessoa sai do sistema prisional ‘pior do que entrou’.

No sistema prisional a associação diferencial assume níveis elevadíssimos, havendo não apenas uma predominância de opiniões favoráveis às práticas criminais em detrimento das definições desfavoráveis, mas quase que uma exclusividade daquelas opiniões, que ainda se apresentam

em alta intensidade e variedade, levando vários entrevistados a aprofundar seu envolvimento em ilícitos após esta experiência, como Tião, Roberto e Leandro.

Mostrou-se muito presente nas entrevistas, também, a desistência da prática de delitos tendo como motivação a família, filhos etc. Vários entrevistados haviam tido filhos recentemente ou possuíam esposa/companheira que estava grávida, o que era um forte fator em seus relatos para justificar a decisão de mudança de vida e afastamento da vida de crime para uma ‘vida certa’, de trabalho, família etc. Nesta linha, vale citar Shapland e Bottons:

A primeira é que aqueles que vinham cometendo delitos às vezes entram em contato com novas pessoas e/ou novos contextos sociais (por exemplo, um parceiro romântico, um trabalho realmente interessante ou uma comunidade religiosa) onde encontram normas sociais novas e atrativas. Gradualmente, essas novas normas e interesses tornam-se cada vez mais centrais para a vida da pessoa. (SHAPLAND; BOTTONS, 2017, p. 751, tradução nossa)¹¹

Freitas percebeu que, enquanto um dos jovens que pesquisou “[...] permaneceu com um núcleo familiar mais coeso, sentia que não havia qualquer necessidade de iniciar uma carreira criminal.” (2019, p. 182)

Na grande maioria dos entrevistados, o que foi confirmado no grupo de controle, o estreitamento de vínculos familiares, como o casamento, o nascimento de filhos, a presença do pai e da mãe, se constituíram em fatores extremamente relevantes para a desistência da prática de ilícitos e a mudança de vida, conforme relatos de Teotônio, José Antônio, Genilson, João Cláudio, Anderson, Roberto, Tião e Sílvio.

Por outro lado, era, também, comum a separação da mulher e afastamento dos filhos como um forte fator para uma recaída e retorno para o uso de drogas e prática de crimes, a exemplo de Fabiano, Teotônio, Roberto e José Antônio.

Neste tema, então, discute-se não exatamente o que leva o indivíduo à delinquência, mas quais fatores que o levam a não delinquir. Segundo Cerqueira e Lobão (2004), ao “[...] contrário das

¹¹ The first is that those who have been offending sometimes come into contact with new people and/or fresh social contexts (e.g. a romantic partner, a really interesting job, or a religious Community) where they encounter fresh and attractive social norms. Gradually, these new norms and interests become increasingly central to the person’s life.

demais teorias que procuram explicar o que leva pessoas a cometer crimes, a presente abordagem busca entender por que algumas se abstêm de cometê-los.” (2004, p. 241).

E o ponto é exatamente que a maior integração no sistema social favorece esta desistência, conforme Junger-Tas (1992):

A ideia principal é que aqueles que têm boas relações com os pais e outras pessoas significativas, que têm um bom desempenho na escola, no local de trabalho e em clubes de esportes ou de jovens, que estão comprometidos para metas futuras convencionais, e que apóiam ideais conformistas, normas e os valores têm muito a perder com comportamentos desviantes. A maioria deles não vai correr esse risco. Esses elementos foram reunidos em uma teoria consistente por Hirschi (1969), afirmando que quanto mais vínculos uma pessoa tem com a sociedade, menos ele estará inclinado a transgredir as normas legais e cometer atos delinquentes.¹² (JUNGER-TAS, 1992, p. 10)

Dentro do tema do controle social, também surgiu de forma significativa, tanto na primeira parte da pesquisa realizada em Piúma/ES como no grupo de controle realizado com egressos residentes na Grande Vitória/ES, o fator oportunidade de trabalho como muito importante para a desistência das práticas criminais.

Se a existência de vínculos afetivos e familiares se constituiu em um fator relevante para a mudança de vida, os entrevistados, a exemplo de João Cláudio, Leandro, Anderson, Roberto e Tião, também relataram que a oportunidade de trabalho é um aspecto muito importante para o não envolvimento em atividades ilícitas.

Tais relatos, então, nos demonstram que o enfraquecimento da supervisão familiar abrindo espaço para o aprendizado social/associação diferencial voltada para a prática de crimes tornam-se ainda mais graves em uma situação de precariedade material, pobreza e privação de acesso a bens de consumo.

Como já indicado na introdução, conforme Weber (2000), nenhuma interpretação de sentido pode pretender ser a interpretação causal válida. Múltiplos fatores interferem em uma cadeia

¹² The main idea is that those who have good relationships with parents and other significant persons, who perform well at school, at the workplace, and in sports or youth clubs, who are committed to conventional future goals, and who support conformist ideals, norms, and values have much to lose by offending behavior. Most of them will not take that risk. These elements were put together into a consistent theory by Hirschi (1969), stating that the more bonds a person has with society, the less he will be inclined to transgress legal norms and to commit delinquent acts.

causal de práticas criminais e violentas, sendo as faltas familiares um aspecto dentre vários outros que contribuem com o envolvimento do indivíduo em crimes.

E isso pode ser percebido na medida em que faltas familiares também ocorrem em outros grupos sociais, quando os genitores se dedicam significativamente a suas atividades profissionais e pessoais fragilizando a supervisão familiar e prejudicando o envolvimento e afeto familiar, deixando o filho fortemente exposto a outras formas de socialização.

Entretanto, a entrada em outros grupos sociais não impregnados de uma cultura de violência e crime, aliado a condições materiais que permitem que o jovem tenha acesso aos bens de consumo considerados relevantes pelo grupo social no qual está inserido, leva o jovem a se enredar em outras práticas e o mantêm afastado de delitos como roubos, furtos e tráfico de drogas, praticando eventualmente desvios menos graves como uso de drogas e faltas à escola.

3.2 O USO DE MACONHA

O presente trabalho foi realizado e se apóia nos relatos dos entrevistados, buscando compreender as lógicas por trás de seus comportamentos e suas ações. No tema do uso de drogas, mais especificamente a maconha, a abordagem da mesma forma está centrada na pessoa do indivíduo usuário e não nas eventuais consequências que a definição legal sobre o uso impactaria, por exemplo, nos índices de violência.

O que nos norteou, então, foram os sentidos e os efeitos, para o indivíduo, de determinado padrão de uso e, a respeito deste assunto, surgiu de forma bastante significativa na pesquisa relatos positivos a respeito do uso da substância maconha, erva cujo cultivo, segundo BRANDÃO, “[...] foi estimulado pela Coroa Portuguesa no sul do Brasil Colônia a partir de meados do século XVIII.” (2014, p. 702).

Conforme se pode verificar dos trechos transcritos e constantes do item 2.6, a possibilidade do uso moderado da maconha, conciliado com as demais atividades do usuário, se mostrou a regra na trajetória da maioria dos entrevistados tanto de Piúma como do grupo controle. Muitos deles relataram ainda persistir no uso da maconha sem maiores problemas à sua rotina, tanto familiar

como laboral, e à sua saúde. Conforme Zinberg, “[...] verificou-se que a maior parte do uso da maconha é ocasional e moderada, em vez de intensiva e crônica.”¹³ (1984, p. 4, tradução nossa).

Na compreensão das dinâmicas do uso da maconha a análise de Becker (2008) se mostra relevante, já que a configuração desta conduta como desviante, talvez como poucas outras, se deve significativamente aos processos de julgamento oriundos dos agentes externos ao ato, e menos em razão de características intrínsecas ao ato em si:

Tal pressuposto parece-me ignorar o fato central acerca do desvio: ele é criado pela sociedade. Não digo isso no sentido em que é comumente compreendido, de que as causas do desvio estão localizadas na situação social do desviante ou em “fatores sociais” que incitam sua ação. Quero dizer, isto sim, que *grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui o desvio*, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (BECKER, 2008, p. 22)

Tal conceito de desvio se enquadra muito bem à situação do usuário de maconha, tanto que este é exatamente um dos casos utilizados por Becker em sua obra para ilustrar sua teoria, ao lado dos músicos de *jazz*.

É o contexto cultural, portanto, definindo não somente este ato como desviante mas também caracterizando o que deve ser considerado uso abusivo, estendendo largamente este conceito ao ponto de praticamente não haver espaço para uma definição socialmente aceitável do uso moderado e recreativo, que se mostra determinante em relação à conduta de usar maconha.

O ato em si do uso de maconha apresentou muito pouco de excepcional, atípico ou incomum para que pudesse ser enquadrado como desviante a partir de suas próprias características intrínsecas. Não foi possível vislumbrar nas histórias relatadas efeitos significativamente deletérios, como é possível perceber, por exemplo, em relação ao uso de *crack* ou da droga lícita álcool.

Analisando as entrevistas realizadas, percebe-se que Teotônio afirmou que usava a maconha para dormir; Fabiano informou que, enquanto vivia com a esposa e os filhos, usava maconha diariamente sem que isso interferisse em sua vida familiar; João Cláudio disse que a maconha não atrapalha sua rotina de trabalho; Anderson relatou efeitos positivos do uso de maconha, como ficar mais calmo, trabalhar melhor, conversar com as pessoas, sorrir; Roberto afirmou

¹³ most marijuana use has been found to be occasional and moderate rather than intensive and chronic.

que a maconha o ‘ativava’, passando a querer ler mais; Edvaldo sentia sono; Sílvio ficava mais alegre e animado; a maconha ajudou Marco Vítor a parar de usar vários remédios que tomava por causa de um acidente que sofreu; segundo Caio, a maconha o deixa mais calmo, come melhor, trata melhor as outras pessoas; Cristóvão e Guilherme também concordam que a maconha ajuda a acalmar a pessoa; e Luís relata o uso diário doméstico ao fim de suas atividades de rotina.

De acordo com Zinberg (1984):

Com a exceção acentuada do jovem que perdeu o emprego na garagem, bem como de alguns alunos cujo trabalho escolar foi afetado, nossos objetos de estudo negaram que a maconha tivesse qualquer influência definitiva em sua vida profissional. Eles também não sentiram que isso havia influenciado negativamente o relacionamento com as pessoas (essa resposta contrastava muito com os sujeitos que usavam ópio) (1984, p. 92, tradução nossa).¹⁴

A mesma conclusão pode ser alcançada em nosso trabalho, salvo poucas exceções, a respeito do uso propriamente dito da maconha.

Foi possível perceber, também, que o uso da maconha não possui um ritual específico, podendo ocorrer em uma variedade de situações, sendo interessante mencionar que muitos entrevistados relataram o uso doméstico e sozinho.

De acordo com Zinberg (1984):

O uso da maconha não é altamente ritualizado. Ele ocorre em uma ampla variedade de configurações e circunstâncias, como antes de ir ao cinema, durante uma festa, enquanto assiste televisão ou durante uma caminhada na floresta. Os usuários podem se conectar em casa ou podem se juntar a seus amigos. Usuários controlados geralmente não se reúnem especificamente para tomar maconha; eles se reúnem principalmente para socializar e, se a droga for usada, ela será visto como um complemento da ocasião. (Kaplan 1983; Trebach 1982; Weil & Rosen 1983). (1984, p. 92, tradução nossa)¹⁵

¹⁴ With the marked exception of the Young man who lost his job in the garage, as well as of some students whose schoolwork was affected, our subjects denied that marihuana had any definite influence on their work life. They also did not feel that it had influenced their relationships with people negatively (This response was in sharp contrast to that of our opiate-using subjects).

¹⁵ Marihuana use is not highly ritualized. It takes place in a wide variety of settings and circumstances, such as before going to a movie, during a party, while watching television, or during a walk in the woods. Users may sit alone at home, or they may join their friends. Controlled users do not usually get together specifically to take marihuana; they meet primarily to socialize, and if the drug is used, it is viewed as an adjunct to the occasion (Kaplan 1983; Trebach 1982; Weil & Rosen 1983).

O uso do *crack*, de forma diversa, tem seu consumo bastante ritualizado, conforme pesquisa realizada por Alves. De acordo com este autor, no “[...] consumo do *crack*, a repetição, ao contrário, está intimamente associada a rituais, regras e valores de certa maneira permanentes no tempo e disseminados no espaço do centro da cidade de São Paulo.” (2015, p. 06)

Ambas as drogas diferem significativamente em seus mais diferentes aspectos, variando tanto nos efeitos da droga no usuário quanto no nível de exigência de contextos específicos para o uso.

Zinberg traz uma interessante explicação para essa distinção:

A flexibilidade nos rituais da maconha também pode ser explicada em termos do status da droga. Atualmente, é amplamente aceito em nossa sociedade que, embora a maconha ainda seja uma droga "ruim", ela é "menos ruim" que a heroína, LSD ou cocaína. Essa nova atitude, juntamente com o uso crescente da maconha, criou um ambiente no qual controles externos rígidos, na forma de rituais, não são mais tão necessários como eram na década de 1960. (1984, p. 136, tradução nossa).¹⁶

De acordo com Zinberg, então, o uso da maconha “[...] perdeu muito de seu caráter desviante”¹⁷. (1984, p. 136, tradução nossa). Tal constatação se aplica também ao atual contexto do uso de maconha no Brasil e foi constatado na pesquisa realizada. Há um significativo nível de aceitação e tolerância em relação ao usuário, o que é coerente com o fato de que muitos relatam o uso doméstico e sozinho da droga.

Ampliando esta compreensão, Zinberg constatou:

Assim, meu ano na Inglaterra revelou o mesmo fenômeno que eu observara no Hospital Beth Israel vários anos antes: o poder do ambiente social, das atitudes culturais e sociais, de influenciar o uso de drogas e seus efeitos. Estava se tornando óbvio que, para entender a experiência do medicamento, eu teria que levar em consideração não apenas a farmacologia do medicamento e a personalidade do usuário (o conjunto), mas também o ambiente físico e social em que o uso ocorreu. (1921, p. X, tradução nossa)¹⁸

¹⁶ Flexibility in marijuana rituals can also be explained in terms of the drug's status. It is now widely accepted in our Society that although marijuana is still a “bad” drug, it is “less bad” than heroin, LSD, or cocaine. This new attitude, coupled with the expanding use of marijuana, has created an environment in which rigid external controls in the form of rituals are no longer so necessary as they were in the 1960.

¹⁷ Has lost much of its deviant character.

¹⁸ Thus my year in England revealed the same phenomenon I had observed at the Beth Israel Hospital several years earlier: the power of the social setting, of cultural and social attitudes, to influence drug use and its effects. It was becoming obvious that in order to understand the drug experience, I would have to take into account not just the pharmacology of the drug and the personality of the user (the set) but also the physical and social setting in which use occurred. (1921, p. X)

Nas falas foi possível perceber efeitos de pouca gravidade do uso da maconha; a possibilidade da conciliação do uso com os demais aspectos da vida do usuário; e o uso solitário e pouco ritualizado no momento de vida dos entrevistados.

De toda forma, conforme afirmado por Zinberg, constatou-se a importância do *setting*, ou seja, do contexto em que o usuário está inserido, no uso da maconha, o que pode ser corroborado com as dinâmicas de uso de vários entrevistados, que indicam um contexto mais tolerante com o uso desta droga de forma a tornar seu uso comum inclusive no ambiente doméstico.

É importante registrar que *setting*, para Zinberg, não quer dizer necessariamente contexto de uso coletivo, mas diversos aspectos que se encontram no entorno do entrevistado que tanto se referem ao ato de compartilhamento, que certamente ocorreu no início do uso da droga e que não foi explorado em nossa pesquisa, como também o contexto mais amplo que também inclui as opiniões e percepções sobre o uso da droga e que podem ter levado às condições atuais de uso dos entrevistados dada a maior tolerância em relação à maconha.

É interessante observar que a maioria dos entrevistados se encontra em um momento de menor envolvimento em ilícitos, o que coincide com uma maior integração no sistema social, especialmente família e trabalho, estando no momento mais afastado de grupos de amigos desviantes e também usuários. Outras pesquisas realizadas com outro público, como por exemplo pessoas que se encontram envolvidas em atividades ilícitas, podem trazer outros achados indicando a predominância do uso coletivo e talvez com algum grau de ritualização.

Segundo Zinberg, “É o cenário social, através do desenvolvimento de sanções e rituais, que controla o uso de drogas ilícitas.”¹⁹ (1984, p. 5, tradução nossa). Assim, é provável que a maior integração do usuário em sistemas sociais mais convencionais, como a família, pode estar relacionada com o padrão de uso moderado da maconha, predominando o *setting* na forma de uso da droga. O entrevistado Luís demonstra a relação entre o padrão de uso e a integração neste sistema social na medida em que compara seu uso moderado na época da entrevista, quando seus pais passaram a aceitar seu uso e ele exercia trabalho lícito, em comparação com o período em que seus pais não aceitavam e ele traficava, quando usava em vários momentos do dia e de forma excessiva.

¹⁹ it is the social setting, through the development of sanctions and rituals, that brings the use of illicit drugs under control.

A respeito deste uso controlado, um dos entrevistados no grupo de controle, Guilherme, chegou a afirmar que tinha acabado de fumar um cigarro de maconha antes da entrevista, rindo e reafirmando sua capacidade de controlar os efeitos do uso. De acordo com Zinberg:

A flexibilidade dos rituais da maconha é parcialmente explicada pela farmacologia da droga. Seu efeito, variando com a força de uma amostra em particular, é relativamente leve e não dura muito. Meus pacientes, que eram usuários experientes, encontraram pouca dificuldade em controlar a droga em excesso e, geralmente, eram capazes de funcionar normalmente nesse estado, se necessário. (1984, p. 136, tradução nossa)²⁰

O entrevistado Luís, por sua vez, relata que sua forma de controlar o uso da maconha é usá-la apenas à noite, após ter realizado todas as suas atividades. É interessante que cada usuário tem uma forma específica de usar a maconha de forma a não sofrer efeitos negativos do uso e controlá-lo, já que a capacidade de realizar atividades cotidianas sob o efeito da droga e disfarçá-la varia de pessoa para pessoa. De acordo com Zinberg, esta “[...] experiência, que não era incomum, indicou como os usuários desenvolvem respeito pela droga e passam a reconhecer a necessidade de controlar sanções”²¹. (1984, p. 140, tradução nossa).

A partir de uma consideração a respeito da importância do *setting* para o padrão de uso da droga podemos perceber como o indivíduo tende a variar sua forma de uso em momentos distintos de sua vida. De acordo com Alves:

Muitos dos que fizeram uso pesado de intoxicantes quando adolescentes diminuem ao atingirem a maturidade e mudarem seu *setting* social (amigos e circunstâncias). Assim como alguns adultos, à medida que se tornam mais bem sucedidos podem aumentar seu uso. Por exemplo, um homem nascido e criado no campo pode mudar seus hábitos significativamente após mudar-se para a cidade grande. Enormes variações de uma época para outra podem também ser encontradas no uso social de intoxicantes, especialmente álcool, em vários países. (2015, p. 169).

É importante registrar, entretanto, que o uso de maconha pelos entrevistados não gerou reações negativas fortes como aquelas relatadas por Becker naquele contexto de sua pesquisa. É perceptível na fala dos entrevistados, apesar de alguns relatos de reações negativas quanto ao

²⁰ The flexibility of marijuana rituals is partly explained by the pharmacology of the drug. Its effect, varying with the strength of the particular sample, is relatively mild and does not last long. My subjects, who were experienced users, found little difficulty in controlling the drug high, and usually they were able to function normally in that state if became necessary to do so. (1984, p. 136)

²¹ experience, which was not unusual, indicated how users develop respect for the drug and come to recognize the need for controlling sanctions’

uso, um razoável nível de aceitação social, tendo o entrevistado Cristóvão, do grupo de controle, relatado, inclusive, que fuma na frente de policiais sem que haja nenhuma reação.

Conforme Becker, uma “[...] pessoa que se considera praticante de certo ato ‘desviante’ pode em um momento despertar reações muito mais lenientes do que em algum outro momento.” (2008, p. 24).

Tal mudança pode decorrer dos conflitos resultantes desse processo de rotulação, de divergências e não aceitação dessas regras, conforme dito pelo entrevistado Luís, que sempre apresentou grande discordância e revolta em relação a esse processo de rotulação. Assim, para Becker, as “[...] regras criadas e mantidas por essa rotulação não são universalmente aceitas. Ao contrário, constituem objeto de conflito e divergência, parte do processo político da sociedade.” (2008, p. 30)

Alguns entrevistados, entretanto, em especial no primeiro grupo (Piúma/ES), relataram algumas reações negativas de terceiras pessoas em razão do uso de maconha, como Fabiano que afirmou que parou de trabalhar com seu irmão após este vê-lo fumando maconha; Wilson relata como o afastamento de pessoas próximas em razão do fato de usar maconha foi para ele pior do que o próprio uso; Edvaldo contou que sua sogra, ao encontrar em seus pertences um cigarro de maconha, mudou de comportamento com ele; Sander e Genilson também relataram efeitos negativos do conhecimento por parte de terceiros de sua condição de usuário de drogas.

Tais reações negativas surgiram em alguma medida no primeiro grupo entrevistado (Piúma/ES) e foi praticamente ausente no grupo de controle.

“Considerações de moralidade e conveniência, ocasionadas por reações da sociedade, podem interferir no uso e inibi-lo, mas este continua a ser uma possibilidade em termos da concepção que a sociedade tem da droga”, segundo Becker (2008, p. 67).

Primeiramente é importante perceber que as eventuais reações negativas que o usuário pode esperar podem ser reduzidas na medida em que o acesso à informação a respeito do uso pode ser controlado, podendo o usuário manter esta condição em razoável sigilo, assumindo a posição de um *desviante secreto* (BECKER, 2008, p. 76), o que foi relatado por alguns entrevistados. De acordo com Alves:

Com o intuito de permanecerem desviantes secretos, usuários de crack, heroína e também de maconha procuram locais onde o uso da droga não interfira em seu relacionamento com não usuários, cuja aceitação eles valorizam e que lhes possam

impingir sanções morais, sentimentais, físicas ou financeiras. Em companhia de outros usuários de drogas e em locais não frequentados pelos não usuários por eles valorizados conseguem permanecer impunes. (2015, p. 146)

Em relação à necessidade do controle da informação sobre o uso, percebe que esta questão varia de forma significativa entre os usuários, assim como difere o grau de conotação negativa dado ao uso a depender do grupo social em que está envolvido como também os efeitos que esta qualificação negativa gera no usuário. É interessante perceber que o uso de maconha varia de forma significativa tanto quanto à forma de uso; ao conceito social dado a esta ação; à necessidade do controle da informação desta prática; dos efeitos causados no usuário da consideração negativa do uso, dentre outros aspectos.

Outras drogas, como a ilícita *crack* e a lícita álcool, variam muito menos nesses aspectos. Apesar de haver variações quanto ao padrão de uso de crack e as outras variáveis acima citadas quanto a esta droga, há um grau de homogeneização muito maior do que em relação à maconha. Há uma maior tendência geral de que o usuário de *crack* esconda a informação sobre seu uso; em regra os conceitos sociais são bastante negativos em relação a esta prática, assim como os efeitos da consideração negativa do uso trazem efeitos bem perversos ao usuário. Por outro lado, o uso de álcool ocorre em padrões mais assemelhados do que a forma de usar maconha, que parece ocorrer em uma ampla variedade de situações. Os conceitos sociais quanto ao uso do álcool raramente são negativos e seu uso dificilmente é desestimulado, sendo com frequência incentivado; e praticamente o usuário não sofre efeitos negativos de uma rara conceituação negativa de seu uso. Em resumo, todas essas variáveis se apresentam de forma menos diversificada em relação a estas duas drogas.

Quanto ao uso de maconha, exatamente em razão desta tendência ao seu uso ser considerado gradativamente menos desviante, todos esses aspectos parecem variar muito mais, havendo locais e contextos em que seu uso é amplamente aceito, enquanto em outros ainda é significativamente repellido, o que gera efeitos distintos no usuário em relação a sua autoestima e orgulho pessoal, diferindo a sua relação com a droga, como por exemplo uma maior ou menor necessidade de esconder o uso.

As reações negativas ao uso de maconha obtidas praticamente se restringiram aos entrevistados de Piúma/ES, o que pode indicar que naquela localidade há uma menor tolerância e menor aceitação desta prática em comparação com uma capital, onde um entrevistado chegou a relatar o uso na frente dos policiais sem nenhuma reação destes. Para os entrevistados do grupo de controle, parece-nos que todos “[...] os seus companheiros sabem que usam maconha e ninguém

se importa, ao passo que seus contatos convencionais são raros e sem importância.” (BECKER, 2008, p. 81).

Além disso, é necessário perceber que, mesmo dentre os entrevistados de Piúma/ES, a maioria dos relatos de reações negativas ao seu uso foram trazidas quanto a situações passadas, relatando um sentimento vivenciado quando do início do uso de maconha e outras práticas desviantes. De acordo com Zinberg, “[...] o que não é aceito em um momento histórico determinado pode sê-lo em outro.”²² (1984, p. 35, tradução nossa).

Não surgiu de forma significativa relatos de entrevistados afirmando que, em seus contextos atuais de vida, quando da continuidade do uso, tais reações surgiam de forma significativa a merecer preocupação ou a despertar sofrimento, de forma a equiparar o uso da maconha à noção de *estigma* de Goffman (2017), que se reporta a reações de evitação severas, a exemplo daquelas em relação a pessoas amputadas, gravemente lesionadas em locais do corpo visíveis etc.

O relato da continuidade do uso não vinha acompanhada deste tipo de preocupação, o que nos leva a perceber, conforme trecho acima de Zinberg (1984) acima transcrito, que “[...] a maconha perdeu muito de seu caráter desviante.”

O conceito de *carreira desviante* de Becker é também útil para analisar os achados obtidos. Alguns entrevistados, como Tião e Kennedy, relataram terem abandonado o uso logo no início, interrompendo, assim, sua carreira de usuário de maconha, não prosseguindo no uso porque outros fatores que ensejariam o avanço na carreira possivelmente se ausentaram em suas histórias de vida, como, por exemplo, maior disponibilidade da droga e amigos usuários. Houve, então, retorno à adesão a padrões convencionais e desnecessidade do emprego de “[...] técnicas para neutralizar a força dos valores de aceitação da ordem”. (2008, p. 39)

Outra questão interessante surgida na pesquisa se refere à questão de ser ou não a maconha ‘porta de entrada’ para outras drogas, como largamente disseminada no senso comum.

Dos entrevistados no primeiro grupo, apenas um deles relatou o uso contínuo de *crack*, apresentando um quadro de dependência química no momento da entrevista, gastando boa parte de sua renda com o consumo desta droga. Dos demais, quase todos relataram nunca terem usado *crack* por medo de seus efeitos. José Antônio, Roberto, Genilson e Sander relataram expressamente que nunca usaram *crack* por terem visto seu efeito em terceiras pessoas. Tetônio,

²² what is not accepted at one historical moment may be accepted at another

Wilson, Silvio e João Cláudio, apesar de relatarem o uso de maconha, não relataram o uso de *crack*.

No grupo de controle tais achados surgiram de forma semelhante, sendo comum que os usuários de maconha entrevistados, que eram a sua maioria, relatassem medo de usar *crack* pelos graves efeitos causados em terceiros.

Tais achados são interessantes na medida em que não confirmam outra afirmação largamente utilizada contra a mudança do *status* legal do uso de maconha de que esta é a porta de entrada para o uso de outras drogas. A quase totalidade dos entrevistados usuários de maconha demonstrou bom nível de responsabilidade com o uso, justificando que nunca usaram ou não deram continuidade ao uso de *crack* pelos efeitos desta droga visto em terceiros.

Tais achados demonstram que é possível ao usuário de maconha manter-se no uso desta droga e não avançar para outras, sendo plausível afirmar que a entrada no uso de outras drogas se torna mais provável com a ilegalidade do uso da maconha, que leva o usuário a se envolver em ambientes de práticas ilícitas, seja para usar ou para comprar, frequentando locais onde se encontram presentes de forma mais acentuada outras drogas.

Esta visão foi compartilhada pelo entrevistado Luís, que afirmou que a ilegalidade do uso da maconha pode levar o usuário a se aproximar de contextos criminais, o que de certa forma aconteceu com ele. De acordo com este entrevistado, é comum, também, dentre jovens de classe média, a busca pelo uso de drogas ilícitas como uma espécie de ‘aventura rumo ao desconhecido’, como uma forma de trazer alguma instabilidade a suas vidas altamente reguladas.

A ilegalidade do uso de maconha como uma forma de desestimular o uso e o acesso a outras drogas é, portanto, bastante questionável. Para jovens de classes mais baixas a ilegalidade não é um obstáculo ao uso, em razão do fácil acesso às drogas em seus locais de residência, demonstrando os entrevistados elevado senso de responsabilidade no sentido de se manterem afastados do uso de outras drogas mais pesadas. Para jovens de classes mais elevadas, apesar de também haver disponibilidade de drogas nos locais onde habita, percebeu-se na pesquisa que a ilegalidade pode se constituir em um atrativo e uma forma de trazer alguma desordem para suas vidas fortemente controladas.

Assim, a ilegalidade do uso da maconha pode ser ainda mais grave do que algum eventual efeito negativo de seu uso, conforme Becker:

Quando apanhado, o desviante é tratado de acordo com o diagnóstico popular que descreve sua maneira de ser, e esse tratamento pode, ele mesmo, de maneira semelhante, produzir um desvio crescente. O viciado, popularmente visto como um indivíduo sem força de vontade, que não consegue se privar dos prazeres indecentes que lhe são fornecidos pelas drogas opiáceas, é tratado de forma repressiva. Proíbem-no de usar drogas. Como não consegue obter drogas legalmente, tem de obtê-las ilegalmente. Isso impele o mercado para a clandestinidade e empurra o preço das drogas para cima, muito além do legítimo preço de mercado corrente, para um nível que poucos têm condições de pagar com um salário comum. Portanto, o tratamento do desvio do drogado situa-o numa posição em que será provavelmente necessário recorrer a fraude e crime para sustentar seu hábito. O comportamento é uma consequência da reação pública ao desvio, não um efeito das qualidades inerentes ao ato desviante. (2008, p. 45)

A rotulação desta conduta como desviante produz, no seu ápice, o afastamento do usuário de seus grupos de convívio e a integração em grupos desviantes organizados. João Cláudio traz relato nesse sentido quanto ao uso da maconha, de que se afastou da família e se aproximou de um traficante com quem aprendeu o dia-a-dia da venda de drogas, passando a adotar “[...] um novo padrão de participação social que reduza quase totalmente as interações com não usuários a níveis raros e sem importância.” (ALVES, 2015, p. 143). De acordo com Becker:

Um passo final na carreira de um desviante é o ingresso num grupo desviante organizado. Quando uma pessoa faz um movimento definido para entrar num grupo organizado – ou quando percebe e aceita o fato de que já o fez -, isso tem forte impacto sobre sua concepção de si mesma. Certa vez uma viciada me contou que o momento em que se sentiu realmente viciada foi aquele no qual percebeu que não tinha mais nenhum amigo que não fosse viciado em drogas. (2008, p. 47)

Apesar, como dito, de o uso da maconha ter perdido muito de seu caráter desviante, este rótulo pode, de alguma forma, trazer os efeitos relatados. Esse comportamento, em alguma medida ainda tido por desviante, pode ser transformado “[...] em padrões definidos de ação por meio da interpretação social de uma experiência física em si mesmo ambígua.” (BECKER, 2008, p. 51).

Conforme Alves:

Estes controles ou sanções da sociedade mais ampla partem da ilegalidade do ato e das severas punições passíveis dele advir, como a prisão. Assim como os controles e sanções podem surgir da atribuição aos usuários de maconha das características estigmatizantes associadas ao hábito, como irresponsabilidade, falta de controle, ou mesmo loucura, além de outros tipos de sanções informais como ostracismo ou retirada do afeto por parte de entes queridos. Fazem parte destes controles a força das ideias ou concepções definidoras do uso da droga como violação de imperativos morais, ou ainda, como perda de autocontrole, **paralisia da vontade** e até escravidão. (2015, p. 137).

Tais achados, corroborados por vastas e variadas outras pesquisas nesta área, conforme Zinberg (1921), indica que toda a discussão a respeito da possibilidade de se tornar lícito o uso da maconha é fortemente impregnada por aspectos ideológicos, a partir de uma perspectiva de responsabilidade moral, de que o “[...] indivíduo deveria exercer completa responsabilidade pelo que faz e pelo que lhe acontece [...]”; de “[...] desaprovação de ações empreendidas no único intuito de alcançar estados de êxtase [...]” e de que legislações limitadoras do uso em verdade beneficiariam os usuários – humanitarismo (BECKER, 2008, p. 143).

Neste tema há toda uma lógica de *empreendedorismo moral*, em que se pretende a “[...] criação de um novo fragmento da constituição moral da sociedade, seu código de certo e errado”. (BECKER, 2008, p. 151). Nesta discussão com frequência vemos o papel do *reformador cruzado*, operando “[...] com uma ética absoluta; o que vê é total e verdadeiramente mal sem nenhuma qualificação. Qualquer meio é válido para extirpá-lo. O cruzado é fervoroso e probo, muitas vezes hipócrita.” (BECKER, 2008, p. 153).

Assim, muito frequente que o debate em torno desta questão seja conduzido a partir de uma perspectiva moral única e absoluta, demonizando a busca do prazer individual e a partir de uma lógica de controle e responsabilidade pessoal extremas.

Sobre o tema do *empreendedorismo moral*, vale citar Alves:

Em ambiente contaminado pelo pânico moral, os chamados “empreendedores morais” (BECKER H. S., 2008) possuem as melhores condições para criar e impor regras. Seu protótipo, o cruzado reformador norte americano dos movimentos pela temperança e Lei Seca, com frequência recorreram a psiquiatras e advogados. Não faremos aqui uma descrição do papel destes atores na transformação do uso de drogas em problema público em nosso país, porém, no caso específico da maconha, lembremos que médicos, agrônomos e advogados estiveram presentes neste processo (ALVES Y. D., 1998). Com a legislação de 1934 em vigor faz pelo menos oitenta anos, dedicada à repressão e confinamento dos usuários de drogas, a questão colocada não é mais a da promulgação de uma lei, como era para os cruzadistas norte-americanos, mas a da atualização dos mitos originários do pânico moral através de um discurso midiático capaz de promover determinada *Agenda-Setting* (NOTO; OPALEYE; LOCATELLI; RONZANI, 2013). Ou seja, exercer influência a ponto de tornar prioritários os seus interesses privados no processo de interação entre mídia, governo e opinião pública manipulada. A opinião pública sobre a questão das drogas passa a ser a opinião publicada. “Enquanto antigamente a imprensa só podia intermediar e reforçar o raciocínio das pessoas privadas reunidas em um público, este passa agora, pelo contrário, a ser cunhado primeiro pelos meios de comunicação de massa” (HABERMAS, 2003). Isto possibilita a inversão de prioridades e um total descaso pela epidemiologia. Se deste ponto de vista, o álcool deveria ser a grande preocupação de saúde pública com relação ao uso de substâncias, são as drogas tornadas ilícitas e

seus usuários aqueles geralmente associados à violência e ao crime (NOTO; OPALEYE; LOCATELLI; RONZANI, 2013). (2015, p. 22)

A maconha, passou, então, a ser alvo prioritário dos empreendedores morais, criando-se um pânico moral em torno de seu uso.

Conforme Zinberg, “Nossa cultura ainda não reconhece totalmente, muito menos dá suporte, ao uso controlado da maioria das drogas ilícitas. Os usuários são declarados ‘desviantes’ e uma ameaça para a Sociedade, ou ‘doentes’ e com necessidade de ajuda, ou ‘criminosos’ e que merecem punição. A socialização centrada na família para uso não está disponível.”²³ (1984, p. 15, tradução nossa).

E prossegue Zinberg:

Uma razão para a prevalência de definições de abuso de drogas que não são lógicas nem científicas é a força do moralismo puritano na cultura americana, que desaprova o prazer e a recreação proporcionados pelos intoxicantes. Um editorial recente sobre abuso de drogas no *American Journal of Psychiatry* resume essa posição cultural. Exige “um esforço ativo para ensinar o indivíduo e a Sociedade a gozar e suportar [a vida] meios de gerar euforia ou escape” (Cohen, 1968). Como apontou Herbert Marcuse (1955), provavelmente existe uma justificativa para essa posição - a visão geralmente aceita de que o comportamento de busca de prazer, principalmente se ele ameaça a norma cultural, deve ser racionado e controlado em uma sociedade industrial. No entanto, essa visão ignora o fato de que todas as sociedades conhecidas (com a possível exceção das culturas esquimós anteriores) usaram intoxicantes para fins recreativos (Weil 1972) e que, certamente em nossa sociedade, os intoxicantes oferecem a muitos indivíduos os benefícios do relaxamento e grande bem-estar social.²⁴ (1984, p. 27, tradução nossa)

Enfatizando o caráter biopolítico do tratamento, em nossa sociedade, da questão das drogas, afirma Rosa:

É em decorrência desta perspectiva da captura que procurei mostrar como certas verdades sobre as drogas são governamentalizadas através de determinadas políticas de saúde e segurança pública que incidem sobre os corpos e sobre a vida da população por meio de uma biopolítica característica nas sociedades contemporâneas, chamadas

²³ Our culture does not yet fully recognize, much less support, controlled use of most illicit drugs. Users are declared “deviant” and a threat to Society, or “sick” and in need of help, or “criminal” and deserving of punishment. Family-centered socialization for use is not available

²⁴ One reason for the prevalence of definitions of drug abuse that are neither logical nor scientific is the strength of Puritan moralism in American culture, which frowns on the pleasure and recreation provided by intoxicants. A recent editorial on drug abuse in the *American Journal of Psychiatry* epitomizes this cultural position. It calls for “an active effort to teach the individual and Society how to enjoy and endure [life] without euphorants and escapants” (Cohen 1968). As Herbert Marcuse (1955) has pointed out, there is probably a rationale for this position – the generally accepted view that pleasure-seeking behavior, particularly if it threatens the cultural norm, must be rationed and controlled in an industrial society. Nevertheless, this view overlooks the fact that all known societies (with the possible exception of earlier Eskimo cultures) have used intoxicants for recreational purposes (Weil 1972) and that, certainly in our society, intoxicants offer many individuals the benefits of relaxation and greater social ease.

por Deleuze de sociedade de controle e, por Foucault, ora de sociedade de segurança ora de sociedade de normalização. (2014, p. 23).

A permissão ou proibição do uso de determinadas drogas, segundo Rosa, está absolutamente permeada por uma espécie de moralismo organizado que busca “[...] controlar os corpos daqueles indivíduos pertencentes a grupos marginalizados que acabavam sendo vistos como inimigos internos ameaçadores da ordem social.” (2014, p. 295)

Além disso, perspectivas utilitaristas também permeiam as discussões a respeito da alteração do *status* do uso da maconha, ou seja, questiona-se acerca da possibilidade de redução do tráfico de drogas ao tornar seu uso lícito.

Significativos setores da sociedade consideram viável discutir a licitude do uso da maconha apenas caso se vislumbre que tal medida pode reduzir os índices de criminalidade. Assim, a partir da consideração de que envolvidos no comércio ilícito de maconha podem migrar para outras atividades ilícitas caso o uso daquela droga passe a ser lícito, passam a rejeitar a alteração do *status* do uso da maconha.

Nossa pesquisa, no entanto, centrada no indivíduo que usa e não nos efeitos que a decisão estatal sobre o uso produziria nos índices de criminalidade e no funcionamento dos sistemas de justiça criminal e segurança pública, indica que os critérios utilizados para a decisão sobre o *status* legal do uso deve estar baseado em seus efeitos para o usuário e não na possibilidade de tal medida impactar na redução dos índices de violência, o que se trata de relação incerta, pelo menos na análise da medida em que comerciantes de drogas ilícitas migrariam para o comércio regular de maconha ou outros produtos e não para o comércio irregular de outra substância.

Entretanto, o relativo baixo índice de nocividade da maconha comparado com outras substâncias, tanto lícitas como ilícitas, torna inadequado lançar na ilegalidade um enorme contingente de usuários, expondo-os a uma série de contextos que podem contribuir com o seu envolvimento em atividades criminosas, como ocorreu com o entrevistado Luís, pessoa de classe média da Grande Vitória que passou a traficar porque seu pai não aceitava sua condição de usuário de maconha e não lhe dava dinheiro para seus gastos pessoais da juventude. Caso a maconha fosse lícita, talvez isso levasse a uma maior aceitação da família, afastando-o do ingresso no tráfico de drogas.

A partir dessa consideração, de que uma outra forma de tratamento do uso de maconha exporia menos seu usuário a contextos criminalizantes, poder-se-ia vislumbrar uma redução dos índices

de criminalidade já que esta pessoa habitaria um *setting* distinto, possivelmente mais afastado de práticas ilícitas já que não seria necessário recorrer ao comércio ilegal para adquirir a maconha para seu uso.

O que é importante registrar, entretanto, é que a reflexão acerca da conveniência de se tratar diversamente o uso da maconha *não depende* de considerações a respeito do impacto desta decisão nos índices de criminalidade. O que a presente pesquisa sugere é que, a partir da perspectiva do usuário de maconha, não se mostra adequado lançar tal prática na ilegalidade enquanto, por exemplo, o uso de álcool, droga com efeitos possivelmente mais nefastos, é incentivado pelo próprio Estado e o cigarro é permitido. A forma não regulada do comércio de maconha pode gerar efeitos mais perversos ao usuário do que uma outra forma de tratamento do uso, sem a interferência da polícia e do sistema de justiça criminal.

Não parece, portanto, adequada a caracterização da maconha como ilícita dado o baixo número de dependentes químicos desta droga e o menor risco de seu uso abusivo e de se alcançar a dependência, conforme pesquisa do próprio Zinberg (1984), abrindo-se espaço para políticas públicas de conscientização e informação em ambientes escolares sobre os danos e riscos das drogas existentes. Apesar de menores do que de outras drogas, tais riscos e efeitos negativos certamente também existem em relação à maconha, conforme falas de Wilson e João transcritas na seção 2.6.

Tais riscos, entretanto, não justificam lançar seu uso na clandestinidade e ilegalidade, expondo os usuários a dinâmicas violentas e criminalizantes. A ilicitude do uso atrai a atuação dos *impositores de regras*, no caso a polícia militar, que passa a agir mais pragmaticamente na aplicação da regra imposta:

Embora alguns policiais tenham sem dúvida uma espécie de interesse missionário em reprimir o mal, é provavelmente muito mais típico que o policial disponha de certa visão neutra e objetiva de seu trabalho. Ele está menos preocupado com o conteúdo de qualquer regra particular que com o fato de que é seu trabalho impor a regra. Quando as regras são alteradas, ele pune o que antes era comportamento aceitável, assim como deixa de punir o comportamento que foi legitimado por uma mudança nas regras. O impositor, portanto, pode não estar interessado no conteúdo da regra como tal, mas somente no fato de que a existência da regra lhe fornece um emprego, uma profissão e uma *raison d'être*.

Como a imposição de certas regras fornece uma justificativa para seu modo de vida, o impositor tem dois interesses que condicionam sua atividade de imposição: primeiro, ele deve justificar a existência de sua posição; segundo, deve ganhar o respeito daqueles com quem lida. (BECKER, 2008, p. 161).

O impositor, então, ao agir pragmaticamente, passa a se preocupar precipuamente em demonstrar que o problema ainda existe, que as regras que tenta impor fazem sentido e que age eficazmente, tudo isso a fim de respaldar e reforçar a importância de sua atividade. Criminalizado o uso de drogas e atribuída à polícia militar a função de reprimir essa atividade, ao exercê-la a polícia reforça a suposta gravidade do problema e sua dimensão, assim como reafirma a importância de sua posição para conter tais práticas. Passa a haver, então, um círculo vicioso de reforço da opinião da gravidade, por exemplo, do uso da maconha e de que esse fato deve ser reprimido exatamente da forma como ele é hoje, dificultando, assim, a busca de outras formas de tratar a questão do uso.

É interessante como tal lógica se encontra presente no cotidiano da atividade policial quando, mesmo diante de uma redução de práticas criminais em determinada época em Piúma/ES, um policial se dirigiu a mim reclamando, ao ser perguntado se tudo andava bem no exercício de sua atividade, que não havia nenhum traficante para prender nas ruas porque todos principais envolvidos em crimes estavam presos e tudo estava ‘muito calmo’.

Essa fala indica a compreensão de Becker acima exposta, no sentido em que o impositor de regras precisa respaldar o suposto problema que lhe cabe enfrentar a fim de justificar sua própria existência como profissional. Se não há quem prender, então a necessidade dos policiais militares se reduziria.

E em sua atividade de impor regras, geralmente o policial exige que aqueles com quem lida o respeitem para exercer sua atividade, dedicando parte de seu tempo não à imposição de regras, mas à imposição de respeito, o que coloca o usuário de maconha em uma situação ainda mais vulnerável, podendo ser criminalizado não apenas pelo seu agir desviante, como simplesmente por não ter agido com respeito perante um impositor de regras, normas estas altamente questionáveis.

O policiamento, então, segundo Rosa, se constituiria em um “[...] dispositivo de poder que incide sobre a população através do governo das condutas dos indivíduos.” (2014, p. 286)

O usuário de maconha, então, em razão da decisão do Estado de considerar esta droga como ilícita e de criminalizar o uso, pode sofrer a aplicação destas regras e ser definido como desviante de forma seletiva.

Parece-nos que o único sentido adequado para considerar o uso de maconha é “[...] simplesmente como um tipo de comportamento que alguns reprovam e outros valorizam.”

(BECKER, 2008, p. 178), sendo adequado considerar que os usuários desta droga “[...] fazem o que fazem mais ou menos pelas mesmas razões que justificam as atividades mais comuns.” (BECKER, 2008, p. 192).

3.3 – SENTIDOS ATRIBUÍDOS À PRÁTICA DO TRÁFICO DE DROGAS E A LÓGICA DO TRATAMENTO, PELO ESTADO, DE SUA OCORRÊNCIA

Também percebemos, na pesquisa realizada, a entrada no tráfico de drogas com uma finalidade lucrativa e, dentre alguns, com o objetivo de aquisição de bens materiais típicos da juventude para a obtenção de gozo e prazer, tais como bebida, festas e sexo.

Leandro afirmou que traficou por dinheiro e que com o que recebia comprava roupas, bermuda e chinelo porque via terceiros andando ‘bem arrumados’; Teotônio disse que o dinheiro que recebia da venda de drogas usava com consumo de drogas, ‘puta’ e bebida, mencionando, também, que gastava com ‘ostentação’, consumindo, por exemplo, ‘bebida cara’; Genilson relatou que passou a traficar porque não tinha dinheiro para comprar alguns bens de consumo, como tênis e chinelo, além de bebida, roupa, sair com mulheres e para andar ‘bem arrumado’ como alguns amigos, recordando da frustração que sentia por não ter alguns brinquedos que via em vitrines de loja. Também mencionou que chegou a ter cinco celulares, perdendo aparelhos com frequência ‘correndo da polícia’; José Antônio cita o termo ‘orgia’ para explicar que traficava para ‘ostentar coisa que não tinha’, ‘ostentar coisas dos outros’; Roberto mencionou que gastava o dinheiro que auferia com o tráfico com ‘mulher e bebida’, dizendo que seu ‘negócio era zuar, beber muito’; Renato relatou que traficava para usar drogas, curtir ‘rock’ e se relacionar com mulheres; João usava a renda do tráfico para usar drogas e comprar roupas de marca, já que seu salário não era suficiente para arcar com esses custos; Eder também traz a justificativa do desejo de ‘andar arrumado’ para ter entrado no tráfico; Luís afirma que gastava sua renda desta atividade com o uso de drogas com os amigos, festa e em restaurantes.

Conforme Lyra, neste processo de passagem para a vida adulta é possível perceber as etapas da ‘[...] infância, individuação e autonomia [...]’ (2013, p. 75), havendo nesta última fase um período de descobertas que

envolve o adolescente por completo e lhe revela facetas ocultas e prazerosas de um mundo até então ignorado ou inacessível. Sua trajetória, que se inicia como uma *orientação para o futuro* na fase infantil, logo se transforma na *necessidade presente* da complementação da renda familiar e, em seguida, quando de sua independência, parece se concentrar na *satisfação do agora*. (LYRA, 2013, p. 83)

Nesta fase de autonomia o envolvimento no tráfico de drogas se apresenta como uma alternativa para financiar o acesso a atividades e bens valorizados pelo contexto habitado pelo jovem, tais como o consumo de drogas lícitas e ilícitas; a frequência a festas; o relacionamento com mulheres; a compra de roupas e acessórios para se vestir da forma apreciada pelos demais jovens de seu convívio; a aquisição de aparelhos celulares, bem que se encontra no topo da escala de bens cuja posse é desejada pelos jovens.

A análise destes achados nos demonstra que o estilo de vida cuja manutenção é pretendida pelo jovem que ingressa no tráfico de drogas não se distingue de forma significativa daquele que é mantido pelos jovens de classe média, estilo de vida este que é largamente divulgado, incentivado e valorizado pela mídia e plataformas de arte e cultura de massa.

É então o desejo de alcançar e manter este estilo de vida que impele o jovem de classe baixa para o tráfico de drogas, eis que os poucos recursos de sua família não permitem o custeio dos mais simples e básicos bens de consumo, como algumas roupas básicas, muito menos a manutenção deste estilo de vida pretendido, que em si não possui nada de excepcional, equivalendo ao padrão de vida de um jovem de classe média.

Com frequência em relação a este jovem há um julgamento por demais severo quanto aos motivos de sua escolha, de que se trata de fato ainda mais grave ter agido motivado pelo desejo de acesso a esses tipos de bens, como se se tratasse de jovens demasiadamente fúteis ou frívolos, quando na verdade agiram exclusivamente com o objetivo de satisfazer os mesmos desejos possuídos pelos demais jovens de classe média, mas que não precisam recorrer a esses meios ilícitos para satisfazer seus interesses.

Há uma menção à ‘ostentação’, conforme dito por Tetônio, do desejo de exibição do acesso a bens de consumo valorizados no contexto em que vivem e na sociedade capitalista de modo geral, citação do desejo de ‘andar bem arrumado’, o que também pode estar ligado a uma demanda por reconhecimento e preenchimento de um orgulho e autoestima próprios profundamente depreciados em seus contextos de vida.

Diversos outros sentidos foram percebidos, no entanto, em relação à prática do tráfico de drogas, como por exemplo a prática de um pequeno comércio de drogas junto a conhecidos para pagar apenas o custo com o uso de drogas, como foi relatado por João Cláudio.

Alguns entrevistados não enveredaram fortemente na prática do tráfico de drogas, não fazendo deste comércio ilícito seu modo de vida. João Cláudio exercia sua atividade de pescador e com a renda de seu trabalho arcava com suas despesas mensais. O uso de maconha, que prosseguia mesmo depois de condenado pelo crime de tráfico e após receber a progressão de regime, era custeado, na época de sua prisão, com o valor do pequeno comércio que fazia entre amigos do excedente de droga que comprava. Segundo ele, como arcava com os riscos para a aquisição, achava justo que o valor total da droga adquirida fosse repartido pelos terceiros que tinham interesse de usar parte do que comprava. Seu tráfico não era armado e não agia associado a quem quer que fosse.

Conforme Zinberg:

Outra questão mencionada por pelo menos 23% ou um quarto dos sujeitos foi o tráfico (venda de drogas). Os usuários mais experientes lidam uma vez ou outra. Normalmente, isso não é para fins lucrativos (embora muitos tentem obter alguma quantidade grátis para si mesmos), mas para conveniência e solidariedade. Se alguém puder fazer uma boa compra no mundo dos usuários de maconha, é esperado que ele deixe seus amigos entrar na transação. Ele se tornou um revendedor. Sendo revendedor, ele também pode fazer novos conhecidos e desenvolver um certo prestígio. (1984, p. 93, tradução nossa).²⁵

É comum, então, que o usuário de drogas se envolva no comércio sem um objetivo de lucro, a partir da demanda por acesso às drogas por parte de pessoas de seu convívio. Por possuir mais tempo e experiência de uso e contatos de vendedores, passa a ser uma referência para novos usuários. Isso pode fazer com que ingresse mais fortemente no tráfico, que foi o caso de Luís, ou permanecer vendendo apenas para conhecidos para custear seu uso, o que era o caso de João Cláudio.

Sílvio relatou que, após se separar, passou a conviver com grupo de mineiros que se mudou para seu bairro e que realizava o tráfico. Como convivia com o grupo não precisava pagar para consumir, e, em razão de ser conhecido no bairro, encaminhava pessoas para comprar drogas com aquele grupo como uma espécie de contrapartida pelo uso gratuito e compartilhado. Não

²⁵ Another issue mentioned by at least 23% of four subjects was dealing (selling drugs). Most experienced users deal at one time or another. Usually this is not for profit (although many try to get a free ounce or so for themselves out of it) but for convenience and solidarity. If someone can make a good buy in the world of marijuana users, he is expected to let his friends in on the transaction. He thus become a dealer. Being a dealer, he can also make new acquaintances and develop a certain prestige.

lucrava diretamente ao auxiliar no comércio, salvo ao não precisar pagar pelo que consumia, nem tampouco pegava em armas ou envolvia crianças e adolescentes em sua prática.

Alguns entrevistados relataram que o tráfico também tinha a função de substituir o trabalho lícito em razão do desemprego e permitir que auferisse ganhos para fazer frente às despesas mais básicas. Teotônio, ao mencionar que “o sol nasce para todos” e que “não queria mexer com ter guerra, ter briga com ninguém” (trecho de entrevista a mim concedida por Teotônio, Piúma/ES, 20/02/19), informa que a renda do tráfico era gasta também para construir a casa que morava com sua companheira, indicando uma ampla variedade de sentidos para a ocorrência do comércio de drogas.

Genilson, ao mencionar que “quando era mais novinho não ‘pegava’ ninguém na escola” e que quando começou a traficar “começou a fluir” (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18), indica como a entrada no tráfico também tem um sentido para os jovens relacionado à sua transição para a vida adulta e afirmação de sua masculinidade.

Ao permitir uma maior aproximação com garotas, o tráfico tem para esses jovens um sentido ligado ao aumento de sua autoestima e orgulho próprios, especialmente em razão de habitarem um contexto de baixa probabilidade de reforço desses atributos, como a pobreza e as faltas materiais experimentadas, pequena possibilidade de sucesso profissional, melhora de padrão de vida e *status* social.

Renato, do grupo de controle, relata algo nesse sentido, de que a entrada no tráfico se tratou de uma “mera ilusão de uma criança”, de “conquistar alguma coisa, ser dono de alguma coisa”, de “ter muito dinheiro”, carro etc. Relata que “via um patrão chegando na favela”, “com arma”, “cheio de mulher”. (trechos de entrevista a mim concedida por Renato, Vitória/ES, 13/09/19). Para ele, então, o tráfico era uma forma mais rápida de permitir o gozo de um estilo de vida desejado, a partir de um referencial que se encontrava em seu contexto e que, em razão disso, se apresentava para ele possível e alcançável.

Além de diversos sentidos, várias funções distintas também podem ser exercidas por aqueles que ingressavam na estrutura do tráfico de drogas propriamente dita, compondo de alguma forma uma organização criminosa.

Dentre os entrevistados Luís afirmou que era *dono* de seu próprio comércio de drogas, exercendo a venda junto a jovens de classe média e alta da Grande Vitória e chegando a alugar

um apartamento para o tráfico. Júlio afirmou que era *gerente* da boca de fumo onde trabalhava e que frequentemente andava armado para exercer a cobrança dos demais traficantes subordinados a ele, que em regra trabalhavam como *vapores*, aqueles que faziam a venda direto ao usuário, como Leandro e Genilson; há também a função do *avião*, aquele que se desloca para buscar a droga junto a fornecedores, função que em algum momento foi desempenhada por Teotônio; *olheiro*, aquele que tem a função de vigiar a boca de fumo e avisar caso a polícia se aproxime, atividade que também fora desempenhada por José Antônio.

A atividade desempenhada, por exemplo, por João Cláudio e Wilson diverge das funções acima mencionadas, eis que eles compravam determinada quantidade de drogas, já pagando de forma antecipada, o que em regra não é feito pelo *vapor*, que presta contas posteriormente, e após repassavam parte da droga adquirida para pessoas de seu convívio, recebendo de seus ‘sócios do uso’ ou o valor total que despendeu, ficando isento de despesa com o uso, ou apenas o valor equivalente àquela parte da droga entregue. Tecnicamente, no entanto, ambos estão alcançados pela descrição do art. 33 da Lei 11.343/06, já que nem sempre havia o uso compartilhado para desclassificar a conduta para aquela descrita no art. 33, §3º da Lei 11.343/06, que, apesar de ter pena mais branda, não deixa de ser crime.

Conforme Boiteux et al:

Por outro lado, há de se ressaltar que a forma de organização desse tipo de comércio não se dá de forma uniforme, pelo contrário, é adaptado às configurações locais. Apurou-se, ainda, que a organização interna, especialmente do varejo, segue mecanismos específicos que diferem, muitas vezes, de um estado para outro da federação, tanto pela forma de atuação dos seus atores como quanto aos tipos de substância comercializada. (2009, p. 42)

Nosso trabalho, então, indica a ampla variedade das formas do exercício do tráfico de drogas, alterando-se não apenas as funções desempenhadas pelos envolvidos na estrutura do tráfico de drogas, como também as dinâmicas e os sentidos para sua prática, ocorrendo para o custeio de bens e atividades comumente ligadas a qualquer grupo de jovem; para o exercício de uma atividade remunerada em uma situação de desemprego e para o custeio das despesas cotidianas básicas; como meio de reforço da masculinidade e para seguir o exemplo de pessoa bem sucedida na comunidade a partir de determinados valores compartilhados naquele local; para sustentar o uso de drogas etc.

O que se percebe, então, é que os motivos que levam ao engajamento no tráfico não variam das razões que conduzem as pessoas ao envolvimento em atividades não consideradas desviantes, como o exercício de trabalho lícito, a participação em cursos profissionalizantes e atividades de ensino etc.

A diferença é que circunstâncias de faltas materiais e profunda privação, aliadas à participação em contextos onde práticas ilícitas ocorrem de forma sistemática e disseminada, levam determinados indivíduos a se envolverem nesses comportamentos pelos mesmos motivos e para atingir os mesmos objetivos que pessoas que compõem grupos sociais distintos se envolvem em outras atividades aceitas socialmente e não consideradas desviantes. Para Boiteux et al:

Desta forma, a atividade econômica ligada ao tráfico de drogas no Brasil é fortalecida pela falta de perspectiva, desemprego e exclusão, o que leva jovens e agricultores ao negócio da droga, que mesmo ilícito, ou talvez por isso, permite o aumento do lucro e dá oportunidades de vida a pessoas sem acesso ao mercado de trabalho formal, e ainda paga salários superiores ao mercado formal.

Na análise da situação brasileira, a face mais perversa do desemprego se caracteriza pelo fato de que “o contingente anual de criminosos é engrossado pela massa de jovens que jamais ocuparam uma vaga no mercado formal de trabalho”, que constituem o grupo social mais vulnerável a ser utilizado pelo tráfico. (2009, p. 39)

Analisando a natureza propriamente dita desses comportamentos podemos constatar que há um tratamento desproporcional do Estado quanto a maioria desses delitos, criminalizados de forma seletiva.

Enquanto condutas como a sonegação fiscal são tratadas de forma absolutamente parcimoniosas pelo Estado, o comércio de substâncias ilícitas, mesmo que sem a posse ou o porte de arma, sem a prática de violência ou sem o envolvimento de crianças e adolescentes, gera uma resposta estatal via de regra severa.

Em seu texto, insiste-se na utilização de termos bélicos, como “guerra às drogas”, “combate” aos traficantes, repressão e “eliminação” nas leis penais. A associação explícita entre o tráfico ilícito de drogas e as “organizações criminosas” também reforça esse modelo, pois se considera que estas teriam como objetivo “minar as economias lícitas e ameaçar a segurança e a soberania dos Estados”, além de “invadir, contaminar e corromper as estruturas da Administração Pública...”. O apelo à guerra era emocional e mesmo irracional. Foi com base neste último instrumento de 1988 que se internacionalizou de forma definitiva a política americana de “guerra às drogas”. (Boiteux et al, 2009, p. 19)

A legislação brasileira, então, internalizando a política americana de ‘guerra às drogas’ e considerando hedionda a conduta de comercializar substância entorpecente independentemente da consideração do contexto de prática do crime, eis que os parâmetros do art. 33, §4º da Lei. 11.343/06, que permite a redução da pena e o afastamento do caráter hediondo do crime, são excessivamente subjetivos para permitir seu adequado reconhecimento, tem levado ao aprisionamento indivíduos com baixo envolvimento em práticas criminais, expondo-os a uma maior influência em favor de crime, conforme se pode perceber na nossa pesquisa, que indicou uma forte associação diferencial durante o cumprimento da pena. Houve indivíduos, a exemplo de Tião, que somente passaram a se envolver diretamente no tráfico após o período em que permaneceram presos.

Rosa vê no atual formato jurídico-legal de definição acerca de quais condutas devem ser consideradas tráfico de drogas o fenômeno de *criminalização da pobreza*:

Tendo em vista que a legislação brasileira não define claramente a quantidade exata de substâncias psicoativas ilícitas apreendidas pela polícia federal na atribuição do crime denominado de tráfico de drogas, constato a validade da tese elaborada por certos pesquisadores da criminologia crítica fundamentada na ideia de que a criminalização da pobreza pode ser verificada como um fenômeno mundial; e que, no Brasil, acaba ganhando destaque, sobretudo, através da “guerra contra as drogas”, na qual a maior parte da população encaminhada para o sistema carcerário compartilha uma cultura muito próxima – inclusive permeada pelo consumo de substâncias psicoativas tidas como ilegais. (2014, p. 293).

Além do apontado fenômeno da *criminalização da pobreza* apontado por Rosa (2014), que permite uma incriminação preventiva de significativa parcela da população brasileira, majoritariamente negra e localizada na base da pirâmide social, a política de ‘guerra às drogas’, largamente defendida e estimulada, torna a relação *polícia x comerciantes de drogas* altamente tensa e conflituosa, o que leva à um elevado número de mortes de ambos os lados, além de favorecer a corrupção policial, pois policiais mal remunerados passam a entrar em contato estreito com traficantes com algum nível de lucro e dispostos a assumir o custo da corrupção policial para manter sua atividade, encontrando espaço em tal prática com o sucateamento e baixo investimento na atividade policial. De acordo com Boiteux et al:

A seletividade do sistema penal foi confirmada na presente pesquisa. No caso dos crimes de droga, conforme analisa Álvaro Pires, não há um desvio conflitual entre um ato e uma vítima, sendo a ação pró-ativa das autoridades (flagrantes e incursões policiais) que produzem uma série de efeitos perversos no próprio funcionamento do sistema jurídico, como o problema da corrupção, que constitui a forma de intervenção da polícia no limite da legalidade. (2009, p. 43)

Conforme as autoras, as polícias atuam de forma seletiva e com frequência passam a se associar aos traficantes, conforme relatado por diversos entrevistados no grupo de controle, que afirmaram que chegavam a pagar valores para policiais a fim de exercerem a traficância sem interferência.

A política de ‘guerra às drogas’ instituída e largamente defendida por variados setores da sociedade não somente favorece a corrupção de policiais como torna a relação existente entre a polícia e os comerciantes de drogas ilícitas altamente tensa e violenta. Um achado interessante na pesquisa é que, dentre os entrevistados que relataram informações negativas em relação à polícia, a maioria destes eram pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, enquanto aqueles que cometiam assaltos em regra tinham uma opinião positiva da polícia militar.

No grupo de controle, conforme será detalhado no próximo capítulo, surgiram elementos mais contundentes em relação à forma de atuação da polícia militar, com relatos variados de práticas de corrupção e atos de violência por militares, diversamente dos entrevistados de Piúma/ES, onde surgiram raros e menos graves relatos negativos quanto à polícia militar. Foi possível perceber, no entanto, no grupo de controle, que tais relatos via de regra surgiram de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, enquanto aqueles que se envolveram com roubo tinham poucos relatos negativos em relação à polícia militar, assemelhando-se às informações obtidas com o primeiro grupo.

Se tal distinção entre os dois grupos (*entrevistados de Piúma/ES x entrevistados do grupo de controle*) se deveu a algum grau de contaminação das entrevistas neste ponto em razão de minha posição de promotor de Justiça ou por se tratar de um grupo policial distinto, que pode apresentar uma forma de atuação diferenciada (*pm do interior x pm da capital*), a pesquisa não consegue apresentar uma resposta precisa, sendo possível a incidência de ambos os fatores para justificar a diferença surgida quanto a este tema. A questão, entretanto, que pretendemos chamar atenção neste momento é para a diferença dos relatos entre os envolvidos no tráfico de drogas e aqueles que praticavam assalto no grupo controle.

Foi nítido como as informações mais negativas em relação à polícia militar se avolumavam quando a entrevista ocorria com alguém que se envolveu no tráfico, enquanto tais elementos escasseavam quando se tratava de alguém que praticou apenas assaltos. Tais diferenças podem se explicar exatamente em razão dessa política de ‘guerra às drogas’ assumida pelo governo e

pelas polícias, que faz com que os policiais passem a perseguir e abordar com frequência suspeitos de tráfico, enquanto os assaltantes são perseguidos e presos apenas quando o ato é flagrado. ‘Praticantes do 157’ não são constantemente abordados pela polícia militar pelo simples fato de que não há como identificá-los tão facilmente, já que seus crimes não são limitados territorialmente. Ao contrário, eles saem de seu território para praticá-los e, quando são presos em flagrante, com frequência não questionam a atuação da polícia, que agiu para coibir e prevenir um crime que nem mesmo os envolvidos justificam logicamente sua prática.

Foi possível perceber que, enquanto o traficante exerce essa atividade de forma rotineira e em um território estabelecido, o recurso ao assalto ocorre para vários envolvidos de forma excepcional. Fabiano relatou que assaltou ao perceber que trocou um celular recebido de seu patrão por *crack*; Sander contou que assaltou porque teve seu celular furtado em sua casa; José Antônio disse que praticou um assalto ao perceber que gastou o pouco dinheiro que tinha para sua família em um baile funk; alguns entrevistados do grupo controle relataram que recorreram ao assalto em razão de uma perda de carga de droga, necessitando de dinheiro imediato para pagar ao gerente da boca pela perda que sofreram.

Não se percebeu, então, o assaltante contumaz nos relatos obtidos, diferentemente do traficante, que realiza o comércio com frequência e em um local delimitado, o que o torna alvo frequente de incursões e operações por parte da polícia militar, que passa a agir de forma muitas vezes a incriminá-lo preventivamente, já que pode se tratar de um mero usuário ou de alguém que abandonou o tráfico e que passa a ser constantemente tido como traficante e abordado como tal, o que se constitui no processo de *sujeição criminal*, conforme Misse (2010)²⁶.

É importante registrar que quando digo baixa tensão evidentemente que não excluo as constantes trocas de tiro existentes em momentos de perseguição logo após o cometimento de assaltos. O assalto e a consequente perseguição quando tal ocorre são evidentemente momentos altamente tensos quando o assaltante opta por fugir ou reagir contra os policiais, podendo causar inclusive morte de ambos os envolvidos na situação.

²⁶ Para Misse, o sujeito é resultado de uma estrutura de poder, havendo espécies de subjetivação que formam um sujeito não revolucionário, não democrático e não igualitário, como o sujeito largamente conhecido como *bandido*, resultado de um processo de acumulação social da violência decorrente da “[...] interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais.” (2010)

Quando digo baixa tensão me refiro à relação existente entre os mesmos, tanto antes do assalto como após. Preso em flagrante, via de regra o assaltante reconhece o equívoco de sua conduta e não guarda, em relação aos policiais, elevado grau de hostilidade, assim como os policiais não o incriminam previamente com abordagens constantes e rotineiras. Diversa, entretanto, é a situação do traficante, constantemente abordado no local onde vive e exerce sua atividade de comércio de drogas, sentindo-se perseguido pelo Estado em seu local de residência por uma atividade que no limite não considera significativamente errada ou grave. Trata-se da venda de substâncias cuja ilicitude é questionável para maiores e capazes, pessoas que tem sua capacidade de entendimento e discernimento preservadas e espontaneamente ‘sobem o morro’ para adquirir substâncias que desejam usar, diferentemente do assalto, conduta cuja ilicitude concordam e que em regra apenas praticam em situações excepcionais, compreendendo como correta e adequada a conduta da polícia de prendê-los e da justiça de condená-los.

Todo esse contexto indica equívocos na forma como o Estado trata o comércio de drogas. Se de um lado o tráfico armado; a ação do fornecedor internacional ou interestadual de drogas; o comércio que envolve crianças e adolescentes merece severa punição, aquela venda individual para maiores e capazes sem a prática da violência ou o uso de arma não encontra justificativa para o tratamento demasiadamente severo que lhe é dado pelo Estado. Assim, conforme Boiteux et al, “[...] se conclui estar o campo jurídico alienado da realidade do fenômeno do comércio de drogas ilícitas.” (2009, p. 44). Para essas autoras, “[...] não há um desvio conflitual entre um ato e uma vítima, sendo a ação pró-ativa das autoridades (flagrantes e incursões policiais) que produzem uma série de efeitos perversos no próprio funcionamento do sistema jurídico, como o problema da corrupção, que constitui a forma de intervenção da polícia no limite da legalidade.” (2009, p. 43)

Este tráfico, então, individual, não violento e desarmado não possui razões intrínsecas que justifiquem a forma demasiadamente severa que é tratado pelo Estado, com a ressalva daquela perspectiva moral que também está na base da criminalização do uso de drogas, conforme debatido no tópico anterior. Este pequeno traficante, então, conforme pesquisa das autoras citadas, apesar de representar percentual significativo dos condenados por tráfico de drogas, tem recebido tratamento semelhante ao dado ao traficante armado, chefe de organização criminosa ou àquele grande fornecedor e transportador de elevada quantidade de entorpecente.

Uma outra questão interessante que surgiu na pesquisa a respeito dos sentidos atribuídos ao tráfico de drogas foi o fato de que a entrada no tráfico de drogas se dá, para o jovem, em grande

medida em razão de sua percepção de que o mercado formal e legal está fechado para as crianças e adolescentes, sendo o mercado ilegal uma alternativa para obtenção de uma renda que permitirá o acesso a bens de consumo desejáveis na fase da adolescência.

Genilson, ao ser perguntado se antes de entrar no tráfico chegou a procurar uma oportunidade de trabalho regular, relatou que não, que “era mais difícil pra nós que era menor”, que “menor não tinha oportunidade” (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18), motivo pelo qual nem chegou a procurar.

A falta de acesso de jovens ao mercado regular, sob uma falsa impressão de que o exercício de atividade laboral é vedado ao jovem, aparentemente se constitui, pelo que foi possível perceber na pesquisa, em um relevante fator a impulsioná-lo para o tráfico. Há um grande desconhecimento acerca da figura do jovem aprendiz, assim como é pouco fiscalizada a aplicação da Lei nº 10.097/00²⁷.

Tais jovens, então, vivendo em ambientes materialmente precarizados e impulsionados pelo desejo de acesso a certos bens de consumo veem no tráfico a principal alternativa para suprir suas necessidades típicas da juventude, havendo pouco conhecimento e acesso às vagas de aprendizes, que muitas vezes sequer são abertas.

A partir da análise dos achados obtidos é possível perceber que faltas materiais se constituem em um dos principais fatores para motivar a prática do tráfico de drogas. Quando o entrevistado se encontrava em um contexto em que suas necessidades materiais eram supridas, tendiam menos a ingressar nesta atividade, a exemplo de João Cláudio, que relatou que caso não tivesse seu trabalho à época dos fatos certamente teria ‘entrado mais pesado’ no tráfico, e Kennedy, que afirmou nunca ter entrado no tráfico e que sempre teve ‘as coisas’, ‘um dinheiro’, que sua mãe sempre lhe dava ‘tudo’, não precisando pagar sequer água e luz quando passou a viver com sua companheira. Sua mãe dizia, segundo ele: ‘não quero dinheiro seu não. Dinheiro seu, que você fizer, é pra você, pra comprar suas coisas’. (trecho de entrevista a mim concedida por Kennedy, Piúma/ES, 31/01/19).

²⁷ O art. 429 da Lei 10.097/00 dispõe que os “[...] estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.”, definindo que qualquer adolescente maior de 14 (catorze) anos pode ser contratado como aprendiz.

Neste tópico da pesquisa realizada foi bastante interessante comparar a realidade do entrevistado Luís, traficante de drogas da classe média de Vitória e residente em um bairro desta classe, e o contexto do tráfico, por exemplo, de Renato, morador de localidade periférica na capital. Enquanto o primeiro relatou nunca ter sido abordado pela polícia e nunca ter tido ou manuseado arma de fogo, chegando a alugar um apartamento para manter em depósito as drogas que vendia, ter pessoas trabalhando para si e ter sido preso apenas ao se deslocar a Manaus de avião para trazer cocaína para revenda, o segundo traficava armado, já matou usuários por dívida de drogas e relatou casos de policiais corruptos, que recebem dinheiro para deixar traficar e que plantam drogas e armas para incriminar desafetos.

A mesma conduta, então, praticada em contextos sociais tão distintos, gera formas de intervenção do Estado diversas, violenta e corrupta em um caso e pontual e isolada em outro.

De fato não se deve desconsiderar que existem contextos distintos e que, no caso da realidade de Renato, possivelmente está presente uma sociabilidade profundamente impregnada de violência, conforme Machado da Silva (1999), o que não ocorre no caso de Luís. A questão é em que medida o Estado, criminalizando exageradamente certas condutas de moradores da periferia, incriminando-os preventivamente e agindo de forma corrupta e violenta mesmo perante pessoas pouco envolvidas em ilícitos, contribui para o aprofundamento e manutenção desta cultura de violência estabelecida e socializada nesses contextos.

3.4 – ESCOLHA RACIONAL?

No trabalho realizado percebeu-se, dentre os entrevistados, que a ação delitiva ocorreu a partir de uma baixa ponderação entre possíveis ganhos e perdas, sem uma profunda racionalidade a respeito da ação empreendida.

Tanto na primeira fase da pesquisa, com entrevistados residentes em Piúma/ES, como no grupo controle, com residentes na Grande Vitória/ES, os crimes praticados pelos entrevistados, em sua grande maioria, eram crimes patrimoniais ou tráfico de drogas, havendo alguma diferença na dinâmica das práticas destes crimes, mas ambos apresentando um grau de baixa racionalidade e ponderação para o cometimento do crime, mas com nuances diferentes.

Quanto ao crime de roubo, que predominou nas histórias daqueles que se envolveram em crimes patrimoniais, os relatos em regra eram de uma decisão pouco refletida para a entrada no crime, fazendo-o em regra a partir do convite de amigos.

Gary S. Becker publicou no ano de 1968 um importante trabalho, cujo título era *Crime and Punishment: An Economic Approach*, em que foram estabelecidas as bases da *teoria da escolha racional*, segundo o qual, para o autor, há uma relação direta entre a probabilidade de punição e as práticas criminais, dando ênfase àquela variável na análise a respeito dos fatores relacionados ao cometimento de delitos, a partir de uma perspectiva de análise racional do agente quanto aos prós e contras, centrado no fator risco da punição, para a decisão pelo cometimento ou não do crime.

O próprio Becker reconhece que agentes de determinados crimes, como homicídios e roubos, podem agir com uma elevada carga de impulsividade:

Às vezes, é possível separar as pessoas que cometem a mesma ofensa em grupos que têm respostas diferentes às punições. Por exemplo, supõe-se que assassinos de crimes não premeditados ou ladrões ajam impulsivamente e, portanto, não respondam ao tamanho das punições; da mesma forma, os loucos ou os jovens provavelmente são menos afetados do que outros infratores por consequências futuras e, portanto, provavelmente menos intimidados por aumentos na probabilidade de condenação ou na punição quando condenados.²⁸ (1968, p. 189, tradução nossa)

Becker excepciona, então, sua teoria para determinadas espécies de crimes ou sua prática em determinadas circunstâncias, o que foi confirmado em nossa pesquisa, eis que, utilizando como exemplo os envolvidos em roubo, estes relataram em regra uma ação de inopino e pouco refletida.

Sander relatou que praticou um roubo após perceber que teve a quantia de R\$ 800,00 furtada em sua residência, agindo sob o efeito de álcool e cocaína; Anderson cometia furtos para usar droga sem medir as consequências, conforme afirmou; José Antônio informou que praticou um roubo após perceber que gastou todo seu dinheiro em um baile *funk*, dizendo que no momento do crime ‘o cara fica cego’; Fabiano disse que praticou um roubo ao perceber que havia ‘fumado’ um celular que ganhou do patrão, ou seja, trocou por pedras de *crack*, saindo à procura

²⁸ Sometimes it is possible to separate persons committing the same offense into groups that have different responses to punishments. For example, unpremeditated murderers or robbers are supposed to act impulsively and, therefore, to be relatively unresponsive to the size of punishments; likewise, the insane or the young are probably less affected than other offenders by future consequences and, therefore, probably less deterred by increases in the probability of conviction or in the punishment when convicted.

de uma vítima para roubar um celular e o patrão não perceber que havia tido uma recaída e trocado seu celular por drogas; Eder contou que roubou porque trabalhou por dois meses e não recebeu o pagamento do que lhe era devido; Guilherme relata que aceitou um convite de um amigo para roubar, gostou e continuou na atividade, dizendo que “eu nunca parei pra pensar nesses negócios assim. Nunca parei assim pra pensar em nada não, assim não” (trecho de entrevista a mim concedida por Guilherme, Vitória/ES, 23/08/19); Cristóvão afirmou que se “tivesse parado e pensado antes, eu não tinha cometido. Foi uma coisa muito rápida.” (trecho de entrevista a mim concedida por Cristóvão, Vitória/ES, 30/08/19), tendo aceitado o convite de amigos para roubar.

Como dito, então, pelo próprio Becker, e verificado em nossa pesquisa, a *teoria da escolha racional* não se presta para auxiliar na compreensão de crimes de roubo, havendo baixíssima ou, na maioria das situações, nenhuma ponderação entre os ganhos esperados e o risco de punição pelo crime praticado.

Cabe, entretanto, uma análise a respeito do grau de aplicação da teoria de Becker para a prática de um outro delito que se mostrou bastante comum nas histórias relatadas, qual seja o tráfico de drogas.

O comércio de substâncias ilícitas possui uma dinâmica bem distinta da prática do roubo, e é muito comum que envolva agentes distintos, salvo situações excepcionais.

Os indivíduos que se envolvem no tráfico de drogas via de regra o fazem com algum grau de permanência ou continuidade. A conduta de vender drogas geralmente dura algum tempo, o que pode variar de semanas a meses e até anos. A pessoa que passa a vender drogas pode levar algum tempo neste comércio até sua prisão ou eventualmente o abandono da prática, diferentemente do indivíduo que pratica o roubo, que pode praticá-lo por poucas oportunidades, até mesmo cometer um único crime, até sua prisão ou desistência. Como todos nossos entrevistados haviam sido presos, então em regra o cometimento dos crimes se prolongou até a prisão.

Tal diferença pode indicar que, para a permanência no cometimento do tráfico de drogas, o indivíduo necessariamente realizou uma profunda ponderação entre ganhos e perdas, vantagens e riscos, decidindo prosseguir no comércio por entender que os lucros superam as possibilidades de punição, conforme dito por Becker:

Praticamente todas as diversas teorias concordam, no entanto, que, quando outras variáveis são mantidas constantes, um aumento na probabilidade de condenação ou punição se condenado geralmente diminui, talvez substancialmente, talvez de maneira negligenciável, o número de ofensas que ele comete.²⁹ (1968, p. 176, tradução nossa)

E a respeito da *teoria da escolha racional*, cujo campo de aplicação em relação ao tráfico de drogas ora discutimos, prossegue o autor:

A abordagem adotada aqui segue a análise usual de escolha dos economistas e assume que uma pessoa comete uma ofensa se a utilidade esperada para ele exceder a utilidade que poderia obter usando seu tempo e outros recursos em outras atividades. Algumas pessoas se tornam "criminosas", portanto, não porque sua motivação básica seja diferente da de outras pessoas, mas porque seus benefícios e custos diferem. Não posso fazer uma pausa para discutir as muitas implicações gerais dessa abordagem, exceto para observar que o comportamento criminoso se torna parte de uma teoria muito mais geral e não requer conceitos ad hoc de associação diferencial, anomia e afins, nem assume conhecimento perfeito, cálculo rápido como um raio ou qualquer outra caricatura da teoria econômica.³⁰ (BECKER, 1968, p. 176, tradução nossa).

Becker, então, desprezando conceitos como *associação diferencial* e *anomia*, defende uma relação direta entre probabilidade de punição e cometimento de crime, indicando que o agente realiza um cálculo benefício/custo para a prática criminosa. Para a teoria que sustenta:

existe uma função que relaciona o número de infrações cometidas por qualquer pessoa à sua probabilidade de condenação, à sua punição em caso de condenação e a outras variáveis, como os rendimentos disponíveis para ele em atividades legais e outras atividades ilegais, a frequência de detenções por incômodo, e sua vontade de cometer um ato ilegal.³¹ (1968, p. 177, tradução nossa).

Becker sustenta, ainda, que o risco de punição tem um efeito mais significativo para desestimular a prática de crimes do que a punição propriamente dita, ou seja, um indivíduo estaria mais propenso a não cometer crimes a partir de um elevado risco de ser punido do que em razão de uma punição efetivamente sofrida.

²⁹ Practically all the diverse theories agree, however, that when other variables are held constant, an increase in a person's probability of conviction or punishment if convicted would generally decrease, perhaps substantially, perhaps negligibly, the number of offenses he commits.

³⁰ The approach taken here follows the economists' usual analysis of choice and assumes that a person commits an offense if the expected utility to him exceeds the utility he could get by using his time and other resources at other activities. Some persons become "criminals," therefore, not because their basic motivation differs from that of other persons, but because their benefits and costs differ. I cannot pause to discuss the many general implications of this approach, except to remark that criminal behavior becomes part of a much more general theory and does not require ad hoc concepts of differential association, anomie, and the like, nor does it assume perfect knowledge, lightning-fast calculation, or any of the other caricatures of economic theory.

³¹ there is a function relating the number of offenses by any person to his probability of conviction, to his punishment if convicted, and to other variables, such as the income available to him in legal and other illegal activities, the frequency of nuisance arrests, and his willingness to commit an illegal act.

A partir da análise do material coletado em nossa pesquisa, é possível perceber uma aplicação bastante limitada da *teoria da escolha racional* de Becker também para os entrevistados envolvidos no tráfico de drogas.

Leandro afirma que traficava e “não pensava em mais nada”, “só no hoje”, “vendendo ali, você não pensa em mais nada. Só pensa no dinheiro. (...) Enquanto você tá vendo o dinheiro entrando, você não pensa em nada, cara. É só para aquilo...” (trechos de entrevista a mim concedida por Leandro, Piúma/ES, 18/12/18); Renato relata que vendia drogas ‘sem pensar na consequência’, para ‘curtir rock’, usar cocaína e maconha, relacionar-se com mulheres etc; João disse que pensava apenas no dinheiro que recebia, gastando com roupa, sair para comer e usar drogas, sem fazer nenhum tipo de análise de risco; Luís contou que o comércio de drogas que praticou foi pouco pensado, era “o dia de hoje e mal, mal o dia de amanhã”; “era um dia atrás do outro e a coisa foi crescendo, (...) foi acontecendo.” (trechos de entrevista a mim concedida por Luís, Vitória/ES, 13/09/19); Tião contou que alguns companheiros de prisão, apesar de se demonstrar arrependidos, quando saíam cometiam novos crimes, dizendo que “os caras, sei lá! Não pensa em nada, não tem ninguém pra pensar, mesmo tendo filho, isso e aquilo, mas não pensa em ninguém não. Os caras só pensam em traficar, é doiderada mesmo. Os caras não pensam em ninguém.” (trecho de entrevista a mim concedida por Tião, Piúma/ES, 23/01/19).

É importante registrar que a maioria dos entrevistados, o que é comum com envolvidos com roubo e tráfico de drogas, eram em sua maioria jovens e os crimes praticados remetem a períodos anteriores ao tempo de prisão, quando eram ainda mais jovens, e Becker, quando reconhece os limites da aplicação de sua teoria para agentes envolvidos em determinados crimes, como roubos e homicídios, de caráter mais impulsivo, também o faz quanto a crimes praticados por jovens, que estariam “[...] menos afetados do que outros infratores por consequências futuras e, portanto, provavelmente menos dissuadidos por aumentos na probabilidade de condenação ou na punição quando condenados.”³² (1968, p. 189, tradução nossa).

O que foi possível perceber, assim, inclusive a partir de ressalvas feitas pelo próprio Becker, é a baixa aplicação da *teoria da escolha racional* para os tipos de crimes pesquisados e que se referem a grande parte daqueles ilícitos responsáveis pela elevação dos índices de violência nos municípios brasileiro, quais sejam homicídios, roubos e tráfico de drogas praticados por jovens.

³² less affected than other offenders by future consequences and, therefore, probably less deterred by increases in the probability of conviction or in the punishment when convicted.

O alcance da teoria mencionada para outros delitos, como por exemplo crimes de colarinho branco e tráfico de drogas praticados por indivíduos mais maduros, necessitariam de pesquisas envolvendo esse público, a fim de aferir o grau de racionalidade destes indivíduos e como é feita a avaliação custo/benefício do crime a partir da consideração dos riscos da punição e dos ganhos obtidos, o que não foi o objeto deste trabalho.

Na pesquisa realizada, apesar de não ter sido possível perceber a incidência da teoria preconizada por Becker no público estudado, constatou-se que um maior nível de ponderação entre ganhos e perdas com o crime ocorre após o cumprimento da pena, em que o indivíduo avalia todo o sofrimento causado à família e a si próprio, a exemplo do afastamento do convívio com os filhos.

Não foi possível perceber, assim, uma prevalência do *risco da punição* em comparação com a *punição sofrida*, pelo contrário, o risco da punição, que é bastante significativo em relação ao tráfico de drogas, em razão da reduzida exigência probatória para uma condenação e a possibilidade da prática de atos de arbitrariedade policial, conforme se discutirá na seção 4.2, não é significativo para o desestímulo para a prática do crime, mesmo considerando que os lucros em regra são baixos. A punição, por outro lado, mesmo que não assuma a importância que geralmente se espera dela em relação ao desestímulo para a prática do crime, como será discutido na seção 4.1, tem mais importância do que o mero risco da punição.

O que foi possível perceber na pesquisa foi a prevalência de faltas materiais, de condições de vida precárias e de situações de profunda privação como fatores que se encontram na base dos crimes cometidos.

Isso não significa que não haja algum grau de racionalidade na decisão para o ingresso no crime. O que foi possível perceber é que questões situacionais, da realidade e do contexto vividos tem grande relevância para o envolvimento ou não do indivíduo no crime, sendo a sua decisão absolutamente impregnada desses aspectos. A análise das trajetórias dos entrevistados José Antônio e João são bastante interessantes para perceber essas questões. Enquanto aquele vivia uma realidade de completa tensão familiar, vivenciando alcoolismo do pai e agressões deste contra a mãe, não se envolveu em crimes enquanto vivia em um local que considerava ‘canto de roça’, passando a se envolver em roubos e tráfico quando se mudou para a localidade de ‘Kelson’, em Belford Roxo/RJ. João, por sua vez, passou a traficar para uma boca de fumo localizada em frente a sua residência mesmo vivendo um ambiente familiar harmônico, tendo suas necessidades materiais devidamente supridas e oportunidade de trabalho. O nicho

ecológico, ambiental, então, é absolutamente relevante para o envolvimento do indivíduo em crimes. A respeito desse aspecto, vale citar Wikström:

O mecanismo situacional que liga as pessoas e seus ambientes imediatos às suas ações é o processo de percepção-escolha (ver Wikström 2006: 76-84). Este é o processo causal básico que explica a ação humana. O processo de percepção-escolha é iniciado e guiado por aspectos relevantes da interação entre uma pessoa e o ambiente imediato (a parte do ambiente que a pessoa naquele momento específico pode experimentar com seus sentidos). O processo de percepção-escolha é crucial para o resultado da ação, porque a percepção (a informação seletiva que obtemos de nossos sentidos) vincula a pessoa ao ambiente e a escolha (a formação da intenção de agir de uma maneira ou de outra) vincula a pessoa à sua ou suas ações. Que ação ocorre depende de que tipo de pessoa ele é e que tipo de cenário ele está participando.³³ (2017, p. 511, tradução nossa).

Prevalece, também, aspectos ligados à oportunidade como relevantes nestas trajetórias de práticas de delitos. Indivíduos com poucas oportunidades de autodesenvolvimento educacional, profissional, artístico, esportivo etc encontram-se frequentemente perante oportunidades viciosas, de prática de toda a sorte de desvios, como abandono escolar, uso de drogas, álcool, pequenos furtos e início da atuação na condição de *vapores*, prevalecendo todos esses aspectos na escolha dos indivíduos e afetando a possibilidade de realização de uma escolha mais virtuosa, que comumente não se encontra disponível. Pensar em uma atuação ponderada, em que se avalia conscientemente os prós e os contras da opção pelo crime, se apresenta utópica e irreal, não havendo sequer consideração quanto aos riscos cada vez maiores de uma punição pelos crimes cujas práticas inicia.

Quando analisamos a ação humana, os gatilhos são tipicamente o resultado da interseção e interação de pessoas (propensões) e lugares (estímulos ambientais), contra o pano de fundo de motivações (tentações ou provocações), que colocam em movimento um processo (mental) resultar em uma ação.³⁴(WIKSTRÖM, 2017, p. 507, tradução nossa)

³³ The *situational mechanism* that links people and their immediate environments to their actions is the perception-choice process (see Wikström 2006: 76-84). This is the basic causal process that explain human action. The perception-choice process is initiated and guided by relevant aspects of the interaction between a person and the immediate environment (the part of the environment that person at that particular moment can experience with his or her senses). The perception-choice process is crucial for the action outcome because *perception* (the selective information we get from our senses) links the person to the environment and *choice* (the formation of the intention to act in one way or another) links the person to his or her actions. What action take place depends on what kind of person he or she is and what kind of setting he or she is taking part in.

³⁴ When we analyze human action, triggers are typically the result of the intersection and interaction of people (propensities) and places (environmental inducements), against the backdrop of motivations (temptations or provocations), that set in motion a (mental) process that result in an action.

Relevante, também, nesse contexto, o processo da associação diferencial, discutido na seção 3.1 e desprezado por Becker em sua análise predominantemente econômica do fenômeno do crime, conforme trecho citado acima (1968, p. 176).

Como dito, então, não se afasta a incidência de uma racionalidade, mas que é mitigada por todos esses aspectos, apresentando-se mais robusta em circunstâncias em que o indivíduo vislumbra que há efetivamente o que perder com o envolvimento em crimes, como o risco de afastamento do convívio familiar, muito presente com o nascimento do filho, largamente percebido nos achados descritos na seção 2.5 e analisados na seção 3.1.

Sem afastar a escolha e a decisão tomada por cada entrevistado, a possibilidade de racionalidade e ponderação dessa escolha é profundamente prejudicada e fragilizada por condições de vida altamente precarizadas, levando essas pessoas a construir suas histórias não como querem e não sob as circunstâncias que gostariam. De acordo com FREITAS, “[...] eles se percebem como membros ativos nesse processo [de escolha de suas trajetórias de vida], apesar de saberem que não controlaram ou não controlam a completude de seus elementos.” (2019, p. 189).

Neste mesmo sentido temos Wikström:

A teoria da escolha racional, indiscutivelmente, tem limites quando se trata da explicação da ação humana, como os atos de crime. O processo de escolha é tratado tipicamente como deliberativo (ponderando prós e contras) e orientado para o futuro e para os resultados, ignorando, assim, a importância de processos de escolha mais automatizados (habituais) que geralmente guiam a ação humana. A teoria da escolha racional também assume tipicamente que as ações das pessoas são dirigidas pelo interesse próprio, embora essa não seja uma suposição necessária de uma perspectiva de escolha racional, como apontado por Elster (2007: 1993). No entanto, a ação humana não se trata apenas de otimizar vantagens pessoais, mas também pode ser motivada por motivos e compromissos pró-sociais. Sem negar que as pessoas fazem escolhas racionais (quando deliberam) e que o interesse próprio, às vezes, desempenha um papel na causa do crime, é questionável se a teoria da escolha racional fornece uma boa base para a teoria criminológica. (for a discussion, see, e.g., Wikström and Treiber 2015)³⁵ (WIKSTRÖM, 2017, p. 508, tradução nossa)

³⁵ Rational choice theory, arguably, has limits when it comes to the explanation of human action, such as acts of crime. The process of choice is typically treated as deliberative (weighing pros and cons) and future and outcome-oriented, thereby, ignoring the importance of more automated (habitual) choice-processes that commonly guide human action. Rational choice theory also typically assumes that people’s actions are driven by self-interest, although this is not a necessary assumption of a rational choice perspective as pointed out by Elster (2007: 1993). However, human action is not only about optimizing personal advantage but may also be driven by prosocial motives and commitments. Without denying that people make rational choices (when they deliberate) and that self-interest, at times, play a role in crime causation, it is questionable whether rational choice theory provides a good foundation for criminological theory (for a discussion, see, e.g., Wikström and Treiber 2015)

A respeito dos fatores que explicam o comportamento humano, e no caso que nos interessa, a entrada dos entrevistados numa circunstância de práticas criminais, Elster (2015) traz alguns conceitos úteis para nossa análise.

Elster traz o conceito de *push x pull*, comparando razões que podem fazer o indivíduo agir para evitar uma situação (*push*) ou adotar uma conduta impelido pelo desejo preponderante de alcançar uma outra realidade (*pull*). O que preponderaria em cada situação, fatores que impelem o indivíduo para escapar de um contexto, importando menos a situação a ser alcançada, ou o *status* a ser obtido, não se tratando tanto de uma evitação de uma condição?

Para o autor:

Tipicamente, as pessoas mudam porque comparam a situação em casa e no exterior e descobrem que a diferença é grande o suficiente para justificar uma mudança, mesmo levando em conta os custos da mudança em si. No entanto, pode fazer sentido distinguir *push motives* de *pull motives*, quando os primeiros estão mais próximos de uma atuação mais visceral e os posteriores mais próximos de uma ação racional.³⁶ (ELSTER, 2015, p. 76, tradução nossa)

Segundo Elster, motivos que fazem com que o indivíduo ponha a evitação de uma situação em primeiro lugar estão mais relacionados a ações emocionais, cabendo fazer um paralelo com as práticas de roubo pesquisadas, quando os entrevistados agiram para sair de uma dada situação enfrentada, pouco considerando a respeito da condição em que poderiam estar se colocando.

João relatou que optou por roubar porque perdeu uma carga de droga para a polícia e precisava de dinheiro rápido para pagar o traficante a quem devia; José Antônio gastou tudo que tinha em um baile *funk* e percebeu que não poderia voltar para casa sem dinheiro porque faltaria para comprar o leite de sua filha recém-nascida, cometendo um roubo para repor a quantia; Sander saiu para praticar um roubo ao perceber que teve R\$ 800,00 furtado em sua casa; Fabiano ‘fumou’ o celular que ganhou do patrão e saiu para roubar outro para repor e para que o patrão não percebesse; Eder praticou um roubo porque não recebeu por dois meses de trabalho prestado.

Todos eles agiram, então, para escapar de uma situação excepcional e grave, prevalecendo o *push* em detrimento do *pull*, que ocorreria de forma mais racionalizada visando alcançar uma condição efetivamente mais confortável do que aquela em que estariam vivendo. Tal não

³⁶ Typically, people move because they *compare* the situation at home and abroad and find that the difference is big enough to justify a move, even taking account of the costs of the move itself. Yet it can make sense to distinguish push motives from pull motives, when the former are closer to the visceral end of the continuum and the later closer to the rational end.

ocorreria com os entrevistados mencionados, que continuariam vivendo suas condições de vida precárias após resolver aquelas situações emergenciais.

É interessante quando Elster afirma que uma decisão ocorre quando é possível comparar duas situações e perceber qual oferece maiores vantagens. Dentro do nível de racionalidade inerente a todo agente, que não alcança aquele nível proposto por Becker nos casos estudados, a opção pelo crime como a mais vantajosa, em se tratando de crimes de poucas vantagens como o tráfico e o roubo, que em regra não gera ganhos tão elevados, pelo menos no caso do *vapor* na base da hierarquia, somente ocorre em condições de vida altamente precárias, em que qualquer benefício vislumbrado já significa uma vantagem em relação àquela condição vivida.

Outro conceito útil para a nossa pesquisa é o de *conflito motivacional* (ELSTER, 2015, p. 77-81, tradução nossa), que discute os critérios e meios utilizados pelo indivíduo para tomar uma decisão quando ele possui razões para ambas as escolhas.

Este conceito traz uma reflexão interessante para o nosso objeto de pesquisa, que é basicamente a prática de crimes patrimoniais, especialmente roubo, e tráfico de drogas. Primeiro é importante perceber que esta decisão se opera de forma diferente quando se trata de tráfico ou roubo.

No caso do roubo, o indivíduo, quando ingressa em sua prática, via de regra possui consideração de que aquela conduta, apropriar-se de um bem alheio, é errada (mesmo que essa consideração varie em graus, o que de fato ocorre), tanto que não é tão comum, conforme ocorreu na pesquisa (em ambos os momentos), o caso do assaltante contumaz, ocorrendo o roubo nas histórias relatadas muito em função de situações excepcionais. A decisão é com frequência tomada em um contexto de crise ou conflito de motivos, optando pelo roubo (e apesar da predominância do aspecto emocional, não excluimos algum nível de racionalidade) para resolver uma situação de crise.

Diferentemente ocorre com o tráfico. Apesar de, como dito, a racionalidade não ser aquela exposta por Becker e também haver muito de atuação impensada e motivada por aspectos existenciais e materiais, o nível de racionalidade existente se opera em um baixo nível de conflito motivacional. O que quero dizer é que o agente não crê, em regra, como em alguma medida ocorre no roubo, no erro e na gravidade de sua conduta. Galdino, que se envolveu em roubos, externou o 'ódio no coração' que sentia por sua mãe ter sido vítima de diversos roubos.

No tráfico o indivíduo em regra não tem esse sentimento porque a conduta de comercializar substâncias ilícitas não é, no íntimo do agente, considerada um fato grave, pois o que faz, quando o tráfico não envolve morte ou outras ações mais graves, de fato não se diferencia significativamente de alguns comportamentos considerados legais, como a venda de álcool ou cigarro. A opção pelo tráfico, então, é facilitada porque este conflito motivacional é enfraquecido pela inevitabilidade do fato de que tal conduta, apesar de considerada pela lei como crime equiparado a hediondo, na prática pode causar muito menos danos que outras ações toleradas e pouco punidas, como a sonegação fiscal, ou possui potencial de danos equivalentes a outras, como a venda de álcool.

Discussões éticas a respeito da motivação para a prática de uma conduta considerada ilícita conduzem, também, a reflexões sobre os parâmetros éticos para a definição sobre qual conduta deve ser considerada ilícita, pois inadequações neste momento podem ser corrigidas quando do comportamento humano, levando o agente à certas práticas criminais eticamente aceitáveis.

Recordo de certo dia em que minha filha, de apenas 06 anos de idade, me perguntava sobre qual era a função da polícia, do advogado, do promotor, do juiz. Ao tentar explicar cada uma das funções, ela passou a dizer, sobre a função da polícia, que se um ladrão ‘pegasse’ um celular de uma pessoa que tinha dois celulares, a polícia não deveria prendê-lo, que errada era a pessoa que tinha dois celulares e que o ladrão, que não tinha dinheiro e que queria ter um celular, não tinha alternativa senão roubar o celular, concluindo que quem deveria ser presa era a pessoa que tinha dois celulares.

Conflitos motivacionais, portanto, que se encontram na base do comportamento humano são profundamente impregnados de questões éticas que podem, de forma absolutamente razoável, justificar a opção do indivíduo por enveredar em certa prática criminal, a exemplo do tráfico de drogas desarmado, com o intuito de obter renda em uma condição de desemprego e precariedade material. Este é um caso em que o conflito é facilmente resolvido a favor do crime, não servindo o risco de punição de fator dissuasório em razão das difíceis condições de vida, tornando uma desejada racionalidade enfraquecida.

Sem desconsiderar a enorme força que contingências materiais possuem nas opções de vida dos entrevistados, alguns aspectos podem também ser analisados em suas práticas, como a noção

de *miopia* trazida por Elster. “A restrição aos benefícios imediatos é uma forma de miopia temporal: o princípio do prazer.”³⁷ (2015, p. 100, tradução nossa).

Esta noção de miopia trazida por Elster é presente não apenas no grupo de egressos pesquisado, como nos egressos residentes em Piúma/E em termos gerais. Como dito na introdução, temos realizado um projeto para a execução penal do município com o fim de capacitar os egressos para ampliar as possibilidades de emprego. Apesar de grande parte deles estar desempregado, pouquíssimos manifestaram interesse nos cursos de capacitação profissionais ofertados.

Se de um lado as demandas de busca diária por alguma ocupação que forneça algum ganho financeiro podem justificar esse desinteresse, por outro lado a dificuldade de fazer planos de médio e longo prazo, com investimento na qualificação pessoal para ganhos futuros, também é um fator presente, eis que o desinteresse atingiu também cursos ofertados fora do horário de trabalho e mesmo quando ampliadas as opções de qualificação. O interesse sempre se manteve baixíssimo, independentemente das condições de oferta dos cursos.

Retornando para os entrevistados, tanto os residentes em Piúma/ES como os moradores da capital, percebe-se um elevado grau de miopia na tomada de decisão. De acordo com Elster:

A existência da capacidade de planejamento a longo prazo não implica que ela será usada. Para que as conseqüências percebidas a longo prazo façam a diferença no comportamento atual, os agentes devem ser motivados a considerá-los. Na linguagem dos psicólogos, eles devem estar prontos para adiar a gratificação. Na linguagem dos economistas, eles não devem estar sujeitos a descontos excessivos no tempo. Os elementos cognitivos e motivacionais são necessários. Se os resultados futuros estiverem envoltos em incerteza, eles não poderão motivar o comportamento presente. Se eles envolvem riscos, sua força motivadora também é atenuada. A capacidade de resultados futuros moldarem o comportamento presente é afetada pelo tempo e pela probabilidade com que ocorrerão. As preferências formais pelas quais elas afetam a escolha são, respectivamente, desconto no tempo e atitudes de risco.³⁸ (2015, p. 102, tradução nossa).

O que pode ser constatado nas histórias relatadas é uma baixa motivação e capacidade de postergar gratificações, especialmente em razão da incerteza dos ganhos futuros. Investimentos

³⁷ The restriction to immediate benefits is a form of temporal myopia: the pleasure principle.

³⁸ The existence of the capacity for long-term planning does not imply that it will be used. For perceived long-term consequences to make a difference for presente behavior, agentes must be *motivated* to take them into account. In the language of psychologists, they must be ready do *defer gratification*. In the language of economists, they must not be subject to excessive *time discounting*. The cognitive and motivational elements are both needed. If future outcomes are shrouded in uncertainty, they cannot motivate presente behavior. If they involve risk, their motivating force is also attenuated. The ability of future outcomes to shape presente behavior is affected both by *the time at which* and by *the probability with which* they will occur. The formal preferences by which they affect choice are, respectively, time discounting and risk attitudes.

em estudo e capacitação profissional, por exemplo, são cercados de incerteza quanto ao efeito que estes investimentos de tempo gerarão no efetivo incremento da qualidade de vida dos egressos. De acordo com Elster: “Para que as consequências futuras das escolhas presentes afetem essas escolhas, o agente deve não apenas ser motivado a considerá-las, mas também ter a capacidade cognitiva de determinar quais serão essas consequências.”³⁹ (2015, p. 111, tradução nossa).

A prática de crime por parte dos entrevistados também possui essa perspectiva. Por que não traficar, o que lhe geraria alguma renda, e permanecer aguardando uma melhora que certamente não chegará e que não pode ser vislumbrada? Não há motivação para escolher diversamente, assim como há baixa capacidade, tanto psicológica como material, de postergar gratificações. Não se decide racionalmente que o crime não compensa. Opta-se intuitiva e pouco racionalmente pela prática delituosa como um caminho rápido para gerar os ganhos esperados e pretendidos. E se algo de pior acontecer e a punição ocorrer, esta será apenas uma continuidade no sofrimento vivido. Não pior, mas tão ruim quanto.

Para se fazer uma escolha, é necessário discernir qual das opções é a melhor. Como esperar que, diante de condições de vida de profunda privação, o indivíduo opte por permanecer naquela situação de sofrimento e carência diárias? De acordo com Elster:

Para garantir que a idéia de "o melhor" seja sempre significativa, também precisamos exigir que as preferências sejam completas: para quaisquer dois resultados, o agente deve poder dizer se prefere o primeiro ao segundo, prefere o segundo ao primeiro, ou é indiferente entre eles. Se ele não conseguir dar nenhuma dessas três respostas, talvez não seja capaz de determinar qual opção é a melhor. ⁴⁰(2015, p. 238, tradução nossa)

Dentro dessa análise o autor traz o conceito de *indeterminação*, segundo o qual o indivíduo será indiferente quanto às opções ofertadas quando os seus efeitos foram indistinguíveis, o que pode ser verificado nas histórias narradas, em que se apresenta difícil para o agente avaliar qual das opções (cometer ou não crime), a partir de uma perspectiva utilitarista e talvez até ética, como dito acima, escolher. Condições de vida precarizadas passam a equivaler aos riscos e incertezas do mundo do crime, tornando ambas as opções equivalentes e, portanto, possíveis.

³⁹ For future consequences of present choices to affect these choices, the agente must not only be motivated to take account of them, but also have the cognitive capacity to determine what those consequences will be.

⁴⁰ To ensure that the idea of “the best” is always a meaningful one we must also require that preferences be *complete*: for any two outcomes the agente should be able say whether he prefers the first to the second, prefers the second to the first, or is indiferente between them. If he is unable to make any of these three responses, he may not be able to determine which option is the best.

Nesse contexto, então, uma maior racionalização e ponderação para a tomada da decisão não se mostra presente. De acordo com Elster, “[...] agentes não são capazes de fazer uma escolha racional em condições de incerteza.”⁴¹ (2015, p. 250, tradução nossa).

A *miopia* é, então, uma “tendência a atribuir menos importância às recompensas no futuro distante do que às recompensas no futuro próximo ou no presente”.⁴² (2015, p. 102, tradução nossa).

Essa postura míope foi bem observada em algumas entrevistas realizadas. Luís afirmou que enquanto vendia drogas era “o dia de hoje e mal, mal o dia de amanhã.” (trecho de entrevista a mim concedida por Luís, Vitória/ES, 13/09/19). Leandro disse que, ao traficar, pensava só ‘no hoje’. Para Elster, os agentes “[...] podem não formar nenhuma expectativa, mas reconhecer a incerteza generalizada sobre o que acontecerá daqui a alguns anos.”⁴³ (2015, 112, tradução nossa).

Relacionado com os conceitos acima discutidos, Elster traz a definição do conceito de *reversão da preferência*:

Também nesses casos, o agente escolhe, de acordo com sua concepção, no momento da escolha, do que mais prefere, considerando tudo. Finalmente, as paixões são capazes de induzir uma mudança temporária de preferência, em virtude de geralmente terem uma expectativa de vida curta (capítulo 8). Eles também podem induzir a reversão da preferência, fazendo com que o agente preste menos atenção ao futuro remoto.⁴⁴ (2015, 108, tradução nossa).

A prática do roubo demonstra essa lógica. Guilherme conta que roubava “na doiderada mesmo. Cachorro doido!” (trecho de entrevista a mim concedida por Guilherme, Vitória/ES, 23/08/19). Galdino, condenado por roubo, fala que “a gente vai ciente que a gente tá fazendo mal para uma pessoa”, mas que a decisão é no momento do convite, “chamou vai” (trechos de entrevista a mim concedida por Galdino, Vitória/ES, 30/08/19). Cristóvão disse que não pensou ao roubar

⁴¹ agents are not able to make a rational choice in conditions of uncertainty.

⁴² tendency to attach less importance to rewards in the distant future than to rewards in the near future or in the present.

⁴³ may not form any expectations at all, but recognize the pervasive uncertainty about what will happen a few years hence.

⁴⁴ In these cases, too, the agente chooses according to her conception *at the moment of choice* of what she most prefers, all things considered. Finally, *passions* are capable of inducing temporary preference change, by virtue of the fact that they usually have a short half-life (Chapter 8). They may also induce preference reversal by causing the agente to pay less attention to the remote future.

e que “se tivesse parado e pensado antes, eu não tinha cometido. Foi uma coisa muito rápida.” (trecho de entrevista a mim concedida por Cristóvão, Vitória/ES, 30/08/19)

O momento da escolha, altamente impregnada de conteúdo emocional, é determinante, então, para a entrada no roubo. É um momento rápido, em que opiniões sobre o erro da conduta são ofuscadas, preferências são momentaneamente alteradas por uma visão de curto prazo e de satisfação imediata.

Neste momento, então, há também uma reversão da previsão de que algo pode sair errado, mitiga-se a possibilidade de punição para reforçar a crença nas vantagens e no êxito da empreitada. Foi comum a repetição da fala ‘dá nada, não’ por parte daqueles envolvidos em roubo referindo-se ao momento da decisão de aderir ao convite para a prática de um assalto.

Elster (2015, p. 108) refere à *fraqueza da vontade* como relacionada a uma postura de ilusão de si e modificação de *crenças*. O agente, então, reforça a crença de que aquela conduta não trará consequências negativas para si, iludindo-se a respeito dos riscos, o que contribui para fragilizar suas convicções sobre o erro de sua conduta. No íntimo ele ainda concorda com a proibição de se apoderar de bens alheios, mas naquele momento essa opinião é relativizada pela possibilidade de uma vantagem imediata.

Para Elster, então, “[...] fazer a melhor escolha significa realizar os desejos, dadas as crenças que o agente possui.”⁴⁵ (2015, p. 244, tradução nossa). A satisfação do desejo, bem verificada na prática do roubo, vem ao encontro da crença, que sofre um processo de adaptação e alteração momentânea em razão de determinadas contingências.

⁴⁵ choosing the best means to realize one’s desires, given one’s beliefs.

4 GRUPO DE CONTROLE

A metodologia utilizada no presente trabalho foi a realização de entrevistas semiestruturadas com egressos do sistema prisional e residentes no município de Piúma/ES, tendo sido realizadas 14 (catorze) entrevistas no período de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019.

As entrevistas se viabilizaram a partir do exercício de minha função de promotor de Justiça, aproveitando-me do contato mais próximo com o público alvo no âmbito de um projeto que temos desenvolvido no município na área da execução penal.

Se de um lado minha condição de promotor de Justiça pode ter auxiliado na viabilidade das entrevistas, por outro lado estas podem ter sido contaminadas por essa informação, fachadas podem ter sido construídas a partir do conhecimento, por parte dos entrevistados, de minha condição profissional.

É importante perceber que não apenas o simples fato de ser promotor de Justiça pode levar a que os entrevistados tenham construído fachadas, mas o fato de ser sido o promotor de Justiça que atuou nos casos pelos quais a maioria foi condenado e ter atribuição para atuar nas guias de execução criminal a que ainda respondiam e em novas ações penais referentes a alguns deles.

Transparecer, então, que se tratava de pessoas ‘de bem’ e ‘recuperadas’ tinha uma relevância muito além daquela fachada usualmente mobilizada por qualquer pessoa na vida cotidiana perante seus iguais. Naturalmente não era desejado que o promotor de Justiça tivesse conhecimento de um passado eventualmente envolto em práticas criminais, além de ser compreensível uma construção de uma fachada virtuosa, em que o reconhecimento da gravidade do erro e de convicções morais sobre o que é o ‘certo’ estavam presentes.

Esta possibilidade não foi aventada inicialmente e também, possivelmente em razão da minha baixa experiência nessa dinâmica, não foi percebida durante suas realizações, sendo identificado o risco de contágio pela banca examinadora no momento da qualificação deste trabalho, o que nos levou a rever os achados obtidos e realizar um grupo de controle a fim de tentar identificar quais achados foram contaminados pela informação de minha condição profissional e o que pode ser considerado válido, até porque um controle total de si mesmo é algo difícil de ser alcançado.

A reavaliação dos achados obtidos na primeira parte da pesquisa após as observações da banca e a leitura da obra de Erving Goffman, *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, já nos

permitiu identificar algumas entrevistas que teriam sofrido um maior grau de contágio, como por exemplo os relatos do entrevistado Edvaldo, que utilizou boa parte de sua entrevista para ressaltar suas virtudes, seu mérito por não ter entrado na ‘vida errada’, o fato de que sempre gostou de trabalhar, de que ouvia ‘conselho de pai e mãe’, em oposição a amigos que desconsideravam os conselhos dos pais, optaram pelo crime e acabaram mortos:

G: E o que você acha que fez a diferença, você ali naquela fase dos quatorze para os dezoito anos, que é a fase complicada para entrar em coisa errada, não é? Você optou para entrar do lado certo, que é estar trabalhando ali com o seu pai, e ganhando o seu dinheiro. Qual foi a diferença entre você e os outros caras que entraram no tráfico, que entraram em coisa errada?

E: Rapaz, a diferença é que sempre, eu nunca gostei, assim, de coisa muito fácil. De chegar: Ah, toma aqui, vamos ali para você ganhar aquilo ali. Então, eu sempre fui mais caseiro. Se me chamasse, era pra descarregar um barco. Nunca fui preguiçoso pra arrumar dinheiro. Falar: “Ah! Vou nada, pra ganhar micharia?!” Então muitos ali procuraram o lado mais fácil. E já teve a oportunidade de estar em outro caminho.

G: Você também já teve.

E: Já tive, já passei muito no vale da morte. Então, eles também passaram, mas não aprenderam. Continuaram. Eu conheço o sobrinho do ex-marido da minha irmã. Morreu novo. E sempre a mãe dele e o pai dele falava. Então, uma coisa que eu aprendi, uma coisa que eu peguei é que conselho de pai e mãe é bom. Sempre eles falam:”- meu filho, não vai em tal lugar. Meu filho, não faz isso (...)

E: Via. Assim, que o pai falava e ele não obedecia, e o pai não era aquele de segurar rédea. O pouquinho que falava e mesma coisa, então... Muitos. Inclusive, um colega meu o pai dele falava e a mãe dele falava: - Filho, vai levar isso ali pra papai, limpa o quintal pra papai. “Ah! Não vou limpar nada não. Ai, dali já ia jogar vídeo game, porque, antigamente, tinha fliperama, que eles falavam. Então, só queria saber disso. E, hoje em dia, está morto. (...)

E: Então, muitos entraram nessa vida porque eles queriam. Não foi porque: “Ah! Não tive opção.” Porque sempre tem opção. Ali em cima ali, sempre, todo ano tem panha de café, tem praia pra trabalhar, tem obra. Então muitos aí optaram por um caminho mais fácil. Uma coisa que eu aprendi o mais fácil, vai fácil. Hoje em dia eu pego o meu dinheiro eu já sei o que eu tenho que fazer, quem eu tenho que pagar. Antes não, antes eu pegava o dinheiro saía com a namorada: “- vamos para a praia.” Mas hoje não, hoje em dia eu penso nos meus filhos, que eu tenho, pago a pensão. Pago a pensão não porque o fórum decidiu, eu pago porque eu e minha ex nunca fomos de ficar discutindo, separamos na boa. Eu saí de casa. Falei: “-Eu tô saindo.” Então, deixei a casa pra ela, tenho uma convivência boa com ela. Que toda a semana as crianças estão lá em casa. Nunca ela me botou na justiça pra pagar pensão. Quando eu tô trabalhando sempre honrei com o meu compromisso. Que agora, olha, esse mês eu tenho que comprar material para três, material de escola. Que eles, graças à Deus, estão tudo estudando direitinho. Quando manda negócio da escola eu mesmo que vou. Eu mesmo que vou lá. Não fui de ficar batendo neles. Dou uns gritou uma vez ou outra pra corrigir. Mas não sou de ficar batendo neles. Minha vida, graças à Deus melhorou muito! Depois que eu levantei a cabeça. Hoje em dia, aonde eu passo os senhores de idade param e conversam comigo. Sempre tem um senhorzinho que fala: “-Ô, nota mil. Em vista do que você era, então hoje dia você vai olhando a confiança que você vai pegando.

G: Então, na sua vida, você percebeu uma grande mudança, né?

E: Meu deus, muito!

G: O que foi determinante para essa mudança? Qual foi o fator principal?

E: O principal pra mudar é que eu tive que abrir o olho pra ver. Minha mãe e meu pai sempre me dando conselho. Sempre via minha mãe triste pelo canto, chorando. Chegava em casa, procurava ela tava no canto, às vezes, assim não queria demonstrar. Mas aquilo ali me cortava o coração por dentro. Então, eu falei: Se eu fizer coisa errada, eu vou parar. E sempre eu falava com minha mãe: “-Mãe, se eu fizer uma coisa errada com a senhora, fala comigo, pra eu tentar mudar. Porque, pô, a mãe é tudo. A mãe e o pai é tudo. Eu vejo hoje uns colegas que não tem pai e mãe que sempre fala: “-Olha, dá valor ao seu pai e sua mãe. Quem dera que tivesse o pai e a mãe hoje.”

G: Então você ter o apoio da família, você perceber que seu pai e sua mãe não te abandonaram, não desistiram de você, foi fundamental para você repensar e mudar de vida, né?

E: Teve uma vez que o dinheiro que ela tinha guardado, que eles estavam preparando para comprar, para reformar a casa, ela gastou com advogado. Então, aquilo ali ela podia pegar o dinheiro dela e deixar guardado, mas, não. Nunca deram as costas para mim sempre tava ali. (...)

G: Então seus amigos nunca conseguiram influenciar você a entrar em crime, né?

E: Não.

G: Mas pela sua cabeça, mas se dependesse dos caras, você entrava?

E: ..se dependesse deles...

G: E você já viu muito amigo entrando?

E: Já vi muito amigo entrando já também.

G: Você que resistia.

E: Eu que resistia não. É que eu via o que estava acontecendo. Que desde o começo da geração, né, os que entravam morriam ou ficava encarqueirado de cadeia, não tinha resultado nenhum. Eu fui botando aquilo na cabeça, não tinha resultado nenhum.” (...)

E.: Eu vi já muitos meninos novos, colegas. Que eles não tinham pai, não tinha mãe, não tinha aquela doutrina certa. Hoje em dia estão tudo aí encarqueirado de cadeia. Então, perde a juventude tudo. Quando sai já sai velho, vai fazer mais o que? Aí, não tem aquela confiança mais. Então, tiro exemplo com o Luizinho, que eu conheço, o irmão dele trabalha no gesso, ele é trabalhador, os dois irmãos já deram para o lado errado. O outro, a mãe e o pai, trabalhadeiro para caramba também. Foram para o lado errado também. Está tudo lá encarqueirado também só deus sabe...” (...)

G: Não gosta ou não tem oportunidade?

E: Não, oportunidade eu falo que tem. Só não procura. Que oportunidade não vai bater na porta não. Se não levantar da cama e procurar um emprego, você não vai conseguir não. (trecho de entrevista a mim concedida por Edvaldo, Piúma/ES, 24/01/19)

No final da entrevista a representação se torna tão forte que deixa de ser uma entrevista sobre relatos de sua própria experiência e passar a ser uma opinião sobre a vida dos demais jovens de seu convívio, quase que um discurso sobre o ‘certo’ e o ‘errado’:

E: Mas a pessoa tem que ver que o que vem fácil, vai fácil. Então, eles foi muito isso. As meninas: “Ah, não. Não sei o quê. Mordomias e não sei o quê. Dar luxo. Quer dinheiro. Então vai optar pelo lado mais fácil. Mas hoje eu tenho certeza que eles estão pensando lá dentro, porque as namoradas que eles tinham já estão com os outros. Já estão com outros e eles estão lá dentro lá. E de que adiantou não tem nada na mão, não tem uma casa, não tem um nada. O que deu? O que essa vida boa deu para eles? Só cadeia. Então, tenho certeza que quando eles saírem de lá vão pensar certo, vão pensar duas vezes antes de querer voltar de novo. Porque cada ano vai passando, a vida vai passando.

G: Então, você tinha a noção ali de que tudo isso era errado? Você também nunca entrou no tráfico ali, no roubo, porque você tinha isso em você, de que isso era uma coisa errada? Que nem todo mundo tem, né? Tem cara que acha que o tráfico é...

E: Eu vejo muitos ali que não conseguiram nada. Não conseguiu nada com essa vida errada. Hoje em dia eu tiro a base, eu sou um cara trabalhador, aqueles que mexe com droga ali, vê se ele tem alguma coisa? Não tem nada. Só tem inimizade, nome sujo. Eles fala que a polícia persegue a toa, mas não é. Todo dia, a polícia passa, está naquele lugar. Passa hoje, está naquele lugar. Passa. Então, tá fazendo o quê ali? Então: “- Ah, não, estou aqui, sentado e polícia me aborda atoa, mas não é. (...) Tipo, para eles estar no tráfico, eles são os caras. São os bravos, os valentão. Eu fico olhando, a pessoa. – “Ah, fulano não conversa comigo com medo, mas não é. É que eu tenho confiança, tenho respeito. Eu vejo muitos ali no bairro. Eu subo de noite, quando eu desço de madrugada, eu vejo, no escadão, aquele monte. Cada menininha novas, tudo com futuro, podendo arrumar um cara trabalhador. Não, estão ali naquele meio. E umas meninas nova. De quatorze, dezesseis anos. (trecho de entrevista a mim concedida por Edvaldo, Piúma/ES, 24/01/19)

De acordo com Goffman, quando “[...] um indivíduo se apresenta diante de outros, consciente ou inconscientemente projeta uma definição da situação, da qual uma parte importante é o conceito de si mesmo”. (2014, p. 260). E afirma:

Para o objetivo deste trabalho, a interação (isto é, interação face a face) pode ser definida, em linhas gerais, como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata. Uma interação pode ser definida como toda interação que ocorre em qualquer ocasião, quando, num conjunto de indivíduos, uns se encontram na presença imediata de outros. O termo “encontro” também seria apropriado. Um “desempenho” pode ser definido como toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes. Tomando um participante particular e seu desempenho como um ponto de referência básico, podemos chamar aqueles que contribuem com os outros desempenhos de plateia, observadores ou coparticipantes. O padrão de ação preestabelecido que se desenvolve durante a representação, e que pode ser apresentado ou executado em outras ocasiões, pode ser chamado de um “movimento” ou “prática”. (2014, p. 28)

A partir de Goffman pudemos perceber que Edvaldo realizou, em grande parte da entrevista, uma encenação. De acordo com seus relatos é possível perceber que era ‘brigão’, abandonou a escola no início da adolescência (4ª série), usava maconha na adolescência, tomou tiro de um desafeto do pai, andava armado e foi preso por porte, procurando demonstrar, no entanto, que era uma pessoa que não se envolvia em delitos e tinha um comportamento adequado, o que possivelmente indica uma construção de fachada em relação a seu envolvimento em ilícitos.

Outra entrevista que também fora percebida como altamente contaminada e impregnada de elementos e posturas de construção de fachada foi a de Sander.

Este entrevistado possuía, além de sua guia de execução criminal por um roubo pelo qual fora condenado, processos por violência doméstica relacionados a sua genitora, que, segundo ele, tinha problemas com o uso de álcool e morava no andar de baixo do local onde residia, agindo, pelo que foi possível perceber, interessado em passar a imagem de que possuía bom comportamento, valores e conduta social para influenciar em meu posicionamento nestas ações penais.

S: Porque, quando me botou sozinho ali naquela cela que eu fiquei pensando. Eu falei: -“Rapaz, a vida de quem mexe com coisa errada é assim?” Então, assim, eu não quero. Porque eu não quero viver o resto da vida assim. Aí, eu estava namorando, tinha seis meses namorando. Aí, eu falei: - “Pô! Eu já perdi minha namorada. Talvez, porque era em cima do verão. Aí, eu fiquei com aquilo assim, eu falei: -“Poxa!” E olha que eu nem tinha chegado lá dentro ainda. Só os primeiros dias lá no isolamento, sozinho, imaginando aquilo ali. Ali já deu para sentir. Eu já fiquei imaginando: “-Meu Deus, só solidão nesse lugar! Então, essa vida não é a que eu quero não. (...)”

S: Só que, aí, eu era a mulher da casa. Eu tinha que lavar roupa, varrer casa, fazer comida. Aí, essa rotina era minha rotina novo, eu não tinha infância. (...) Eu cuidava da casa quando era garoto. (...) eu limpava a casa, eu fazia comida, eu fazia tudo, né? (...)

S: Oportunidade tem sim, porque em bairro, bairro carente assim, a maioria dos jovens a única coisa que eles têm de oportunidade é o tráfico. Porque muitos jovens vem na cidade aí, corre atrás e corre atrás e não consegue. Porque não tá fácil. Aí, eles vem atrás de serviço e não tem serviço. Sabe porque? Porque já é jovem e tem menos estudo e hoje em dia o estudo é fundamental. Aí, não acha um estudo, entendeu? Não acha oportunidade. Aí acha uma forma de ganhar dinheiro que é vendendo droga fácil. Mas, para mim, tudo que é fácil vai fácil.

G: Fala aí, a influência dos amigos na sua juventude? Tinha bons amigos ou as influencias eram piores?

S: Não, aí, a minha influência era mais menino bom mesmo, mais os meninos do barco aí. Eu ficava mais com os meninos dentro de barco, descarregando barco, vendendo picolé, entendeu? Aí, eu já não ficava muito aglomerado com negócio de bairro porque se eu ficasse em aglomeração eu ia ficar com um histórico desse tamanho. (...)

Perguntada sua opinião sobre a legalização da maconha, disse o seguinte:

G: Qual é sua opinião sobre a legalização da maconha, o que você acha?

S: Pode não, sabe porquê? Porque tem muito jovem que quer fumar na frente de criança, de idoso acha que é dono do bairro, que é dono da cidade. Igual, você vai passear na praia, aquela catanga de maconha lá no asfalto, eles não respeitam. Eu acho que quem quer usar droga tem que ir para um pasto, para dentro da lagoa, para dentro da ilha. Já que vai usar, se enfia para dentro do mato lá. Mas, tem muito jovem que quer usar na frente da praia, perto dos outros, na festa, perto de criança. Igual eu vim na festa aqui dos pescadores, uma maconhada ali no beco. Entendeu? Aí tem criança, tem idoso. Nem todo mundo usa igual essas pessoas, mas esses tipos de pessoas que queima. Porque, tipo, se senhor está numa festa com a sua filha e passa uns três caras pitando um bagulho. Aí, até se o senhor não tem nada contra. Eu acho que até o (senhor?) que é da alta. Igual, tá um policial, o cara vai querer dar um pau, não é por causa da maconha, é por causa do abuso do cara. Porque eles estão passando perto de uma criança. Mas se o cara vai ali, o PM, ele tá a paisana, ele é de Iconha, aí tem o beco. Vai lá pra dentro do barco, dar uma mijadinha e tem dois caras lá dentro do barco fumando, ele vai mijar ali, vai ver que os caras estão usando negocinho deles, tudo bem. Agora, o cara usando dentro da festa, se achando. Porque, se legalizar, vai virar bagunça, vai virar bagunça. Se proibido eles já fuma em qualquer lugar. Se legalizar, lascou. Aí, vai virar bagunça. Eu acho.

O que se percebe, então, da entrevista de Sander, é uma excessiva preocupação, à semelhança de Edvaldo, em passar uma imagem virtuosa ao promotor de Justiça da cidade onde reside, procurando construir uma fachada positiva a seu respeito.

Conforme Goffman, então, “[...] embora normalmente as pessoas sejam o que aparentam, as aparências podem ser manipuladas.” (2014, p. 85)

A partir desta constatação, então, ou seja, de que em alguma medida, maior ou menor a depender do entrevistado, fachadas foram construídas e achados foram contaminados, realizamos um grupo de controle a fim de avaliar, a partir de um trabalho comparativo, o que pôde ser considerado válido nas entrevistas realizadas e submetidos à posterior análise e o que fora contaminado, sendo, conseqüentemente, descartado.

O grupo de controle ideal seria a realização de mais 14 (catorze) entrevistas com egressos residentes em Piúma/ES com características semelhantes quanto ao tipo de crime praticado e outras variáveis sem que estes tivessem a informação a respeito de minha condição profissional, o que permitiria uma avaliação mais precisa a respeito do grau de contaminação ocorrida.

Por motivos óbvios este grupo de controle não seria viável, dado o amplo conhecimento no município de minha condição de promotor de Justiça.

Uma alternativa para o grupo de controle ideal seria acessar um grupo semelhante em um município de características e porte análogos à Piúma/ES.

Ocorre, no entanto, que viabilizar esse tipo de trabalho é bastante complexo, dependendo do envolvimento de uma série de atores e do acesso a pessoas em posições chave para que este contato ocorra. A coincidência deste conjunto de fatores para viabilizar a realização do grupo de controle apenas ocorreu, em nosso caso, em relação a egressos residentes na Grande Vitória/ES.

Por uma feliz coincidência, durante a realização de uma disciplina optativa do mestrado no semestre 2019.1, fui colega da servidora do TJES que atualmente é responsável por gerenciar a fiscalização do cumprimento das condições impostas a todos aqueles que cumprem pena em regime aberto na Grande Vitória/ES, pessoa que com muita cordialidade nos franqueou o acesso a este público, viabilizando a realização do pretendido grupo de controle.

Assim, entre 01 de agosto e 13 de setembro de 2019 estive, às sextas-feiras, no prédio onde funciona o local de comparecimento daqueles que cumprem pena em regime aberto na Grande Vitória/ES, localizado na Av. Jerônimo Monteiro, Centro, Vitória/ES.

A estrutura do local se divide da seguinte forma: no térreo, dentre outras repartições, há a área reservada para o comparecimento dos egressos, que, ao chegar, passam por um detector de metais controlado por um segurança patrimonial e, em seguida, se dirigem a uma sala onde aguardam ser chamados para atendimento por um dos agentes prisionais cedidos pela Secretaria de Estado da Justiça ao Poder Judiciário (especificamente para a vara que possui competência para as guias de execução criminal), momento em que apresentam documento de identidade e têm o comparecimento registrado.

No segundo andar funciona o Escritório Social, estrutura da Secretaria de Justiça voltada para a ressocialização do egresso e que possui em seus quadros psicólogos e assistentes sociais para realizar o atendimento do egresso caso tal medida se mostre necessária, além de ofertar cursos profissionalizantes, serviço de obtenção de documento etc. Pelo que pudemos perceber, poucos egressos passam por esse atendimento diariamente e muitos sequer sabem da existência do Escritório Social. Na prática, então, os cerca de 12.000 indivíduos que cumprem pena em regime aberto na Grande Vitória chegam ao local para registrar seu comparecimento bimestralmente e, após tal providência, deixam o local sem receber nenhum tipo de abordagem ou atendimento por parte dos servidores (psicólogos e assistentes sociais) da Secretaria de Justiça, que permanecem no segundo andar sem acesso direto à maioria dos egressos.

Para a realização das entrevistas a servidora que me deu acesso aos egressos permitiu que utilizasse sua sala, que ficava exatamente atrás dos balcões onde ficavam sentados os agentes prisionais para atendimento, durante a sua ausência, bem como também tive a possibilidade de usar salas localizadas no segundo andar (Escritório Social).

Expliquei a todos o motivo de minha estada ali e que, para realizar meu trabalho, seria necessário que minha condição de promotor de Justiça fosse omitida, o que foi compreendido por todos, mas com alguma estranheza inicial por parte de alguns. Também procurei me vestir da forma menos formal possível, priorizando jeans, camisa polo e tênis a fim de deixar mais evidente minha condição de pesquisador.

A abordagem aos egressos ocorreu por meio dos agentes que realizavam o atendimento, que, ao constatar que o indivíduo atendido se tratava de condenado por tráfico de drogas ou roubo, perguntavam se eles tinham disponibilidade para participar de uma entrevista com um pesquisador da UFES. Ao ter um aceno positivo, eu me aproximava e iniciava a conversa sobre a entrevista.

As primeiras entrevistas realizei na sala localizada atrás dos balcões dos agentes, sendo possível perceber mudança na dinâmica das entrevistas em vários aspectos, afastando o caráter de hierarquia ou autoridade que em alguma medida passei a perceber que existiu com o grupo de Piúma/ES.

As conversas passaram a ocorrer de forma mais direta e franca, mais ‘olho no olho’ e liberdade para expor alguns relatos. Percebi, também, quando subi para o segundo andar e passei a realizar as entrevistas em salas totalmente fechadas, sem estar em um ambiente próximo dos agentes que realizavam o atendimento, que a postura dos entrevistados se alterou de forma significativa, ficando ainda mais à vontade para trazer seus relatos.

A simples alteração na disposição das cadeiras, passando entrevistador e entrevistado a sentar lado a lado em uma mesa redonda, sem aquela disposição de mesa de atendimento utilizada nas entrevistas em Piúma/ES e no primeiro andar, alterou a dinâmica das entrevistas. Fatos que não haviam surgido nas entrevistas em Piúma/ES ou naquelas realizadas no primeiro andar surgiram com essa mudança de ambiente no segundo andar, onde havia mais privacidade e uma disposição da mobília que afastasse qualquer percepção de hierarquia ou autoridade.

Recordo que um deles chegou a dizer, ao falar sobre o uso de maconha, que tanto prosseguia no uso e não tinha efeitos negativos desta droga que tinha acabado de usar um ‘baseado’ antes

de chegar para a apresentação, batendo em seu bolso e mostrando que tinha mais um cigarro consigo para fumar mais tarde. Este entrevistado contou, ainda, como quase foi morto por traficantes na Bahia, enquanto outro entrevistado relatou como matou, quando adolescente, com o uso de uma faca, um casal de namorados que lhe devia drogas, relato difícil de ouvir mesmo para quem é habituado a trabalhar no sistema de justiça criminal, pois a forma do relato difere totalmente da dinâmica de um interrogatório judicial.

Rememorando as entrevistas do grupo de controle, acredito firmemente que os achados mais interessantes e os relatos mais ricos ocorreram nas entrevistas realizadas no segundo andar.

Apesar de não estar perante alguém que, naquele momento, representava algum órgão estatal identificado como um elemento de autoridade e punição, o fato de estar próximo de agentes da Secretaria de Justiça, no caso do primeiro andar, gerou alguma inibição em alguns entrevistados, pois o ambiente em alguma medida os constrangia, mesmo que separados por um vidro.

Ao subir para o segundo andar algo de relevante se alterava nas entrevistas, como se uma relação de maior igualdade fosse estabelecida, como se a privacidade e o afastamento de um local que de alguma forma significava opressão para eles permitisse que assumissem uma postura muito mais natural e espontânea.

Foi muito interessante perceber como pequenos detalhes podem ser determinantes no momento de uma entrevista, favorecendo ou prejudicando um relato que se deseja verdadeiro e fiel ao que efetivamente se passou.

A realização do grupo de controle foi interessante, também, porque me permitiu assumir inteira e efetivamente a condição de entrevistador. Não tive mais a conveniência da hierarquia para promover agendamentos e ter do entrevistado toda a paciência que precisava para exaurir meu questionário. Tive que ouvir seguidas negativas ao meu convite, além da necessidade de antecipar o encerramento de algumas entrevistas em razão de compromissos de entrevistados. Em Piúma/ES uma falta ao trabalho ou compromisso poderia ser justificada com o fato de que havia comparecido à Promotoria de Justiça.

Convites aceitos às vezes eram em seguida recusados sob a desculpa de ‘algum compromisso lembrado.’ Em certo dia um entrevistado pediu um minuto para pegar um documento na moto enquanto eu ligava meu notebook, deixando-me sentado longo tempo até que eu percebesse que em verdade ele havia dado uma desculpa para fugir da entrevista. Enfim, enfrentei todas as

dificuldades comuns a um entrevistador e que minha condição profissional havia me poupado no primeiro grupo.

Um dado interessante que indica a existência de algum grau de contaminação nos achados do primeiro grupo foi o fato de que, dentre os entrevistados de Piúma/ES, cerca de metade negou envolvimento em crimes ou relataram baixo envolvimento, como tráfico para financiar o uso. Diferentemente, no grupo de controle apenas 3 (três) dos 13 (treze) entrevistado negaram envolvimento em crimes ou afirmaram que foram condenados injustamente. Dez entrevistados relataram os crimes que praticaram, havendo diversos que reconheceram terem praticado roubo com o emprego de arma de fogo, o que apenas ocorreu em duas entrevistas no primeiro grupo. Além disso, as histórias narradas traziam fatos mais graves, como um entrevistado que descreveu o duplo homicídio que praticou por dívida de drogas, fato cuja gravidade foi totalmente ausente nos relatos em Piúma/ES.

Foi possível perceber que os entrevistados do grupo de controle de forma geral tiveram um envolvimento mais significativo em crimes graves. Tal diferença pode decorrer de uma distinção entre grupos de condenados de uma cidade do interior do Estado, de cerca de 20.000 habitantes, em comparação com um grupo extraído da capital, onde naturalmente a prática criminal se distingue.

É possível, também, que em alguma medida tal diferença se deva à construção de fachadas por parte de alguns entrevistados ou quanto a alguns relatos do primeiro grupo, que podem ter procurado esconder um passado de maior envolvimento em crimes ou de práticas mais graves e mais violentas. Um dado indica que essa lógica em alguma medida explica a distinção: no primeiro grupo (Piúma/ES) a seleção dos entrevistados passava pela pergunta sobre o reconhecimento do envolvimento nos crimes pelos quais haviam sido condenados, o que não ocorreu no grupo de controle, bastando a verificação do crime pelos quais foram condenados. Apesar daquela filtragem no primeiro grupo e sua ausência no segundo, houve mais entrevistados reconhecendo seu envolvimento em práticas criminais no grupo de controle do que no primeiro grupo.

Ou seja, mesmo afirmando, no momento do convite para a entrevista, que haviam praticado o crime pelo qual foram condenados, vários entrevistados em Piúma/ES, no momento das entrevistas, negaram ou minimizaram seus envolvimento, havendo vários que afirmaram que faziam apenas um pequeno comércio com amigos usuários para sustentar seu vício, enquanto apenas 03 do total de 13 do grupo de controle negaram envolvimento em crimes.

O que quero dizer com isso é que, apesar de ser impossível afirmar a exata medida do grau de contaminação e quanto de diferença nos relatos se deve à distinção existente entre as realidades dos grupos, o que podemos perceber é que o fato de estar sendo entrevistado por um promotor de Justiça em alguma medida influenciou o primeiro grupo, o que variou de um entrevistado para outro, assim como entre os temas.

Se não podemos afirmar com segurança que o passado criminal relatado pelos entrevistados em Piúma se refere à realidade da mesma forma como percebemos que os relatos do grupo de controle se refere ao que de fato ocorreu em suas vidas, várias questões exploradas nas entrevistas surgiram de forma bastante semelhante e não tivemos razões para acreditar que determinados achados obtidos em Piúma/ES estavam contaminados ao ponto de merecerem descarte, citando como exemplo os tópicos analisados na seção 3 (3.1 – Supervisão Familiar, Aprendizado Social e Controle Social; 3.2 – O Uso de Maconha; 3.3 – Sentidos atribuídos à prática do tráfico de drogas e lógica do tratamento, pelo Estado, de sua ocorrência; 3.4 – Consciência x Existência).

Quanto às questões relacionadas à família percebemos elevado grau de sinceridade nos relatos do grupo de Piúma/ES, que surgiram de forma muito semelhante com os achados do grupo de controle. Penso que não haveria sentido, também, em pensar que os entrevistados construiriam fachadas de que cresceram em condições de faltas familiares, baixa supervisão parental e forte tensão familiar.

Da mesma forma, em ambos os grupos percebemos achados semelhantes quanto a forma como o uso de maconha se deu e ainda se dava em suas vidas, bem como a respeito dos sentidos atribuídos ao tráfico de drogas, sendo apenas mais numerosos no segundo grupo os relatos sobre este último tema exatamente em razão de mais entrevistados haverem auto reportado a prática do tráfico de drogas. Diferenças qualitativas e quanto ao conteúdo, entretanto, praticamente não surgiram em relação a este tema.

Sobre o nível de racionalidade, reflexividade e ponderação para a prática de crimes igualmente os relatos foram semelhantes, não infirmando, assim, os elementos surgidos no primeiro grupo.

Assim, as questões que compreendi que não foram contaminadas receberam análise na seção 3, reservando para esta seção a análise das questões que surgiram de forma distinta no grupo de controle; os achados que surgiram no primeiro grupo e não surgiram no grupo de controle; ou aqueles que surgiram apenas no segundo.

4.1 PRISÃO

Um dos principais pontos que surgiram de maneira divergente entre o grupo de Piúma/ES e o grupo de controle foram relatos a respeito da prisão, o sentido atribuído ao cárcere e a sua relação com a desistência da prática de crimes.

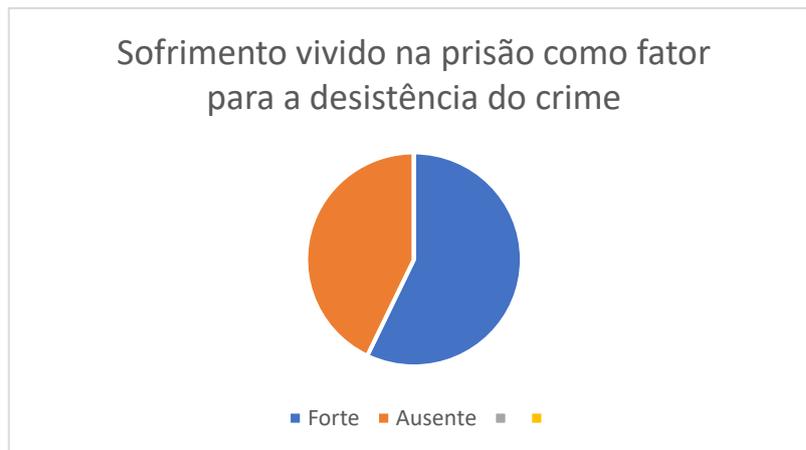
Em Piúma/ES os achados foram obtidos conforme gráfico e tabela a seguir e transcrições na sequência:

Tabela 9 – Relação entre entrevistados e o sofrimento vivido na cadeia como fator de desistência do crime

Entrevistados	Sufrimento vivido na cadeia como fator de desistência do crime
José Antônio	Forte
Roberto	Ausente
Genilson	Forte
Leandro	Ausente
Anderson	Ausente
Edvaldo	Forte
Sander	Forte
Teotônio	Ausente
Fabiano	Forte
Wilson	Ausente
Sílvio	Ausente
Tião	Forte
João Cláudio	Forte
Kennedy	Forte

Fonte: autor.

Figura 11 – Gráfico comparativo do fator sofrimento vivido na prisão como fator para a desistência do crime



Fonte: autor.

Trecho da entrevista de João Cláudio indica o seu receio de retornar ao Centro de Detenção Provisória:

G: e o CDP, esse tempo no CDP, mudou? Esses onze meses, mudou seu comportamento, mudou sua cabeça, mudou sua postura? Qual efeito que isso... representou em você? Lá no CDP.

JC: única coisa que mudou foi que eu fiquei com medo mesmo da... de ser preso, senhor, de novo, naquele lugar apertado, comida azeda. (trecho de entrevista a mim concedida por João Cláudio, Piúma/ES, 16/01/19)

Fabiano também indica seu medo de retornar à prisão e como isso se constitui em um fator para mantê-lo afastado do crime e de situações arriscadas:

F.: Eu... eu tenho uma moto, tá até ali fora, deixei ela ali. Eu ando de moto, muitas vezes “Fabiano, faz um favor. E aí, você tá sumido, rapaz!”, “eu to trabalhando”, tal, “po, me leva ali no buscar um pó!”, “não, não! Tá doido? Não!”. “Por quê?”, “rapaz, eu to assinando no Fórum, se for pego depois de dez horas na rua, né? O trem aperta. Então eu tenho consciência de não ficar na rua, no bar bebendo, cheirando, os homens chegar lá, me abordar, puxar meu nome... castigo, aí vou ficar mais um ano. Aí vou ficar mais um ano por causa de castigo, entendeu? Então eu penso nessas coisas. Quando me chama pra alguma coisa eu já lembro. Quero passar por aquilo de novo não. (trecho de entrevista a mim concedida por Fabiano, Piúma/ES, 21/02/19)

Roberto também demonstra como o receio de retornar para prisão foi um elemento importante em sua decisão de mudar de vida:

G: Então, dessa sua experiência lá atrás qual efeito que ela surtiu em você? Foi bom você ficar com medo de cadeia e se consertar, ou foi o efeito ruim de você aprender mais coisas erradas?

R: Não, foi um efeito bom. Porque hoje eu tenho um juízo que eu não tinha antes. Hoje eu penso no lugar onde eu vou, com quem eu vou. Entendeu? Então, assim se eu ver um trem errado eu já saio de perto. Eu me tornei muito preservado, vamos colocar assim, né? Não mexo em nada de errado. Procuo trabalhar mesmo. Então, assim, me ensinou muita coisa. E me endireitou, me colocou no caminho certo e graças a deus não me falta nada. (trecho de entrevista a mim concedida por Roberto, Piúma/ES, 06/02/19)

No mesmo sentido Sander:

S: Igual, eu fiquei dez mesesinho, aí eles falaram:- Nossa, cadeinha de papel. Mas, para mim, foi dez anos. Foi experiência para minha vida toda. Só de eu imaginar entrar dentro viatura da PM para ir para lá, eu já sei qual o processo todinho que eu vou sofrer. Eu não vou ver minha mulher, minha família, minha liberdade. Não tem visita, minha mãe é alcoólatra. Ninguém vai me ver. Ninguém vai falar de mim. Se eu morrer lá dentro, eu morri. Entendeu? Eu já sei. O que eu fiz? Eu falei: - “Não, eu vou tirar meus documentos. Se minha mulher estiver lá me esperando ? Em três meses ela mandou carta, foto. Nossa! Eu já mandei outra para ela, falei: Não, amor, fica despreocupada por que saindo daqui eu não mexo com mais nada de errado. Sempre trabalhei. Para construir uma casa. Tá lá. Estou construindo uma casa. Tô trabalhando. Arrumei um serviço. (...)

S: É porrada de qualquer jeito. O negócio é você tomar o gás e ficar quieto. Eu via aquilo ali. Eu fiquei assim:- Eu não vou ficar tomando porrada pelos outros. (trecho de entrevista a mim concedida por Sander, Piúma/ES, 19/12/18)

Edvaldo:

G: E esses 8 meses preso como foi lá? Você ficou no CDP, né?

E: Fiquei primeiros três meses num DPJ, depois fui para o CDP. Foi uma experiência que nunca mais quero voltar para lá não. Não é bom não. É uma humilhação danada. Lá não é bom não. Muitos voltam pra lá porque não têm vergonha na cara. Você está sendo humilhado. Você não tem como... você tem que fazer o que eles querem. A verdade é essa. Na hora de comer, é a hora que eles querem, na hora de beber, é na hora que eles querem. Então, é um lugar que para sair para o banho de sol é uma humilhação. Tem que tirar a roupa. Igualzinho eu falo com minha esposa, pra mim voltar de novo lá pra dentro, só se for o processo que eu tô, que: “Ah! Tem que voltar lá pra dentro.” Porque se for pra mim caçar? Eu não sou de ficar na rua. Pode ir em casa seis, cinco horas que eu chego do serviço e estou em casa. Eu tenho muita galinha de criação, então, eu vou lá, trato das criações e dali para casa. Não sou de ficar saindo, não sou de ficar em porta de bar. Negócio de festa? Parei nunca mais mexi com negócio de festa.

G: Depois da prisão aquele jeito bagunceiro e brigão acabou.

E: Acabou.

G: Então, a prisão te mudou nisso?

E: Mudou, uai. Eu vi que ali dentro ali, antes de eu passar ali, o que eu passei ali dentro. Eu não quero voltar ali pra dentro nada.. Procuo emprego, corro atrás, mas pegar coisas de alguém pra eu voltar lá pra dentro....Para você ter uma ideia, eu sempre tive raiva, falava: “- Ah, eu vou matar esse cara. E não sei o quê”. Mas nunca fiz nada com ele. Até quando eu comprei o revolver, na época, eu mexia com cavalo. Lembro que tinha uns ciganos nas areias que eu barganhava com cavalo. Aí, depois, fui preso por causa desse revólver e nunca mais possuí arma nenhuma. (...)

G: A convivência com os caras na prisão, fala como foi a convivência lá? Lá dentro te influencia para entrar mais no crime, ou para sair do crime de vez?

E: Doutor, vou ser sincero com você, muitos que vê que não é aquilo que eles pensa que é incentivam para não voltar, mas muito incentiva pra: “- Que nada, rapaz, você tem que fazer isso, fazer aquilo. Se você fez errado agora, você faz lá. Muitos são desse jeito. Mas eu aprendi uma coisa que ali dentro você não é nada. Aqui dentro o cara ronca de bravo, você vê aí. Fala que é isso que é aquilo, mas lá dentro lá, não é nada disso não. Lá dentro ali é uma humilhação, você tem que comer o que eles querem. Não liberdade nenhuma, tem que conviver naquele cubico ali.

G: Então nisso aí o cara acaba repensando se ele quer voltar para lá, não é? Essa péssima condição estimula o cara a sair do crime?

E: Estimula. Tipo assim, às vezes, você não está fazendo nada de errado. Mas um deu um grito lá, você vem, você passa o mesmo reflexo que os outros. É gás de pimenta. Que sempre tem um marreco que fica gritando, que fica fazendo escândalo. (...) Outro quer tirar a cadeia de boa, mas outro já quer brigar, outro já quer...

G: A convivência lá é muito ruim?

E: Muito ruim? É péssimo! (trecho de entrevista a mim concedida por Edvaldo, Piúma/ES, 24/01/19)

José Antônio:

JA: Que vida do crime, vida do crime ela é triste! Lá dentro daquele lugar lá, só quem passou lá dentro sabe como que é.

G: você fala lugar o quê? Favela ou... CDP, na cadeia?

JA: CDP.

G: cadeia de lá. (*Rio de Janeiro*)

JA: daqui é pior ainda! (risos altos)(*Espírito Santo*)

G: é pior?!

JA: daqui o couro. Daqui é couro!

G: é?

JA: aqui só misericórdia! (...)

JA: Eu vi a tristeza que é dentro de uma cadeia. Eu vi uma tristeza que é dentro da cadeia. Eu vi pessoas morrer dentro da cadeia! Eu vi pessoas morrer dentro da cadeia, aqui eles também “mata”, lá no Rio eles matam também dentro da cadeia. Ainda mais agora, com esse problema que eu tô, se for tirar na verdade mesmo, se eu fosse preso lá no Rio, eu tinha que tirar do seguro.

G: por quê?

JA: por que a facção, terceiro comando, eu não posso ir pra ela. E a do comando, a do comando eu não posso porque aconteceu esse devido comigo, desde lá de fora eles fita pra dentro da cadeia, e manda me matar dentro da cadeia. (...)

G: aí, certo. Aí você ficou... fala aí, cadeia, como foi a vida na cadeia lá? Lá e aqui.

JA: lá e aqui?

G: é.

JA: lá é vendo as pessoas vendendo droga dentro da cadeia. Vendendo droga dentro da cadeia lá. Tudo que é tipo de droga eles “vende”. Lá é... lá é um pouco leve por causa de quê? É a visita, por causa da visita. A visita lá, ela começa oito horas, acaba quatro horas.

G: é mais tempo?

JA: e peguei também um montão de coceira no corpo porque lá é estado de calamidade. (...) ali é um lugar muito triste, ver a pessoa morrendo por doença, tuberculose. (...)

G: você falou que a visita é melhor lá por quê?

JA: a visita lá é melhor porque tem aquela prioridade, né. Mas é ruim porque passa muita droga. Eu tomei muita... muitas vezes não é nem a família que traz. Eu cansei de ver lá, pedaços de maconha, desse tamanho aqui, óh, que funcionário mesmo coloca pra dentro. Traficante vai e paga lá, alto, eles começam a fazer mesmo uma balança. Bota um prato aqui, outro aqui e pesa a droga dele, maço de cigarro, Deus me livre e guarde! E ali, aquela cadeia ali não muda ninguém.

G: não muda ninguém?

JA: só se o cara quiser! Muda só se o cara quiser. Aqui muda!

G: por quê? Me explica a diferença. Por que lá não muda e aqui muda?

JA: aqui muda porque aqui se você cair preso, você vai ver que você não vai ver televisão. É um modo disciplinar.

G: aqui?

JA: só a única coisa que eu não gosto aqui é... (...) pancada!

G: é?

JA: esses dois, esses cinco dias que me prenderam aqui, que eu fui parar lá dentro, eu vi eles tirando o cara de dentro e arrancando todos os pontos dele de porrada.

G: lá em Marataízes?

JA: aqui em Marataízes.

G: Marataízes rola porrada?

JA: muita!!! Deus me livre e guarde! Pergunta o tal de Rodrigão lá, que é... que ele olha na cadeia pro cara lá do... acho que é Rodrigão, que tem uma orelha assim, óh, meu Deus do céu! Enforca! Eles “desmaia” a pessoa. Acorda a pessoa com tapa. Provavelmente meu tio também sofreu. Meu tio foi preso comigo esse ano e um mês, ele botou foi é gás na boca do meu tio e... gás no olho dele, mandou ele abrir o olho. Lá eles, graças a Deus, nunca me “agrediu”, não. (...)

G: então você falou que lá... você falou que aqui muda o cara, lá não muda, porque?

JA: lá não. Não muda porque é a mesma coisa. Você tá preso, mas tá dentro de um... de um sítio usando droga, é... eu tiro na mente que é assim. Tipo um parque de diversão, mas não pode sair. Tipo aquele programa lá, BBB. Aquele programa BBB que eles tem que fazer as coisas, pá, não sai daquele local. É, Deus me livre e guarde!

G: aqui não?

JA: aqui não.

G: aqui não entra droga?

JA: aqui não, não entra droga não. Visita aqui é mais rígida.

G: e aqui muda mais o cara?

JA: muda.

G: por quê?

JA: por que se ele não mudar, ele vai sofrer aquilo ali de novo... (...) e ninguém quer sofrer aquilo ali. (...)

G: então aqui, você acha que muda mais o cara porque aqui é pior. Porque o cara não quer voltar?

JA: não quer nada. Só volta quem é cabeça fraca.

G: então você acha que a cadeia ser ruim é importante, a cadeia ser ruim é importante pro cara não querer voltar?

JA: sim! Sem televisão, sem uso de droga. (...)

JA: mas quando cai lá dentro lá, Deus me livre e guarde, cara! Que isso?! Eu falo assim “que isso, meu Deus, onde eu to!?”, misericórdia! (trecho de entrevista a mim concedida por José Antônio, Piúma/ES, 13/02/19)

Alguns entrevistados chegam a criticar as boas condições do IASES, estabelecimento voltado para a internação de adolescentes em conflito com a lei, como ‘excessivamente bons e confortáveis’, o que seria um estímulo a que o adolescente continuasse praticando ilícitos, conforme fala de Genilson:

G.: a impressão do IASES pro CDP, o que você pode comparar?

g: Deus me livre, IASES tá em casa! IASES é em casa, mesmo coisa que tá em casa, pode nem reclamar.

G: e CDP?

g: CDP, credo! É outra coisa. Lá eles batem, dão gás, faz tudo.

G: entendi. Isso fez você pensar também em mudar de vida?

g: fez também, Deus me livre. Até falei, “bater aqui dentro é fácil, quero ver bater lá na rua”.(...)

G: qual você acha que é o tratamento certo? Nesses locais. Entendeu? Comparando aí o IASES, como você foi tratado no IASES, como você foi tratado no CDP, qual o tipo de tratamento...

g: o bom, o bom mesmo é CDP, né, que eles aprendem a vida e alguns tomam vergonha na cara e não voltam mais. Igualzinho eu. Tem muitos que mudam de vida por causa da cadeia. pode entrar nada, só pode o que eles dão. O que tem lá dentro. (...) O IASES fica solto o tempo todo, vai pra cama, só vai pra cama pra dormir...

G: você acha que é muito brando lá, é muito leve?

g: leve, é seis horas pra celinha e sete horas da manhã tá aberto de novo, aí fica até seis horas de novo, da tarde. (...) CDP não, CDP é uma hora, que eles falam que é uma hora, mas não chega uma hora que é o banho de sol, é vinte minutos, meia hora e acabou. (...) aí só sai pra fora se for pra atendimento com advogado, jurídico, psicólogo.

G: talvez fosse certo, talvez, a gente ter um tipo de estabelecimento, tipo o IASES pro garoto ali de doze a quinze anos e um outro diferente de quinze aos dezoito, talvez, né.

g: Já aguenta ficar um tempo lá dentro. Ver como que é bom os agentes bater na cara dele. (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18)

Tião:

T: também, os caras que pensam assim (*de continuar cometendo crimes após sair da prisão*), rapaz, é os caras que pegam pouca cadeia, entendeu? Os caras que pegam pouca cadeia. Tipo assim, dá dois anos. Dois anos pra muita gente é pouca cadeia. Aí sai. Aí pega mais dois anos, sai. Se pegar uns quinze anos logo, aí não...aí pensa, entendeu? Tem gente que fala: “ah, minha cadeia é de papel”, entendeu? (trecho de entrevista a mim concedida por Tião, Piúma/ES, 23/01/19)

Edvaldo:

G: Então, falando sobre essa questão dos princípios, muitos não têm essa noção de que o tráfico e o roubo é uma vida errada, né? Por que os caras acham que isso aí está certo?

E: Porque eles nunca ainda, não tem? Eles nunca passaram dificuldade ainda.

G: Que tipo de dificuldade?

E: Tipo assim, uma cadeia. (...) Igual esses adolescentes aí, esse monte de adolescente. Enquanto eles não. Vai ali, prende eles ali e depois, vai e solta. Pega aqui e solta. Mas, quando eles passar na cadeia de maior, aí eles vão ver o que é CDP, o que é cadeia. Eles vão ver o que se sentir um passarinho preso. (...) (trecho de entrevista a mim concedida por Edvaldo, Piúma/ES, 24/01/19)

Sander:

S: No IASES tem muita regalia. Na parte do IASES que deveria cortar a regalia, que deveria ser rígido. Porque lá no IASES, muito menor vai preso, chega lá tem televisão. É três espaços, né? A casa de baixo, a casa do meio e a casa de cima. Aí, a casa de baixo eles ficam ali um período, no ruim. Não tem tevê, não tem nada. Aí, no segundo já tem tevê. No terceiro já tem saída no cinema, saída na praia, passeio... (...) Tem que dar uma aprendida, nada de dar televisão para a menor. Para ele ver que a vida lá do de maior, é aquela ali. Mas ele chega lá, ele tem televisão, comida boa, come três vezes por dia e não sei o quê. Igual eles falaram, várias alimentações. É iogurte, é ovo. Dá igual dá no CDP, só pão seco, o suco sem doce, suco quente, que eu quero ver se menor vai falar que é bom lá. Igual, tem muito menor no meu bairro que fala que o IASES é bom. Como um lugar que você está preso é bom? Lá tem DVD, lá tem televisão, a gente vai na praia. Como que vai na praia? Detento? Eles falam que vai... Você tá entendendo? Como você vai pegar os menor ali, que estão pagando um crime, que deu tiro em gente, que traficou e vai levar pra cinema? (...)

G: Você acha que um adolescente que pratica um crime, é preso, vai para o IASES, como lá é bom, eles acabam...

S: Não, eles têm a imagem que a justiça, que a cadeia, é tranquila. (...)

Nem se preocupa de tirar outra cadeia. (...) Rapaz, eu vou te falar que tem casa ali no meu bairro que nem toda a criança tem um pão. E um café com leite todo dia de manhã; aí, chega, um cara desse lá dentro e é: duas caneconas de toddy, é laranja, é fruta.

G: Tá melhor do que fora...

S: Você está entendendo? Aí, o bicho está malhando lá dentro, está comendo. Saí de lá bonito, estava vendo TV, estava só engordando. Aí, chega aqui fora, mulher, pá. Que bonito! Pra ele, a cadeia é fichinha. Mas ele não sabe que lá no maior é diferente, lá no CDP é tiro, porrada e bomba. Cinco horas da manhã estão dando tiro no gás, entendeu? Ele não sabem. Aí, não pensa. Foi para o IASES. O IASES é beleza. Agora, vai lá no IASES, tira as televisão, vai lá no IASES e tira saidinha, vai lá no IASES e tira a alimentação balanceada de três vezes. Eles falam que lá eles comem bolo de manhã; aí, nove horas come mais bolo, pão e não sei o quê. Aí, onze horas, almoça. Aí, dá duas horas come de novo, três horas café desse jeito aí nenhum um jovem vai ter medo de ir pro IASES. Meu vizinho lá falou que no IASES é melhor do que na casa dele.

G: Falou?

S: “Nossa, no IASES é melhor do que aqui em casa. Três vezes de manhã a gente toma café. Aí eu fiquei assim: é? Por isso eles vão para o IASES e fala que é bom. Come, bebe e dorme legal e ainda tem televisão. Você está entendendo? Aí, a regalia vem desde lá do jovem também, lá dentro. Agora, eu falo para você, tira ali a televisão, tira esse negócio de bolo, frutinha, essa regalia de comer bem, corta. Só o almoço e a janta e acabou. E só o pão de manhã sequinho e outro pão sequinho três horas. Aí, eu quero ver? Quando ele passar lá de novo, quando ele chegar lá, cadê a tela? Não sei o quê, parceiro? –“Ah, não tem tevê mais não”. Cadê o bolo? –“Não tem bolo mais não, rapaz, acabou.”. Tá doido, rapaz, não quero ficar nessa vida não. Ai já é bem diferente. Agora, o cara chega lá, já chega abusando. E aí, parceiro, e a telinha? Está boa ainda? Está passando o quê? O que essa gente tá botando? O cara ainda debocha. Entendeu? Os caras debocha. Igual os moleques lá do meu bairro, eles falaram que é melhor o IASES do que a casa deles. Aí eu falo: “-é, mano, você não pegou lá. O CDP, vocês vão ver.”

G: É outra coisa?

S: CPD, Rodrigão, é tiro, porrada e bomba. Tem um cara lá que parece até o Huck, bota, na sala dele você se arrepende até... (trecho de entrevista a mim concedida por Sander, Piúma/ES, 19/12/18)

Ao realizar o grupo de controle, gradativamente percebi que essas falas não surgiram, ou apareceram de uma maneira sutilmente distinta. Ao perguntar a respeito dos fatores que os levaram a pensar em mudar de vida e alterar seu comportamento, o fator que surgia com maior frequência nos relatos era a *família* como fator decisivo para deixar as práticas criminais, em razão do sofrimento sentido e causado nos familiares com a segregação. Outro fator surgido como muito importante para permitir uma mudança de vida era o emprego, ter *oportunidade*. Espontaneamente as respostas em regra relacionavam esses aspectos como motivadores para

uma mudança de comportamento, surgindo o sofrimento vivido na prisão com um peso menor do que no grupo inicial.

O que percebemos, então, é que, apesar de a prisão se constituir em um desestímulo para o retorno às atividades ilícitas também no grupo de controle, esta não tem o peso e a relevância percebido no primeiro grupo. Quanto a este tema os achados surgiram com alguma distinção em relação ao primeiro grupo, com ênfase diferenciada nos fatores considerados mais importantes para a mudança de vida.

Nos entrevistados de Piúma/ES percebemos, em algumas falas, uma excessiva valorização do papel da prisão na mudança comportamental do indivíduo, havendo alguns relatos de valorização do cárcere, chegando alguns a ressaltar a importância das más condições da prisão, do sofrimento sentido no encarceramento, para que o indivíduo seja desestimulado a reincidir, como Genilson, citado acima, que afirmou que “bom mesmo é o CDP, né, que eles aprendem a vida e alguns tomam vergonha na cara e não voltam mais” (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18), e Sander, que afirmou que no IASES “tem muita regalia” (trecho de entrevista a mim concedida por Sander, Piúma/ES, 19/12/18).

José Antônio indica que o rigor, o ‘modo disciplinar’ como dito por ele, é importante como fator de desestímulo para o retorno às atividades ilícitas. Chega a concordar, inclusive, que a cadeia ser ‘ruim’ é importante para desestimular a reincidência, apenas não concordando com agressões no ambiente prisional. Além disso, traz importantes relatos comparando os sistemas prisionais capixaba e carioca e os efeitos de ambos em relação ao indivíduo preso.

Tais falas indicam que, quanto ao tema da *prisão*, certamente houve uma contaminação dos achados em razão de minha posição de promotor de Justiça. Diferentemente do grupo de controle, percebi uma tendência a uma adesão e valorização da função da prisão na prevenção e evitação da ocorrência de crimes, procurando, ao se verem na presença de um entrevistador promotor de Justiça, aderir ao papel e à valorização da prisão como elemento de desestímulo ao crime.

Tais diferenças me levaram a refletir a respeito das razões dessa distinção, dos motivos que levaram os entrevistados em Piúma/ES a aderir tão fortemente a uma posição favorável à prisão, percebendo, então, que para este grupo um promotor de Justiça parece significar basicamente prisão, cárcere, segregação.

Apesar de esta conclusão para terceiros eventualmente ser um tanto óbvia, já que o promotor de Justiça, no exercício de sua atividade, de fato promove com frequência prisão, perceber que para este grupo de pessoas, tão rico em humanidade, histórias pessoais, sofrimento, angústias, esperanças e expectativas de vida, ser percebido de forma preponderante como um *promotor de prisão* não deixa de ser algo que causa alguma inquietação e incômodo.

Um promotor de Justiça possui como suas atribuições funções nobres e coletivamente relevantes, como a defesa do meio ambiente, dos idosos, das crianças e adolescentes, o combate a corrupção, fiscaliza as eleições e todo o processos eleitoral, exige a implementação de políticas públicas importantes ligadas à educação, saúde e assistência social do município, e ser visto por parte de um significativo grupo da população como apenas um *promotor de prisão*, ao ponto de construírem uma fachada que chega a defender o sofrimento e as más condições da prisão como meios de se prevenir o crime, causa naturalmente alguma perplexidade e reflexão.

Essa excessiva ênfase na prisão como elemento importante para uma mudança de vida não surgiu de forma tão forte no grupo de controle, como é possível ver abaixo:

Alberto:

G: então, vem cá, prisão você acha que muda o cara, a prisão, ter ficado preso, o cara...

Alb: rapaz...

G: o sofrimento que o cara passa ou só outras coisas que muda o cara?

Alb: rapaz, eu falo que... me mudou, mudou a questão de ter minha família. Eles continuam sendo brincalhão, mas se o cara for no crime, se o cara passar um período... um período assim de prisão igual eu passei, lá onde eu passei, eu acho que ele muda sim, ele muda. Se ele tiver força de vontade ele muda.

G: por quê? O que faz que o cara mude?

Alb: olha, eu não sei se foi porque eu fiquei muito tempo preso, foi minha primeira vez preso de verdade. Por que na última vez eu fiquei nove meses, nove dias na custódia. E aquilo ali naquela época era prisão, beleza. Mas hoje, pra mim, a cadeia o que é hoje, tá tranquilo a cadeia, mas se o cara ver a falta da família que tem, a falta de mulher, que se a pessoa for casada ou não, se não for visitar ele, aí ele vai sentir falta. Falta das amizades de verdade, as amizades verdadeiras né. Vai olhar e falar "po, será que... vale a pena eu tá fazendo o que tô, pra ficar aqui preso no meio de um monte de homem mostrando bunda pra gente. Será que vale a pena?" Eu mesmo não gostava, né. Não gostava, achei, po, eu trabalhando tanto... eu trabalhando tanto, e agora tô aqui dentro aqui. Po, o que tá acontecendo? Aí depois eu fui vendo que infelizmente a gente tinha que passar por aquilo dali pra gente ver. E se eu não passasse por aquilo dali, se eu não ficasse preso aquele tempo ali, eu não ia ter o valor da minha família. (trecho de entrevista a mim concedida por Alberto, Vitória/ES, 09/08/19)

Eder:

G: e prisão, Eder, fala aí. O quê que mudou em você, com esse tempo de cadeia, de vivência na cadeia. Fala aí, o quê que muda no cara?

Ed: rapaz, mudou minhas atitudes, forma de pensar, de agir, de... quando eu levantar, pra mim sair de casa. Minha família que eu perdi. Eu tinha minha família, por decisão minha que eu fiquei preso.

G: você quando foi preso, tava com sua companheira e seu filho, né?

Ed: na verdade, mais ou menos, nós tava junto, entendeu? Aí esse meio termo aí que eu fui preso, aí que eu acabei de perder tudo mesmo. Fiquei longe dos meus filhos. (...)

Ed: nós “tava” brigando muito, entendeu? Aí nós “tava” um pouco afastado já, tava morando na minha casa sozinho e ela morava na casa onde nós “morava”, na mãe dela. Mas só que mesmo assim nós “ficava” junto, perto do outro, entendeu? Eu ia ver ela, ajudava ela. Fazia compra, as coisas dos meus filhos. Aí nesse meio tempo que eu fui preso, aí que começou as brigas mesmo lá dentro, ela foi me ver. Aí não tava dando certo mais. Aí ela também arrumou outros caras na rua esse tempo que eu tava preso aí. Aí foi aí que, aí terminamos. Aí eu perdi minha família lá dentro, aí eu ficava pensando o quê que eu ia fazer quando eu saísse de lá. Aí vem pensamento de raiva. Tal hora de tristeza, tal hora de culpa. Falei “quer saber de uma coisa, vou sair daqui e vou ficar bem pra mim mesmo e vamos ver o quê que vai dar, seguir a vida, nova oportunidade que eu vou tá tendo”. Peguei, fiquei na minha, tranquilo.

G: então pelo que você perdeu, aí você decidiu quando saísse ficar longe de coisa errada, né? Você viu que não valia a pena o que você perdeu né? Então o que faz o cara mudar de vida, o sofrimento na cadeia, é o quê?

Ed: a cadeia não ajuda você sair dessa vida não, pra te falar a verdade, mas você aprende muita coisa lá dentro. Tem gente que é cabeça dura, mas agora tem pessoas que já conseguem enxergar, né, o mal que isso tudo te faz, porque se eu não tivesse envolvido com nada, eu estaria com minha família. Se eu fosse um cara trabalhador, eu não ia ter precisado de passar lá dentro da cadeia. Podia ter terminado com ela aqui fora, continuado trabalhando, continuado minha vida. Ter tido outra mulher nesses três anos, porque na verdade eu fiquei três anos lá dentro sem ter nada com ninguém, podia ter outra mulher aqui na rua. Ter esquecido ela ou ela ter vindo atrás de mim. Já lá preso ela não pôde ir atrás de mim, não pôde ter nada comigo, ela arrumou outro cara, tá feliz agora com o cara. Quando eu saí “se” arrependi, já não queria ficar comigo, já não tinha como mais. (trecho de entrevista a mim concedida por Eder, Vitória/ES, 09/08/19)

João:

G: . o quê que faz com que o cara mude a cabeça? Me fala aí, o que mudou na sua cabeça pra você hoje dizer não? “Disso aí eu não quero mais nada com isso não”

J: eu foi a prisão.

G: prisão?

J: a prisão e a minha família sofrendo na época que eu tava lá.

G: quando você fala prisão, é como, o que você quer dizer com isso?

J: as coisas que a gente passa lá dentro.

G: é?

J: negócio de gás lacrimogênio lá da polícia, às vezes do nada, chega na cela e dá tiro. A forma de ter que se alimentar, a forma de ter que se usar o banheiro. Um banho, não tem como tomar direito lá. (trecho de entrevista a mim concedida por João, Vitória/ES, 16/08/19)

Guilherme:

G: fala aí de prisão então, Guilherme, como é que foi esse tempo de prisão. Como é que isso surtiu efeito no cara e a prisão. O que é mais importante pra fazer o cara mudar de cabeça, como você diz que mudou. Fala um pouco disso aí.

Gui: ah, prisão, prisão é ruim, né. Tá doído, os caras na prisão, num quartinho. Eu já fiquei num quartinho com... teve uma vez que o agente botou onze pessoas num quartinho de cinco pessoas. Eles botaram onze. Tinha vez que eu ficava com oito dentro do quartinho. E sempre assim. É vida ruim. É vida de cão. Vida de prisão não é vida boa não. Eu mesmo...

G: não é, né? O quê que é mais importante pro cara mudar de vida como você? Qual é o fator ali que é mais determinante, entendeu?

Gui: ah, você tem que, quando você tá lá dentro da prisão você, você para pra refletir, né. Você pega uma bíblia pra você ler, coisas que não fazia na rua. Você vê o quê que é família mesmo, de verdade. Você vê o quê que é amigo mesmo de verdade, entendeu? E sempre desse jeito.

G: então, o quê que é... o quê que é mais importante pro cara não voltar pro crime?

Gui: o quê que é mais importante é a família, né. Família da gente. E pensar, né, que nesse mundo a gente não tem amigo não. Único amigo da gente é nossa mãe. Entendeu? Que nem família é nossa amiga.

G: certo. Então família, né? Que é o mais importante, né?

Gui: é. (trecho de entrevista a mim concedida por Guilherme, Vitória/ES, 23/08/19)

Galdino:

G: que é isso aí que você falou, quando o cara, por exemplo, o pensamento do cara não se envolver mais, né, como você falou aí “pô, já passei, já vi que, pô, não vale a pena, eu não vou pro lado errado mais não”, o quê que pesa mais o cara decidir sair, não fazer essas coisas erradas mais? Entendeu? Qual é o...

Ga: a família!

G: fala aí, a família?

Ga: é.

G: por quê?

Ga: por que é doído demais você tá lá preso, tipo, às vezes eles te encaminham pra uma cadeia longe, aí a sua mãe tem que trabalhar e te visitar! Às vezes ela deixa de ir trabalhar pra poder ir te visitar e às vezes ela vai e te visita quinze minutinhos. Na cadeia de maior, igual, é no acrílico, pega o telefonezinho, fica quinze minutinhos, depois se despede, pode dar nem um abraço. Isso é doído, lá dentro. (...) CDP é só no parlatório. (trecho de entrevista a mim concedida por Galdino, Vitória/ES, 30/08/19)

Júlio:

G: dois anos e seis meses. Me fala aí como é que foi essa experiência de prisão aí, Júlio?

Ju: rapaz, eu não sei, rapaz, parece que eu passei ali... sei lá, só Deus mesmo. Foi uma coisa assim, horrível.

G: foi horrível?

Ju: é, na de maior foi... horrível.

G: muito pior do que o tempo de menor? É? E o que isso passa na cabeça do cara? O que isso muda no cara? Fala aí.

Ju: agora, tipo assim, eu penso diferente, né, porque antes eu não pensava. Agora eu penso diferente, graças a Deus. Agora eu coloquei a cabeça no lugar, né. Eu vi que isso daí não é pra mim. Aí eu... eu pensei diferente, quando você fala, agora eu tô com vinte e oito anos, parece que você para, assim “não, eu não vou mais mexer com nada disso aí”, aí depois você dá aquele basta. Depois que você arruma mulher direita, entendeu? A mulher tá ali, tá ajudando ali, entendeu? Tudo influência, tudo influência... ter mulher, quando se arruma mulher, uma pessoa, uma companheira, ela te ajuda, te ajuda a você sair daquela vida. Entendeu? Quando o cara tá sozinho, ele começa a fazer merda. Quando a pessoa tem uma companheira e tá ali do lado dele, pra ajudar ele, pra qualquer coisa, pra ajudar ele. Tá ali, entendeu, dando um conselho a ele, entendeu? Assim que é bom. Quando a pessoa tá sozinha, parece que fica assim, com o inimigo, assim. Vem sempre um pra poder querer te perturbar com alguém. (...)

G: é. Então o que você acha que era o mais importante pro cara, depois dessa experiência aí de prisão, pro cara decidir mudar de vida?

Ju: quando você tá lá dentro lá, né, você pensa “nossa, isso aqui, parece que acabou pra mim”, fica pensando. Pensando, “será que se eu sair pra rua eu vou mudar?” não sei o quê, entendeu? Se eu sair... eu ficava pensando. Mesmo conseguindo visita, eu ficava pensando, “será que se eu sair daqui eu vou mudar?”. Não sei. Aí eu falei que não, na minha mente. Aí depois que eu arrumei essa companheira, eu consegui. Que eu consegui mudar. Foi por causa dela que eu resolvi mudar, que hoje eu tô bem até hoje. Eu consegui parar com tudo, graças a Deus. Arrumei serviço, não é aquela grandes coisas, mas...

G: então isso você acha que é, a questão da companheira, é o ponto mais importante pro cara mudar de vida, né? A família, né?

Ju: é, a família. (trecho de entrevista a mim concedida por Júlio, Vitória/ES, 16/08/19)

Josué:

G: Josué, vem cá, prisão, cara, fala um pouco como foi esse tempo de... essa experiência na prisão. O que isso mudou em você, o que fez você pensar, fala um pouco aí.

Jo: rapaz... assim, é mais pelo fato de... é mais pelo fato do trabalho familiar. Trabalho da família. Pra ir, ou até mesmo algumas vezes passar por situações desagradáveis, entendeu? Às vezes a revista não... igual, quando era antigamente, era outro sistema, os médicos tiravam a roupa, agachava no espelho. Hoje, a maioria das coisas são eletrônicas então não tem muito isso. Mas às vezes rola a revista, né... bem, bem...

G: íntima, né?

Jo: é. Aí às vezes a família passava por isso, aí falava: “ah, a gente não quer mais isso” e tal, “sai daqui, melhora”. E, assim, o sofrimento da família é grande. O sofrimento da família é grande. Porque a família não quer ver você ali dentro. Eu... eu fui aprendendo aos poucos. Eu... uma pessoa livre, ter que ficar preso por bobagem, por bobagem, sem necessidade. E ter que ficar passando por esculacho, porque dentro da cadeia é esculacho. É esculacho. Você vai comer, você tem que fazer procedimento. Você vai... você vai sair pra tomar banho, tem que sair no procedimento. Você vai pro sol, tem que sair no procedimento. Fica ali trinta minutinhos, vinte minutinhos, no sol e entra pra dentro de novo e fica o dia todo trancado. Final de semana... a comida... não é agradável. Então, aí você tem que aprender a sobreviver. Tem que aprender a sobreviver.

G: entendi. Fala aí, o quê que faz com o cara, vamos supor, você falou pra mim que você não era um cara envolvido, envolvido em coisa errada, você teve esse envolvimento. Vamos supor, no seu caso, o quê que fez com que você pensasse e tivesse mais cautela ainda pra ficar longe de problema e não acontecer isso de novo? Quais são os fatores que... decisivos pra você, e que você também acha que na maioria dos casos que você conhece, pessoas que você conviveu lá, realmente pesa pro cara mudar de vida?

J: óh, se for colocar na ponta da caneta mesmo, hoje, hoje, hoje em dia... homicídio é um atrás do outro. O que mais tá acontecendo é morte. Sofrimento da família e o sonho de ter o meu garotinho com a minha esposa. Que nós somos casados já, vai fazer sete anos, entendeu? Nós fomos casados bem cedo. Então isso aí, ela... e o sonho dela é levar ela pra Portugal, pra morar em Portugal. Pra trabalhar lá, ela tem a mãe dela que mora lá, o padrasto dela, o primo. E, seria, assim... um novo começo pra nós. Terminar isso aqui (*o processo*), entendeu? E ir embora. Embora. Até mesmo pela crise, né. Pela crise, nós estamos...

Apesar de sutil em alguns aspectos, há diferença entre os achados dos dois grupos. Também no grupo de controle surgiram relatos a respeito do sofrimento vivido na cadeia e uma decisão de mudança também em razão deste fator, mas o importante a perceber é que este aspecto foi secundário e não assumiu a força e ênfase percebida em algumas entrevistas no primeiro grupo, em que vários entrevistados chegaram a realçar as más condições da prisão como relevantes para a mudança de vida, criticando as supostas ‘excessivamente boas’ condições do IASES, o que indica uma possível contaminação e construção de fachada em razão de minha condição profissional.

O que surge nas falas do segundo grupo, de maneira bastante espontânea, são relatos relacionando a mudança de vida com a família, o que também surgiu no primeiro grupo, conforme seção 2.5 e que, em razão destes achados terem sido confirmados no grupo de controle, receberam análise na seção 3.1. As questões relacionadas à prisão e seus sentidos, que não foram confirmadas da mesma forma como surgidas no grupo inicial, recebem análise nesta seção.

Percebe-se, então, com a realização do grupo de controle, que a prisão, apesar de se relacionar com a decisão de se abster de praticar novos ilícitos, não assume a feição que algumas

entrevistas do primeiro grupo sugeriram, cuja relevância foi possivelmente sobre dimensionada com a construção de uma fachada para o entrevistador-promotor de Justiça.

A pena de prisão, conforme defendido por Foucault, tem o seu sentido em um propósito normalizador de corpos e mentes, com um viés disciplinador. De acordo com este autor:

O funcionamento jurídico-antropológico que toda a história da penalidade moderna revela não se origina na superposição à justiça criminal das ciências humanas, e nas exigências próprias a essa nova racionalidade ou ao humanismo que ela traria consigo; ele tem seu ponto de formação nessa técnica disciplinar que fez funcionar esses novos mecanismos de sanção normalizadora. (2014, p. 180)

Alguns entrevistados no primeiro grupo chegaram a externar uma concordância com toda essa lógica normalizadora, aderindo à ideia da prisão como algo necessário para a manutenção desse controle social, concordando, inclusive, com o formato apresentado atualmente e boa parte de suas mazelas.

No grupo de controle os relatos se apresentaram com alguma distinção, repetindo-se, entretanto, as falas de dor e sofrimento causados pelo cárcere, sem, no entanto, concordar tão expressamente com sua lógica e demonstrando que outros fatores prevalecem para uma mudança de vida, tal como a família.

Esses relatos, então, que consideramos mais fiéis à realidade e que, portanto, merecem análise, colocam em discussão a dimensão assumida pela prisão no funcionamento do sistema de justiça criminal, seu protagonismo atual, os delitos que abrange, sua forma de execução e efeitos.

Conforme Foucault:

O aparelho da penalidade corretiva age de maneira totalmente diversa. O ponto de aplicação da pena não é a representação, é o corpo, é o tempo, são os gestos e as atividades de todos os dias; a alma, também, mas na medida em que é sede de hábitos. O corpo e a alma, como princípios dos comportamentos, formam o elemento que agora é proposto à intervenção punitiva. Mais que sobre uma arte de representações, ela deve repousar sobre uma manipulação refletida do indivíduo. (2014, p. 126).

O sistema punitivo, então, a partir da última metade do século XVIII, superando a lógica do suplício e dos castigos físicos e imoderados, passou a se basear em um sistema de vigilância e hierarquização, reduzindo as singularidades individuais. Para este autor:

O corpo, tornando-se alvo dos novos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas de saber. Corpo do exercício mais que da física especulativa; corpo manipulado pela

autoridade mais que atravessado pelos espíritos animais; corpo do treinamento útil e não da mecânica racional, mas no qual por essa mesma razão se anunciará um certo número de exigências de natureza e de limitações funcionais. (FOUCAULT, 2014, p. 152).

A prisão, em seu formato atual, tem suas bases, então, nesta lógica disciplinar e de controle dos comportamentos individuais, passando-se de

[...] ‘mecanismos histórico-rituais de formação da individualidade a mecanismos científico-disciplinares, em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida o lugar do *status*, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável, esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo.’ (FOUCAULT, 2014, p. 189)

Assim, uma intenção de controle dos indivíduos norteou o formato do atual modelo de prisão, modulado com o objetivo de manter o controle dos corpos e mentes. E gradativamente o cárcere passou a assumir disfuncionalidades, a exemplo de uma cada vez menor capacidade de ‘ressocialização’, ou seja, de aparelhar o indivíduo de aptidões que poderiam levá-lo a se inserir em atividades e funções disponíveis na sociedade para seu precário auto sustento, e cada vez mais se constituindo em mecanismo puro e simples de causação de dor.

O cárcere passou a ser utilizado, então, como forma de causação de dor e sofrimento e, por meio desse mecanismo, desestimular o indivíduo a reiterar certas práticas que, muitas vezes, não guardam proporcionalidade com o sofrimento imposto.

Muitos entrevistados relataram vivências no cárcere que ultrapassam uma lógica normalizadora estrita, de buscar adestrar posturas e comportamentos. Estas ocorrem, por exemplo, a partir da imposição de um procedimento administrativo penitenciário, que deve ser por todos observado, relativos à hora do banho de sol, alimentação, revista pessoal etc. O disciplinamento de corpos e mentes passa a ocorrer em paralelo a imposição de sofrimento muitas vezes gratuito e exagerado, geralmente desproporcional com o ato praticado pelo indivíduo e desconsiderando, também, o fato de que o desestímulo à reincidência não ocorrerá sem que as condições de vida de profunda privação destas pessoas sejam alteradas, sendo a prisão apenas uma continuidade no sofrimento vivenciado por elas.

E dentro dessa lógica de um instituto que tem como propósito a infligência de dor, a burocratização do funcionamento do sistema de justiça criminal é bastante útil para o cumprimento deste objetivo, com uma repartição de tarefas que, no limite, ameniza a percepção da imposição de dor ou afasta as crises geradas por sua ação a partir de um sistema de repartição de atribuições.

Vários atores agem dentro desse sistema de produção de sofrimento. O policial militar prende em flagrante um indivíduo flagrado com drogas supostamente para a venda e o entrega no plantão da polícia civil; o delegado plantonista, baseado nos depoimentos dos policiais militares de que possuem informação de que aquele indivíduo trafica drogas, ratifica o flagrante e indicia o envolvido por tráfico de drogas; o promotor de Justiça, baseando-se na palavra dos policiais militares e no indiciamento do delegado de polícia, oferece denúncia, que é recebida pelo juiz de direito, que da mesma forma decreta a prisão preventiva do denunciado com base no relato dos militares já respaldado pelo delegado de polícia e pelo promotor de Justiça; ancorados nesses mesmos elementos de prova, quais sejam os testemunhos dos policiais militares de que o indivíduo trafica drogas e é conhecido da guarnição policial por este comportamento, o promotor de Justiça apresenta suas alegações finais e o juiz de direito via de regra condena aquele indivíduo, que passa a cumprir a pena imposta.

A dor imposta tanto no Centro de Detenção Provisória (enquanto preso provisório) quanto na Penitenciária (quando condenado) são manipuladas por terceiros alheios a todo este processo acima descrito, quais sejam os agentes prisionais que atuam no estabelecimento prisional, assim como pelo Estado, através de suas secretarias, que estruturam as condições do encarceramento, determinada por terceiras pessoas.

O policial militar, o policial civil, o promotor de Justiça e o juiz de direito não se sentem responsáveis diretamente pelo sofrimento causado durante a prisão, já que não lhes cabe gerenciar a forma do encarceramento. Aqueles que tem a função de gerenciar o estabelecimento prisional, por sua vez, não se sentem causadores dessa dor, já que estão apenas cumprindo ordem de terceiros, qual seja o juiz que determinou a prisão, que por sua vez age em razão da denúncia do promotor, que atua por conta do indiciamento do delegado de polícia, que em regra ratifica o trabalho do policial militar.

Este distanciamento dos atores responsáveis pela inflicção da dor da percepção desta acaba sendo responsável pela manutenção da prisão nos exatos moldes de como é hoje. Segundo Christie:

O computador na lei penal tem, por meio desses elementos, capacidade dupla para criar distância. As decisões sobre a relevância – as regras de computador – podem ser feitas muito longe das partes envolvidas. E quando elas são aplicadas, as partes não precisam estar lá. As decisões sobre a dor podem, portanto, ser feitas em isolamento completo daqueles que estão a receber sentença. (2018, p. 79)

De acordo com Christie, a “[...] imposição intencional de dor é mais fácil quanto mais longe o destinatário é do distribuidor.” (2014, p. 112).

Um juiz com quem trabalhei tinha uma postura bem peculiar. Ele era um juiz relativamente rigoroso, em regra mantinha as prisões em flagrante e dificilmente soltava o réu antes da realização da audiência de instrução e julgamento, o que comumente levava cerca de um ano para ocorrer. No momento da audiência, no entanto, sua postura se invertia. Ele simplesmente não tinha estrutura emocional para lidar com aquela dor demonstrada pelo réu com o encarceramento e, com frequência, após esse primeiro contato, mesmo que fosse necessário marcar uma nova audiência para concluir a instrução ou ficasse demonstrada a responsabilidade do réu, ele concedia a liberdade e permitia que o réu permanecesse solto até ser proferida a sentença.

O que se vê neste exemplo é exatamente aquilo dito por Christie de que a dor é imposta com mais eficiência quando há um distanciamento entre quem aplica e quem sofre. Ocorrido este contato, humanizado o receptor da dor e percebidas as consequências da decisão, a capacidade de manter a aplicação da dor é fragilizada e muitas vezes a prisão é suspensa.

Este exemplo demonstra a disfuncionalidade do sistema de justiça criminal, em que aqueles responsáveis por aplicar a punição em regra não tem a exata noção das consequências de sua decisão. O policial militar, o policial civil, o promotor de Justiça e o juiz de direito em regra não possuem dimensão do que sofre o indivíduo com o encarceramento. E, assim, muita dor e sofrimento são aplicados desnecessária e desproporcionalmente ao ato que motivou a punição.

Os achados trazidos nesta seção, então, mostram-se úteis para discutir a forma de execução da pena de prisão, que com frequência ocorre de maneira desumana e degradante; sua aplicação, que comumente ocorre para crimes que poderiam receber um tratamento distinto, apenando-se o autor com penalidades alternativas; e seus efeitos.

Christie propõe uma substituição de grande parte do espaço ocupado pela prisão pela justiça participativa, em que a vítima participará do conflito instaurado contribuindo para lidar com o mesmo. Ele afirma que a vítima é excluída “[...] de qualquer participação no seu próprio conflito [...]” e que esta perda é, “[...] antes de tudo, uma perda de oportunidades de esclarecimento de normas. É uma perda de possibilidades pedagógicas. É uma perda de oportunidades para uma discussão contínua sobre o que representa a lei do país.” (2018, p. 122).

Defendendo a justiça compensatória, pergunta o autor: “[...] por que nós não estendemos imediatamente, com uma visão adicional, o sistema de compensação às vítimas e deixamos que o domínio do direito penal diminua?” (2018, p. 124)

Becker, apesar de elaborar sua teoria partindo de premissas e perspectivas distintas, concorda com esse aspecto:

Uma ação "criminosa" seria definida fundamentalmente não pela natureza da ação, mas pela incapacidade de uma pessoa de compensar o "dano" que causou. Assim, uma ação seria "criminosa" precisamente porque resulta em uma lesão não compensada a outros. O direito penal cobriria todas essas ações, enquanto o direito civil cobriria todas as outras ações.⁴⁶ (1968, p. 198, tradução nossa)

Becker procura, então, em seu trabalho “[...] demonstrar que políticas ótimas para combater o comportamento ilegal fazem parte de uma alocação ideal de recursos.”⁴⁷ (1968, p. 209, tradução nossa).

Fazendo uma análise mais limitada do que Christie e centrado-se apenas em analisar o custo do funcionamento do sistema de justiça criminal para uma atuação mais eficiente para prevenir delitos, Becker ressalta um ponto que, em uma contingência de recursos públicos escassos e grave crise econômica como a atual, também se deve considerar, qual seja uma forma eficiente e mais econômica de prevenção de delitos, o que, segundo ele, não ocorre com o largo emprego da pena de prisão.

Conforme achados constantes da seção 2.4, foi possível perceber, em relação aos entrevistados Roberto, Edvaldo e Tião, o processo de associação diferencial dentro do ambiente prisional. A predominância neste local de definições favoráveis à violação da lei em detrimento de opiniões em sentido contrário pode favorecer a entrada do indivíduo em uma contingência de práticas criminais.

De acordo com os achados descritos no item 2.4, alguns entrevistados relataram terem vivenciado um ambiente onde predominavam posições favoráveis à prática de delitos, o que pode ter contribuído com o seu envolvimento em crimes. Tal processo, para alguns, ocorreu no

⁴⁶ A "criminal" action would be defined fundamentally not by the nature of the action but by the inability of a person to compensate for the "harm" that he caused. Thus an action would be "criminal" precisely because it results in uncompensated "harm" to others. Criminal law would cover all such actions, while tort law would cover all other (civil) actions.

⁴⁷ The main contribution of this essay, as I see it, is to demonstrate that optimal policies to combat illegal behavior are part of an optimal allocation of resources.

estabelecimento prisional, valendo mencionar o entrevistado Tião, que relatou que foi preso em razão de drogas que pertenciam a seu irmão e que passou a traficar após receber liberdade, por influência de outros presos.

Esta situação não pode ser descartada e merece também reflexão acerca do âmbito de aplicação da pena de prisão em nosso sistema jurídico, pois uma larga utilização do encarceramento contribui para o aprendizado social voltado para a prática de crimes, seja pelo compartilhamento de técnicas criminais ou pela associação diferencial no interior do estabelecimento prisional

4.2 - ESTIGMA

O tema do estigma foi uma questão que surgiu nos relatos de alguns entrevistados de Piúma/ES, mas que não surgiu no grupo de controle.

Como já mencionado, o ideal teria sido a realização de um grupo de controle mantidas as demais características gerais do grupo e alterando apenas o conhecimento sobre minha qualidade profissional, que deveria estar ausente no grupo de controle. Como tal não foi possível, realizamos a segunda parte da pesquisa empírica, a fim de avaliar a validade dos achados da primeira parte da pesquisa, junto a egressos residentes na Grande Vitória/ES.

Essa distinção *capital x interior* pode ter sido responsável por algumas diferenças nos achados, a exemplo da não obtenção de elementos a respeito da eventual produção do efeito do estigma em relação aos entrevistados. Alguns entrevistados de Piúma/ES relataram terem sofrido o efeito do estigma tanto pela condição de usuários de drogas, como também pela condição de egressos do sistema prisional, o que não ocorreu com os entrevistados do grupo de controle.

Como não encontrei razões para concluir que tais achados nas entrevistas de Piúma/ES decorreram da construção de uma fachada perante um entrevistador-promotor de Justiça, considere mais provável que tal diferença tenha se dado em razão das diferenças de contextos entre os dois grupos.

Pode ser que nos locais de convivência dos entrevistados na Grande Vitória/ES já haja uma maior aceitabilidade do uso de drogas, diminuindo o risco de sofrer o efeito do estigma. Muitos chegaram a relatar sua capacidade de controlar a informação sobre o uso de forma que terceiros não usuários não tenham conhecimento desta sua prática. Além disso, a maioria dos entrevistados de Piúma/ES relatou esta situação quanto a períodos anteriores em suas vidas, o

que também pode indicar mudança em relação ao grau de aceitabilidade quanto ao uso de drogas, levando à validade dos relatos.

Quanto ao estigma pelo fato de ser egresso do sistema prisional, igualmente não consegui encontrar razões para deixar de validar tais achados, apesar de não terem surgido no grupo de controle. Não acredito que alguém, ao construir fachadas sobre si, afirmaria ter sido estigmatizado sem que isso tenha ocorrido. O estigma nada tem de positivo e, em regra, rebaixa o indivíduo na escala de valorização social.

Considerarei, então, válidos os achados do grupo de Piúma/ES, levantando como uma hipótese para explicar o fato destes elementos não surgirem no grupo de controle também a diferença contextual *capital x interior*, sendo talvez mais comum na capital que o empregador aceite um empregado com antecedentes, deixando de considerá-lo inadequado para aquela função em razão desta situação pessoal.

De toda forma, independentemente das razões que expliquem o não surgimento desses elementos no grupo de controle, o que também pode se dever ao reduzido número da amostra de entrevistados, não tendo os achados sido compreensivelmente contrariados, passo a descrevê-los e analisá-los neste tópico, não o fazendo na seção 3 porque nesta parte apenas os achados **confirmados** no grupo de controle foram discutidos.

Tabela 10 – Relação entre entrevistados e a ocorrência do efeito de estigma

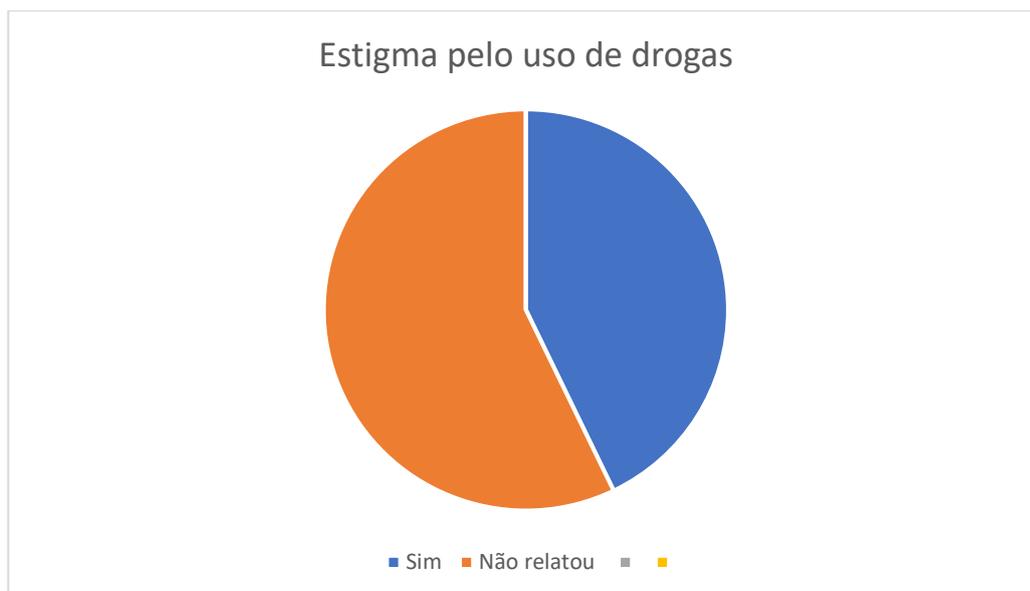
Entrevistados	Estigma pelo uso de drogas	Estigma por ser egresso do sistema prisional
José Antônio	Não relatou	Não relatou
Roberto	Não relatou	Não relatou
Genilson	Sim	Não relatou
Leandro	Não relatou	Não relatou
Anderson	Sim	Sim
Edvaldo	Sim	Não relatou
Sander	Sim	Sim
Teotônio	Não relatou	Sim
Fabiano	Sim	Sim
Wilson	Sim	Não relatou
Sílvio	Não relatou	Não relatou

Tabela 10 – Relação entre entrevistados e a ocorrência do efeito de estigma

Tião	Não relatou	Não relatou
João Cláudio	Não relatou	Não relatou
Kennedy	Não relatou	Não relatou

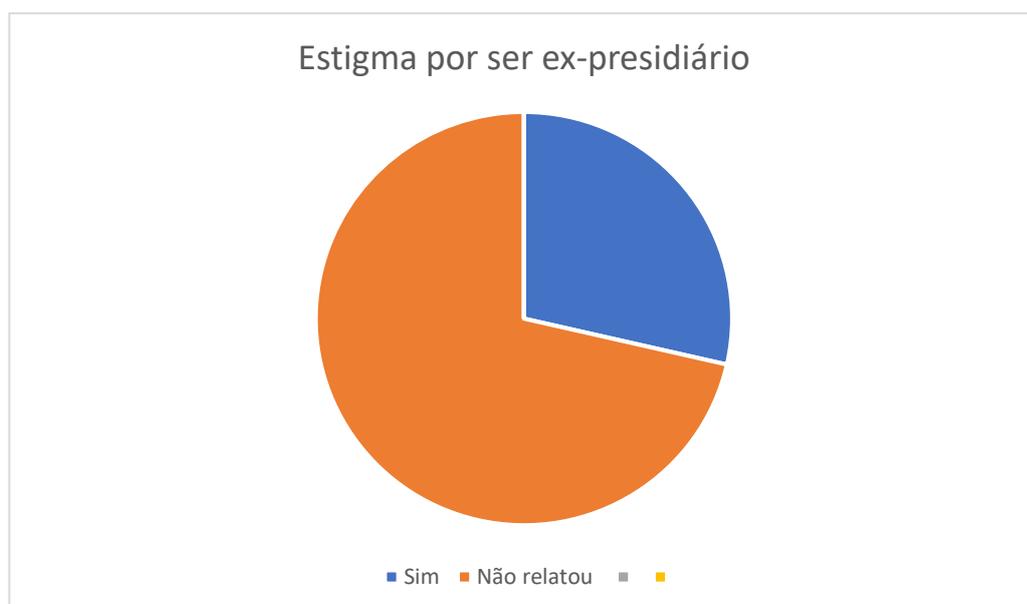
Fonte: autor.

Figura 12 – Gráfico comparativo da ocorrência do estigma pelo uso de drogas



Fonte: autor.

Figura 13 – Gráfico comparativo do estigma por ser egresso do sistema prisional



Fonte: autor.

Fabiano relatou ter vivenciado essa situação:

G: Além disso, você já sofreu também preconceito pelo uso da droga, as pessoas se afastaram de você...

F: já, já... (...) é o que mais acontece, o que mais acontece. Meu irmão... eu trabalhava pra ele, entendeu? Eu trabalhava pra ele lá em Iconha lá, ele... aí ele teve, na hora do almoço, eu fui fumar um baseado lá já dentro do mato, em Iconha, aí ele já sentiu o cheiro, chegou falando que não aceitava aquilo, que quem fuma não trabalha com ele e tal e que não aceita esse tipo de coisa. Aí foi, acabei sentindo o que ele disse, mandou embora. Aí contou pra mamãe, contou pra minha irmã... as tias dessa mulher que tá comigo agora, que é Poliana, é pedagoga que é outra que tá fazendo estágio aí, também não, né... não me via com bons olhos. A família dela também “ah, esse cara é ex-presidiário, esse cara é viciado, esse cara usa droga”. Então eu tenho isso aí... (...) só quem me conhece mesmo que sabe, rapaz, não vou falar, tava fazendo a casa pra um tal de Ivan aqui, que é lá da Bahia e tá construindo aqui. Inclusive eu fiz a casa de Sheila aqui, chefinho aqui de Sheila Bezerra Bassul. (...) eu reformei a casa deles tudinho. Foi ultimas coisas que eu fiz. Aí chegaram pra ela falando “aquele cara que trabalha na sua casa ali, oh, ele é perigoso, aquele cara lá, oh. Ex-presidiário, usa droga e dizem que até mata os outros”, falaram lá pra Ivan. Aí Ivan chegou “quem? Fabiano? Ahn! Fabiano faz isso não, Fabiano é...” Entendeu? Ele mesmo falou “não...”. (trecho de entrevista a mim concedida por Fabiano, Piúma/ES, 21/02/19)

Teotônio também indica ter sofrido o efeito do estigma por ser egresso do sistema prisional:

G: aí você procurou emprego, não achou...

T: aí não achei, aí eu procurei o recurso pra eles, eu precisava arrumar dinheiro... por que procura serviço aí pro Estado, você procura um serviço honesto aí de carteira assinada, você vai lá, na hora que pede pra ver antecedentes, se tem umas pessoas que fica na cara que, que não aceita ex presidiário. Igual, já é duas vezes aconteceu isso comigo, aí eu saí como? Já desanimado, já nem corri atrás mais de emprego. Por que na hora que já chega no lugar, já fala que não aceita ex presidiário. Já, aquela animação que você vai, pra correr atrás do emprego honesto, você já não, não tem mais aquela animação mais pra tá correndo atrás do serviço honesto, tem que dar os pulos, correr atrás de uma obra, procurar um bicozinho. Tentar limpar, alguma coisa pra fazer. Pegar um carrinho de picolé. Invernada você não consegue vender nem um picolé. Se você pegar um carrinho de picolé, você não consegue vender. Aí já fica mais complicado. (...)

T. Por que sem o emprego... preciso de um emprego, assim, pra gerar aquele dinheiro pra tá sustentando a família, né. Aí quando o emprego... não fica nem lá e nem cá. Igual, eu tava na limpeza urbana uns tempo atrás, ficava varrendo rua, aí eles mandaram embora. Aí entrei num... numa outra firma, aí o cara foi, trabalhei um dia na firma, aí o cara foi e falou que eu era ex presidiário, ex detento, que não era pra “mim” fica lá, não era pra “mim” trabalhar porque eu poderia tá arrumando um jeito pra assaltar a loja. Se eu to correndo atrás de um emprego, que eu to precisando de um emprego, que eu não quero viver mais aquela vida errada, né. Mas muita gente tem um outro pensar. (trecho de entrevista a mim concedida por Teotônio, Piúma/ES, 20/02/19)

Wilson traz também interessantes informações a respeito do estigma sofrido por ser usuário de drogas e como isso lhe afetou:

W: o corpo, a mente. Atrapalha também, as pessoas que quer caçar um serviço, a pessoa “não... tá no mundo da droga”, aí você já não consegue um serviço mais.

G: então atrapalha também pelo que as pessoas começam a achar daquela pessoa que usa maconha?

W: é.

G: certo, é isso que eu quero saber, o quê que é a parte pior de você ter usado, foi os prejuízos pra você, pra sua saúde, ou os efeitos, ou o prejuízo foi outro, foi fora do seu corpo, ou seja, foi porque você começou a andar com a galera que fazia coisa errada. Foi porque as pessoas começavam a olhar pra você e achar que você, “ah, esse aí é vagabundo!”, a polícia também começou a “ah, Wilson tá também naquela galera ali, é vagabundo”, começou a te abordar mais. Porque são efeitos diferentes. O efeito pra mente, corpo aqui, eu. E outra coisa o efeito... que tem porque as pessoas acham que eu comecei a ser uma pessoa diferente entendeu? Entendeu a diferença?

W: a pior mesmo é o que as pessoas acham. (...) “ah, aquele menino usa droga!”, então... (...)

G: além da polícia, quem mais, as pessoas do bairro também começam a pensar de vocês?

W: pessoas do bairro, aí muitas pessoas cortam amizade com você por causa disso.

G: é, você sentiu isso?

W: já senti já. Hoje em dia eu tenho outras amizades que...

G: mas naquela época você sentiu um pouco isso? Teve gente que se afastou porque você tava na maconha?

W: é.

G: porque às vezes também o pai não queria que andasse com você?

W: é. Muitos pais, assim, que gostavam de conversar comigo se afastaram de mim. (...)

G: mas em relação a esse comportamento de pessoas em relação a você, você se aborrecia, “pô, eu sou um cara tranquilo, pessoal...”

W: eu ficava perguntando, “mas por que estão se afastando?”, não tava tendo ciência das coisas. (...) me perguntava. Chegava assim, “ei, porque você se afastou de mim?!”, eles, “ah, minha mãe não quer que eu converse com você não”, “mas porquê?”, “minha mãe não quer, tal. Entendeu? Ela não quer”, “não, beleza”.

G: e isso, lógico, deixava você ali com mau estar?

W: é, deixa a gente mais... acoado, né, como se diz.

G: e isso deixava você mais isolado, assim, você acabava se isolando mais?

W: é, eu ficava mais isolado mesmo.

G: mais isolado, né, por conta disso...

W: perdi as amizades de longa data, foram se afastando. (...) acabou que eu... fui fumando cada vez mais, acabei fumando vinte e cinco gramas por dia. (trecho de entrevista a mim concedida por Wilson, Piúma/ES, 12/12/18)

Edvaldo também trouxe informações a respeito desta situação:

E: Minha ex-sogra. Uma vez, ela, na bolsa, ela achou uma ponta. Aí, falou que eu estava usando droga, que não sei o quê... Mas ela não sabe diferenciar, para ela toda droga é igual. Pode ser maconha, pode ser pedra, pode ser cocaína, para ela tudo é igual. Então, eles criticam por causa disso.

G: E aí ela mudou com você?

E: Mudou, por que já não era aquela pessoa que era antes né?

G: Isso foi ruim para você?

E: Foi. Que, tipo assim, uma vez. Você falava uma coisa não era aquela mesma coisa que era antes. Não tinha aquela confiança. (...) Tipo assim, se eu chegasse pra ela e falasse assim: minha sogra me empresta 20 reais? Aí ela falava será que é para isso mesmo? Será que não é pra você? Então fica aquela coisa chata, né? (...)

G: Essa atitude da sua sogra, essa mudança de comportamento dela, qual efeito gerava em você? O seu sentimento ali?

E: Aquele sentimento, tipo assim, de culpa, né? Pô, era minha sogra. Ainda mais a sogra. Então, aquilo ali já foi mudando. (trecho de entrevista a mim concedida por Edvaldo, Piúma/ES, 24/01/19)

Sander relatou ter sofrido estigma pela sua condição de usuário:

G: Você sente, né? A partir do momento que começou a usar droga, você sentiu que as pessoas começaram a mudar a forma como olhava para você?

S: Foi aí que eu senti que não estava bom ali. Que eu queria sair dali. (...) Eu já senti que o clima. Eu já senti que o Sander que todo mundo gostava, quando eu comecei a usar já foi sendo uma outra coisa. (...) As pessoas de bem, entendeu? Que conversavam comigo, até mesmo na escola, os professores, as professoras, as pessoas que gostavam de mim, entendeu? Tipo os vizinhos. Essas pessoas já vão se afastando. Já vem para a parte do conselho: - "Olha, sai dessa vida" Mas aquela amizade de chegar para você, de dizer: - "Oi, tudo bom?" Te abraçar, já não era a mesma coisa. Já chegava para dar conselho. Não chegava pra conversar como era antigamente. Igual, eu tinha um professor, Samir, lembro até hoje do Samir, um altão, é daí de Piúma aí. Ele pagava refrigerante, ele pagava lanche para mim, pagava tudo na escola. Ai depois de mais velho, comecei a usar droga, ele só vinha até mim para: - "olha, entrar nessa furada aí, você tá dando mole. Está nessa vida aí, perdeu tudo comigo." Aí eu falei assim: "Perdi tudo?" Ele: "-Estou sabendo já que você está usando coisa errada. E eu já fui botando aquilo ali na mente."

G: E isso foi gerando qual efeito em você?

S: Negativo, negativo. Atração negativa na minha vida eu ficava aí que eu me afundava mais. Aí, eu pensava, pensava: "-ah! Todo mundo já está me vendo como drogado." Aí, a pessoa vai usando mais e mais. Entendeu? Igual, no caso, se a pessoa não tiver a mente firmada mesmo, ela não sai, não sai. Se ela realmente não colocar na mente. (trecho de entrevista a mim concedida por Sander, Piúma/ES, 19/12/18)

Anderson, na narrativa de sua difícil trajetória de vida, relatou também ter sofrido forte efeito do estigma tanto pela sua condição de usuário de drogas como de egresso do sistema prisional:

A: Se eu tivesse uma oportunidade melhor de emprego, né, das pessoas abraçar mais a gente, em vez de... incriminar antes da pessoa cometer aquele crime, porque já tá incriminando aquela pessoa, só de olhar pra pessoa e achar que a pessoa vai cometer, “não vou colocar essa pessoa aqui não que essa pessoa vai me roubar!”, “não vou colocar essa pessoa aqui não porque essa pessoa vai me sujar o ambiente e vai sumir, as pessoas daqui. Ou ele vai me causar algum tipo de danos amanhã ou depois”, entendeu? “Eu não quero essa pessoa aqui, essa pessoa é suja, essa pessoa já foi ladrão...”

G: então isso tudo, isso tudo ajudava você a continuar na vida errada? Esse preconceito?

A: é, isso só fazia eu me drogar mais. Aí eu me drogava e... cometia outros delitos, porque eu não via uma saída pra “mim” poder, assim... suspirar, me sentir melhor no meio da sociedade. Eu não... entendeu? Eu queria “se” envolver mais no meio deles, participar de festa, participar de igreja, participar de curso, né... “Se” envolver mais nos estudos, misturar mais, conversar com mais pessoas. Só que a gente se mantém muito fechado quando a gente passa a ser um drogado, entendeu? A gente passa a ouvir outras pessoas. A gente passa a ouvir outras pessoas que usam, em vez de a que não usa, entendeu? A gente passa a se misturar com pessoas que tem os mesmos... tem as mesmas dores que a gente, entendeu? Isso é o quê, as mesmas dores que eles têm, eles “cabam”... querendo usar droga, e a gente também, na mesma coisa, a gente acaba usando droga. Aí parece que ali tá tudo bem, tá usando, tá fumando, tudo bem, mas acabou aquilo ali, não tá nada bem! Nós vamos continuar na mesma! Aí a gente vai, toma banho, come, bebe, escova os dentes, essas coisas, “não, tenho que mudar minha vida, eu vou mudar e dessa e uma coisa e outra” e você sai e vai atrás de emprego. Aí você anda. Conversa com um, conversa com outro. Você não acha emprego. Nas lojas você não vai mais porque você já vê que a sua fisionomia, a sua pessoa já não tá cabendo ali mais pra eles, então você não perde seu tempo. Eu não perco mais meu tempo de ir nas lojas pedir um emprego, porque eles não me dão emprego! Um material de construção, uma coisa assim, entendeu? (...)

G: você sofreu, sentiu muito isso de alguns pais de alguns amigos não queriam que eles andassem com você?

A: sim, muito!(...) Não queria que andasse comigo porque, né, eu era uma pessoa errada, porque eu não servia pra ser amigo, né. E ali a gente fica de forma esquisita, mas eles sabiam que eu era uma pessoa boa, então eles não afastavam da gente, a amizade da gente...

G: o amigo não se afastava?

A: não se afastava.(...) Aí tinha que eles pegar e dar mais oportunidades de ouvir eles, de tratarem a gente melhor, entendeu? De conversar com a gente. Não, mas pisavam nas pessoas. Tratava as pessoas erradas, já me sentia pior do que eles, entendeu? A gente se sentia pior. Como é que vai falar dos outros se a gente também não somos melhor do que eles?!

G: entendi. Isso fazia com que você se sentisse pior?

A: é, fazia eu sentir pior, porque as mesmas necessidades que eu passo, eles também passam, entendeu? Aí eram as únicas pessoas que a gente tinha pra poder se envolver, pra brincar, pra gente conversar. Essas pessoas da nossa idade, da nossa infância, da nossa idade, entendeu? A gente queria brincar.

G: você acha que a maconha não atrapalha a sua vida não, seu serviço?

A: não, isso aí não me atrapalha não. Me atrapalha eu arrumar trabalho, porque ninguém quer botar um cara viciado em droga no serviço. Ninguém quer botar uma pessoa que usa droga. Quer uma pessoa com cabeça no lugar, uma pessoa sã, uma pessoa boa! (trecho de entrevista a mim concedida por Anderson, Piúma/ES, 17/01/19)

Também Genilson trouxe essa situação quanto ao uso de drogas:

G: mas isso você acha que isso é ruim? A maneira que... a maneira como as pessoas se... agem com aquele indivíduo que tá usando a maconha?

g: é, daquele jeito que as pessoas olham a gente, né. A gente não, os outros que usam.

G: sim, você já tá fora, mas quando você usava, você sentia isso?

g: sentia isso, aí eu ficava mais de longe mesmo. (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18)

Tião relata que seu irmão não consegue emprego pela sua ficha criminal:

T: pra conseguir emprego mesmo, que ele é muito sujo. Entendeu? A conta dele é bem suja.

G: entendi, aí o pessoal não dá emprego.

T: hum, dá nada, claro que não dá. Fica com pé atrás, né. Ninguém mandou, não quer saber de estudar também. (trecho de entrevista a mim concedida por Tião, Piúma/ES, 23/01/19)

Diversos relatos surgiram nas entrevistas em Piúma/ES a respeito do estigma pelo uso de drogas e pela condição de haverem sido condenados criminalmente, demonstrando os entrevistados como terceiros mudaram seus comportamentos em relação a eles em razão do conhecimento destas condições pessoais, afastando-se e privando-os do convívio e do acesso a oportunidades de emprego em razão destas situações, segregando-os ainda mais e limitando-os ao convívio com pessoas de comportamentos semelhantes.

A condição de usuário de drogas e condenado criminalmente não gera um estigma visível, não fazendo de seu portador uma pessoa *desacreditada*, mas *desacreditável*, conforme Goffman (2017), pois terá seu *status* social rebaixado apenas a partir do conhecimento, por parte de terceiros, de sua condição.

A questão a respeito do controle da informação sobre sua condição é, então, extremamente importante para a ocorrência do estigma, assim como o nível de rebaixamento moral que sofre o indivíduo em razão de sua condição pessoal no contexto em que vive.

Esses dois aspectos podem explicar a diferença nos achados entre o primeiro e o segundo grupo de pesquisa.

É possível que em uma capital seja mais fácil ao portador desse tipo de estigma escondê-lo, em razão da natural menor identificação individualizada dos residentes em uma localidade com aproximadamente 1,5 milhão de pessoas. Um usuário de drogas residente de determinado bairro do município de Cariacica/ES pode buscar emprego em outro bairro ou nas demais cidades da região metropolitana sem que alguma informação específica sobre si, como o fato de usar certa droga, seja conhecida. Em uma cidade de cerca de 20.000 habitantes tudo funciona de maneira bem distinta.

As histórias pessoais são conhecidas por um número muito maior de pessoas, que também compartilham mais facilmente essa informação. Uma pessoa que na sua adolescência teve um comportamento de desvios, com uso de drogas, abandono da escola e prática de pequenas infrações geralmente fica largamente conhecida quanto a essas práticas e, para ele, é muito difícil se livrar do estigma que será formado em relação a sua pessoa. Terá, então, muita dificuldade de controlar a informação sobre esta condição, mesmo que tenha alterado seu comportamento.

De acordo com Goffman, então, “[...] a informação cotidiana disponível sobre ele é a base da qual ele deve partir ao decidir qual o plano de ação a empreender quanto ao estigma que possui.” (GOFFMAN, 2017, p. 42).

O indivíduo, então, elabora seus planos de ação a partir da quantidade de informação sobre si que há no contexto em que vive e, em uma cidade pequena, há muito mais informação disponível sobre cada indivíduo no âmbito de seu contexto de existência do que em uma região metropolitana.

Essa diferença talvez explique o fato de muitos entrevistados em Piúma/ES terem relatado o efeito do estigma pela condição de usuários de drogas, enquanto no grupo de controle nenhum relatou.

Outra possibilidade para explicar essa diferença talvez seja a gradativa alteração que aquela condição sofre ao longo do tempo em termos de estigma, podendo aquele comportamento passar a ser mais ou menos aceito socialmente.

Alguns entrevistados no grupo de controle relataram que em seus bairros a ‘maconha é praticamente liberada’, que ‘muita gente usa, até em frente de casa’, o que demonstra maior aceitação desse comportamento no contexto em que vivem e que aquela prática gradativamente

tem deixado de levar à constituição de um estigma. É comum, também, que esta mudança nos níveis de aceitação social se altere mais rapidamente em aglomerados urbanos maiores, em que há uma maior variedade comportamental, mais pessoas aderindo a certas práticas de forma ostensiva, forçando, assim, uma mudança na opinião de terceiros a respeito de determinado comportamento. Em localidades menores o nível de coerção social mais tradicional e conservador via de regra reprime de forma mais duradoura certas mudanças comportamentais, levando as poucas pessoas com comportamentos atípicos a permanecerem reprimidas por mais tempo, sendo impulsionadas tais mudanças de forma mais significativa por influência de mídias sociais e digitais.

Tal diferença, aliada ao fato de que muitos relatos dos entrevistados em Piúma/ES se referem a fatos passados, do início da juventude, pode tornar válidos os achados obtidos na primeira parte da pesquisa, apesar de inexistentes no grupo de controle.

O estigma relacionado à condição de condenado criminalmente tem uma característica peculiar que é o fato desta característica constar da ficha de antecedentes criminais do indivíduo, o que pode ser solicitada pelo empregador em uma tentativa de obtenção de emprego.

O controle da informação a respeito desta característica degradante da personalidade do indivíduo é, então, mais complexo, o que a princípio pode dificultar a compreensão a respeito das diferenças entre os achados.

Entretanto, se de um lado qualquer empregador pode obter a ficha de antecedentes criminais, tanto em Piúma/ES como na Grande Vitória/ES, isso não significa que a lógica da busca de emprego ocorra da mesma forma em ambas as localidades.

Em momentos de elevado índice de desemprego, como o atual, as ofertas de trabalho informal se elevam, e para estes os critérios de seleção comumente são menos rigorosos. É bastante possível que boa parte dos entrevistados se ocupe desta forma, quando, então, os mecanismos de obtenção e compartilhamento de informação sobre o histórico dos candidatos a emprego via de regra são mais informais, condição que pouco beneficia aqueles moradores de localidades menores, diversamente dos moradores de grandes centros.

Como já dito, em cidades pequenas o grau de informação compartilhado sobre cada pessoa é maior e atinge maior amplitude, além de haver um destaque para aqueles com comportamento desviante, sendo mais difícil para eles o controle da informação de características pessoais que

podem configurar o estigma. E isso também pode ocorrer em relação ao envolvimento em crimes, que, independentemente do acesso à ficha de antecedentes criminais, já pode chegar ao conhecimento do empregador através de outros meios mais informais, o que acaba sendo suficiente para produzir o estigma em relação àquela pessoa detentora de tais atributos negativos.

Situação diferente pode ocorrer em relação ao morador de um centro urbano, que, ao buscar uma atividade informal, em que a apresentação da ficha de antecedentes criminais pode não ser exigida, consegue controlar mais facilmente a informação sobre uma condição pessoal socialmente degradante, podendo sofrer menos o efeito do estigma em razão de seus antecedentes criminais.

Além disso, não podemos descartar que na região metropolitana pode também haver, assim como em relação ao uso de drogas, maior tolerância quanto a existência de antecedentes criminais, o que pode gerar no detentor deste atributo menores prejuízos em sua vida social.

De toda forma, estas são apenas hipóteses que podem explicar tais diferenças nos achados, todas a merecerem pesquisas específicas para sua comprovação, o que não foi o escopo deste trabalho.

Bissoli realizou um importante trabalho a respeito dos antecedentes e da reincidência e seus diversos efeitos, publicando-o sob o título *Estigmas da Criminalização* (1997). De acordo com este autor:

Também o discurso dogmático trata com diferença o indivíduo que possui antecedentes ou é reincidente criminal, via de regra sendo-lhe desfavorável. Essa diferenciação produzida, contida na legislação e no discurso dogmático, passa a ser um critério de seleção, na qual os indivíduos que detém antecedentes ou são reincidentes criminais passam a ser mais facilmente selecionados do que outros pelas diversas agências do sistema penal. Essa diferenciação, por sua vez, produz a estigmatização do criminoso, pois, mesmo após cumprida a pena, perdura a marca por ter sido anteriormente condenado, processado ou investigado, resultando, muitas vezes, numa carreira criminal. (1997, p. 2)

Na verdade, o que se percebe é que o paradigma tradicional tem orientado, cada vez mais, os criadores e aplicadores das normas a admitirem essa influência, acabando os *antecedentes* e a *reincidência criminal* por se constituírem em instrumento de *apartheid* social, uma vez que os indivíduos detentores de antecedentes ou criminalmente reincidentes passam a pertencer a um grupo especial de pessoas, diferentes dos demais cidadãos, diferenciados pelo seu estigma, de modo que o sistema penal, a cada dia que passa, se torna mais feroz com este grupo de pessoas, a ponto de organizar banco de registro de dados acerca de indivíduos envolvidos nos processos de criminalização, inclusive via *internet*. (1997, p. 4)

Centrando sua atenção a respeito dos efeitos dos antecedentes e da reincidência no âmbito do funcionamento do sistema de justiça criminal, não deixou de perceber o autor que estas condições surtem efeitos muito além do âmbito do sistema penal, gerando consequências em diversos aspectos da vida do indivíduo.

Teotônio afirmou que voltou para o tráfico porque procurou emprego e não conseguiu em razão de seus antecedentes; Anderson contou que cometia outros delitos e se ‘drogava mais’ pelo estigma que sofria por seus antecedentes criminais e sua condição de usuário de drogas, já que não conseguia emprego e era rejeitado pelos grupos sociais com os quais pretendia interagir e se inserir; Tião contou que seu irmão não conseguia emprego pelos seus antecedentes.

De acordo com Bissoli:

O reincidente e o indivíduo que registra antecedentes criminais, assim, face aos efeitos do processo de criminalização, são mais facilmente empurrados em direção a outras práticas criminais. A condenação anterior ou o fato de ter sofrido uma investigação ou processo criminal fá-lo diferente dos demais seres humanos, ou seja, detentor de condições sociais adversas, determinantes de anormal motivação da vontade. Além disso, em razão da estigmatização produzida pelo processo de criminalização, é submetido a um processo “violento” de exclusão da sociedade, mediante a diminuição das condições de subsistência e do atendimento de suas necessidades reais, levando-o a uma alternativa única, ou seja, reagir de forma também violenta, através da prática do crime. O crime, portanto, seria a resposta normal exigível para a situação anormal em que se encontra. (1997, p. 234)

O estigma, então, de acordo com Bissoli, contribui para o *desvio secundário*, que é o desenvolvimento de carreiras criminais, impulsionado o agente pelo processo de estigmatização sofrido, o que foi verificado na pesquisa.

A constatação desses efeitos, portanto, a partir da taxação do indivíduo como desviante, deve permitir reflexões a respeito da publicidade que deve ser dada aos registros criminais e ao tempo em que estes devem perdurar. Cumprida a pena, devem tais registros serem mantidos? Além disso, caso se mostre conveniente para o adequado funcionamento da justiça criminal, é adequado que terceiros tenham acesso a esses registros além daqueles que eventualmente venham a atuar em subsequentes ações penais instauradas contra o indivíduo.

Neste tópico não estamos realizando uma análise à semelhança daquela feita na seção 3.2, sobre o uso de drogas. Naquele momento, a partir da concepção de *desvio* de Becker (2008), analisamos os sentidos atribuídos pelos entrevistados ao uso de maconha tendo como pano de

fundo uma *sociologia do desvio* que discute o protagonismo do sistema social na definição deste, colocando em posição secundária a ação do agente em si.

Neste momento, sem desconsiderar que esta perspectiva também está presente na configuração como criminosas daquelas condutas praticadas pelos entrevistados, analisamos os efeitos que a interação social, após a taxação oficial do indivíduo como desviante, pode produzir neste. Não analisamos as formas de produção e configuração do desvio em si, mas os efeitos desta caracterização através de repertórios sociais direcionados a estes agentes a partir da obtenção da informação desta condição, o que pode, segundo Bissoli (1997), contribuir para a formação de *carreiras criminais (desvio secundário)*.

Bissoli escreveu:

Para PAYNE (1973, pp. 107-8) *as etiquetas sociais são elementos de identificação*, pois elevam o indivíduo por cima dos que o rodeiam, tornando-o visível no seu contexto social e invisível perante a sua própria individualidade. Mais visível porque a etiqueta, ao fazê-lo diferente, o separa do grupo; e invisível porque é assim que a sua verdadeira identidade se perde. A etiqueta, pois, obscurece e esconde todas as demais características do indivíduo. Enquanto as etiquetas positivas são atos de louvor e inclusão, as etiquetas negativas são atos de censura e separação. O etiquetamento do desviado normalmente é acompanhado de uma cerimônia social. Assim, no passado, a exposição à praça pública, pintar a cara, emplumar ou desfigurar, serviram para fazer o novo *status* do desviado mais visível. Atualmente usam-se as cerimônias degradantes nas quais se incluem os julgamentos em tribunais, a revisão da saúde mental e a crítica pública. Na verdade, as etiquetas constituem-se no principal distintivo de identificação para a pessoa, facilmente absorvido pelo grupo social, tais como as etiquetas de “ladrão”, de “viciado”, etc. O caráter paradoxal de uma etiqueta, conforme já acentuado, faz com que o indivíduo perca a sua identidade (restando invisível para si próprio) e adquira outra identidade (aquela imposta pela etiqueta), tornando-se, em relação a esta, mais visível ao grupo. Assim, existe uma grande diferença entre dizer uma mentira e ter uma reputação de mentiroso. A etiqueta, ou seja, o nome do papel que se exerce, faz algo mais do que significar um ato determinado cometido pelo desviado. Na verdade, evoca um conjunto de imagens características daquela etiqueta. Sugere a alguém que se comporte como aquelas pessoas que pertencem ao grupo relacionado com a etiqueta.

A etiqueta de “desviado” cria na mente da sociedade uma certa identidade para o indivíduo, o qual a aceita (auto-etiqueta). A maioria das pessoas se apóia nos antecedentes de sua própria audiência social para o conhecimento de sua auto-identidade. STRAUSS crê que há um “laço indissolúvel” entre a reputação que se adquiriu e a sua auto-imagem. TANNENBAUM ressalta que a pessoa se converte no que está representando. Isto quer dizer que a pessoa se percebe a si mesma como sente que os demais a vêem. A autopercepção encontra-se, assim, compelida a situar-se no molde da percepção dos outros. Através de um processo de resignação, de vergonha ou de sentimento de estranhamento, o indivíduo começa a percorrer o corredor que vai conduzi-lo a um novo papel. A criação de uma auto-imagem realiza-se através do seguinte processo: 1) reação social em relação ao indivíduo (etiquetamento) > o indivíduo toma consciência e interpreta a reação social > Exame introspectivo da auto-etiqueta para conformá-la às percepções da etiqueta social. As etiquetas, assim consideradas, acabam por levar o indivíduo etiquetado a se diferenciar mais ainda dos não etiquetados. Levam o indivíduo a se considerar como alguém sem mérito, inferior e incompleto, fazendo com que na sua mente se criem “corredores” ou “passagens”,

que em última instância levam-no à perda da auto-confiança, diminuindo a possibilidade da “reabilitação”. (PAYNE, 1973, pp. 108-10) (1997, p. 260)

O estigma estabelecido pode levar à continuidade do comportamento que passou a caracterizar o indivíduo de forma generalizada. De acordo com Bissoli, as “[...] leis e a maneira de impô-las, [sic] têm agravado o problema que supostamente tratam de resolver.” (1997, p. 262)

O tratamento diferencial destinado ao indivíduo acaba, então, gerando ressentimentos e hostilidades, o que torna a capacidade de reintegração social do indivíduo cada vez mais difícil, isolando-o junto a grupos de pessoas de comportamentos e características semelhantes, o que favorece a continuidade do desvio.

O estigmatizado passa, então, a desenvolver uma *carreira moral* ao ter “[...] experiências semelhantes de aprendizagem que sejam condizentes com o seu estigma, de tal forma que o seu ‘eu’ vai se transformando naquilo que o estigma sugere, em um processo de ajustamento pessoal [...]”. (BISSOLI, 1997, p. 278).

Bissoli conclui, então, que “[...] os *antecedentes* e a *reincidência criminal* são estigmas resultantes do processo de criminalização (primária e secundária), que podem levar o indivíduo criminalizado a desvios secundários (carreiras criminais), formando grupos estereotipados, altamente vulneráveis ao poder de seleção do sistema penal.” (1997, p. 314)

Esta percepção se confirmou em alguns relatos obtidos do grupo pesquisado em Piúma/ES, em que o estigma resultante da condenação se impregna no indivíduo de tal forma que é extremamente difícil, para ele, se reintegrar no sistema social, seja através do trabalho ou por meio de outros grupos que não sejam aqueles formados por indivíduos detentores do mesmo estigma que possui. E o sistema de justiça criminal, ao dar elevado valor aos antecedentes e à reincidência e tornando-os públicos, contribui para esta contingência.

4.3 POLÍCIA

O tema a respeito da forma de atuação da polícia militar, sobre como ela é vista pelo público entrevistado, foi também uma questão que surgiu de maneira diversa na pesquisa realizada.

Neste tópico retornamos ao tema que era inicialmente nosso objeto de pesquisa, qual seja a forma de atuação da polícia militar. No princípio pretendíamos verificar se a forma de atuação

da polícia militar no município de Piúma/ES era baseada em um processo de incriminação preventiva e se esta maneira de agir se relacionava com o processo de *sujeição criminal*, conforme Misse (2010).

Junto aos entrevistados de Piúma/ES surgiram relatos negativos em relação à polícia militar, conforme transcrições abaixo, mas foi muito comum a obtenção de relatos positivos ou neutros sobre a sua forma de atuação, de que ‘realizavam seu trabalho’, de que ‘aquela era função deles’ etc.

Quando passamos para a realização do grupo de controle, foi muito mais comum a obtenção de relatos de atos violentos ou de práticas corruptas por parte da polícia militar, tanto na quantidade de relatos desta natureza como também em relação à gravidade e variedade das práticas relatadas.

O que percebemos, então, foi uma diferença na ênfase, na gradação dos relatos. Não obtivemos no grupo de controle relatos que contrariaram ou infirmaram aquilo que havia sido obtido na primeira parte da pesquisa, mas elementos que indicaram práticas mais amplamente violentas e corruptas do que aquelas percebidas no primeiro grupo. No primeiro grupo houve relatos de fatos graves praticados pela polícia militar, mas tais relatos foram pontuais. Muitos falaram que nunca tiveram problemas e não trouxeram queixas quanto à polícia militar. Diversamente, no segundo grupo surgiram com mais frequência relatos de ilegalidades na atuação da polícia militar, desde práticas corruptas até atos de execução.

A partir desta distinção algumas considerações merecem ser feitas. De um lado é possível que tais diferenças percebidas hajam decorrido do fato de, no primeiro grupo, os entrevistados terem conhecimento de minha condição de promotor de Justiça e, em razão desta informação, tenderem a se posicionar favoravelmente à atuação da polícia militar. Como uma das funções do promotor de Justiça é promover prisão, o que é via de regra executado pela polícia militar, estando, portanto, ambos em tese alinhados em suas atuações, é razoável supor que os entrevistados, em alguma medida, tenham se inclinado no sentido de construir uma fachada aderindo e concordando com esta função desempenhada pela polícia militar, o que pode ter explicado as mais numerosas posições favoráveis à atuação da polícia militar no primeiro grupo.

Outro fator pode, no entanto, explicar a distinção nos elementos obtidos. O entrevistado José Antônio, cuja transcrição de seu relato se encontra abaixo, trouxe ricas informações ao comparar as polícias militares do Espírito Santo, mais especificamente de Piúma, e do Rio de Janeiro, constatando que os policiais deste estado são mais violentos e corruptos.

Isto demonstra que a diversidade dos elementos obtidos pode decorrer, de maneira preponderante, da diferença na forma de atuação das polícias de cada uma das regiões onde os entrevistados residem. É bastante provável que a polícia militar de Piúma/ES, que também incorreu em ilegalidades em sua atuação a partir dos relatos obtidos⁴⁸, tenha uma atuação menos violenta e corrupta do que alguns grupos militares que atuam na Grande Vitória/ES, aos quais se referiram os entrevistados do grupo de controle.

Ambos os fatores, portanto, certamente interferiram para justificar as diferenças nos achados, tanto na ênfase como na diversidade e número de relatos de práticas violentas e corruptas, sendo impossível aferir a exata medida de interferência de cada um dos fatores.

Independentemente da verificação do grau de contaminação que o conhecimento de minha posição profissional gerou nas entrevistas do primeiro grupo, o que ocorreu em alguma medida, os achados considerados relevantes para as finalidades de nossa pesquisa, que neste tópico pretende analisar não propriamente as percepções positivas existentes em relação à polícia militar, que em alguma medida foram contaminadas no primeiro grupo, mas os problemas, desvios e disfuncionalidades apresentados por ela, devem ser tomados como válidos, já que confirmados no grupo de controle, merecendo, portanto, análise.

Diversos problemas foram relatados pelos entrevistados relacionados à atuação da polícia militar, surgindo em baixa frequência e extensão no primeiro grupo, mas de forma bem mais numerosa e grave no grupo de controle, o que nos levou a ampliar a função deste, que se constituiu inicialmente como mera continuidade da pesquisa para a verificação da validade dos achados do grupo inicial, para um grupo que trouxe achados relevantes ao ponto de merecerem análise autônoma, o que será feito neste tópico juntamente com as transcrições dos elementos obtidos em ambos os grupos.

Início com as transcrições dos relatos obtidos junto aos entrevistados de Piúma/ES, passando, em seguida, para as entrevistas realizadas na Grande Vitória/ES:

Wilson:

W: aí me bateram, fiquei na minha

G: bateram?

W: me bateram muito...

⁴⁸ Conforme é possível perceber das transcrições apresentadas a seguir, houve o relato no primeiro grupo de uma execução praticada por um policial civil. Não houve relato de ato de semelhante gravidade praticado pela polícia militar.

G: lá na hora da abordagem? Ou na delegacia?

W: na hora da abordagem. Aí eu nem questionei sobre isso... porque eu não vou querer questionar sendo que eu tô errado. (trecho de entrevista a mim concedida por Wilson, Piúma/ES, 12/12/18)

Anderson:

A: não é todo lugar em Piúma assim não, entendeu? Lá na minha casa lá, na frente da minha casa, onde eu ando assim, essas, essa primeira vez agora na rua, né, e as outras vezes, as duas vezes foi na minha casa. Porque na minha casa, a primeira vez foi por causa que eles falaram que tinha um furto lá em casa. E uma vez foi porque eu comprei uma máquina, também, antes, antes dessa aí que eles “entrou” sem coisa, que entraram na minha casa, foi... no dia que eu não tava em casa, outro dia que eu tava em casa, abordou também, procurando arma e, depois, foi procurando arma e droga. E eu não tava entendendo por causa de quê que eles já estavam entrando dentro da minha casa já... várias... uma vez, né, e entraram de novo, aí eu falei “então torna a procurar, não tenho!”, aí ele entrou, e eu achei assim que eles não trataram da forma que devia, porque, com agressão, porque botaram algema em mim, jogaram dentro da gaiola, mas sem motivos nenhum. Eu não tratei eles mal, não respondi nem nada, entendeu? Mantém ele afastado... eu não impedi eles em nada.

G: e isso, o quê isso gera em você? Essas formas de agir que você acha que não são certas, qual o efeito que causa em você, no seu psicológico?

A: no meu psicológico, uma pessoa indefesa, assim, não pode fazer nada com isso, entendeu? Pessoa que... tipo assim, se eu for correr atrás, por eles ser a Justiça, eles estão mais certos que a gente, entendeu? Não vai dar em nada. Nós “são” só mais um vagabundo, entendeu? Com isso que eu fico pensando. Tipo assim, na mente desses policiais, é o que eu fico pensando que eles pensam. Tipo assim, “vai dar em nada, se eles falarem da gente, mais rigoroso eu vou ser com eles, vai dar em nada!” (trecho de entrevista a mim concedida por Anderson, Piúma/ES, 17/01/19)

Teotônio:

T: quando eu tava no... quando eu tava na vida do crime, assim, eles estavam fazendo o serviço deles, né... eles têm que fazer o serviço deles. Se eles chegassem, me abordassem, me levassem preso, ou uma coisa ou outra, eles estavam fazendo o serviço deles. Agora, eu não achei certo foi na... nessa, no mandato que eles ficaram pra mandar pra mim, que o policial chegou, eu saindo do serviço do jeito que eu to, assim, no dia de sexta-feira, ele engatilhou a pistola e jogou na minha cara, falando que eu tava sendo preso. (...)

T: aí o policial chegou, botou a... apontando a bicha no meu peito. “Rapaz, espera aí, rapaz! Tá vendo não, sou trabalhador, chega na boa. Tem o mandato?”, aí já perguntei, “é um mandato de prisão, não é? Precisa fazer isso não”, aí chegaram e me algemaram, cheio da ignorância, achando que eu ia correr. (...)

G: você acha que não precisava agir daquela maneira?

T: não precisava não, porque... trabalhador, to vivendo a vida de trabalhador hoje em dia, eu não to mais no tráfico, eles precisava de chegar daquele jeito? (trecho de entrevista a mim concedida por Teotônio, Piúma/ES, 20/02/19)

Leandro:

G: Fala como ele era? (*determinado policial militar*)

L: Botava na parede assim e começava a perguntar. Perguntando com porrada na costela, com chute na junta do joelho aqui. (...)

G.: O que você pensava naquela época quando ele te abordava e agia desse forma? Como você ficava?

L: Ah, eu ficava... chorava de ódio. Entendeu? Que não precisava chegar nesse ponto assim de bater . Doía, cara.”(...)

G.: E qual era o seu sentimento? Revolta? Como isso, na sua cabeça, você jovem ali, entendeu? Como isso processou na sua cabeça? Quais foram os efeitos psicológicos dessa atitude dele?

L: Por essa atitude dele eu já achava que era normal essa atitude. Pensava que já era rotina normal. Se eu falar que eu fiquei com ódio, Que eu fiquei com sede de vingança, não. Nunca na minha vida.

G: Você, na época, achava que era normal?

L: Normal.

G: Achava que era assim mesmo, o cara que estava nesse movimento estava sujeito a isso? Fazia parte ali daquela condição de vida. É isso?

L: É. (...) (trecho de entrevista a mim concedida por Leandro, Piúma/ES, 18/12/18)

Sander:

S: Não, opção minha, era opção minha também (*não conviver com amigos envolvidos em ilícitos no bairro*). Porque desde novo eu via a ‘polícia comendo’ no meu bairro, todo dia gente presa. Via gente matando, polícia subindo lá, dando tiro, matando jovem. Eu não queria aquilo para mim. Igual Paulo Camargo [policial civil], fez uma leva, matou o finado Thiaguinho, matou o finado Wendel, mataram o Giovani, mataram o Maguinho. Saíram matando um monte no meu bairro. Isso aí eu tenho trauma desde novo. A polícia vai matando no meu bairro desde antigamente. Aí, você acha o quê? Todo jovem do bairro ficam traumatizados quando morre um coleguinha pela polícia. Entendeu? Igual, na época, que o Paulo Camargo matou o finado Thiaguinho, você já ouviu falar? Já soube desse rapaz?... Eu era novinho. Aí, dentro do seu bairro, a polícia entra e dá tiro, você já: -“O meu bairro é perigoso”. Aí, Deus me livre eu ficar perto da turminha que eu sabia que a polícia podia chegar e me matar também. Aí, esse aí é o meu trauma, de morrer no meio das pessoas erradas. Porque antigamente não tinha negócio de prender. Hoje em dia parou, mas, antigamente, na época deles. Igual, eles subiram lá e depois fizeram outra chacina de mais dois, dois de menor. Entendeu? Aí, a polícia era rígida, antigamente, hoje em dia está mais tranquila. Hoje em dia não está subindo matando, não tá dando tiro. Antigamente era rodando tiro pra baixo e tiro para cima. (trecho de entrevista a mim concedida por Sander, Piúma/ES, 19/12/18)

Kennedy

G: nunca teve nada assim de... de desrespeito, de violência?

K: uma vez eu já tomei uma porrada que, tava na casa de um amigo que quando eles viram a viatura, *eles* correram. E eu nem tava com nada, tava conversando com uma menina lá, no caso, quando pegou, pegou e a menina ainda, nós “tava” conversando. Aí eles queriam saber quem eram os caras que correram, só que que não sabia quem correu. Entendeu? Eu tava na casa do lado, os meninos correram na frente. Que eles estavam na rua, eu tava assim no portão. Aí os caras “correu”. Aí: “quem ‘é’ os caras que correu?!”; “rapaz, não sei não, você mandou eu virar as costas pra parede, de frente pra parede”. Ele já enquadrô: “vai, vai, vai! Vira pra parede!”, eu virei, né. Os caras correram, eu não sei quem correu, eu tava de costas. Aí ele foi e me deu uma porrada querendo saber quem que era. Falei: “pode me bater, mas eu não sei quem é que correu não. Você que tava de frente, o senhor não viu, eu tava de costas, vou ver como?”. Aí depois ele me liberou.

Genilson traz um relato mais incisivo em relação a arbitrariedades que sofreu, manifestando revolta e oposição. Segundo sua entrevista, tais atitudes de alguns policiais, em razão dos efeitos psicológicos que produzia nele, levava a que pretendesse cometer mais crimes:

G: fala aí, o que você tem a dizer sobre a Polícia Militar aqui de Piúma?

g: tem uns “policia” que é muito abusado, né? Tiago Lara, Tiago Pereira, JF. (...) quer tratar os outros com tom de arrogância, eu não abaixo a cabeça pra eles não. Eu acho que eles têm que ter respeito também. Eu até falei com minha mãe ontem, eles foram abordar um menino que tava vindo do serviço lá, queriam bater no menino. Eu falei “eu quero que eles batem em mim, pra ver como eu acabo com a vida deles na corregedoria”. Só que aí, graças a Deus eles não me abordam não... ando com o alvará dentro da carteira.

G: então antes você acha que tinha uns PMs abusados? mas abusado como?

g: abusado, ignorante. Quer ficar batendo na cara dos outros.

G: mas bate na cara?

g: eles bate.

G: por que você acha que os caras fazem isso.

g: eles querem que os outros dá ponto de droga que eu não sei se tem, se não tem. Em mim eles nunca bateram não. Eu discutia com eles quando era menor, eles ficavam com raiva. (...) eles são muito agressivos.

G: muito agressivos, é? Bate?

g: bate. No dia que eu fui preso, até que eu não apanhei não.

G: vem cá, sobre a polícia, fala aí. Essas abordagens aí, em que os caras vem arrogante, trata mal, o quê que gera no cara? O que você pensava quando acontecia isso?

g: ah, quando fazia isso comigo eu ficava com raiva deles. Eu ficava discutindo com eles, com a polícia, eu ficava discutindo com eles.

G: ficava revoltado?

g: ficava, ficava com raiva deles. Ficava perguntando, falava “tenho nada não”. Ficava enchendo o saco “vou te meter a porrada, ein!”, falei “mete, mete a porrada e me procura, se me achar me leva preso”, só que não tinha nada.

G: isso fazia com que você... gerava revolta? Dava raiva?

g: dava.

G: e você acha que em relação ao seu envolvimento com coisa errada, isso fazia com que você continuasse na coisa errada, ou que você quisesse mudar de vida? Qual efeito?

g: às vezes tava sentado, pensava em mudar de vida, mas depois mais um pouquinho... revolta, revolta...

G: revoltado fazia com que você pensasse em mudar de vida?

g: mudar de vida, aí às vezes quando ficava com mais raiva ainda, “ah, vou sair dessa vida não...”

G: essa atuação aí, esse jeito de abordar aí, meio ignorante, você acha que levava você a praticar mais crime?

g: mais crime ainda. Continuar traficando. (trecho de entrevista a mim concedida por Genilson, Piúma/ES, 13/12/18)

A última transcrição dos entrevistados em Piúma/ES sobre este tema é de José Antônio, que, ao comparar a forma de atuação da polícia militar de Piúma e do Rio de Janeiro, trouxe interessantes informações sobre essa questão:

G: então uma relação boa? *(sobre sua relação com a polícia)*

JA: não, policial, tranquilo. Se der, aprendi assim na Palavra, primeira justiça, Deus, e se a justiça tá aqui na terra, é porque Deus tá permitindo.

G: nunca foi esculachado? Apanhou de polícia, não? Sempre atitude correta, na abordagem?

JA: sempre com documento no bolso, até agora...

G: e lá no Rio, as polícias esculacham muito os caras? Como é?

JA: lá eles esculacham. (...) quando eles me prenderam no mandato, nesse mandato aí, que eu fiquei dois meses, depois fui pra casa de albergue, depois botaram a pulseira, eles pegaram uma madeira, deí sorte que meu pai apareceu. (...) quem, quem, quem é esse aqui? “Meu pai!” Aí foram, saíram andando assim, jogou a madeira fora, “óh, seu filho tá com mandato aqui, nós vamos ter que levar ele”, “pode levar que eu vou logo atrás”, aí foram e me levaram.

G: lá é diferente daqui, a polícia?

JA: é.

G: fala aí, diferente como?

JA: lá eles “mata”. (...) às vezes se, se você falar alguma coisa, for preso com alguma coisa, eles tem, a polícia lá, eles têm ligamento com o tráfico também, não se o senhor sabe, rola o, diz que é arrego. Arrego é quando paga uma propina...

G: e rola muito isso?

JA: lá, Deus me livre e guarde! O que mais rola e isso, tanto é que eu fui pra delegacia! Prestaram queixa, porque tipo assim, vagabundo, vagabundo é sempre! Fui prestar a queixa lá, pra dizer o que tava acontecendo, “óh, o teu negócio é lá no juiz, entendeu? Teu negócio não é aqui...”

G: nem recebeu você?

JA: recebeu não, fui para as delegacias. (...) as maiores... não, na delegacia... as maiores delegacias eu fui. Não, esse negócio da polícia eles não assina a cabeça deles não. É batalhão mesmo, os polícias que estão de plantão que é, aí quando pegam, às vezes que eles não gostam do cara, eles jogam na mala e levam pra outra facção, te vende, teu corpo. E te executa. Tem vários casos assim lá no Rio, se o senhor puxar, o senhor vai ver.

G: é diferente daqui?

JA: é. Aqui já é, graças a Deus aqui é tranquilo.

G: atitude correta?

JA: aqui o cara só faz besteira se ele quiser, se ele for mente fraca. Aqui é tranquilo. Só é ruim de serviço, mas não, isso aí fome tu não vai passar, tu vai ali no CRAS ali, faz ali, pede ajuda a eles, eles “vai”, te ajuda. (...)

G: a relação desses caras do crime com a polícia, os caras que estão na vida errada cabe à polícia prender os caras mesmo, né papel da polícia. Lá no Rio, a relação desses caras da vida errada e da polícia é diferente da relação deles aqui em Piúma, por exemplo?.

JA: é ligamento. Lá eles têm ligamento. Tem uns que come até na mesa do traficante. (...) lá eles só “pensa” no dinheiro. Policial, eles pensam mais no dinheiro.

G: muito corrupto, os policiais?

JA: corrupto, muito corrupto. Só misericórdia. (trecho de entrevista a mim concedida por José Antônio, Piúma/ES, 13/02/19)

José Antônio, assim como Roberto, Edvaldo e Tião, trouxe relatos bastante positivos em relação à polícia militar de Piúma, no sentido de que ‘são tranquilos’, ‘fazem o trabalho deles’. Abaixo trecho da entrevista de Edvaldo:

G: Fala aí da sua relação com a polícia, sobre a abordagem. Já teve algum problema? Como foi nessa época mais complicada?

E: Não, porque eu nunca fui de ficar muito tempo assim também em bolinho não. Eu chegava, conversava um pouco, ficava lá e depois e já saía. Nunca fui de ficar muito. Nunca fui de polícia chegar toda vez e estar topando no mesmo lugar que eu não.

G: Nunca foi muito abordado?

E: Não.

G: E nas vezes que foi, tudo tranquilo?

E: É.

G: Normal?

E: Chegava e não achava nada. Nunca foi de ficar batendo.

G: Então, a impressão que você tem da polícia é boa?

E: É. Que hoje eu passo. Eu falo: Hoje eu passo, não preciso abaixar a cabeça. Posso andar de cabeça erguida, não preciso cortar volta porque a viatura está ali. De ter que cortar volta.

G: Antes você fazia isso?

E: Antes fazia.

G: Por que fazia?

E: Por causa de negócio de briga. Então, a gente ficava com aquela mente: -“Será que eles estão vendo se eu tava brigando, não sei o quê ?.. Então, hoje em dia, graças à Deus, passo, eles me cumprimentam. Não sou de ficar em porta de bar, em porta de negócio não. Tem o Aguilar. Ele sempre passa e fala: “- Ederaldinho”. Ele é polícia da GAO. Então...

G: Antes você tinha que dar a volta porque achava que a polícia estava atrás de você, por causa de alguma coisa errada que fez, né?

E: Por causa de briga, alguma coisa. E hoje em dia, não. Hoje em dia. Meus filhos falam: “- Quando eu crescer eu quero ser polícia.” Quando eles passam eles já dá joia. (trecho de entrevista a mim concedida por Edvaldo, Piúma/ES, 24/01/19)

Edvaldo, conforme já dito, procurou, em sua entrevista, construir uma imagem excessivamente positiva a seu respeito, o que pode explicar em alguma medida a sua percepção demasiadamente favorável a respeito da polícia militar.

Sander, que também se comportou dessa maneira na entrevista, apesar de, conforme transcrição acima, ter afirmado que a polícia de Piúma/ES matava em seu bairro quando ele era criança, trouxe informações bastante positivas quanto à atuação da polícia relacionada a sua pessoa:

G: Fala aí da sua relação com a polícia, você já foi abordado?

S: Não até que eu tenho sorte porque eu não ando.

G: Então foi poucas vezes?

S: Poucas vezes.

G: Só teve essa sua prisão? Mas até aí, poucas vezes?

S: Poucas vezes. Sabe porque? Porque eu não gosto de ficar em patotinha.

S: Ai, já o que a polícia militar me fez passar nesse período lá desse processo, até então eu tenho que elogiar. Sério. Porque não me maltrataram. Entendeu? Usaram só as palavras corretas. Realmente, eu tava com uma aparelho de roubo. O policial que me conhecia falou: -Tem o amigo ali que gosta de maltratar, entendeu? E eu quero conversar com você numa boa, na educação, dá para você colaborar? Eu já fui e colaborei com eles. Eles não e botaram terror. Nunca, tipo, me maltrataram em rua depois que eu saí, entendeu? Não ficaram de rixa de implicância, não abordaram. Até me elogiaram na praia, o Thiago Lara me viu trabalhando depois. Aí, falou: parabéns para mim. Para seguir minha vida assim. Me viu lá em Iriri. Ele. Graças à deus. Isso aí depois que eu saí, tem uns três meses. Foi no verão ele me viu, eu saí em outubro. Ele falou: olha, está de parabéns. Vai nessa vida aí que nada vai dar errado. Ai, tem que elogiar. Porque ele me incentivou. Sem querer me incentivou porque tu sai dali, e falei: poxa, o policial que me prendeu me elogiou não vai nem mexer comigo. Aí eu fui mais feliz. (trecho de entrevista a mim concedida por Sander, Piúma/ES, 19/12/18)

Abaixo seguem as transcrições dos relatos obtidos no grupo de controle sobre a polícia militar.

Vítor:

G: rapaz, vem cá, estamos terminando já. Me fala um pouco da sua visão da Polícia Militar, da polícia, o que você pensa, o que, sua relação...

V: rapaz, da Polícia Militar, tem muito polícia que é tranquilo, mas tem muitos que, igual lá no bairro, tem muitos corruptos, que chegam batendo nos outros, chega... falando e fazendo coisa que não é pra fazer, nem falar, né, mas fala e faz coisa que não é pra fazer. E tanto que dessa última vez que eu fui preso, no nome falso, a polícia, rapaz, foi a tarde toda, a polícia mesmo... quase me matou, à toa, assim, coisa que não era pra ter feito, assim.... Eles nem sempre agem certo. Não é todos, mas tem muitos que agem, mas tem muitos que age mais pelo... pelo impulso que eles acham que vai fazendo e vai assim.

G: já aconteceu com você assim umas atitudes que você acha errada?

V: já ué. Eu apanhei por três horas direto. Tanto que minhas costas, minhas costas roxinha no dia do fórum, a juíza mandou embora.

G: apanhou já então da Polícia Militar.

V: Polícia Militar, mais de três horas.

G: conta direito aí, foi em que prisão isso? Foi na primeira?

V: não, foi nessa que eu tava lá, foi federal, parou nós lá em Guaraná. Chegando lá, eles “pegou”, foi e deu nome falso. Tem tudo isso aí no meu processo. Aí eles chegaram lá, o policial falou que a minha família tava me ligando, caçando meu nome. Só que ele já tinha batido, já tinha pocado minha cabeça, tudo, com a chave. Aí eles “começou” me bater, batendo, batendo, apanhei mais. Falei “ah, parceiro, vão me matar”, apanhei mais de três horas direto. É uma coisa que eles queriam que eu falasse, eu não falei, apanhei mais de três horas. Quando chegou... depois no... tanto que em Aracruz lá, eles não quiseram me aceitar no CDP, não me aceitaram. CDP, na hora que eles viram, eles “falou” “não, esse aí não”, e mandou voltar.

G: foi que polícia? Militar?

V: foi Militar.

G: então apanhou... ficou muito machucado?

V: fiquei. Tanto que aí depois eu... todo mundo sabe, todo mundo sabe disso aí, esse negócio da polícia aí.

G: e isso aí no cara. O cara que... que é vítima dessas arbitrariedades da polícia, o que você acha que, qual o efeito que causa na pessoa? Em você, por exemplo. No seu psicológico, o que isso causa? Dá ódio, dá raiva? Dá vontade de se vingar?

V: não, assim, dá raiva porquê acontece comigo, aí você não vai conseguir olhar pro outro polícia com... sem lembrar daquilo que já aconteceu, né, assim... não é todos que conhecem igual, muitos conhecem “ah, polícia é... é bom, é isso e aquilo” e gosta, mas não é todos. Tanto que eu vi os “polícia” passando lá, dois meninos entrou na rua, os “polícia” xingando os meninos, “oh, rapaz, sai daí!”, sei lá o que, coisa que não é pra fazer eles fazem, né.

G: lá no seu bairro você já viu isso então?

V: ih, já vi um monte de vezes.

G: polícia agindo assim de maneira...

V: polícia até vai lá no mato, pegou um monte de droga, jogou dentro do carro deles e racharam fora. Eu já vi isso aí também, é isso que eu falo...

G: pegaram droga que acharam no mato...

V: é.

G: levaram.

V: e levaram embora.

G: pra eles né?

V: não, pegou um menino, soltou o menino. Pegou o menino e a droga. Soltou o menino, pegou a droga, jogou no carro, pro outro no carro, caiu dentro do carro, eles racharam fora.

G: racharam fora com a droga?

V: um monte de droga.

G: o que iam fazer com essa droga, sabe lá, né?!

V: vender, só pode. Ai, assim, é uma coisa que nessa época eram bem diferentes também, né.

G: além dessa vez aí que você apanhou pra dar o nome certo, outras vezes já aconteceu também? De polícia agir com você errado?

V: não. só essa vez.

G: só essa vez, né. Mas você já viu outras vezes a polícia agindo errado no bairro com outras pessoas?

V: já, já vi. Polícia eu já vi um monte, a polícia... atirou no menino lá, a polícia baleou ele, dava pra ter levado ele pro hospital porque trocou tiro com eles, pegou, deu uma pegada na cabeça do menino, botou ele no carro e deixou o menino morrer ainda.

G: você viu isso?

V: vi. Foi lá embaixo...

G: ele trocou tiro, aí como trocou tiro...

V: é, ele, não aconteceu nada com ele, ele baleou um menino, aí com raiva, terminou de matar.

G: você viu isso?

V: vi.

G: e no bairro, diante de tudo isso, qual é a imagem que a polícia tem com os moradores lá do bairro? Por que você falou que você tem a sua imagem da polícia, todo mundo pensa da mesma forma que você lá também? No geral.

V: é, lá, assim, todo mundo pensa, que ninguém gosta deles lá não porque eles chegam só com malcriação falando coisas que não deve, então nós "fica" assim né, não gosta.

G: a imagem é ruim então?

V: é.

G: o nome do bairro é José de Anchieta? Então a polícia lá é complicada? A PM, né? Não é a polícia parceira de morador...

V: os policial lá é chato... tudo é corrupto. Eles entram na casa, se tiver droga, eles levam a droga, se tiver arma, levam a arma, leva preso não.

G: você tem imagem da polícia então como uma polícia corrupta? É?

V: é.

G: e violenta, né?

V: é, violenta alguns, né. Tem uns que não, tem uns que é tranquilo, fazem o serviço deles, vai embora. Mas tem uns que é errado. (trecho de entrevista a mim concedida por Vítor, Vitória/ES, 09/08/19).

Eder:

Ed: rapaz, tem policial que... que ele age certo, entendeu? Não pela lei, mas sim pelas atitudes dele, mas tem muito polícia na rua aí que não tá trabalhando certo não. Já chega metendo a porrada em qualquer um, vê um cara com tatuagem, cordãozinho, lá na rua lá, quando você passa, não sei se você vê, todo mundo quer usar um cordãozinho, um relógio, andar bem arrumado. Aí vê o pessoal na rua, já aborda, faz passar vergonha na frente dos outros. Às vezes pega droga de outra pessoa, não prende a pessoa, pega a pessoa a droga e bota em outra pessoa que vai, que vai, às vezes a pessoa tá mexendo com droga, aí para de mexer com droga, mas só que os “policial” conhece ele como que tava mexendo com droga, aí fica fazendo o cara passar vergonha ali no meio da rua. Aconteceu muito isso lá fora lá, entendeu. Subornando, pegando as coisas, entendeu. Querendo arma, querendo droga de qualquer jeito. Nem levando preso tá levando. Tá acontecendo muito... Não só lá (*no bairro*) como em todo lugar tá acontecendo isso.

G: você já foi vítima de arbitrariedade? De atitude errada da polícia?

Ed: já.

G: conta aí.

Ed: quando eu fui preso.

G: quando foi preso lá do roubo ou do tráfico?

Ed: do tráfico.

G: como é que foi?

Ed: eles pegaram dois rapazes comigo, que tava armado, entendeu? E eu, no caso, eu discuti com a família da minha mulher, aí eles me “pegou”, eu com os rapazes armados, aí ele me pediu pra levar na minha casa, levei eles na minha casa, e quando chegou na minha casa eles “botou” outras drogas que não estavam lá, entendeu? Eu tinha o meu uso de maconha, que eu fumava, tinha um tanto de maconha lá dentro, que eu usava esse tanto de maconha, entendeu? Aí eles “pegou” outras drogas que nem lá em casa tava e botou, entendeu? Aí eu acabei ficando no tráfico mesmo, entendeu? Sendo que o meu caso era outra coisa. Meu caso era negócio de família. Que eu discuti com a família da minha esposa por causa da minha filha, no começo disso tudo, entendeu?

G: então as drogas que foram com você, não eram suas?

Ed: não eram minhas.

G: você tava traficando, só que...

Ed: não tinha nada comigo, eu tava... eu tava tranquilo na minha. Eu fui pegar minha filha, aí discuti lá com a família dela, aí eles “acabou” ligando pra polícia. Aí eles “pegou” e pediu pra me levar na minha casa. Me pegaram na rua, levei na minha casa. Aí quando chegou lá, eles “pegou” umas drogas lá. Que eu não morava sozinho, entendeu, aí acabou botando mais droga lá e eu acabei ficando no tráfico. Tanto que minha família foi no Fórum também, conversou lá. Conversou, falou que eu não tinha nada a ver, tal, tal, tal. Que única coisa que tinha acontecido, eu tinha discutido com eles a respeito de pegar minha filha.

G: então aconteceu isso com você. E acontece no bairro isso também?

Ed: rapaz, tem vezes que costuma pegar na praça lá sem tá com nada.

G: e leva preso?

Ed: leva preso.

G: e bate também?

Ed: bate. Às vezes bate e não leva.

G: seu bairro lá, é um bairro que você considera violento, perigoso ou não?

Ed: violento não.

G: você mora, você tá morando agora lá em... agora em Cidade Pomar, né? Aí Cascata, violento?

Ed: não.

G: Cascata, da sua mãe, né? Você tá em Cidade Pomar?

Ed: to.

G: então Cidade Pomar é um bairro que tem muita violência? Tem muito tráfico?

Ed: rapaz, tráfico tem em todo lugar.

G: sim. É um bairro normal?

Ed: assim, guerra lá não tem não. De problema assim, tranquilo.

G: tá. Então você acha que a PM, a Polícia Militar, ela age de maneira equivocada, né? Não precisava chegar desse jeito.

Ed: às vezes. Às vezes acontece isso.

G: e o pessoal tem essa mesma opinião que você?

Ed: tem. Se você ir lá, você... depende de quem eles pegam, igual eu falei com você, às vezes você tá querendo sair fora, mas você só vai ter paz se você sair dali de dentro. Sendo que é o lugar que você cresceu, que você viveu.

G: fica marcado também, ne?

Ed: é, fica marcado.

G: o que você acha que isso causa no psicológico do cara, sofrer uma arbitrariedade dessa, entendeu? Po, o cara tá ali, tá querendo sair fora e continua ali essa perseguição, o que isso causa no cara? Piora a situação do cara ali? Você acha que ele pode voltar pro crime por causa disso?

Ed: rapaz, dá raiva né. Às vezes ele pode voltar ou também não pode voltar, mas aí em vez de ficar no lado da justiça ele já não vai apoiar o lado da justiça, porque bandido não oprime ninguém dentro da favela, dentro do bairro, nem nada.

G: e dinheiro, os caras recebem dinheiro também?

Ed: rapaz, isso daí eu não sei.

G: não sabe. É mais essa atitude errada aí de perseguir alguns caras, de abordar sem necessidade, né? Preconceito você acha que tem? Rola também? É? Você sentiu já isso?

Ed: já.

G: já? Depois que você saiu agora?

Ed: sim.

G: é? De abordar você sem necessidade?

Ed: sem necessidade. Igual, uma vez eu tava, fui na igreja, aí eu ia sair com meu pai, com minha família, aí eu peguei, passei em frente à casa da minha sogra. Aí cumprimentei ela de moto, aí tinha um rapaz na esquina, aí como que eles “veio” pra pegar os rapazes e eu tava saindo andando pra cumprimentar ela, eles “achou” que eu tava na esquina com os rapazes e tava saindo fora de moto. Aí eles foram e me pegou lá na frente e ficou falando um monte de coisas comigo, que iam me levar preso, que já tinha prendido não sei quem. Me tratando na ignorância e eu também falando alto. “Rapaz, eu saí da igreja agora! Meu pai tá me esperando pra mim sair!”, aí já falaram pro meu pai, meu pai já veio de carro, eles “tratou” meu pai mal. “Quem é você rapaz?!”, não sei o quê lá, “saí daqui!”, “ele é meu filho!”, não sei o quê, já falou com eles, aí o outro policial já foi e acalmou meu pai. O outro policial na ignorância comigo. Querendo que eu falasse baixo, eu falei “não vou falar baixo não, não tô errado! Não mexo com droga, não tenho nada! Vai fazer o quê comigo?” e tal. Aí receberam outra denúncia e saíram fora. (trecho de entrevista a mim concedida por Eder, Vitória/ES, 09/08/19)

João:

J: que eu tava com trezentos reais no bolso, mas era trezentos reais do serviço. E eu ia pra comprar umas peças de bicicleta, entendeu. Isso foi antes de ser preso, bem antes. Aí a polícia tipo que, eu abri a perna pouco, aí ele em vez de pedir pra mim abrir a perna, ele chutou minha perna, entendeu? Aí nisso que ele chutou minha perna, eu voltei minha perna pro mesmo lugar. Aí ele chutou, eu voltei minha perna pro mesmo lugar de novo. Aí ele falou “se você” não sei o quê “nós ‘vai’ te levar por desacato”, eu falei “então você vai levar!” Então o senhor vai levar, porque eu tô todo certo, indo pra comprar negócio de bicicleta e você tá querendo me... tá querendo me oprimir aqui, me bater. Aí a mulher lá da frente lá já começou a gravar. aí eles me levaram preso. Aí levou lá eles mesmo mesmos lá no DPJ falou “oh, pode ficar tranquilo que você vai sair”, ele mesmo falou comigo. Só me levou mesmo pra...

G: então, essa atitude do policial aí foi errada, né, lá atrás? Essa do desacato, né? Acabou sendo meio arbitrário com você?

J: é, foi, né, porque na hora eu fiquei nervoso, talvez se ele chutasse e eu ficasse minha com perna ali de boa, entendeu?

G: então o quê que você pensa? Me fala aí, da sua imagem da polícia? Entendeu? Faz o trabalho dela certinho, tranquilo, ou você tem...

J: ah, faz não, porque eu conheço uns meninos que... que eu te falei que a família dele ia lá e tudo, pra visitar ele, e ele falava que ia sair e fazer a mesma coisa. Foi preso por causa de dezesseis pedras de crack, e nem era dele. A polícia que colocou nele.

G: é mesmo cara?

J: e acontece muito, cara. E não vem... tem gente que chega lá e fala, “ah, todos que vem aqui fala isso, que é inocente”, mas ele não, eu sabia, porque eu conhecia, entendeu? A polícia colocou dezesseis pedras nele. Aí ele já tinha uma passagem antes, aí aquilo ali foi pro juiz dar a martelada nele. Rapaz, o cara pegou foi oito anos, é uma condenação e três quinto. O cara vai ficar cinco anos... cinco? Oito anos, vai ficar seis, sete anos preso por causa de dezesseis pedras de crack que não era dele!

G: não era dele mesmo?

J: não era dele! Não era, não era! Morava lá perto de casa.

G: por que? Ele era traficante?

J: era. Ele era tipo fichado por esses polícias, entendeu? Aí a polícia via ele, queria abordar ele, queria oprimir ele. Por que sabia que ele era traficante.

G: entendi. Aí não conseguia pegar ele?

J: não conseguia, aí foi a hora que eles estavam com aquilo na mão e empurrou nele.

G: sim. Arrumou o jeito de botar a droga no cara.

J: pra tirar ele da rua.

G: Então é comum a polícia fazer isso?

J: é comum. Uma vez lá, me abordaram lá. Aí abordaram eu e mais dois, não tem. Aí viu... aí viu ele com dinheiro. Aí já começou a falar já... aí não sei o quê que ele falou lá, o polícia já pegou o gás de pimenta e já foi no olho dele. *Tss*, no olho. Aí eu fiquei nervoso na hora, isso tem o quê? Três, quatro meses. Aí eu fiquei nervoso na hora, falei “rapaz, você não pode fazer isso não, rapaz, não tem ninguém errado aqui não!” Aí ele foi assim perto de mim assim, e falou “aqui... você não fica quieto não, se não se não vai ver”.

G: mostrou droga?

J: mostrou. Pino de cocaína.

G: ou seja, se vacilar, ele te...

J: “levo vocês três!”, ele falou. “Levo vocês três, quero ver!” Aí tipo querendo dizer que eles eram... aí na hora que ele me mostrou a droga e falou que ia levar nós, eu... calei a boca na hora.

G: é comum, cara, isso aí?

J: é. É comum por alguns, entendeu? Alguns desses, alguns lá nós já “conhece” já, sabe quem faz esse tipo de coisa. Tem esse Porto aí, o Porto que virou governador... do estado aí, da Serra lá, não sei o quê?! Ham! Não para de fazer isso!

G: então qual a maneira que o seu bairro, vê a PM de uma maneira positiva? A PM protege nosso bairro, a PM é amiga porque dá segurança, ou não. Ou a visão é negativa? Os PMs são...

J: a visão é negativa!

G: é? Os caras são arbitrários, são... é?

J: tá nem aí pra ninguém.

G: é mesmo? Até os caras trabalhador, que não se envolve com coisa errada, pensa assim?

J: tipo, alguns sim. Igual meu pai mesmo, meu pai é da igreja e meu pai não gosta de polícia. Nem é por causa de mim não, entendeu? Por que ele vê a atitude de alguns. você vê lá, cara. É, bairro pobre é... você vê!

G: e qual efeito que esse tipo de atuação da polícia gera ali na comunidade? O que você acha?

J: revolta, né.

G: revolta, é? E piora a situação de violência, por exemplo?

J: com certeza.

G: é?

J: tem uns caras que quando começa a rodar lá, gosto nem de sair pra rua. (trecho de entrevista a mim concedida por João, Vitória/ES, 16/08/19)

G: fala aí essa grande maioria, o quê que você já viu lá no bairro, como é que os caras se comportam, o quê que eles fazem, assim?

C: os policiais?

G: sim.

C: ah, me forjaram, oito buchas de maconha.

G: no seu caso?

C: no meu caso eles me forjaram, oito buchas de maconha.

G: então eles contaram mentira?! Eles contaram que tava com você, mas não tava? De propósito pra poder te incriminar? Foi isso?

C: olha só, eles falaram que eu tava traficando... é porque, só lendo no negócio, mas no papel deles, tá que eu tava traficando na boca. Né, que eu tava traficando na boca, que tinha um menino fazendo a minha segurança. De fuzil. Né? Fala isso, fala assim de mim. Só que eu falo pra você, eu fui preso dentro de casa. Todos os que foram presos, ah, eu esqueci de contar também, eu não fui pra lá sozinho, eu fui com um amigo meu chamado Walmo, né, fui pro churrasco com ele. Nós dois pro churrasco. Minha moto tava quebrada, nós “foi” até à pé pro churrasco. Por quê que ele foi liberado no DPJ e eu não? Sendo que nós “tava” junto? Será que é porque meu nome era mais torrado com os “polícia” ou alguma coisa assim? Aí que tá, tipo assim, eu acho que eles tinham que ver o justo. Tem um tal de polícia lá que eles chamam de Bigode, tem uns caras que vê, ele já parou vários lá e falou mesmo “rapaz, se eu quisesse te forjar, eu forjava, *mas* eu quero te pegar na boa”, pra mim um cara desse é bacana, e ele, ele mesmo fala com nós, passando na rua, cumprimenta.

G: mas tem uns caras que faz errado?

C: é! Ele é um cara rígido, ele faz o trabalho dele, *mas*, tipo assim, nunca ouvi falar que ele forjou ninguém, até porquê.

G: mas tem uns caras que forja lá, além do que aconteceu com você? Outros conhecidos seu lá que passou...

C: rapaz, tem.

G: que passaram pela mesma situação?

C: tem, ué. Tem os caras que forja, isso aí sempre vai ter. Até um tempo atrás, se eu não me engano, eles recebiam uma recompensa, né, pra quem prendesse arma, né. Ham, nessa época aí então.

G: é mesmo?

C: você pode puxar na internet aí, uns anos atrás aí havia uma recompensa pro policial que prendesse arma.

G: mas você sabe de muito caso lá que aconteceu isso? Os polícia lá que...

C: de muitos não, mas eu sei de uns três.

G: sabe de uns três?

C: só eu, sei de uns três, tirando o resto. Mas, tipo assim, é uma coisa que... é complicado, né. Eu acho que eles veem a gente com outro nome, com outro... com outra mente, porque, igual eu tava falando com meu pai um tempo atrás, tipo assim, realmente, fiquei muito... tipo assim, eu trabalhava, às vezes ficava um tempo sem trabalhar, época de seguro desemprego, ficava muito tempo sem trabalhar. Época que eu mais tomava abordagem, porque eu acho que eles viam a gente de um lado pro outro. Saía de moto, daqui a pouco tava no carro. Aí eu acho que eles imaginavam o quê? É ladrão! Mas tipo assim, eu tenho carro, eu tenho moto e tenho carro. Meu pai

tem carro. Minha mãe tem carro. Minha madrinha, não sabe dirigir, tem carro. Todo mundo pede pra mim lavar o carro deles, na época que eu tava à toa, lavava, ganhava dez “real”. Então, tipo assim, eu tava sempre num carro diferente, numa moto diferente. Vieram abordar, todas as vezes. Eu não podia sair. Tinha uma Twister vermelha que só tinha ela dentro do bairro. Nunca passei por uma viatura sem ser parado com ela, fiquei com ela dois meses e vendi, peguei um carro. Parei...

G: por que, eu não entendi, por que os caras focavam em você assim, tanto?

C: eu acho que pelo fato de que eu andar com... tipo assim, o vínculo de amizades, não tem? Por exemplo, você é trabalhador, mas eu sou traficante e tem um monte de traficante aqui, mas você tem amizade com nós.

G: entendi, colega, amigo do bairro ali, né?

C: é, pô, sou morador do bairro. Eu acho que a Polícia Militar, em conjunto total tinha que entender que o quê? Os traficantes do bairro, são tudo morador do bairro, e todo criado ali dentro. Nascido e criado ali dentro, são os traficantes. Se eu sou morador, nascido e criado ali, é certo que eu joguei bola com eles. É certo que eu brinquei de polícia e ladrão, brinquei de peão, hoje não esse peão, né, ioiô, não tem mais. Mas é certo que eu fiz isso, realmente. Tanto que, tipo assim, aí eu vou ver um amigo meu, pelo fato dele ser traficante eu não vou parar e mandar ele almoçar lá em casa? Sendo que minha mãe conhece, meu pai conhece. Uma família conhece a outra. Então, tipo assim, é uma coisa que... eu acho que eles deviam ver com outros olhos, não tem? Por que... e outra, você chega de frente um juiz, a palavra do policial ali, se o policial quiser que você vai preso, você vai preso, que eles combinam. Quando eu fui no meu julgamento, eu fui sem advogado. Os policial “tava” tudo combinando na porta do fórum o quê que eles iam falar. Aí a minha palavra... pô, não pegaram nem um centavo comigo. Aí eu falei pra juíza e falei assim “poxa, senhora, se eu sou traficante, eu deveria ter pelo menos dez centavos, cinco reais, porque como é que eu vou dar troco se... se um cara chegar aqui com nota de cem... e o quê que eu já vendi? Eu não tenho um centavo! (trecho de entrevista a mim concedida por Caio, Vitória/ES, 23/08/19)

Renato:

G: certo. Então fala aí. Sobre a Polícia Militar. Sua relação com a Polícia Militar nessa época aí. O que você hoje pensa, como você vê a Polícia Militar, o trabalho da polícia. Fala um pouco disso aí.

Re: a coisa que eu penso é que, assim, a polícia quando trabalha certo, porque tem uns que não trabalha certo, mas quando trabalha certo é ótimo, cara. Ajuda muito, tanto a comunidade... em geral, entendeu? Muito bom. Mas agora quando não trabalha certo, quando tem os... uns cobaias por aí... dá certo não.

G: você, fala aí das abordagens que você sofria quando... como é que é, como é que foi a polícia com você?

Re: a abordagem, antigamente... tinha que ser daquele jeito, né. Tem que ser bruto mesmo, porque a gente não respeitava.

G: entendi. Não respeitava então, vocês também...

Re: é, quando, acho que tudo funciona quando rola respeito, se não rola respeito não funciona nada.

G: entendi. Então você quando tava no crime lá também, não respeitava a polícia? Era muito abordado?

Re: não.

G: e assim, já teve abordagem de esculachar, de bater, de agredir?

Re: não, foi só uma vez só que o policial me bateu, levei um soco. Não, uma vez não, foi duas vezes. Uma foi dentro do mato. Que nós “tava” correndo. Aí deixei os meninos irem, eu fiquei, os meninos “levou” tudo, eu fiquei. Aí como os meninos tinham fugido, me pegou com nada, só me quebrou mesmo. E deixou lá. Quase me matou, mas me deixou lá. E a primeira vez foi na pracinha. Tava fumando maconha. Nem era pra tá ali, mas tava fumando maconha. Fez a gente comer a maconha ainda. Eu fingi que eu tava com... eu tinha problema de coração. Aí eles pararam.

G: entendi. Uma vez você tava na pracinha, te abordaram e fizeram... queriam botar vocês pra engolir a droga?

Re: não, colocaram a gente pra engolir não, comer! Mastigar e engolir. eles fazem isso. Normal.

G: você falou que quando a polícia age corretamente é bom. Fala aí dessa polícia que não age corretamente. Lá no bairro, o que os caras fazem de... tinha uns caras corrupto? Que recebia dinheiro de você, que cobrava pra deixar você traficar, rola isso?

Re: tinha. Tinha os caras que pegava o dinheiro da gente, entendeu? Tinha uns caras que vinha com droga quando não encontrava ninguém com nada e colocava no lugar e levava. Era desse jeito.

G: tinha isso então? ainda tem?

Re: claro que tem! com certeza! Arma. Pegar com arma e...

G: coloca arma no cara lá?

Re: com certeza.

G: com você nunca aconteceu isso? de plantar droga pra...

Re: graças a Deus não. Já vi, assim, acontecer, tipo, tá eu mais uns quatro. Aí escolhe, entendeu? E leva. Agora quando também o policial, quando a gente tá tranquilo e o policial chega querendo “ah, que não sei o quê blá...”, e já enquadra a gente, joga a gente na parede, já coloca a gente no chão, dá tapa na cara, também é... é tenso né, mas fazer o quê?! A gente tá na vida errada, então... (trecho de entrevista a mim concedida por Renato, Vitória/ES, 13/09/19)

Júlio:

G: fala um pouco pra mim sobre a polícia. Qual sua visão da polícia? O que você pensa sobre a polícia militar.

Ju: ah, eu já penso diferente, né. Penso, tipo assim, que agora, que antes eu não pensava, falava, “ah, polícia, sei lá o que”, não gostava de polícia na época não. Agora penso diferente. Já penso, tipo assim, que é pra poder ajudar a comunidade. Eu já penso diferente, entendeu? Eles fazem o trabalho deles, entendeu. Antes não pensava assim não.

G: o que você pensava antes?

Ju: antes eu pensava, eu xingava. Xingava, tava nem aí.

G: é? E com você, os policiais, como é que eram a atitudes dos policiais com você? Eles sempre agiram corretamente ou eram caras truculentos, arbitrários, te bateram? Entendeu?

Ju: bater, não bateram não.

G: nunca os caras também, nunca te perseguiram e botaram droga pra... plantaram droga lá com você pra te prender não?

Ju: não.

G: então ali eles estavam fazendo o trabalho deles? Você tava no crime mesmo.

Ju: tava no crime mesmo, faziam o trabalho deles. Então só ir lá, pegava o que tinha que pegar mesmo, pá. Pegava um dinheiro. Aí dava um dinheiro eles lá e metia o pé. (...) ah, quando eles “ia” lá pegasse o dinheiro e deixava a droga, eles “nogoçava” lá, pegava o dinheiro e iam embora.

G: eles recebiam propina então? É? Ah, então você pagava... polícia corrupta?!

Ju: é.

G: é? E, tipo assim, recebiam pra deixar você quieto ali, traficando?

Ju: eles sempre saiam... eles só iam lá, pegavam os trem de dinheiro e vinha embora.

G: então você nunca foi esculachado por polícia não?

Ju: não.

G: então qual sua visão sobre a polícia no seu bairro hoje? Ainda tem esses caras corruptos?

Ju: tem.

G: é? Tem os caras também que age errado lá com a juventude lá?

Ju: tem, que eu moro lá, eu vejo. por que eu não mexo mais com nada, mas eu vejo os caras vindo, eu vejo os caras pagando propina.

G: é? Que mais que a polícia faz de errado lá?

Ju: ah, tem polícia que faz errado lá. Que pega propina, vende armas. (trecho de entrevista a mim concedida por Júlio, Vitória/ES, 16/08/19)

Guilherme trouxe alguns relatos interessantes comparando a polícia militar da Bahia e do Espírito Santo, percepções distintas que também se referem a momentos distintos de sua vida:

G: e você falou dessa polícia da Bahia, como é a polícia da Bahia? Fala um pouco

Gui ah...

G: é diferente daqui? Fala aí.

Gui: é... diferente.

G: como?

Gui: tem polícia lá que, que nem a tal da RONDESP. Não tem nem gaiola atrás. Ela já mata já e já joga o corpo em cima do... da carroça atrás e leva lá pro... pra delegacia e fala “aí, oh, tá aí”

G: morto?

Gui: é. Os “policiais” falam... quando é pra trazer vivo já vai outro, quando é pra trazer morto... quem vai é as KM.

G: KM?

Gui: é.

G: por que KM?

Gui: polícia, de lá. Ela usa roupa que nem do exército.

G: entendi. Você falou que foi ameaçado de morte por polícia lá, né?

Gui: fui. (...) nunca tomei esculacho de polícia.

G: lá na Bahia...

Gui: na Bahia, lá já tomei. Por que lá é interiorzinho, pequeno, né. Agora aqui não. Nunca tomei esculacho de polícia. Graças a Deus.

G: então lá é pior?

Gui: lá é.

G: mesmo sendo interior?

Gui: policial de lá gosta de matar. Policial pegar você com uma foto de um Coringa, ele raspa na faca. Tem que ver os “criminoso” de lá. Os “criminoso” gosta de destrinchar na faca.

G: é? Entendi. Tipo Coringa como?

Gui: Coringa, tatuagem de algum Coringa.

G: por que Coringa quer dizer que é matador de polícia?

Gui: matador de polícia. se eles pegarem, “ah, você é matador de polícia”, raspa mesmo.

G: entendi. Mas matar na faca como? Como é que mata na faca?

Gui: ah, os caras destrincha tudo. Corta braço, perna... (trecho de entrevista a mim concedida por Guilherme, Vitória/ES, 23/08/19)

Nesta entrevista é possível perceber uma questão interessante que surgiu no grupo de controle, qual seja o fato de que há uma maior tensão entre o envolvido no tráfico de drogas e a polícia militar em comparação com o envolvido em crimes contra o patrimônio. Guilherme traz péssimos relatos em relação à polícia militar da Bahia, referente a uma época em que traficava neste estado, enquanto possui percepções positivas quanto à polícia militar da região metropolitana capixaba, sendo que quando mudou para este estado se envolveu apenas em roubo, e não em tráfico.

Dentre os trechos transcritos acima do grupo de controle, praticamente todos que trouxeram péssimas informações a respeito da polícia militar (Eder, Júlio, João, Caio e Renato) se envolveram em tráfico de drogas. De maneira diversa, transcrevo abaixo trechos de dois entrevistados do grupo de controle que se envolveram apenas em roubos e que, apesar de relatarem já terem sofrido ameaça e vias de fato de policiais militares, apresentaram opiniões positivas sobre os mesmos.

Galdino:

G: Fala um pouco aí de polícia, Galdino, relação com polícia. Qual sua... abordagem que você já teve de polícia, assim, você já teve algum problema com polícia, o que você pensa da Polícia Militar. Fala um pouco aí.

Ga: eu não tenho nada contra a polícia. Tipo, independente do que aconteceu de eu já ser preso pela polícia, desses negócios assim, eu não tenho nada contra não. Já tomei bastante abordagem já de polícia, mas eu entendo que eles estão fazendo o trabalho deles. Não tenho nada contra não. Não sou daqueles pessoal de ver um policial passando e falar “ah, seu filho da puta!” Eu não sou fã disso, porque eles estão ali pra proteger nós também. Independente da vida que nós tá levando, mas eles “tá” protegendo nós. Por isso que eu não tenho nada contra não.

G: então os caras estão fazendo o serviço deles...

Ga: eu queria, meu sonho ser policial. Mas como eu tenho passagem agora, não tem mais como.

G: então você vê a polícia como...

Ga: um trabalho normal.

G: normal. Que é até importante mesmo.

Ga: é, exatamente.

G: você já teve assim, umas abordagens que você, pô, acha que os caras agiram errado? Tipo assim, de agredir?

Ga: muito, muito.

G: já teve?

Ga: às vezes eu do lado da minha casa, policial, ele passou do nosso lado assim, a gente falou: “bom dia, senhores!” Eles pegaram, subiram, não deram nem bom dia a nós, subiram e desceram o morro. Na hora que eles desceram, nós não “correu” nem fez nada, porque nós não tava devendo nada. O policial pegou e mandou nós ir pra parede, na hora que eles estavam revistando nós assim, quando ele chegou na parte de baixo assim, ao invés dele só revistar tranquilo, não, eles pegaram, botaram a mão assim e deram... um solavanco pra cima assim pra machucar nossas partes íntimas, não tem? Aí isso aí eu não acho certo. Isso daí já me aconteceu duas, três vezes não, já aconteceu várias vezes.

G: várias vezes com você?

Ga: eu não tenho nada contra não, porque às vezes... os outros “policial” que é de bem, não tem culpa dos “policial” que são desse tipo, não tem? Eu tenho nada contra não.

G: e lá no bairro... você tá morando em Nova Rosa da Penha, né? o quê que o pessoal tem de imagem da polícia? O pessoal gosta da polícia, é bem vinda no bairro, ou geralmente não? A imagem que a galera tem da polícia é...

Ga: não, a imagem deles lá é... imagem normal mesmo. Que eles fazem o trabalho deles direitinho, não... tipo, não atrasa o lado de ninguém. Tipo, porque os “policial” de lá do bairro, eles sabem quem é quem. Eles sabem quem é que vende droga, eles sabem quem é que pratica roubo, quem é que faz tudo. Aí eles tipo, é até difícil, tipo, eu assim, meus irmãos, meus amigos tá lá do nosso lado lá, as vezes a gente até comenta: “caramba, é até difícil nós tomar um baculejo dos ‘policial’ aí”. Os “policial” às vezes passa do nosso lado assim, em vez deles olhar pra nós, eles olham pro outro lado, não tem? Às vezes nós tá até fumando um baseado, o policial passa, mas nem aborda nós. tenho nada contra não. Não atrasando nosso lado...

G: tem policial corrupto lá? Geralmente...

Ga: não. Até então, que eu saiba, não.

G: De receber dinheiro de traficante pra deixar o cara... não tem, né?

Ga: até então, que eu saiba, não.

G: que pratica... lógico, que você contou esses fatos errados que os policiais já fizeram, né. Essa ocorrência aí, mas geralmente nada além disso, né?

Ga: nada.

G: assim, pô, o cara matador lá, que já executou, isso aí não?

Ga: não. (trecho de entrevista a mim concedida por Galdino, Vitória/ES, 30/08/19)

Cristóvão:

G: Vem cá, polícia, fala um pouco aí da sua visão da Polícia Militar, o que você pensa, das abordagens que você já sofreu. Os caras sempre agiram certo ou já agiram errado com você. Fala aí.

Cr: teve uma prisão minha que eles se... me ameaçou de morte, né. fiquei umas duas, três horas dentro do carro, preso, no camburão. Eles ameaçando psicologicamente.

G: Foi tratado mal? Apanhou?

Cr: apanhei.

G: e, me fala aí, o que você pensa da polícia? Qual sua opinião da atuação da polícia, sobre a Polícia Militar, do seu bairro?

Cr: ah, eu mesmo acho que eles fazem o trabalho certo deles. Proteger a comunidade. Eu nunca tive nada contra eles. Polícia é polícia. Eu falo, muitas vezes fico pensando, pô, muitas vezes as coisas acontecem, cadê a polícia por perto? Pra poder dar segurança às pessoas.

G: então, assim, nunca teve problema com a polícia não?

Cr: não.

G: de ficar te perseguindo, os caras ficarem te abordando toda hora?

Cr: não. (trecho de entrevista a mim concedida por Cristóvão, Vitória/ES, 30/08/19)

Conforme trabalho anterior de minha autoria:

É, portanto, elemento essencial da noção de Estado a possibilidade, exercida de forma exclusiva, do emprego da força física contra seus cidadãos a fim de exigir o atendimento ou o cumprimento de uma decisão pública oficial, compreendida esta a partir da noção contratualista iniciada por Thomas Hobbes no século XVII e acompanhada, de diferentes formas, por diversos pensadores, a exemplo de Jean Jacques Rousseau.

Este monopólio do uso da violência física é exercido no Brasil não de forma exclusiva, mas de maneira preponderante, pela instituição da Polícia Militar. (BACELLAR, 2018, p. 2-3)

O Estado contemporâneo seria, então, conforme noção de Weber (1967, p. 56), uma comunidade humana que, no âmbito de certo território, reivindica, para si, o *monopólio do uso legítimo da violência física*.

E o monopólio do uso desta violência, a partir de certo momento, passou a contar com uma lógica militar de controle dos corpos e das mentes, de adestramento e disciplinamento da população.

Para Foucault:

A Era Clássica viu nascer a grande estratégia política e militar segundo a qual as nações defrontam suas forças econômicas e demográficas; mas viu nascer também a minuciosa tática militar e política pela qual se exerce nos Estados o controle dos corpos e das forças individuais. “O” militar – a instituição militar, o personagem do militar, a ciência militar, tão diferentes do que caracterizava antes o “homem de guerra” – se especifica, durante esse período, no ponto de junção entre a guerra e os ruídos da batalha por um lado, a ordem e o silêncio obediente da paz por outro. O sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade; sua referência fundamental era não ao estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contato primitivo, mas às coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos treinamentos indefinidamente progressivos, não à vontade geral, mas à docilidade automática. (2014, p. 165)

Com o propósito de extrair maior utilidade da atividade dos homens, o disciplinamento de suas ações e comportamentos se constituiu em um mecanismo importante a partir da Era Clássica, conforme asseverado por Foucault (2014), o que acabou também por gerar um maior controle moral de suas ações.

A *sociedade disciplinar*, conforme Foucault (2014), passou a se expressar, em grande medida, por meio de instituições militares, passando a contar mais recentemente com a atuação da polícia militar, que passou a assumir função preponderante para sua implementação.

Conforme Zaccone:

O governo dos homens, a arte de governar, será exercido através do controle das atividades dos homens, à medida que essas atividades possam constituir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado. Surge então a ideia de utilidade pública a partir do fazer dos homens, e, para isso, um grande conjunto tecnológico denominado “polícia” se desenvolverá a partir do século XVII, com um significado distinto daquilo que denominaria o sentido desta palavra do final do século XVIII até os nossos dias. (2015, p. 279)

Zaconne, então, nos demonstra como a polícia se insere nesta lógica de *controle das atividades dos homens*, e especialmente de homens de classes mais baixas.

A sociedade disciplinar avança, então, e se depara com o desenvolvimento do capitalismo, momento em que os crimes patrimoniais passam a prevalecer em detrimento de delitos mais violentos, fruto de desavenças familiares e de convívios sociais mais cotidianos. Neste contexto, então, o disciplinamento e o controle das atividades dos homens, em grande medida exercido pela polícia militar, passa a ser direcionado de forma predominante para as classes mais baixas, a partir da lógica de desigualdade socioeconômica incrementada pelo avanço do capitalismo.

Interessa, também, perceber que a polícia, e mais especificamente a militar, cuja atuação ora nos interessa, é formada em um contexto onde haveria, de acordo com Lima, uma ideologia formal igualitária coexistindo com uma ordem social hierarquizada. (2019, p. 49).

Uma normatização que preconiza a igualdade formal entre os cidadãos entraria em choque com uma sociedade constituída em bases hierarquizadas, que permitiria que houvesse, segundo Souza, “[...] num contexto formalmente democrático, aberto e pluralista, a constituição de cidadãos de primeira e de segunda classe.” (2006, p. 38)

Pessoas profundamente impregnadas destes valores passaram a ingressar e constituir a instituição Polícia Militar. “As instituições, portanto, não apenas são resultados de contingências histórico-políticas, engendradas, em grande medida, pelos contextos culturais de seu surgimento e evolução, como também constroem a forma de agir de seus membros, conformando-os a partir de seus traços institucionais mais marcantes.” (BACELLAR, 2018, p. 04).

Tanto a instituição Polícia Militar sofreu influência deste contexto hierarquizante, como conformou a atuação de seus membros levando em consideração a existência, mesmo que em um contexto formalmente democrático, de cidadãos de primeira e segunda classe.

Inicialmente combatendo crimes contra a propriedade e o patrimônio e entrando, a partir dos anos 80, na trincheira da ‘guerra contra as drogas’, a polícia militar cada vez mais foi assumindo uma posição de opressão das classes mais baixas, o que se agravou com o advento das facções e conseqüente aumento da violência urbana, que se alimentou da disseminação e mais fácil acesso às armas de fogo.

O combate a esses crimes, então, passou a ocorrer por meio do emprego da violência, influenciando o padrão de atuação da polícia militar, que se tornou mais truculento, arbitrário

e agressivo contra uma classe de pessoas que se passou a supor ser constituída por criminosos violentos, os *inimigos do estado*.

A identificação dos *indignos de vida*, conforme Zaccone (2015), está, então, delimitada racial, social e territorialmente. São os moradores do morro, da favela, negros e pobres os *matáveis*, indivíduos cuja vida não tem valor e são, via de consequência, descartáveis.

E isso foi percebido em nossa pesquisa na medida em que constatamos, no grupo de controle, que a maioria dos relatos negativos em relação à atuação da polícia militar era oriundo de pessoas que haviam se envolvido no tráfico de drogas, crime que possui um aspecto territorial relevante, qual seja a *boca de fumo* e seus arredores.

O assaltante, que sai de seu local de residência para roubar, sofre muito menos o efeito desta forma de atuar mais arbitrária, violenta e corrupta, eis que essa atuação ocorre com mais frequência na *favela* e nos locais de moradias populares e de baixa renda, onde o tráfico está presente.

A estratégia de ‘guerra às drogas’, além de não ter contribuído para a redução dos índices de violência, tem levado ao acirramento da relação entre policiais e a população carente, com elevado número de mortes para ambos os lados.

Vítor afirmou ter visto policiais apreenderem e levarem consigo drogas para finalidade incerta, além de executarem um garoto com quem haviam trocado tiro; Eder relatou que policiais atribuíram a ele a posse de drogas que em verdade não eram suas apenas para incriminá-lo; João também contou que uma pessoa que ele conhecia foi condenada por tráfico com base em drogas que não eram dele e que foram ‘plantadas’ pela polícia; Caio da mesma forma afirmou que os policiais ‘forjaram’ oito buchas de maconha para ele, ou seja, disse que foi incriminado pelos policiais com drogas que não eram suas; Renato disse que já apanhou muito de policiais. “Quase me matou”, afirmou. Contou também que policiais já o fizeram mastigar e engolir um cigarro de maconha e que em seu bairro havia policiais que recebiam dinheiro para permitir o tráfico, além de ‘plantar’ armas e drogas para incriminar pessoas que julgavam ser criminosos; Júlio afirmou que dava dinheiro a policiais para que estes permitissem que traficasse; e Guilherme relatou que os policiais militares da Bahia executavam suspeitos.

Como se pode ver, no grupo de controle foi possível obter diversos achados a respeito da forma de atuação da polícia militar em localidades onde o crime, especialmente o tráfico, ocorre de forma mais disseminada.

Tal circunstância torna a relação *polícia x público desviante* muito mais tensa, sendo frequente agressões e até execuções por parte da polícia contra suspeitos. Surgiu, também, em diversas entrevistas, relatos de uma polícia corrupta, parceira do tráfico, que recebe quantias para fazer ‘vista grossa’ e permitir a continuidade desta prática em locais onde atua, além de atos de incriminação indevida de agentes, ‘plantando’ drogas e armas no contexto do flagrante para gerar a responsabilidade daquela pessoa que eles consideram inimigo e que pretendem retirar de circulação.

Vítor disse, referindo-se ao fato de ter apanhado de policiais, que “dá raiva porquê acontece comigo, aí você não vai conseguir olhar pro outro polícia com... sem lembrar daquilo que já aconteceu, né, assim” (trecho de entrevista a mim concedida por Vítor, Vitória/ES, 09/08/19). Indica, portanto, que uma arbitrariedade ou ilegalidade cometida por um policial gera efeitos na relação com outros policiais, estabelecendo, a partir daí, uma relação tensa, conflituosa e negativa, o que pode ser responsável por uma espiral de violência e desrespeito mútuos. No mesmo sentido a fala de Eder sobre arbitrariedades que sofreu: “mas aí em vez de ficar no lado da justiça ele já não vai apoiar o lado da justiça, porque bandido não oprime ninguém dentro da favela, dentro do bairro, nem nada.” (trecho de entrevista a mim concedida por Eder, Vitória/ES, 09/08/19)

Eder falou que a polícia:

já chega metendo a porrada em qualquer um, vê um cara com tatuagem, cordãozinho, lá na rua lá, quando você passa, não sei se você vê, todo mundo quer usar um cordãozinho, um relógio, andar bem arrumado. Aí vê o pessoal na rua, já aborda, faz passar vergonha na frente dos outros. (trecho de entrevista a mim concedida por Eder, Vitória/ES, 09/08/19)

Eder indica, então, a forma estigmatizante de atuação da polícia. Simplesmente porque a pessoa possui tatuagem, cordão do pescoço e está em um local considerado suspeito pela polícia recebe abordagem como se fosse criminoso, deixando evidenciado, assim, o processo de *sujeição criminal*, definido por Misse (2010).

Prossegue Eder dizendo que “às vezes a pessoa tá mexendo com droga, aí para de mexer com droga, mas só que ‘os policial’ conhece ele como que tava mexendo com droga, aí fica fazendo o cara passar vergonha ali no meio da rua”. (trecho de entrevista a mim concedida por Eder, Vitória/ES, 09/08/19)

O processo de incriminação preventiva, então, se opera na prática policial cotidiana, com abordagens não em razão da existência de indícios do cometimento de algum delito, mas a partir da conduta de vida do abordado. O indivíduo, uma vez envolvido com ilícitos, está indefinidamente sujeito à abordagens policiais humilhantes e que o expõem a vergonha e constrangimento público, contribuindo com a sua permanência naquele contexto de vida marginal e desviante.

É a *profecia auto-realizável* se cumprindo. Conforme Zaccone, “[...] o que menos importa são os fatos, mas sim o que se espera dos fatos.” (2015, p. 182). A expectativa sobre uma situação motiva comportamentos que contribuem com que aquela crença se concretize. O jovem que procura mudar de vida e se afastar daquelas práticas que o levaram à prisão passa a ser constantemente abordado de forma vexatória a partir de uma crença de que ele é *bandido*, uma qualidade que se incorpora e se impregna em seu *eu* de tal forma que ele não consegue se livrar dela. Conforme dito por Eder, “às vezes você tá querendo sair fora, mas você só vai ter paz se você sair dali de dentro. Sendo que é o lugar que você cresceu, que você viveu.” (trecho de entrevista a mim concedida por Eder, Vitória/ES, 09/08/19).

Uma escolha errada lá no passado, ou muitas vezes uma condenação injusta, gera efeitos perversos e permanentes na construção da personalidade e na continuidade da socialização daquele jovem. Para reverter este processo, só “se você sair dali de dentro.” Caso contrário, ele não “vai ter paz”. Mas paradoxalmente é o local onde ele cresceu, onde viveu. Para escapar daquela condição de estigmatização permanente será necessário abdicar de seus vínculos, dos laços com suas origens, com seu passado e sua história. Esta são as opções abertas para aquele indivíduo, eis que ao permanecer naquele local já estará indefinidamente selado como *bandido* e, assim, sujeito a toda sorte de arbitrariedades e atos de violência.

Caio trouxe um relato interessante a respeito dos critérios utilizados pela polícia militar para realizar abordagens:

eu acho que pelo fato de que eu andar com... tipo assim, o vínculo de amizade, não tem? Por exemplo, você é trabalhador, mas eu sou traficante e tem um monte de traficante aqui, mas você tem amizade com nós. (...) pô, sou morador do bairro. Eu acho que a Polícia Militar, em conjunto total tinha que entender que o quê? Os traficantes do bairro, são tudo morador do bairro, e todo criado ali dentro. Nascido e criado ali dentro, são os traficantes. Se eu sou morador, nascido e criado ali, é certo que eu joguei bola com eles. É certo que eu brinquei de polícia e ladrão, brinquei de peão, hoje não esse peão, né, ioiô, não tem mais. Mas é certo que eu fiz isso, realmente. Tanto que, tipo assim, aí eu vou ver um amigo meu, pelo fato dele ser traficante eu não vou parar e mandar ele almoçar lá em casa? Sendo que minha mãe conhece, meu pai conhece. Uma família conhece a outra. Então, tipo assim, é uma coisa que... eu

acho que eles deviam ver com outros olhos, não tem? (trecho de entrevista a mim concedida por Caio, Vitória/ES, 23/08/19)

Caio afirmou que os policiais ‘forjaram’ oito buchas de maconha em seu poder, o que levou à sua condenação por tráfico de drogas. Além disso, critica o fato de ser constantemente abordado pelo simples fato de andar na companhia de alguns traficantes, sendo que ele é nascido naquele local e grande parte de seus amigos trafica. Questiona que tipo de comportamento deve assumir, já que seus amigos de infância são traficantes e que isso não é sua culpa. Diante disso, ele deve deixar de se relacionar com eles?

É interessante como esse relato demonstra uma realidade inexorável que é o fato de pessoas da periferia inevitavelmente conviver com praticantes de delitos. São as pessoas de seu convívio, seus vizinhos, amigos de infância, e isso não significa que estão também envolvidos.

Isso demonstra os graves problemas daquilo que Lima chama de “[...] a sistemática ‘contaminação’ das técnicas de investigação pelas técnicas de vigilância.” (2019, p. 131).

A polícia exerce a função de investigar a prática de delitos, o que é a atribuição precípua da polícia civil, e de exercer vigilância, como dito acima, função esta desempenhada de forma predominante pela polícia militar.

Os relatos indicados demonstram exatamente esta contaminação. A função de investigar crimes, que deveria ocorrer mediante diligências específicas para a obtenção de meios de prova sobre determinado fato, é substituída pela técnica de vigilância. Conclui-se que o indivíduo praticou tráfico a partir da vigilância de seu comportamento, seus hábitos, seu local de residência, cor, classe social, exercício ou não de trabalho lícito etc.

Os policiais concluíram que Caio traficava em razão dele não desempenhar trabalho formal e ser visto, com frequência, andando em veículos distintos, o que ele confirmou, já que fazia ‘bicos’ lavando carros de parentes. Além disso, tal conclusão foi alcançada porque ele andava na companhia de traficantes, seus amigos de infância, o que ele confirmou questionando sobre que comportamento deveria adotar, já que estes eram seus amigos de infâncias, seus vizinhos, pessoas de sua convivência.

O que está em jogo, então, não é a ação que o agente praticou, mas um controle moral sobre seu estilo de vida, seus hábitos e comportamentos, mais do que uma contaminação, quase que uma substituição da técnica de investigação pela técnica de vigilância.

Uma questão interessante que surgiu na pesquisa foi o fato de que as informações mais graves relacionadas à polícia militar foram oriundas de entrevistados que haviam se envolvido com o tráfico de drogas, conforme já dito. Dentre os entrevistados envolvidos com roubo, surgiram algumas informações de ameaças e vias de fato em abordagens, predominando, entretanto, opiniões positivas sobre a polícia militar.

Estes achados vêm ao encontro daquilo que foi debatido na seção 3.3 sobre a prática do tráfico de drogas. A forma como o Estado tem tratado este delito, enveredando nas trincheiras de uma ‘guerra às drogas’, além de gerar uma série de problemas já discutidos naquele tópico, têm tornado a relação entre a polícia militar e o público envolvido no uso e pequeno comércio de drogas excessivamente tensa e violenta, além de contribuir para o próprio envolvimento de policiais nessas práticas, que muitas vezes se tornam sócios do tráfico.

Como já discutido na seção 3.4, o próprio agente tem uma percepção diferenciada quanto ao seu envolvimento no tráfico e no roubo. Quanto a este último, o próprio agente mantém a percepção do erro de seu comportamento e, quando é perseguido e preso por policiais, tal situação não altera a avaliação que possui sobre a função e atuação da polícia militar, tanto que a relação *assaltante x polícia militar* não é significativamente tensa, salvo em momentos de perseguição policial e quando há oposição dos envolvidos. A tensão, então, pode estar no momento da ocorrência, não se estendendo, via de regra, para momentos posteriores da vida do agente envolvido no ilícito.

No caso do traficante de drogas, tudo funciona de maneira distinta. Primeiramente o próprio agente não vê sua conduta com o nível de gravidade que é dado pela legislação e pela moralidade pública dominante. Na prática, quando se trata de um comerciante de drogas que age sem armas e não pratica violência, seu comportamento em pouco se diferencia, ontologicamente falando, de um ambulante que vende latas de cerveja.

A venda de entorpecentes para maiores de idade, que procuram livremente o uso de tais drogas, se choca com o tratamento desproporcionalmente repressivo por parte dos órgãos policiais, que delimita territorial, social e racialmente o inimigo a ser caçado.

O envolvido no comércio de drogas passa, então, a ser perseguido no local onde nasceu, cresceu e viveu, como dito pelo entrevistado Eder, que mesmo deixando essas práticas consideradas ilícitas e pretendendo mudar de vida, segue sendo perseguido de forma estigmatizada e “só vai ter paz se (...) sair dali de dentro”.

Optando por permanecer no local onde “cresceu, que (...) viveu”, o agente passa inevitavelmente a estabelecer uma relação cada vez mais tensa com os policiais que atuam naquela localidade, abrindo ensejo para mortes e prisões ilegais.

Situação totalmente diferente ocorre quando o envolvido no tráfico de drogas vive em local de classe média ou alta. O entrevistado Luís, de família de classe média de Vitória/ES e que realizou por alguns anos significativo movimento de comércio de drogas, tendo pessoas que trabalhavam para ele e mantendo um apartamento alugado para guardar as drogas, afirmou que nunca foi abordado por policiais e não possuía ou utilizava armas.

A análise do relato de Luís em comparação com as entrevistas de Eder, João, Caio, Renato, Júlio e Guilherme demonstra a forma absolutamente distinta e seletiva com que o Estado trata as diversas formas e circunstância da prática do tráfico de drogas. Caso esta ação ocorra em localidades nobres, o Estado pouco age para repelir esta prática. Luís relatou que foi preso quando retornava de Manaus com uma carga grande de cocaína em razão de uma delação de um desafeto para a polícia federal, não tendo ocorrido nenhum tipo de investigação ou diligência por parte das polícias militar ou civil locais.

Diferentemente, caso o tráfico ocorra em localidades pobres, a ação policial passa a ser prioritariamente direcionada para os grupos e indivíduos envolvidos na venda de drogas e todos os esforços operacionais são focados para as abordagens e prisões dos suspeitos de praticar o comércio de drogas nestes locais, bastando a mera suspeita para suas prisões, inclusive com drogas e armas ‘plantadas’ para incriminá-los.

É nítido, então, que a tão propalada ‘guerra às drogas’ tem uma concepção de hierarquização social muito mais ampla e profunda. De acordo com Zaccone, “[...] ao longo do processo de depuração de nossas elites e suas disputas inerentes à construção do poder, o medo em torno do levante ‘dos de baixo’ possui papel definidor.” (2015, p. 218).

No processo de formação da sociedade brasileira esta perspectiva de segmentação e diferenciação social teve papel marcante, impregnando-se fortemente em nossa cultura e moldando as instituições, dentre as quais a polícia militar. Analisando o contexto do movimento conhecido como Balaiada, ocorrido no Maranhão em meados do século XIX, Zaccone coloca:

No bojo da construção desse discurso oficial, os documentos de expedições legais identificam os balaios como “classes inferiores”, sem princípios, assassinos ferozes, ladrões e cultivadores de toda sorte de vícios. Outro aspecto bastante evidenciado em relatórios dos expedicionários legais é o fato de serem homens de cor: “índios, negros, mestiços de toda a espécie”.

Fica evidente o processo de construção do inimigo a partir das sensações de insegurança associados a critérios racistas. O direcionamento dos discursos de criminalização do inimigo recaía diretamente sobre os balaios, enquanto os liberais, oriundos dos setores médios e proprietários, sofreram apenas acusações no campo da política institucional e da disputa da opinião pública. Em nome de uma ordem que temia a revolta dos pobres contra os ricos e, sobretudo dos “não brancos” contra os brancos, eram justamente nos negros, mestiços, índios e insubordinados em geral que se construía o inimigo a legitimar a repressão à Balaiada. (2015, p. 220)

Perspectivas racistas estiveram, como é possível perceber, na base da repressão a este movimento, além de estar dominada por interesses econômicos das elites locais:

A paz militar nunca esteve associada à melhoria da qualidade de vida de população, tampouco à superação dos dramas sociais vividos pelos sertanejos. Em verdade, a pacificação estava diretamente ligada aos fatores econômicos de desenvolvimento dos negócios das elites locais, agora fortalecida pela unificação dos liberais e cabanos em torno da coroa de Pedro II. (ZACCONE, 2015, p. 233)

Toda essa perspectiva racista, de discriminação social e ênfase nos interesses da burguesia então ascendente moldou a instituição da Polícia Militar, características estas que ainda persistem em suas formas de atuação, conforme foi constatado na pesquisa realizada.

Moradores de localidades pobres são o alvo preferencial da atuação policial, que age contra indivíduos mesmo ausentes elementos que confirmem seus envolvimento em crimes. São incriminados previamente e taxados de *bandidos* por características físicas, como cor da pele, vestimentas, modos e movimentos corporais compartilhados, além de uma identificação territorial acerca de quem são os inimigos a serem retirados de circulação.

De acordo com Westley:

Uma das diferenciações mais significativas que o policial faz é entre a maneira como as pessoas nas áreas prósperas e as nas favelas devem ser tratadas para que a polícia seja eficaz. Assim, um policial afirma que “nos melhores distritos o objetivo é fazer amigos e fazê-las gostar de você. Se você reagir bruscamente com eles, naturalmente eles o odiarão.” Outro afirma que, com as pessoas em M, uma área residencial melhor, “você passa a hora do dia com elas. Mas com esses caras da colina você tem que falar rudemente com eles para se fazer entender”.⁴⁹ (1970, p. 98).

⁴⁹ One of the most significant differentiations that the policeman makes is between the way people in the well-to-do areas and people in the slum areas should be treated in order that the police may be effective. Thus, one policeman states that “in the better districts the purpose is to make friends out of the people and get them like you. If you react rough to them, naturally they will hate you.” Another states that with the people in M, a better residential area, “you just pass the time of day with them. But with these hill billies you got to talk rough with them to make yourself understood to them”.

Esta atuação diferenciada pôde ser também percebida neste trecho, citado por Adorno (2017), de uma entrevista concedida pelo Tenente-Coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo, ao assumir o comando da Rota, a tropa de elite da Polícia Militar de São Paulo:

É uma outra realidade. São pessoas diferentes que transitam por lá. A forma dele abordar tem que ser diferente. Se ele [policial] for abordar uma pessoa [na periferia], da mesma forma que ele for abordar uma pessoa aqui nos Jardins [região nobre de São Paulo], ele vai ter dificuldade. Ele não vai ser respeitado.

Da mesma forma, se eu coloco um [policial] da periferia para lidar, falar com a mesma forma, com a mesma linguagem que uma pessoa da periferia fala aqui no Jardins, ele pode estar sendo grosseiro com uma pessoa do Jardins que está ali, andando.

Ao realizar uma pesquisa junto a policiais e obter achados sobre sua ética, Westley (1970) percebe como de fato sua atuação é direcionada à classe mais baixa. Os policiais não veem sentido em prender pessoas de elevado nível social porque estes possuem influência política, eles necessitam de sua aprovação e porque estas pessoas não se encaixam naquela categoria pré-definida de *criminoso*:

A distinção indica que, para os mais afluentes e com melhor educação, o policial acredita que a atitude amigável é a correta, que se deve usar uma abordagem educada e nunca ser grosseiro, e que "esse é o caminho para fazê-los respeitar você". "Classe melhor de pessoas", então, são aqueles que não gostam de violência, que pensam no policial como um servo e que reagem positivamente apenas à abordagem humilde, positiva e educada. No entanto, o policial não considera esse grupo com a mesma tolerância que exhibe em relação à criança. Ele sente que a maioria deles o despreza e está pronta para defini-lo no papel de um criminoso. Ele se ressentido da atitude paternalista deles; ele gosta de prendê-los, se puder. No entanto, ele reconhece que eles têm influência e, em sua necessidade de aprovação e em sua sensibilidade ao desdém, sente-se forçado a desempenhar o papel que eles lhe atribuem; isto é, agir em relação a eles de maneira a obter sua aprovação. Ele vê essas pessoas como dentro da lei - isto é, como estando dentro da proteção da lei - e em seu tratamento em relação à elas, como um grupo com o qual ele deve observar a letra da lei. O poder deles o força a fazê-lo. Por outro lado, não há distinção específica a ser obtida com a apreensão de tal pessoa. Essencialmente, eles não se enquadram na categoria de criminosos em potencial.⁵⁰ (1970, p. 98)

⁵⁰ The distinction indicates that for the more affluent and better educated the policeman believes that the friendly attitude is the proper one, that one should use a polite approach and never be rough, and that "that is the way to make them respect you." The "better classe of people", then, are those who dislike violence, who think of the policeman as a servant, and who react positively only to the humble, the positive, and the polite approach. However, the policeman does not regard this group with the same tolerance that he displays toward the child. He feels that most of them look down on him and are ready to define him in the role of a racketeer. He resents their patronizing attitude; he likes to arrest them if he can. Nevertheless, he recognizes that they have influence, and in his need for approval and his sensitivity to disdain he feels forced to act the role they assign to him; that is, to act toward them in such a manner as to obtain their approval. He sees these people as within the law – that is, as being within the protection of the law – and in his treatment of them, as a group with which he has to observe the letter of the law. Their power forces him to do so. On the other hand, there is no particular distinction to be obtained from the apprehension of such a person. Essentially, they do not fall into the category of potential criminals.

Diversamente, os policiais veem os moradores de áreas pobres como desprovidos de moralidade, prontos para cometer um crime e desconhecedores da lei.

E esta forma de atuar seletiva, quando alcança consequências extremas, como a execução do ‘suspeito’, não recebe dos demais órgãos estatais a adequada apuração e punição.

Misse et al (2013) realizou importante trabalho em que analisou o processamento dos chamados Autos de Resistência, que tem por objetivo apurar as circunstâncias das *mortes ocorridas em confronto com a polícia*.

O autor constata que os inquéritos policiais instaurados para apurar tais mortes são desenvolvidos, em verdade, para “[...] investigar os mortos [...]” (2013, p. 78), havendo elevada ênfase na investigação sobre a conduta de vida de quem morreu em detrimento das condições da ocorrência da morte. Para Misse et al:

Os casos de “autos de resistência”, em geral, não são vistos como prioridade pelos policiais, por envolverem, em sua maioria, pessoas de baixa renda, moradores de favelas e, sobretudo, por terem como autores policiais militares ou civis que trabalham na área, com quem os investigadores não desejam se “indispor”, como nos revelaram em entrevistas. (2013, p. 70)

Misse et al, então, sem desprezar o peso de uma cultura de violência, excessos e arbitrariedades presente nas instituições policiais, enfatiza, neste trabalho, o peso da falta de eficiência dos órgãos de fiscalização:

Tal observação ilumina um aspecto importante dos resultados de pesquisa aqui apresentados: a precariedade dos instrumentos de fiscalização do trabalho policial foi e ainda é central na consolidação de um *modus operandi* violento e arbitrário fundado numa lógica discriminatória. Formulamos a hipótese de que a política de manutenção da alta incidência de “autos de resistência” não poderia vigorar sem a cumplicidade de todas as instituições do Sistema de Justiça Criminal e ficou comprovada a baixa qualidade dos controles sobre a atuação dos policiais e da apuração dos homicídios por eles cometidos. É insuficiente atribuir a responsabilidade por estas mortes a uma “cultura policial”, sendo imprescindível avaliar a eficácia dos controles legais externos às polícias sobre os casos desse tipo, em especial daqueles exercidos pelo Ministério Público e o Tribunal de Justiça. (2013, p. 179)

Além de constatar na pesquisa que “[...] para além de uma obrigação moral, o ‘matar bandido’ aparece como uma obrigação funcional do policial, enquanto ‘cidadão cumpridor de suas atribuições’, operando certa manutenção de posições de poder.” (2013, p. 67), Misse et al ressalta a significativa importância e peso das ineficiências do sistema de apuração dessas mortes como determinante para a continuidade dessas práticas.

Além do consenso sobre a legitimidade da morte de *bandidos*, Misse et al constata que:

A crença na *impunidade* vinculada ao *fantasma da violência urbana* (Misse, 1999) e ao descrédito na capacidade punitiva do Estado fundamenta o apoio de significativa parcela da população à prática do extermínio de criminosos, expresso no lema “Bandido bom é bandido morto”. (2013, p. 162)

É interessante, também, como há o processo de internalização e incorporação desta característica (*matável*) ao ponto de o próprio agente acreditar que as coisas de fato devem acontecer como ocorrem. Para Misse et al pode ocorrer uma condição em que o próprio agente haja internalizado “[...] uma classificação criminal que os torna pessoas legitimamente ‘matáveis’.” (2013, p. 165). Renato afirmou:

Já vi, assim, acontecer, tipo, tá eu mais uns quatro. Aí escolhe, entendeu? E leva. Agora quando também o policial, quando a gente tá tranquilo e o policial chega querendo “ah, que não sei o quê blá...”, e já enquadra a gente, joga a gente na parede, já coloca a gente no chão, dá tapa na cara, também é... é tenso né, mas fazer o quê?! A gente tá na vida errada, então...

Este é o processo de *sujeição criminal* exposto por Misse (2010), o que, apesar de não ter sido percebido na primeira parte da pesquisa, foi constatado no grupo de controle. E esse processo de incriminação preventiva ultrapassa o indivíduo e alcança um território, atingindo todos aqueles vinculados àquele local. O local da morte, conforme percebido por Misse et al (2013) e por Zaccone (2015), se constitui em um importante fundamento para o arquivamento dos ‘autos de resistência’ sobre essas mortes, ou esses mortos.

Uma questão que já foi debatida no item 3.2 se refere à função dos *impositores de regras*, que agem pragmaticamente para aplicar as regras que justificam a sua função, dependendo boa parte de seus esforços no desempenho de sua atividade para exigir respeito do público a que sua atividade está destinada preferencialmente, que, no caso da polícia militar, é a população mais pobre. Tal situação também foi percebida por Westley, segundo o qual o “[...] policial está preocupado com o reconhecimento adequado de sua autoridade. Um ataque à sua autoestima levará rapidamente a ações punitivas.”⁵¹ (1970, p. 08)

Westley, diferentemente de nossa pesquisa, realiza uma imersão no cotidiano da atividade de policiais, analisando suas motivações, valores e angústias.

⁵¹ The police officer is concerned with the proper recognition of his authority. An assault on his self-esteem will lead quickly to punitive action.

Este autor percebe que a polícia, além de agir preocupada com a imposição de respeito, vê o *bandido*, aquela figura definida aprioristicamente, como alguém cuja prisão legitima sua atividade, agindo, portanto, com esse objetivo:

O criminoso é uma fonte de justificativa pública para a força policial e uma fonte de prestígio pessoal para cada policial. Como resultado, a polícia tende a dedicar muita atenção ao criminoso desproporcionalmente ao efeito que ele tem sobre a Comunidade. O policial define o criminoso como o bandido e o crime como uma ação ilegal na qual um indivíduo tira vantagem de outro. Eles vêem o criminoso como um produto infeliz do acaso. Isso não gera simpatia, no entanto, pois o criminoso é muito importante para os fins da polícia. Essa importância gera uma tendência de sentir que pegar e condenar o criminoso é de tal importância que o fim justifica os meios. Assim, a polícia encontra no criminoso outra legitimação para o uso ilegal da força, para a brutalidade. A apreensão do criminoso é, para o policial, talvez a fonte mais importante de gratificação no trabalho.⁵² (WESTLEY, 1970, p.90)

A prisão daquele definido como *bandido* é, então, relevante para que a atividade e função da polícia esteja legitimada.

E esta ação da polícia seletiva, atuando de forma direcionada contra aqueles definidos de forma antecipada como os inimigos a serem eliminados, dá início a um ciclo de conflitos, que tem como reação comportamentos também hostis, que alimentam uma espiral de violência, conforme Westley:

O público está preparado para interpretar as ações policiais como más e ameaçadoras; a polícia está preparada para ver as ações do público como hostis, suspeitas, depreciativas e não cooperativas. Estes, então, formam os quadros de referência nos quais cada uma das partes agirá e interpretará as ações da outra. Eles formam a substância do conflito.⁵³

Nesta interação conflituosa, Westley percebe que a polícia desenvolve um sentimento de grupo, fortemente coeso: “Através da hostilidade e do estereótipo, a polícia se torna um grupo social

⁵² The criminal is a source of public justification for the police force, and a source of personal prestige for the individual policeman. As a result, the police tend to devote an amount of attention to the criminal well out of proportion to the effect he has on the Community. Policemen define the criminal as the felon and the crime as an illegal action in which one individual takes advantage of another. They see the criminal as an unfortunate product of chance. This does not generate sympathy, however, for the criminal is too important to the ends of the police. This importance gives rise to a tendency to feel that catching and convicting the criminal is of such importance that the end justifies the means. Thus, the police find in the criminal another legitimation for the illegal use of force, for brutality. The apprehension of the criminal is, for the policeman, perhaps the most important source of gratification on the job.

⁵³ The public is prepared to interpret police actions as evil and threatening; the police are prepared to see the public's actions as hostile, suspicious, derogatory, and uncooperative. These, then, form the frames of reference in which each of the parties will act and interpret the actions of the other. They form the substance of conflict.

próximo, no qual são organizadas ações coletivas para a autoproteção e um ataque ao mundo exterior”⁵⁴ (1970, p. 111).

Além disso, há uma regra de manutenção de segredo dentro do grupo com o objetivo de blindá-lo do exterior hostil projetado por seus membros. Os policiais consideram, segundo Westley, não apenas o público considerado criminoso como inimigos, mas também mantém uma relação altamente desconfiada e suspeita em relação aos demais, motivo pelo qual, receosos de críticas e punições, possuem a regra da confidência entre seus pares. Para Westley, o grupamento policial possui duas características: “[...] 1 - o segredo constitui uma de suas mais importantes definições e é representado pela regra do silêncio; 2 – a aplicação da lei é subordinada aos fins do grupo.”⁵⁵ (1970, p. 114).

A atribuição à polícia desta função normalizadora de condutas, disciplinadora de corpos e mentes, dentro de um contexto de hierarquização social, desigualdade econômica e discriminação racial, está na base da maioria das tensões e conflitos sociais responsáveis pelos elevados índices de violência verificados nas últimas décadas.

Diante deste contexto, abre-se espaço para se pensar a respeito do modelo de polícia adequado para nossa realidade. Se este modelo fundado numa lógica repressiva ou se uma polícia com um perfil mais ligado à administração de conflitos, com ênfase na atuação comunitária.

Lima, ao criticar o modelo policial-jurídico-legal de caráter repressivo, afirma:

Reproduz-se, assim, a adoção de um paradigma repressivo, onde a existência do conflito só resta admissível se lhe couber um enquadramento lógico-jurídico. (...) ...pouco espaço está destinado à expressão das alteridades, do diálogo entre as partes e, portanto, para a negociação e entendimento conforme a natureza do conflito. (2019, p. 260-261)

João, ao ser questionado sobre a visão que a sua comunidade tinha da polícia militar, disse que “a visão é negativa! (...) tá nem aí pra ninguém.”

A polícia militar, então, com frequência é vista desta forma pela comunidade onde atua, estando presente exclusivamente para abordar e prender aqueles que considera *criminosos*, os *inimigos da sociedade*. A pergunta que se faz, no entanto, é de que *sociedade* estamos falando?

⁵⁴ Through the hostility and through the stereotype, the police become a close, social group, in which collective action is organized for self-protection and an attack on the outside world.

⁵⁵ (1) secrecy constitutes one of the most important definitions and is represented in the rule of silence; and (2) law enforcement is subordinate to the ends of the group.

Esse território de atuação da polícia também pode ser considerado parte dessa *sociedade*, ou é algo que está fora dela? Lá se encontram pessoas que a sociedade não considera como cidadãos e que merecem, em razão disso, repressão, opressão e sofrimento?

Na definição a respeito do padrão de atuação da polícia militar, do perfil desejado para esta instituição, estas são perguntas necessárias.

Analisando os documentos que servem de base para a formação dos policiais militares, a exemplo do Projeto Pedagógico do Curso de Habilitação para Sargentos da PMES, ano de 2017 (Anexo 1), obtido junto ao Departamento de Ensino, Instrução e Pesquisa da PMES, é possível perceber significativos avanços, tais como a diretriz de que os temas Ética, Direitos Humanos e Filosofia da Polícia Comunitária-Interativa devem permear todos o trabalho educativo e a previsão de que o Sargento Combatente deve ser um motivador de Policiamento Comunitário, fomentando entre seus subordinados a mobilização comunitária e interagindo com lideranças de bairros.

Outro documento importante que pode indicar uma mudança no perfil de formação e atuação dos policiais militares é a Diretriz de Organização do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD (Anexo 2), que visa estabelecer uma relação de confiança entre a polícia militar e o público jovem, bem como junto a professores, pais e outros líderes comunitários, afastando-se de sua atuação eminentemente repressiva e voltando-se para o policiamento comunitário, em que o policial deve trabalhar sempre no mesmo bairro; ser conhecido da comunidade e participar das ações desta; ser proativo; ser chefe da polícia local, a partir de uma iniciativa de ações descentralizada; ter o seu pensamento criativo incentivado; ser informado por cidadãos engajados e estabelecer laços de confiança; solucionar problemas por meio da integração ativa e receber da comunidade as necessidades que esta possui.

Apesar destes documentos possuírem nítido caráter progressista, indicando a possibilidade de mudança no perfil da polícia militar, a prática parece ainda estar muito distante da teoria. No ano de 2018 iniciei discussão com alguns secretários municipais de Piúma/ES e outras autoridades públicas locais para realização de um projeto de intervenção social em um bairro específico do município e que ostentava elevados índices de criminalidade. Dentre diversas ações, uma ação que fazia parte do projeto e que seria de competência da polícia militar local seria a implantação do PROERD na escola municipal do bairro respectivo. Solicitado apoio ao comando da PMES regional, foi obtida a seguinte resposta quanto ao pedido de implantação do

PROERD na mencionada escola, com a realização de palestras por militares com formação para serem monitores do programa:

Figura 14 – Resposta da PMES ao OF/PGPU/Nº 546/2018

Em resposta ao Of / PGPU / Nº 546 / 2018, informo que, em virtude da reduzida quantidade de efetivo na 10ª Cia Ind, não se faz possível atender vossa solicitação no sentido de aplicar o PROERD ou realizar palestras em escolas e entidades religiosas nesse município. Alerto para fato de que, apesar de a Polícia Militar realizar ações de prevenção primária (como o PROERD, por exemplo), tais ações são prioritariamente de competência das próprias instituições de ensino, da família e da sociedade civil, sendo primordial que cada um assuma seu papel nessa atividade.

Fonte: Promotoria de Justiça de Piúma/ES

A pronta negativa da PMES local a uma solicitação do Ministério Público para implantação de um programa previsto no âmbito da própria polícia militar, mas que conta com perfil progressista e comunitário, sem desconsiderar o fato de que a resposta ocorreu logo após o 2º turno das eleições presidenciais de 2018, bem demonstra a baixa disposição desta instituição de alterar seu perfil mais repressivo para um caráter de administração de conflitos e aproximação com a comunidade.

Conforme Misse, “Há a compreensão de que o ‘social’ é uma função subalterna para a polícia, realizada como parte de uma estratégia de segurança pública em que o importante é o domínio territorial.” (2019, p. 37).

Percebe-se, então, que uma atuação que não seja baseada no policiamento repressivo, através do domínio territorial, não se encontra efetivamente dentre as prioridades das diversas polícias militares brasileiras

Christie (2018) defende que a polícia seja *vulnerável*, ou seja, que haja descentralização da atividade policial, com reduzido vínculo com a polícia de fora do bairro e que a polícia seja dependente do bairro onde atua.

A partir da resposta do comando da Companhia a que Piúma está vinculada, parece-nos que este pode mesmo ser um bom caminho. O enfraquecimento da forte hierarquia militar, com

mais liberdade aos policiais de base e que fazem o policiamento ostensivo, pode ser um caminho adequado para a ampliação do policiamento de caráter comunitário.

Em uma entrevista exploratória realizada no início da pesquisa com um policial militar de Piúma/ES esta questão foi colocada por ele como um problema para uma maior eficiência em seu trabalho e para o aperfeiçoamento da instituição polícia militar. Este soldado colocou que o problema da polícia era sua forte hierarquia, que tirava quase que completamente sua liberdade de atuação, e que ele, como um mero soldado, estava obrigado a obedecer às ordens de seu comandante, que quase nada conhecia da realidade de cada bairro policiado por sua guarnição.

Todas essas percepções vêm ao encontro do que Christie coloca quando diz que a “[...] vulnerabilidade da polícia tem de ser preservada.” (2018, p. 116). Ele nos exorta: “Vamos torná-los vulneráveis. Não vamos dar-lhes poder. Deixe que eles não se tornem especialistas. Deixem que eles não se tornem distantes.” (2018, p. 127).

Esse perfil de polícia mais *vulnerável* e que, via de consequência, está mais próximo da comunidade, se aproxima de uma categoria interessante que surgiu na fala de alguns entrevistados em Piúma/ES, que é o *conselho*. Alguns entrevistados, ao falar positivamente da polícia militar, mencionavam alguns policiais que tinham uma postura diferenciada, que ‘davam conselho’. Este policial, então, que via o entrevistado não como um *bandido*, mas como uma pessoa, reconhecendo-o como detentor de atributos de dignidade e cidadania, permitia que fosse estabelecida uma relação *público desviante x polícia militar* bem distinta, fundada no respeito e consideração mútuos.

Essa proposta de *vulnerabilidade*, então, da polícia coincide com a ideia de um policiamento comunitário e de uma polícia administradora de conflitos, que participa dos mesmos e não os ‘rouba’ dos envolvidos, o que geraria uma “[...] perda de oportunidade de esclarecimento de normas. [...] de possibilidades pedagógicas. [...] de uma discussão contínua sobre o que representa a lei do país.” (CHRISTIE, 2018, p. 122).

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa realizada por meio do contato com pessoas envolvidas em crimes e que vivenciam contextos marginais e periféricos exige muito mais do que rigor técnico e obediência metodológica.

Para RODRIGUES, o paradigma indiciário se funda “[...] num rigor flexível, sensível aos sons, sabores e odores, onde rigor, sensibilidade, intuição e técnica se combinam para chegar à verdade provável [...]” (2005, p. 5).

O paradigma indiciário mostrou-se, então, extremamente útil para a nossa pesquisa, pois a aproximação emocional do observador com o objeto, inevitável em diversos momentos da pesquisa de campo, é um aspecto não apenas permitido, como valorizado pelo indiciarismo, contribuindo, assim, significativamente para o desenrolar da pesquisa, que ocorreu por meio de um constante processo de empatia, compreensão e colaboração mútuos.

E o que ocorreu na pesquisa foi exatamente aquilo dito por RODRIGUES: a valorização dos “[...] traços e o conhecimento individuais em detrimento à generalização. A verdade é o que se consegue provar, às vezes, com auxílio da sensibilidade (emoção) e da razão, porque o absoluto é inatingível.” (2005, p. 6)

A presente pesquisa, então, não traz resultados fechados e correlações generalizáveis. O que de mais relevante foi obtido são hipóteses, possibilidades compreensivas e conexões possíveis, tudo a depender de novos trabalhos mais aprofundados para que alguma conclusão mais determinada e definida possa ser almejada.

Procuramos dar voz em nosso trabalho àqueles que se envolveram em crimes, especialmente tráfico de drogas e crimes patrimoniais, à semelhança do trabalho desenvolvido por Reyes tendo como objeto *drug trafficking violence* (DTV):

[...] a literatura ainda é silenciosa em relação ao ‘discurso do narco’: quais são as condições discursivas que permitem a produção e reprodução de práticas de DTV? Este estudo propõe uma nova abordagem crítica à nossa compreensão da DTV, identificando e analisando como o discurso do narco é produzido e reproduzido nas narrativas dos trinta e três ex-narcos entrevistados para este projeto. ⁵⁶ (2019, p. 55, tradução nossa)

⁵⁶ [...] the literature is still silent regarding the ‘narco discourse’: what are the discursive conditions that allow the production and reproduction of practices of DTV? This study proposes a new critical approach to our

Esta autora, à semelhança do trabalho desenvolvido por nós, ressalta a perspectiva dos perpetradores. Entrevistar envolvidos e ouvi-los permite compreender sentidos e lógicas por trás de suas práticas ilícitas, as razões que os levaram a essas escolhas e os aspectos de suas trajetórias de vida que se mostraram determinantes para esse envolvimento, além de poder subsidiar a implementação de políticas públicas elaboradas a partir da lógica dos que incorrem nessas práticas, podendo, assim, se apresentar mais eficientes.

Ao analisar os achados relacionados às questões familiares, verificamos que a *tensão vivenciado no ambiente doméstico* pode afetar o exercício da supervisão familiar e abrir espaço para *aprendizado social* voltado para a prática de ilícitos, prevalecendo, entretanto, este fator em detrimento daquele para o ingresso numa contingência de práticas ilícitas. Problemas relacionados a questões familiares podem não contribuir com o envolvimento em ilícitos, em especial roubo e tráfico, caso esteja ausente o processo de associação diferencial voltado para a prática destes crimes.

Outra hipótese interessante ligada ao tema *supervisão familiar* que surgiu durante meu exercício profissional em paralelo à pesquisa realizada foi a possibilidade de que a aprovação da Lei nº 13.010/14⁵⁷, conhecida como ‘Lei da Palmada’, tenha servido para legitimar a omissão por parte dos pais ou responsáveis quanto ao exercício do poder familiar, incluindo-se aí a obrigação de supervisão, fiscalização e punição dos filhos por excessos ou comportamentos inadequados.

Percebemos com frequência afirmações de pais de jovens envolvidos em ilícitos de que nada podem fazer em relação aos desvios dos filhos porque podem ser presos, quando na realidade a Lei 13.010/14 não estabelece nenhuma sanção semelhante pelo descumprimento⁵⁸, podendo o autor ser enquadrado em tipos penais previstos no Código Penal ou no Estatuto da Criança e

understanding of DTV by identifying and analysing how the narco discourse is produced and reproduced in the narratives of the thirty-three former narcos interviewed for this project.

⁵⁷ Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação, considerando castigo físico a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão, e tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.

⁵⁸ A Lei 13.010/14 estabelece as seguintes sanções para o caso de descumprimento: I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; V – advertência.

Adolescente, tipos estes que exigem, para o enquadramento, comportamentos revestidos de maior gravidade.

Tais indícios podem, então, subsidiar pesquisas futuras junto a pais de jovens envolvidos em ilícitos a fim de verificar em que medida a aprovação da mencionada lei, sem dúvida bem-intencionada e adequada em vários aspectos, se relaciona com um gradativo enfraquecimento do exercício do poder familiar.

Dentro do tema *uso de maconha* a pesquisa nos permitiu questionar o senso comum de que esta droga é porta de entrada para outras consideradas ‘mais pesadas’.

É bem verdade que a verificação da veracidade desta situação demandaria também a realização de pesquisas junto a usuários frequentes destes entorpecentes considerados ‘mais fortes’, a exemplo da cocaína, crack etc, o que ultrapassaria os limites da pesquisa realizada.

Ocorre, no entanto, que a nossa pesquisa indicou ser bastante comum, apesar do tamanho reduzido de nossa amostra, que indivíduos usuários de maconha se mantenham no uso apenas desta substância, abstenho-se de usar até mesmo a droga lícita álcool.

Foi percebido, então, um significativo autocontrole dentre os usuários desta droga, havendo vários entrevistados que afirmaram nunca terem usado crack por presenciarem ‘como os outros ficavam’ com o uso deste entorpecente. Esta capacidade de definir o tipo de droga que desejavam usar e o padrão de uso, mesmo por parte de indivíduos com condutas fortemente desviantes e expostos a uma série de riscos, pode contribuir, por exemplo, para a discussão a respeito da regulação do uso de maconha.

Para estes jovens a ilegalidade não é um obstáculo ao uso, já que vivenciam contextos de fácil oferta destes entorpecentes, inclusive comercializando-os. Por outro lado, para jovens de classe média percebeu-se que o uso de drogas ilícitas tem um sentido distinto, de buscar o proibido, o ‘subir o morro para comprar droga’, como dito por um entrevistado de classe média.

A ilegalidade, neste contexto, apenas serve para reforçar o desejo pelo uso, que pode não se dirigir à substância propriamente dita, mas a toda uma dinâmica que pode trazer alguma desordem às vidas fortemente controladas e reguladas destes jovens. A busca pelo uso, então, pode se dirigir não a substância em si, mas a tudo o que ela significa e envolve. Todas essas

questões surgidas indiciariamente em nossa pesquisa podem, então, subsidiar trabalhos futuros que as discutam com mais profundidade.

Outra questão interessante ainda relacionada ao tema *uso de maconha* foi a percepção a respeito das diferenças em relação à concepção deste comportamento a depender do local de residência do entrevistado, havendo elevado grau de aceitação desta conduta nos contextos habitados pelos entrevistados da Grande Vitória/ES, enquanto os residentes em Piúma/ES relataram, com alguma frequência, terem sofrido o efeito do estigma a partir da informação obtida por terceiros de que faziam uso desta droga. As diferentes concepções a respeito do uso de maconha em localidades distintas, possíveis diferenças a respeito das formas de incorporar estas designações negativas, maneiras estas também socialmente compartilhadas, além das diversas formas de acessar a informação a respeito do uso a depender do local de residência podem servir de base para futuros trabalhos.

Um indício interessante e que surgiu dentre os entrevistados de Piúma/ES foi o início do uso de maconha concomitantemente com o começo do exercício da atividade de pescador. Não foi possível perceber relação entre o início de uma outra atividade profissional e o uso de maconha, o que pode também fomentar pesquisas a respeito da eventual relação entre o uso desta droga e a atividade de pescador, o mar etc, sem desconsiderar a possibilidade de que tal relação percebida tenha decorrido meramente do acaso.

Reflexões a respeito do uso desta substância se constituíram em importante parte do trabalho, em especial quando percebo, como promotor de Justiça, a enorme frequência de casos de violência doméstica e de lesões causadas no trânsito por indivíduos alcoolizados, enquanto casos semelhantes causados por pessoas sob o efeito de maconha alcançam índice quase nulo.

A pesquisa também permitiu lançar luz sobre os diversos sentidos atribuídos ao tráfico de drogas por parte daqueles que se envolvem nessas práticas, como a falta de acesso de adolescentes ao trabalho lícito, assim como a falta de informação sobre esta possibilidade. Muitos entrevistados relataram que o tráfico foi a única alternativa que encontraram para financiar o acesso a bens de consumo que desejavam na entrada da juventude, e pesquisas relacionando estes desejos, o acesso ao mercado de trabalho regular e o efetivo cumprimento da legislação que obriga que empresas ofereçam vagas de aprendizes⁵⁹, assim como a publicidade

⁵⁹ O art. 429 da Lei 10.097/00 dispõe que os “[...] estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por

a respeito destas vagas, pode se mostrar interessante sob a perspectiva das razões que impellem o jovem ao tráfico.

Nosso trabalho também permitiu problematizar o que de fato são ‘bens de primeira necessidade’ para uma juventude periférica, já que é comum que motivações como ‘adquirir tênis, celular, roupas’ sirvam para justificar uma consideração mais negativa a respeito de atos praticados por jovens infratores quando na realidade estes jovens enveredaram por tais práticas pelos mesmos desejos compartilhados pela maioria dos jovens de outras classes sociais. Como indicado pela pesquisa, trata-se, em verdade, apenas de um desejo de pertencimento, de reconhecimento, de satisfação de demandas que, para esta juventude contemporânea, são consideradas ‘bens de primeira necessidade’, até porque esta definição é socialmente construída e compartilhada.

Outra questão interessante percebida na pesquisa e que pode subsidiar futuros trabalhos foi o fato de ter sido mais comum dentre envolvidos no tráfico de drogas em comparação com praticantes de roubo considerações negativas a respeito da polícia militar.

Diversos condenados por tráfico de drogas trouxeram informações bastante negativas a respeito da atuação da polícia militar, como atos de execução e corrupção policial, além de diversos relatos de arbitrariedades e violência em abordagens. De forma um tanto distinta, tais relatos surgiram em menor grau dentre condenados por roubo, tendo sido comum, inclusive, opiniões positivas quanto à atuação da polícia militar.

Tais diferenças percebidas vem ao encontro das reiteradas críticas à forma como o Estado lida com o comércio de substâncias entorpecentes, a tão propalada ‘guerra às drogas’. Os mecanismos de combate e as estratégias de enfrentamento desta conduta têm contribuído, como percebemos em nossa pesquisa, para a ampliação da hostilidade existente entre os comerciantes de drogas ilícitas e as polícias, aumentando os números de mortes de ambos os lados.

A pesquisa também nos permitiu perceber como a violência com frequência se constitui em uma espécie de *fetichê às avessas* que serve de sustentáculo para a continuidade de uma política de segurança pública que em verdade significa uma criminalização da população pobre e periférica.

cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.", definindo que qualquer adolescente maior de 14 (catorze) anos pode ser contratado como aprendiz.

Evidentemente que a violência é um problema real e que atinge milhares de pessoas, praticado com frequência por pessoas envolvidas em tráficos de drogas e roubos. Ela é, entretanto, sobre dimensionada não quanto à sua gravidade quando ocorre, mas em relação à sua extensão e frequência com que ocorre levando-se em consideração a totalidade de delitos praticados em território nacional.

Fala-se da violência como se ela fosse praticada por todos os envolvidos em tráfico de drogas e roubos, quando, em verdade, e a pesquisa nos indicou isso, ela ocorre possivelmente de forma excepcional e por parte da minoria destes indivíduos.

Analisar, então, se de fato a violência se constituiu em uma espécie de *fetichismo às avessas*, o grau de frequência e extensão de sua ocorrência em comparação com o quantitativo de delitos efetivamente ocorridos pode se constituir em uma pesquisa interessante para uma espécie de *redimensionamento da prática da violência*.

Como resultado da constante interlocução da pesquisa e meu trabalho diário, foi possível perceber a incidência do conceito de *miopia* no trabalho que temos desenvolvido junto a egressos de Piúma/ES. Mesmo com a constante oferta de cursos profissionalizantes aos mesmos, a partir de um grande esforço articulado junto a diversos órgãos, o grau de interesse deste público se apresentou baixíssimo, com pouquíssimas adesões a cursos em áreas profissionais variadas, o que nos levou a refletir a respeito das dinâmicas de vida que os norteiam, com baixas expectativas de futuro e luta diária para obter o ‘pão de cada dia.’

Foi possível perceber, então, que o desemprego deste público é permeado por um grau de instabilidade ainda mais alto do que de outros grupos, não havendo espaço para se dedicar a uma capacitação vislumbrando ampliar as oportunidades futuras de emprego, ocorrendo uma efetiva *miopia* no estabelecimento das metas futuras, o que não deixa de ser justificado pelas graves condições de faltas materiais vividas.

A respeito do sentido assumido pela prisão para muitos entrevistados, de uma geração de dor muitas vezes desproporcional ao fato que ensejou a prisão, a pesquisa realizada se limitou à apreensão desta dimensão na vida do próprio indivíduo preso e a partir de seus relatos.

Novas pesquisas buscando dimensionar os efeitos do cárcere e o grau de dor causada por ele a partir dos relatos de familiares de presos podem se mostrar interessantes na medida em que permitirão enxergar os efeitos que a falta prolongada do marido e do pai pode causar em cada

família, das dificuldades financeiras vividas durante o período de prisão do principal provedor da casa etc.

Uma pesquisa que contribua para reduzir a distância entre o distribuidor e o destinatário da dor pode ser útil para colaborar com as discussões sobre o espaço que o cárcere deve ocupar em nossa sociedade, o que também se torna adequado levando em consideração, conforme indicado pela pesquisa, que o agente pratica o crime impelido por um baixo nível de racionalidade e reflexividade.

É bem verdade que seria necessário que a pesquisa houvesse incluído também pessoas que não se envolveram em crimes para verificar o peso que o risco de prisão possui para gerar o desestímulo para a prática criminal.

A pesquisa realizada, entretanto, apesar de seus limites, pôde indicar uma baixa consideração a respeito dos riscos de ser punido e preso na decisão para a prática do ilícito, prevalecendo neste momento as condições materiais de vida do agente, via de regra precárias, como fator a estimular a prática criminal. Conforme verificado no estudo realizado, a prisão se constitui, então, em uma continuidade daquelas condições de profunda privação vivenciadas, nem melhor nem pior, mas tão ruim quanto.

Esses indivíduos, então, com frequência tratados pela sociedade e pelo Estado ‘pior do que cachorro’ em face de suas situações de vida altamente precarizadas, sofrendo considerações negativas por outros grupos sociais em razão de condições como pobreza e negritude, ou por comportamentos ou condições socialmente rotuladas, como uso de maconha ou por ostentar antecedentes criminais, o que lhes outorga um estigma equivalente a uma condição de louco, doido etc, invariavelmente retornam à atividade criminal, como ocorreu durante a pesquisa com José Antônio.

Preso em flagrante por ter roubado um celular após ser expulso da casa onde vivia com a companheira após desentendimentos com a sogra, justificou que se apossou do celular da vítima para “vender para auferir dinheiro para levar para sua casa.”, retornando, assim, ao Centro de Detenção Provisória após permanecer um ano em liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Luís. *Abordagem nos Jardins tem de ser diferente, diz comandante da Rota*; Folha de São Paulo; São Paulo; 2017; disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1912588-abordagem-nos-jardins-tem-de-ser-diferente-diz-comandante-da-rota.shtml>. Acesso em 25 jan. 2020.

ALVES, Ygor Diego Delgado. *Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo*; Salvador; UFBA; 2015; disponível em <https://central3.to.gov.br/arquivo/354044/>. Acesso em 25 jan. 2020.

BACELLAR, Gusthavo Ribeiro; Uma definição a respeito do padrão de atuação da polícia militar a partir do modelo de justiça como equidade de John Rawls; *Anais do Seminário de Ciências Sociais PGCS-UFES - Vol. 3*; 2018.

BECKER, Gary S.; Crime and Punishment: An Economic Approach; *Journal of Political Economy*; Vol. 76, No. 2 (Mar. - Apr., 1968), pp. 169-217; Published by: The University of Chicago Press; 1968; disponível em <https://www.jstor.org/stable/1830482>; Acesso em 25 jan. 2020.

BECKER, Howard S.; *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*; Rio de Janeiro: Zahar; 2008.

BISSOLI FILHO, Francisco; *O estigma da criminalização no sistema penal brasileiro: dos antecedentes à reincidência criminal*; 1997; disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/77220/108702.pdf?sequence=1&isAllowed=y>;

BOITEUX, Luciana; CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de; VARGAS, Beatriz; BATISTA, Vanessa Oliveira; PRADO, Geraldo Luiz Mascarenhas; JAPIASSU, Carlos Eduardo Adriano; *Série Pensando o Direito: Sumário Executivo Relatório de Pesquisa “Tráfico de Drogas e Constituição”*; Rio de Janeiro/Brasília; 2009; disponível em http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/01Pensando_Direito3.pdf; Acesso em 25 jan. 2020.

BRANDÃO, Marcílio Dantas; O ‘problema público’ da maconha no Brasil: Anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias; *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 4, out/nov/dez, pp. 703-740, 2014.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 233-269, 2004.

CHRISTIE, Nils; *Limites à dor: O papel da punição na política criminal*; Belo Horizonte: Editora D'Plácido; 2018.

ELSTER, Jon; *Explaining Social Behavior: More Nuts and Bolts for the Social Sciences*; Cambridge: Cambridge University Press; 2015.

FOUCAULT, Michel; *Vigiar e punir: Nascimento da Prisão*; Petrópolis/RJ: Editora Vozes; 2014.

FREITAS, Amilcar Cardoso Vilaça. Campos de possibilidade, liminaridade e deriva: trajetórias de adolescentes em conflito com a lei na Grande Vitória. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, pp.170-194, jan.-abr, 2019.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro/RJ: LTC, 2017.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*; Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2014.

GOTTFREDSON, D. C. e HIRSCHI, T. *A General Theory of Crime*. Stanford, CA, Stanford University Press; 1990.

JUNGER-TAS, J. An Empirical Test of Social Control Theory. *Journal of Quantitative Criminology*, v. 8, p. 9-28, 1992.

LIMA, Roberto Kant de; *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*; Rio de Janeiro; 2019.

LYRA, Diogo. *A República dos Meninos: juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2013.

MATSUEDA, R. L. Testing Control Theory and Differential Association: a casual modeling approach. *American Sociological Review*, v. 47, p. 489-504, 1982.

MATSUEDA, R. L. Sutherland, Edwin H.: differential association theory and differential social organization. *Encyclopedia of Criminological Theory*, p. 899-906, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4135/9781412959193.n250>. Acesso em: 28 abr. 19.

MISSE, Daniel Ganem; A pacificação das favelas cariocas e o movimento pendular na segurança pública; *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, Edição Especial, nº 3, pp. 29-52, 2019.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria 'bandido'. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452010000100003>. Acesso em 24 maio 2019.

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina Christoph; TEIXEIRA, César Pinheiro; NERI, Natasha Elbas; *Quando a polícia mata: homicídios por "autos de resistência" no Rio de Janeiro (2001-2011)*; Rio de Janeiro: NECVU; 2013.

POLAKOWSKI, M. Linking Self and Social Control with Deviance: illuminating the structure underlying a general theory of crime and its relation to deviant activity. *Journal of Quantitative Criminology*, v. 10, p. 41-78, 1994.

REYES, Karina García. *Violence within: Understanding the Use of Violent Practices Among Mexican Drug Traffickers*; 2019; disponível em: [file:///C:/Users/gbacellar/Downloads/Final_Copy_2018_12_06_GARCIA_KG_PhD%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/gbacellar/Downloads/Final_Copy_2018_12_06_GARCIA_KG_PhD%20(1).pdf), acesso em 12 abr. 2020.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. Razão e Sensibilidade: Reflexões em torno do paradigma indiciário. *Dimensões - Revista de História da Ufes*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 17, 213-221 pp., 2005.

ROSA, Pablo Ornelas; *Drogas e a Governamentalidade Neoliberal: Uma genealogia da redução de Danos*; Florianópolis/ES: Editora Insular, 2014.

SHAPLAND, J.; BOTTONS, A. Desistance from crime and implications for offender rehabilitation. In: MAGUIRE, R.; REINER, R. *The Oxford Handbook of Criminology*. 6 ed. England, UK: The Oxford University Press, 2017.

SHAW, C. R. *The Jack-Roller: a delinquent boy's own story*. Chicago, Illinois: The University of Chicago Press, 2013.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, p. 115-124, nov. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44781999000200009>. Acesso em: 24 maio 2019.

SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: Para uma sociologia política da modernidade periférica*; Belo Horizonte: UFMG, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2010.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 2000.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. Brasil: Cultrix, 1967.

WESTLEY, William A. *Violence and the police: a sociological study of Law, Custom, and Morality*. The Massachusetts Institute of Technology, The colonial Press, 1970.

WIKSTRÖM, P. H. Character, Circunstances, and the Causes of Crime. In: MAGUIRE, R.; REINER, R. *The Oxford Handbook of Criminology*. 6 ed. England, UK: The Oxford University Press, 2017.

ZACCONE, Orlando. *Indignos de Vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

ZINBERG, Norman E. *Drug, set, and setting*. Binghamton, New York: Vail-Ballou Press, 1984.